

ALINE GABRIELA KLAUCK

**ÁGUA, FONTES E AGUADEIROS: O ABASTECIMENTO
HÍDRICO EM NOSSA SENHORA DO DESTERRO (SÉCULO
XIX)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em História. Orientador: Professor Doutor João Klug.

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora, através do
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Klauck, Aline Gabriela
Água, fontes e aguadeiros : o
abastecimento hídrico em Nossa
Senhora do Desterro (Século XIX) /
Aline Gabriela Klauck ; orientador,
João Klug, 2018.
244 p.

Dissertação (mestrado) -
Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e
Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em História, Florianópolis,
2018.

Inclui referências.

1. História. 2. História Ambiental.
3. Água. 4. Abastecimento. 5.
Florianópolis. I. Klug, João . II.
Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em
História. III. Título.

Água, fontes e aguadeiros: o abastecimento hídrico em Nossa Senhora do Desterro (Século XIX)

Aline Gabriela Klauck

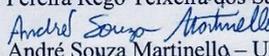
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

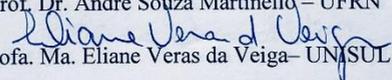
MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora


Prof.ª. Dra. Eunice Sueli Nodari (Presidente) - PPGH/UFSC

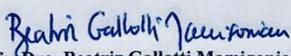

Prof. Dr. Manoel Pereira Rego Teixeira dos Santos - UFSC


Prof. Dr. André Souza Martinello - UFRN


Prof.ª. Ma. Eliane Veras da Veiga - UNASUL

Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt (Suplente) - PPGH/UFSC

Prof.ª. Dra. Samira Peruchi Moretto (Suplente) - UFFS


Prof.ª. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian
Coordenadora do PPGH/CFH/UFSC
Florianópolis, 15 de outubro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Universidade Federal de Santa Catarina, que me acolheu durante os nove anos de minha trajetória como docente em formação, e em especial ao Programa de Pós-Graduação em História, pela possibilidade de realizar esta dissertação.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que através da concessão de Bolsa de Pesquisa me proporcionou dedicação exclusiva a este trabalho.

A meu orientador Prof. Dr. João Klug, pelas orientações que muito contribuíram para aprimorar este trabalho. Agradeço também pelas conversas acolhedoras, conselhos, pelo incentivo e, também, pelo despertar do interesse no tema aqui desenvolvido.

A Prof.^a Dr.^a Eunice Nodari, que desde o período da graduação me incentivou a trabalhar no desenvolvimento de pesquisas. Também agradeço pela convivência enriquecedora.

Aos professores Ma. Eliane Veras da Veiga e Dr. Manoel Teixeira dos Santos, pelas recomendações e sugestões dadas ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, as quais em muito contribuíram para qualificá-la. Agradeço ainda, ao Prof. Manoel, pela habitual disponibilidade, pelo incentivo e pelas oportunidades.

Aos meus amigos, Angela, Lincon e Nilo, pela amizade, companheirismo, pelas muitas colaborações e trocas constantes de experiências e conhecimentos ao longo desses anos de universidade.

A todos os funcionários de atendimento à pesquisa das instituições: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina; Biblioteca Pública do Estado Santa Catarina, em especial à equipe dos Setores de Santa Catarina e Obras Raras; Arquivo Histórico do Município de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral; Biblioteca Universitária da UFSC.

E, finalmente, dedico especial agradecimento à minha família. Aos meus pais, Geni e João (*in memoriam*) pelo amor, dedicação e apoio incondicional. Agradeço à minha irmã Iasmim, com quem aprendo a compartilhar a vida. Ao meu companheiro de vida e de mestrado, Luís Guilherme, pelo estímulo, cumplicidade, compreensão e ajuda nos momentos mais difíceis. Obrigada também à Liana e ao S. Luís, por serem como pais para mim. Sem vocês este trabalho não teria se realizado.

*“Não há agua na cidade,
Que tal nome bem mereça;
Pois só feitos tem á pressa
Uns dois charcos de humidade:
Um se chama com verdade
Cacha d’agua, e chafariz
Chama-se outro por um triz;
E tambem há na Palhoça
Uma fonte ou quasi poça
A melhor como se diz.”*

Novidades, Periodico da Semana, Desterro, 24 de Outubro de 1864.

Anno I. n. 1, p. 3-4.

RESUMO

No debate do historiador com o seu tempo a temática ambiental se faz cada vez mais presente, e, dentro desta, a temática relativa à água, seus usos em diferentes épocas e em diferentes sociedades, certamente se constitui em um tema de grande relevância. Desta forma, este trabalho tem como objetivo investigar e compreender historicamente as relações estabelecidas entre os habitantes de Desterro/Florianópolis e suas águas, observando como os diversos agentes apreendiam e utilizavam esse recurso natural no século XIX. Buscamos analisar, como o poder público municipal administrava o fornecimento do líquido à população, e de que maneira, através de leis e regulamentos, procurava normatizar os usos da água potável no centro urbano. Assim sendo, o presente trabalho também tem o intuito de demonstrar como a apropriação das águas urbanas de Desterro, ao longo do século XIX, ocorreu em diferentes esferas, por diferentes personagens, que as construíram e reconstruíram no terreno das práticas sociais e materiais, de captação, abastecimento, uso e ordenamento. Como fontes são utilizados documentos oficiais, como Atas, Ofícios e Livros de Receita e Despesa da Câmara Municipal de Desterro, Códigos de Posturas Municipais e Relatórios de Presidente da Província de Santa Catarina. Utilizamos também, como importante base documental, os periódicos locais publicados durante o recorte temporal estabelecido. Busca-se, sob o viés da História Ambiental, atentar para relação dos sujeitos com o mundo natural que os circunda, e, sobretudo, para os usos do recurso natural hídrico, considerando o lugar e o papel que o meio ambiente ocupa nas transformações sociais determinadas historicamente.

Palavras-chave: História Ambiental, Água, Abastecimento, Desterro/Florianópolis.

ABSTRACT

In the historian's debate with his time the environmental theme becomes more and more present, and within this, the theme related to water, its uses in different times and in different societies, certainly constitutes a subject of great relevance. In this way, this work aims to investigate and understand historically the relationships established between the inhabitants of Desterro/Florianópolis and its waters, observing how the various agents seized and used this natural resource in the nineteenth century. We seek to analyze how the municipal public administration administered the supply of liquid to the population, and how, through laws and regulations, it sought to standardize the uses of drinking water in the urban center. Thus, the present work also aims to demonstrate how the appropriation of the urban waters of Desterro, throughout the nineteenth century, occurred in different spheres, by different characters, who built and reconstructed them in the field of social and material practices, capture, supply, use and ordering. As sources, official documents are used, such as Minutes, Offices and Revenue and Expenses Books of the Municipality of Desterro, Codes of Municipal Postures and Reports of President of the Province of Santa Catarina. We also use, as an important documentary basis, the local periodicals published during the established temporal cut. It is sought, under the bias of Environmental History, to notice the subjects' relationship with the natural world that surrounds them, and, above all, for the uses of the natural water resource, considering the place and role that the environment occupies in social transformations historically determined.

Keywords: Environmental History, Water, Supply, Desterro/Florianópolis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Praça Barão da Laguna (hoje Praça XV de Novembro). Em segundo plano a Casa de Câmara e Cadeia de Desterro, 1895	84
Figura 2 – Câmara de Florianópolis, 1924	85
Figura 3 – Vasilhas de barro brasileiras, por Thomas Ewbank, 1846....	175

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da freguesia de N. Sr. ^a do Desterro	55
Mapa 2 – A cidade do Desterro no século XIX	56
Mapa 3 – Rios, córregos e fontes da cidade do Desterro, século XIX.....	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Receitas e despesas da Câmara do Desterro (1829-1889)	95
Gráfico 2: As despesas da Câmara com o abastecimento de água em Desterro (1829-1889)	100
Gráfico 3: Relação da despesa geral x despesa com o abastecimento de água (1829-1889)	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
CAPÍTULO I – ÁGUA E CIDADE: O ESPAÇO URBANO DE DESTERRO NO SÉCULO XIX.....	31
1.1 – Urbanização das cidades e das águas: uma relação histórica ..	31
1.2 – A freguesia de Nossa Senhora do Desterro	49
<i>1.2.1 – As águas da cidade: rios, córregos e fontes</i>	<i>63</i>
CAPÍTULO II – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA ÁGUA POTÁVEL EM DESTERRO	71
2.1 – A gestão local: as Câmaras Municipais no Império	71
<i>2.1.1 – A Câmara Municipal de Desterro</i>	<i>82</i>
2.2 – O custo das águas: as despesas com o abastecimento da área central de Desterro	87
<i>2.2.1 – Livros-caixa: as receitas e as despesas</i>	<i>91</i>
2.3 – Proibições versus práticas costumeiras: os Códigos de Posturas Municipais e os parâmetros para o uso da água na cidade	109
CAPÍTULO III – O ABASTECIMENTO ENTRE FONTES E AGUADEIROS: O CONSUMO DAS ÁGUAS URBANAS	131
3.1 – As fontes públicas e o serviço de abastecimento	135
<i>3.1.1 – A água do Estevão Brocardo e as fontes particulares</i>	<i>159</i>
3.2 – Coletar, transportar e conservar: as formas de apropriação da água potável	165
3.3 – Questões de salubridade urbana e o primeiro sistema de abastecimento hídrico da Capital	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
REFERÊNCIAS	213
FONTES	221
APÊNDICE A – Nomenclaturas das fontes públicas de Desterro, século XIX	233
APÊNDICE B – Obras conjugadas à rede de abastecimento das águas (1829-1889)	234
APÊNDICE C – Superávits e saldos nulos nas contas da Câmara (1829-1889)	243

INTRODUÇÃO

Inúmeras são as questões ambientais que preocupam a sociedade contemporânea: o provável agravamento do efeito estufa; as consequências ainda imprevisíveis da produção e do consumo de alimentos geneticamente modificados, bem como a utilização de agrotóxicos na produção de alimentos; a transformação de grandes áreas de florestas em desertos; e ainda, a escassez de água e de outros recursos naturais, que desaparecem no desperdício de um consumo irracional.¹ Essas ameaças despertam cada vez mais as atenções para o meio ambiente e para o relacionamento dos seres humanos com a natureza em diferentes épocas e sociedades.

A crise hídrica no Brasil e no mundo, portanto, aliada a uma cultura do desperdício, se insere como objeto indispensável na agenda de pesquisadores das mais diversas áreas. A temática relativa à água tem ocupado lugar central não apenas no conjunto de prioridades de instituições políticas, como também é uma das principais preocupações ambientais de sociedades em todo o mundo. Os *Eurobarômetros*² sobre ambiente, realizados desde o início da década de 1980, por exemplo, mostram que os europeus colocam as preocupações associadas à água em primeiro plano ao refletirem sobre o meio ambiente e ao assinalarem os principais danos ambientais.³

O historiador contemporâneo, ao dedicar-se ao estudo das sociedades do passado, está ciente da impossibilidade de realizar análises que não levem em conta a particularidade do lugar social de onde fala e do contexto no qual realiza suas investigações. Nesta perspectiva, a

¹ DUARTE, Regina Horta. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. *Luso-Brazilian Review*, Wisconsin, v. 41, n. 2, 2005, p. 156.

² Desde o ano de 1973 a União Europeia se encarrega de estudar a opinião pública de cada um de seus Estados Membros. As pesquisas do 'Eurobarômetro' analisam grandes temas de interesse para os cidadãos europeus como, por exemplo: a situação social e econômica, desenvolvimento, saúde, cultura, tecnologia, meio ambiente etc. Disponível em: http://ec.europa.eu/spain/sobre-la-ue/euro-barometro/index_es.htm. Acesso em: 6 fev. 2016.

³ SCHMIDT, L.; DELICADO A. Alterações climáticas na opinião pública. In: SCHMIDT, L.; DELICADO, A. (Orgs.). *Ambiente, Alterações Climáticas, Alimentação e Energia*. Portugal no Contexto Europeu. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2014.

história é parte da realidade da qual trata, e o projeto de entendimento das formas passadas de existência de outras sociedades adquire sentido como parte do projeto de entendimento da nossa própria existência.⁴ Em nosso fazer, portanto, fortalecemos o pressuposto de uma história para o presente, cujo objetivo é compreender a realidade a partir do estudo do passado, com vistas a transformá-la.

É possível observar, na sociedade brasileira nas últimas décadas, a constituição social, cultural e histórica de novas percepções sobre a natureza e novas formas de interação com ela. Deste modo, como afirma a historiadora Regina Horta Duarte, “A historiografia brasileira dedicada às análises das interações entre as sociedades e a natureza ao longo do tempo, pode ser então pensada como uma das inúmeras práticas constituintes de uma nova postura cultural desta sociedade em relação ao seu meio ambiente”.⁵

No debate do historiador com o seu tempo, portanto, a temática ambiental se faz cada vez mais presente na historiografia contemporânea, e dentro desta, a temática relativa à água, seus usos em diferentes épocas e em diferentes sociedades, certamente se constitui em um tema de grande relevância.

Segundo Paulo Henrique Martinez, a compreensão histórica das relações entre as sociedades humanas e a natureza tem se constituído em uma experiência social crescente, motivada tanto pelo uso dos recursos naturais quanto pelas práticas cada dia mais insustentáveis dessa utilização. Devemos estar atentos ainda, enquanto historiadores, às mudanças e permanências nas formas como estas sociedades têm recorrido ao mundo natural para suprir suas necessidades biológicas e sociais ao longo do tempo.⁶ O uso dos recursos naturais, portanto, tem uma longa trajetória histórica, na qual a utilização de determinados recursos permanece, como é o caso da água, muitas vezes sob diferentes e/ou novas formas, ao passo que outros são frequentemente substituídos, especialmente no caso de fontes de energia e de matérias-primas.⁷

Como sustenta Michel de Certeau, a ciência do meio ambiente não permite mais que se isole das estruturas naturais a extensão indefinida das construções sociais. Desta maneira, ao abordar a natureza como tema para a história, devemos tratar das transformações que se efetuam na

⁴ DUARTE, Regina Horta, op. cit.

⁵ *Ibidem*, p. 147.

⁶ MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil*. Pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006. p. 39.

⁷ *Ibidem*, p. 47.

relação de uma sociedade com sua natureza, com o seu ambiente natural. Da mesma forma, o historiador em sua prática, em seu fazer histórico, também participa do trabalho que transforma a natureza em ambiente, modificando assim a própria natureza do homem. E, por conseguinte, nessa prática, não pode mais ser encontrada uma dicotomia que opõe o natural ao social, mas sim a conexão entre uma socialização da natureza e uma “naturalização”, ou materialização, das relações sociais.⁸

Deve-se ressaltar ainda que, a história do abastecimento hídrico e dos usos da água em diferentes espaços e épocas possui uma característica especial: a de ser contínua, embora de variados modos e intensidade, uma vez que se trata de um recurso essencial às diferentes formas de vida. Isto é, existem recursos naturais que hoje não têm a mesma procura e utilização que tiveram no passado, tratando-se de recursos usados temporariamente. Pode-se citar como exemplo o óleo de peixe, sobretudo de baleia, empregado em grande escala na iluminação de ambientes públicos e domésticos. Produto natural muito consumido na vida colonial e imperial brasileira, mas que perdeu sua utilidade ao ser substituído pelo querosene e, posteriormente, com o advento da eletricidade.⁹

Quando falamos em teoria da história ou do fazer historiográfico, segundo Dora Shellard Corrêa, a história ambiental latino-americana também reproduz algumas das questões existentes hoje dentro da historiografia em geral, tais como: se a história é discurso ou acontecimento; em que medida as mediações entre o historiador e a realidade retratada no documento são deformadoras; sobre a relação existente entre a cultura e a natureza, entre outras. No entanto, assim como os historiadores econômicos, os ambientais não levaram em conta, em suas primeiras análises, a possibilidade de ir além do espaço físico percebido e da necessidade de buscar o imaterial, as representações e significados a ele atribuídos. E mesmo nas pesquisas que tratam das representações e significados de uma dada paisagem, por exemplo, o pressuposto de que existe um real concreto presente na imagem se torna evidente.¹⁰

No entanto, como afirma José Augusto Pádua, a produção teórica em história ambiental vem chamando a atenção para a necessidade de, ao

⁸ DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 79.

⁹ MARTINEZ, Paulo Henrique, 2006, op. cit., p. 44.

¹⁰ CORREA, Dora Shellard. *História Ambiental e Paisagem*. HALAC, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, set. 2012 – fev. 2013, p. 49.

destacar a importância do mundo biofísico, não incorrer no erro de considerar que este se apresenta de forma direta, positiva e imediata à percepção humana. O ser humano age sempre a partir de sentidos e compreensões, estando imerso na linguagem, nos mecanismos de cognição e sob a influência de visões culturais historicamente construídas.¹¹ E, neste sentido, a apropriação dos recursos da natureza bem como a valoração das paisagens possuem uma clara historicidade.

Em um exame preliminar da produção existente, pode-se supor que a história ambiental esteja mais próxima da história econômica no que diz respeito à atenção dada às questões materiais, ou materialidades. Em certa medida, isto pode ser explicado porque, pelo menos no caso do Brasil, os primeiros modelos de enfoque e de tratamento do meio ambiente tenham sido fornecidos pela história econômica. Ou ainda, pelo fato de que, assim como aqueles historiadores, os ambientais também sejam chamados a participar de projetos de planejamento e de instrução de políticas públicas. No entanto, se tivermos como objeto de análise as produções da última década neste campo, podemos perceber o aprofundamento de um diálogo entre a história ambiental e a história cultural.¹²

O historiador, segundo Certeau, pode transformar em cultura os elementos que extrai de campos naturais:

Desde a sua documentação (onde ele introduz pedras, sons, etc.) até o seu livro (onde plantas, micróbios, geleiras, adquirem o estatuto de objetos simbólicos), ele procede a um deslocamento da articulação natureza/cultura. Modifica o espaço, da mesma forma que o urbanista, quando integra o campo no sistema de comunicação da cidade, o arquiteto quando transforma o lago em barragem, [...]. Modifica o meio ambiente através de uma série de transformações que deslocam as fronteiras e a topografia interna da cultura. Ele "civiliza" a natureza – o que sempre significou que a "coloniza" e altera.¹³

¹¹ PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010, p. 93.

¹² CORREA, Dora Shellard, 2012-2013, op. cit., p. 48-49.

¹³ DE CERTEAU, Michel, 1982, op. cit., p. 80.

Para José Augusto Drummond, um dos pressupostos teóricos que a história do meio ambiente, ou história ambiental, nos apresenta, é o de “explorar as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas”.¹⁴ Desta forma, no estudo do papel da cultura nos usos dos recursos naturais, devemos ter em mente que um recurso só se constitui como recurso quando culturalmente identificado e avaliado como tal. Desta forma “não existem recursos naturais *per se*. Os recursos não se impõem unilateralmente à cultura, embora possam vetar alguns caminhos e estimular outros”.¹⁵

Em confluência com o interesse crescente dos historiadores brasileiros por temas ambientais, estamos cientes de que diferentes sociedades, em diferentes momentos e espaços, desenvolveram demandas e usos distintos da água. Em vista do exposto, o objetivo deste trabalho foi investigar e compreender historicamente as relações estabelecidas entre os habitantes de Desterro/Florianópolis¹⁶ e suas águas, observando como os diversos agentes apreendiam e utilizavam esse recurso natural no século XIX, buscando, sobretudo, analisar como o poder público, através de leis e regulamentos, procurava normatizar esses usos.

Assim sendo, o presente trabalho também tem o intuito de demonstrar historicamente, como a apropriação das águas urbanas de Desterro, ao longo do século XIX, ocorreu em diferentes esferas, por diferentes personagens, que as construíram e reconstruíram no terreno das práticas sociais e materiais, de captação, abastecimento, uso e ordenamento desses usos. Busca-se, portanto, atentar para relação dos sujeitos com o mundo natural que os circunda, e, sobretudo, para os usos do recurso natural hídrico, considerando o lugar e o papel que o meio ambiente ocupa nas transformações sociais determinadas historicamente.

Dentre os temas abordados, podemos destacar o uso das fontes e cariocas, bem como demais formas de acesso às águas; Como era feito o abastecimento do espaço urbano em geral, reconhecendo especialmente as dificuldades enfrentadas e carências deste serviço na antiga Desterro; A atuação dos diversos agentes sociais – como escravos, vigias de fontes, donos de fontes, carregadores de água e/ou aguadeiros, lavadeiras –

¹⁴ DRUMMOND, José Augusto. História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p 182.

¹⁵ Idem.

¹⁶ No ano de 1894, com o fim da Revolução Federalista, em virtude da homenagem ao então Presidente da República, Floriano Peixoto, passou a cidade do Desterro a chamar-se “Florianópolis”.

ligados com a dinâmica local da água em Desterro; E ainda a atuação do poder público municipal na regulamentação da distribuição da água na cidade.

Buscamos perceber, sobretudo, como os aspectos econômicos e sociais do abastecimento hídrico de Desterro no século XIX, devem ser entendidos de maneira indissociável do componente cultural destas práticas, seus usos e representações. Não podemos também deixar de fazer menção a característica insular da cidade de Desterro/Florianópolis, de modo que, portanto, as questões relativas ao abastecimento de água se tornam ainda mais complexas, dada a pouca abundância de água doce na Ilha, tanto no século XIX como em tempos atuais.

É ainda importante destacar, que a análise das transformações da relação humana com elementos da natureza e de suas influências na vida de uma sociedade nos permite uma leitura de novos ângulos da história local, considerando a questão ambiental como elemento essencial.

A pesquisa privilegiou a documentação produzida pela Câmara Municipal de Desterro, uma vez que essa instituição foi responsável por cuidar do provimento e ordenação das águas potáveis urbanas. Sob o viés teórico e metodológico da história ambiental, foram analisadas, nesta pesquisa, as formas de uso e de exploração do recurso natural hídrico ao longo do recorte temporal e espacial determinado. Neste trabalho, cruzamos a diversidade de fontes do fundo camarário, como os ofícios trocados entre os presidentes, fiscais e demais vereadores da Câmara com os Presidentes da Província, Códigos de Posturas Municipais, Livros de Receita e Despesa e Atas das Sessões da Câmara.

Ademais, utilizamos, como importantes documentos, os Relatórios de Presidente da Província de Santa Catarina. Estes trazem descrições acerca dos problemas enfrentados pela população desterrense em relação ao abastecimento de água. Além disso, trazem as intenções de melhoramentos do serviço prestado, as obras realizadas ou a serem implantadas, a necessidade de construção e melhoramento de fontes e chafarizes, além de relatos sobre o estado em que se encontravam os rios que atravessavam o centro da cidade, que muitas vezes se constituíam em questões de saúde pública devido a seu mal estado de conservação.

Utilizamos também, como importante base documental, os periódicos locais publicados entre os anos de 1832 e 1889. Estes foram analisados com o intuito de perceber a difusão de novos hábitos e valores para com os usos da água, bem como as demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes camadas que circulavam pela cidade, para com o sistema de abastecimento de água da cidade, ou ainda a necessidade de criação e modernização deste sistema, no início do século XX. Como

afirma Tania Regina de Luca estas "enciclopédias do cotidiano" contem registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões, que devem ser analisados levando em conta o seu lugar social de produção, atores envolvidos, bem como suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros.¹⁷

Assim como propôs o historiador Fernand Braudel, em seu estudo sobre as estruturas do cotidiano europeu nos séculos XV a XVIII, a introdução da vida cotidiana nos domínios da história nos abre um universo de possibilidades, de modo que quanto mais encurtamos o espaço da nossa observação, mais aumentam as oportunidades de nos encontrarmos no próprio terreno da vida material. A maneira de vestir, de comer, de ter acesso à água e os usos que dela são feitos, para os diversos estratos da sociedade, são sempre diferentes.¹⁸

Da mesma forma, este trabalho se constitui em uma longa viagem do lado de lá das facilidades e dos hábitos que a vida material atual nos proporciona. E, por certo, nos conduz a um outro universo de homens e mulheres em relação com os recursos da natureza. Ainda como afirmou Braudel, no plano das ideias, podemos considerar os homens do século XVIII, por exemplo, como nossos contemporâneos, uma vez que seu "espírito" e suas paixões permanecem suficientemente próximos dos nossos para que não haja defasagem. Entretanto

[...] se o mestre de Fernay nos retivesse em sua casa durante alguns dias todos os pormenores da vida cotidiana, até o cuidado que tivesse com a sua pessoa, nos surpreenderiam muito. Entre ele e nós abrir-se-iam terríveis distâncias: a iluminação a noite, o aquecimento, os transportes, os alimentos, as doenças, os medicamentos... Temos pois de, de uma vez por todas, nos desprender de nossas realidades ambientes para fazer, como convém, esta viagem contra a corrente dos séculos, para reencontrar as regras que, durante muito tempo, encerraram o mundo numa estabilidade bem pouco

¹⁷ DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 112.

¹⁸ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Volume 1. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 17.

explicável quando pensamos na mutação fantástica que iria se seguir.¹⁹

Para apreendermos esta outra realidade, fazendo uma viagem contra a corrente dos séculos, e compreender a rede de significados, propriedades e utilidades das águas, foi preciso, portanto, “mergulhar” através dos usos e práticas que as envolveram na vida urbana Oitocentista de Desterro. Este trabalho divide-se em três capítulos, os quais tratam de questões diferenciadas a respeito das águas potáveis de Desterro.

Para tanto, no primeiro capítulo desta dissertação, tratamos de alguns aspectos da relação histórica entre o processo de urbanização das cidades e as formas de organização, controle e domínio da circulação da água. Destacamos, ainda, como o domínio das águas no século XIX vem acompanhado de uma mudança de atitude, tanto em relação a este bem natural, como no modo como se passa a perceber a cidade, estando atentos à modificação das necessidades e dos usos deste recurso no meio urbano. Apresentamos, ainda, o cenário de nossa investigação: a freguesia do Desterro, como estava organizado o seu núcleo urbano, questões populacionais e econômicas, os cursos d’água que cortavam a cidade, bem como as fontes de água potável das quais se serviu a população durante todo o recorte temporal pesquisado.

No segundo capítulo, abordamos o fornecimento e administração das águas promovidos pela Câmara Municipal. Para tanto, procuramos identificar como se instituía uma produção ordenada das águas dirigida pela Câmara, considerando a interdependência estabelecida entre os recursos hídricos disponíveis, as ações envolvidas na construção e conservação dos mecanismos de abastecimento e os modos de ordenação de seu uso por parte do poder público. Primeiramente, tratamos dos elementos relativos ao funcionamento das Câmaras Municipais no Brasil no período Imperial: o modo como estavam organizadas, seus encargos e atribuições, e a conseqüente influência no ordenamento cotidiano das cidades Oitocentistas. O segundo eixo abordado neste capítulo contemplou as despesas com a rede de abastecimento hídrico de Desterro, isto é, o quanto se gastou, ou investiu efetivamente para fornecer o líquido de forma satisfatória, ou não, à população. Por fim, o terceiro aspecto analisado consistiu na atuação do poder público, na figura da Câmara Municipal de Desterro, a qual através dos Códigos de Posturas, procurava normatizar os usos e os acessos à água potável no espaço urbano.

¹⁹ Ibidem, p. 16.

O fio condutor do terceiro capítulo é o consumo das águas urbanas, bem como as permanentes dificuldades encontradas pelos habitantes no abastecimento, fossem eles usuários, trabalhadores e/ou gestores públicos. Neste, tratamos primeiramente das fontes públicas e particulares e do serviço de abastecimento, a composição destes equipamentos urbanos e os locais onde estavam edificadas, o que nos leva a investigar os meios criados para o consumo das águas na cena urbana. Em seguida, tratamos das formas de apropriação da água potável, das artes de coletar, transportar e conservar o líquido nas residências, atentando para a atuação dos diversos agentes ligados à dinâmica local da água em Desterro. E, por último, abordamos questões de salubridade urbana e da ciência higiênica, e como estas noções manifestaram-se em Desterro, principalmente nas últimas décadas do século XIX. Junto às referidas noções, delineamos algumas questões referentes à edificação da primeira rede de abastecimento de água potável de Florianópolis, já no século XX.

CAPÍTULO I – ÁGUA E CIDADE: O ESPAÇO URBANO DE DESTERRO NO SÉCULO XIX

1.1 Urbanização das cidades e das águas: uma relação histórica

Não há dúvidas de que a água é bioquimicamente vital, de modo que dificilmente podemos imaginar qualquer forma de vida sem ela. Sendo assim, a água, enquanto elemento socionatural²⁰, é indispensável para que se mantenha tanto o metabolismo corporal quanto o social, uma vez que a existência das cidades, bem como das práticas da vida cotidiana que constituem o universo urbano, estão diretamente condicionadas, entre outros aspectos, pelo fornecimento, circulação e eliminação das águas.²¹ A premissa da sobrevivência provocou, nas mais antigas formas de civilização, a necessidade de manusear, conter e distribuir as águas, o que nos permite afirmar que a urbanização da vida e a urbanização da água são processos intimamente relacionados. Desse modo, as relações cidadinas com a água potável compõem um longo processo histórico.

Ao abordar a contribuição das aldeias neolíticas na formação das cidades antigas, como uma espécie de estrutura embrionária dos antigos centros urbanos, Lewis Mumford afirma que suas principais inovações não se fizeram no âmbito das armas e dos instrumentos, como se tem considerado, mas sim no dos recipientes. No estudo das cidades, suas origens e transformações, o período Neolítico é notável por seus recipientes: uma era de utensílios de pedra e de cerâmica, de vasos, jarros, tinas, potes, depósitos, celeiros, casas e também de recipientes coletivos, como fossos de irrigação.²²

²⁰ Processos socionaturais envolvem a produção da cidade como um híbrido entre natureza e sociedade. Sob esta perspectiva de análise, em que são consideradas a historicidade e a geograficidade dos fatos sociais e naturais, considera-se a modernização no âmbito econômico enquanto fator determinante para a transformação das dinâmicas de conjuntos ecológicos inteiros. A partir do momento em que a sociedade impulsiona este processo, tem-se a produção da chamada socionatureza. Conforme SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”. In: ACSELRAD, Henri (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

²¹ SWYNGEDOUW, Erik; BOVARNICK, Andrew. *La crisis del abastecimiento de agua em la Ciudad de Guayaquil*. Quito: ILDIS, 1994. p. 13.

²² MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 16.

Com o armazenamento vieram a continuidade e os excedentes, sem os quais não seria possível descansar em temporadas de falta, e, em qualquer lugar que se faça necessário conservar e armazenar os excedentes, os recipientes tem fundamental importância. E nesse sentido, devemos notar que a vala de irrigação, o canal, o reservatório, o fosso, o aqueduto, o dreno, o esgoto, etc., também constituem recipientes destinados ao transporte imediato ou à armazenagem, sendo que o primeiro deles, a irrigação, foi inventado muito antes da cidade em si. Essas funções neolíticas, portanto, tiveram importância fundamental para as finalidades emergentes da cidade, lembrando-nos de quanto a cidade deve, tecnicamente, à aldeia: dela surgiram diretamente ou pela elaboração, o celeiro, o banco, o arsenal, a biblioteca, o armazém.²³

Mumford, em uma referência à Karl A Wittfogel, também destaca o controle coletivo da água como uma das características diferenciadoras dos Estados que floresceram na Idade da Pedra e do Cobre. O estudo da relação entre civilizações hidráulicas, na Mesopotâmia e no vale do rio Nilo, no Egito, e o crescimento do poder concentrado no Estado, para Wittfogel, têm importância na interpretação do desenvolvimento histórico da cidade.²⁴

Como dissemos, aliado à necessidade biológica de água, o processo de urbanização das sociedades tem-se baseado, invariavelmente, na organização, controle e domínio da circulação socionatural da água.²⁵ Edificações de poços, chafarizes, barragens e aquedutos remontam às sociedades do Egito, Mesopotâmia e Grécia. Os mesopotâmicos já utilizavam sistemas de irrigação (4.000 a.C.), com o desenvolvimento de um complexo sistema hidráulico que favorecia a utilização dos pântanos, evitava inundações e garantia o armazenamento de água para as estações mais secas. Na Índia destaca-se a galeria de esgotos em Nipur (3.750 a.C.) e os sistemas de água e drenagem no Vale do Indus (3.200 a.C.). Os sumérios (4.000 a.C.) relacionavam a água às mais importantes divindades, tendo construído neste período canais de irrigação, galerias, cisternas, reservatórios, poços, túneis e aquedutos. Em 2.000 a.C., a poluição dos recursos hídricos era punida entre os persas, e o *Avesta*,

²³ Ibidem, p. 17.

²⁴ Idem.

²⁵ SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 99.

escritura sagrada do Zoroastrismo, versa sobre cuidados com a higiene e a saúde.²⁶

O fornecimento de água potável, historicamente, também foi uma função coletiva da cidade. Primeiro era necessário que se mantivessem bem cuidados um poço ou um manancial, em um lugar achado conveniente ao desenvolvimento do povoado, depois, a edificação de um chafariz em praça pública ou de bicas e chafarizes nas vizinhanças, por vezes nas vias públicas ou dentro de quarteirões.²⁷ Segundo Mumford:

Uma das primeiras coisas que o papa Martinho IV fez, ao retomar a ocupação do Vaticano, após o grande Cisma, foi restabelecer um dos aquedutos quebrados de Roma, para levar água à sua crescente população. Em 1236, foi concedida uma patente para um encanamento de chumbo destinado a conduzir água do Córrego Tyborne para a cidade de Londres; instalaram-se encanamentos em Zittau, em 1374; e em Breslau, em 1479, a água era bombeada do rio e conduzida por manilhas através da cidade.²⁸

Do período medieval à época contemporânea, a do desenvolvimento industrial, observamos uma variedade crescente de utilizações indispensáveis da água, seja para a energia, para a bebida e claro, para a alimentação, uma vez que sem água não havia pão. A higiene, palavra concebida em seu sentido atual a partir do século XVIII, valorizava a diversidade dos usos e dos meios. Da água dependiam os três quartos do peso do corpo, as necessidades energéticas dos organismos, bem como uma grande parte de todos os transportes.²⁹

O papel desse segundo dos quatro elementos – terra, água, fogo e ar –, também era lembrado para explicar a natureza humana e sua relação com os grandes ciclos naturais. As águas, por toda a parte, se tornaram riqueza fundamental, além de um símbolo de abundância. Do poder da água e de seu simbolismo, provinha uma energia sacra intensa, evidenciada nas bênçãos e purificações da Igreja Católica, nos mitos das

²⁶ PITERMAN, Ana; GRECO, Rosângela Maria. A Água: seus caminhos e descaminhos entre os povos. *Revista APS*, v. 8, n. 2, p. 151-164, jul. /dez. 2005.

²⁷ MUMFORD, Lewis, op. cit., p. 352.

²⁸ *Ibidem*, p. 353.

²⁹ ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 185.

fontes da juventude, nas crenças largamente difundidas acerca de nascentes e fontes silvestres e sua ação milagrosa. Um bem cada vez mais cobiçado, porém cada vez mais raro e menos natural, à medida que seu uso e representação se transformavam, conforme o efeito de novas exigências da sociedade.³⁰

O domínio das águas no século XIX vem acompanhado de uma mudança de atitude, tanto em relação a este bem natural, como no modo como se passa a perceber a cidade. Segundo Swyngedouw:

A circulação de água corrente na cidade e o esforço para literalmente domesticá-la são bem recentes. A própria ideia de uma cidade ser permanentemente lavada, com água correndo em suas veias subterrâneas e encanamentos internos, foi desenvolvida no século XIX, poucos anos depois do conceito de circulação ter se tornado uma metáfora-chave para nos referirmos ao mundo. Harvey havia desenvolvido o *insight* da dupla circulação de sangue no corpo humano, Rousseau e Montesquieu falaram da “circulação” de poder e riqueza, enquanto Ricardo e Marx haviam explicado a circulação de dinheiro no capitalismo.³¹

No decorrer do século XIX, a cidade, enquanto elemento da vida humana, também passa a ser compreendida e estudada como um todo, em seus múltiplos aspectos, por diferentes áreas do conhecimento. A cidade “é ilustrada pela primeira vez como sendo uma instituição autônoma: não é mais representada simplesmente como no passado, mas agora ela é descrita de maneira detalhada como entidade completa.”³² Isto quer dizer que, para além da representação da realidade analisada, e da restituição das formas físicas que poderiam exaltar o isolamento de um contexto, tornam-se objetos de descrição da cidade também aquilo que não é perceptível ao olho humano. Aqueles dados de certa forma impalpáveis, mas que contribuem na definição do caráter urbano, como, por exemplo, as atividades econômicas, a distribuição da população e a difusão das

³⁰ Ibidem, p. 188.

³¹ SWYNGEDOUW, Erik, 2001, op. cit., p. 99.

³² ZUCCONI, Guido. *A cidade do século XIX*. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 65.

doenças.³³ Portanto, para que possamos melhor compreender e analisar as diversas questões relativas ao universo das relações entre homem e natureza, ou seja, entre água e cidade, é importante o entendimento desse novo modo de olhar a cidade e seus componentes.

Por volta do ano de 1860, o engenheiro catalão Idelfonso Cerdá foi figura notável na consolidação de princípios para uma aproximação “objetiva” da cidade, a qual poderia dar-nos uma ideia do quadro urbano em toda a sua complexidade. Para fornecer este quadro de referência geral de um aglomerado urbano, Cerdá indicava como instrumentos essenciais: a pesquisa estatística, a representação topográfica e a descrição detalhada.³⁴ A partir de então, Cerdá enuncia uma nova forma crítica de aproximação metodológica dos problemas urbanos, sugerindo a necessidade de se elaborar uma teoria geral da urbanização (como ele denominou toda uma disciplina), com regras e normas internas e essenciais que permitissem uma teorização de valor universal.³⁵

Em especial, após 1850, esse novo modo de olhar a cidade oferece mais um campo de ação: a história urbana. A partir da utilização das fontes históricas, são criados novos perfis históricos ligados aos acontecimentos chave dos grandes centros urbanos europeus, lavrados em documentos como: atestados e franquias imperiais, sigilos papais, estatutos municipais, atos de submissão, etc. O que contribuiu para a reformulação de um perfil urbano que, à época, procurava romper com velhos estereótipos ou com antigas lendas sobre a fundação das cidades.³⁶

Em uma série de ensaios publicados em 1858, o escritor e filósofo italiano Carlo Cattaneo procurou especificar, nos acontecimentos dos centros urbanos, o cerne da história italiana, propondo olhar para ela com “os olhos de um cientista, eliminando lugares comuns e liberando-as de todos os mitos persistentes, [...] aludindo a um tema muito importante para que seja deixado nas mãos de diletantes.”³⁷ Porque, afinal, para este autor, a cidade podia ser considerada como “o princípio da História”.

³³ Idem.

³⁴ Ibidem, p. 66.

³⁵ GARCÍA-BELLIDO, Javier. Idelfonso Cerdà y el nacimiento de la Urbanística: la primera propuesta disciplinar de su estructura profunda. Barcelona, *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. IV, n. 61, abr. 2000. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-61.htm> . Acesso em: 13 ago. 2017.

³⁶ ZUCCONI, Guido, op. cit., p. 67.

³⁷ Ibidem, p. 68.

Ainda neste campo de estudos, em *A Cidade Antiga*, publicado em 1864, o historiador francês Fustel de Coulanges constrói uma história dos assentamentos humanos que se desenvolveram nas Grécia e Roma antigas. Ao abordar em profundidade aspectos relativos à organização dessas sociedades, seus modos de vida, estrutura familiar, religiosidade e religião, direito, etc., o surgimento, evolução e consolidação das cidades no contexto greco-romano é explicitado.³⁸ Observando a cidade antiga e suas instituições, e com base em Aristóteles e em sua teoria das três fases de desenvolvimento, incorporando uma série de formulações sociológicas recentes, Fustel apresenta uma obra onde, pela primeira vez, a cidade emerge como uma entidade historiográfica autônoma.³⁹

Segundo Guido Zucconi, arquiteto italiano e mestre em História da Arquitetura, o século XIX também caracteriza o momento em que a hidráulica deixa de ser um problema do território em geral para se transferir para a cidade. Entre os séculos XVI e XVII o campo de elaboração e de verificação dos estudos em hidráulica havia sido oferecido por contextos bastante específicos, como por exemplo as terras baixas da Holanda ou as lagoas do Vêneto.⁴⁰ A partir de então:

Os especialistas de águas fornecem uma chave para analisar e quantificar todos os elementos dinâmicos da cidade: eles os inserem na perspectiva de poderem ser reconduzidos a uma condição de fundamental equilíbrio. A hidráulica tem o papel de metáfora técnica, oferecendo-se como terreno adequado para abstrações e para simulações ligadas à noção de movimento.⁴¹

Também característica deste período, “as redes”, nos setores das águas, viário e de edificação, correspondem a um tipo de projeto em escala urbana que, após 1850, afeta desde as duas metrópoles mundiais, Londres e Paris, até médias e pequenas cidades. Verifica-se, a gestação e o desenvolvimento de um caráter global que relaciona uma ampla gama de problemas urbanos a partir do subsolo, a partir das redes subterrâneas.

³⁸ FUSTEL DE COULANGES, Numa-Denis. *A cidade antiga*. 2. ed. São Paulo: M. Claret, 2007. 421 p.

³⁹ ZUCCONI, Guido, op. cit., p. 68.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 81.

⁴¹ *Idem*.

São concebidas, dessa forma, outras redes tão invisíveis quanto importantes para o funcionamento da nova cidade oitocentista.⁴²

E, em relação aos demais sistemas em rede, as águas merecem uma atenção especial, uma vez que historicamente estão relacionadas a saberes e tradições multisseculares. Por este motivo, em matéria de instalação hídrica, as mudanças ocorridas durante século XIX nas cidades europeias se apresentam de maneiras diferentes. Em alguns casos, as modificações operadas representam uma complementação de um desenho medieval. Já em outros casos, as mudanças estruturais promovem uma clara transformação, reduzindo, ou até eliminando, a presença da água no meio urbano.⁴³ Podemos citar como exemplo a cidade de Módena, na Itália, em que a água desaparece completamente da paisagem; em outras, como Bruges, na Bélgica, a água permanece, como que ligada a valorização de uma imagem do passado.⁴⁴

Em algumas cidades do norte da Itália, a passagem para a era contemporânea marca uma brusca redução das superfícies aquáticas devido aos amplos programas de aterramento, cobertura e canalização subterrânea. Podemos observar,

Em Paris, assim como em Roma, em Magonza, assim como em Verona, a construção dos “paredões” nas laterais do leito do rio transforma a relação com o rio, interrompendo uma série de ligações funcionais e visuais. [...] Uma vez realizado, o *paredão* permite a criação de passeios e ruas de escoamento veloz para carroças, dentro de um novo sistema viário.⁴⁵

Junto à paisagem, muda também o papel tradicionalmente exercido pelo curso de água, de ligação entre a cidade e seu interior natural, principalmente no que se refere ao fornecimento de suprimentos destinados à alimentação e a construção.⁴⁶ O século XIX, portanto, é marcado pelas grandes obras de canalização, dentro e fora dos centros habitados, e, se por um lado esse processo contribui para a consolidação dos planos de contenção das cheias, de racionalização das vias aquáticas e dos portos, por outro lado acaba por promover o rompimento de uma

⁴² Ibidem, p. 95.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Ibidem, p. 97.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Ibidem, p. 96.

relação de continuidade funcional e topográfica entre a cidade e seu elemento aquático.

Como afirma Daniel Roche, historicamente, as pressões humanas sobre a água são muito fortes. Durante milênios a humanidade supriu suas necessidades sem maiores inquietações sobre a disponibilidade dos recursos naturais. No entanto, gradativamente a partir do início da época Moderna, o crescimento urbano começou a provocar mudanças e interrogações. A água, como principal força de energia, também tornava dependente os transportes, as primeiras indústrias para os seus motores, a subsistência dos moinhos e dos pesqueiros. Também as necessidades do lar, os banhos públicos, os chafarizes e os jardins. E, a partir de então, surge uma consciência de que uma ameaça planava sobre os abastecimentos hídricos.⁴⁷

O abastecimento e o consumo das cidades, portanto, assim como dos campos, foram pautados historicamente por exigências e escolhas decorrentes de uma concepção de mundo, e que decidiram as utilizações específicas da água. Sua escassez e seu custo nos permitem compreender aquele momento em que a água passa a ser, se não insuficiente, pelo menos difícil de obter apesar da abundância natural, porque as técnicas estavam estabilizadas sob a égide do paradigma vitruviano, e influenciadas, como vimos, pela superioridade da arquitetura hidráulica, e porque as escolhas estavam divididas entre o desperdício dos grandes e a parcimônia dos pequenos.⁴⁸

De acordo com Denise Tedeschi, o tratado *De Architectura*, de Vitruvius, arquiteto romano que viveu no século I a.C., constituiu a base para a condução das águas apropriadas ao abastecimento das cidades, de modo que seus ensinamentos serviram como modelo, ou até mesmo como padrão durante muitos séculos, constituindo assim o paradigma ao qual nos referimos acima.

Em sua obra, redescoberta pelo Renascimento no século XV, o romano considerava que as águas interferiam desde a escolha do sítio à fundação de novas cidades. Atento às questões de salubridade, julgava que um lugar ideal deveria estar longe dos pântanos, uma vez que as águas estagnadas apodrecem, produzindo nestes lugares exalações fétidas e pestilentas.⁴⁹

⁴⁷ ROCHE, Daniel, op. cit., p. 185.

⁴⁸ Ibidem, p. 190.

⁴⁹ VITRÚVIO. *Tratado de arquitetura*. Lisboa: IST Press, 2006 apud TEDESCHI, Denise M. R. *Águas urbanas: as formas de apropriação das águas nas Minas (Século XVIII)*. São Paulo: Alameda, 2014. p. 30.

Vitrúvio propunha também soluções para a conservação do líquido no interior das cidades, através dos telhados de duas águas, que podiam desviar as intensas chuvas para poços e cisternas, e ainda as soluções para aterro e drenagens de jardins. Igualmente aconselhava maneiras de se distinguir as águas apropriadas das insalubres, bem como modos de se conduzirem as águas, a partir dos benefícios e prejuízos dos três tipos de materiais empregados nas canalizações: alvenaria, chumbo e cerâmica.⁵⁰ Desta forma, o arquétipo vitruviano sobre métodos e formas, propriedades e técnicas para o tratamento das águas urbanas estabeleceu-se, durante muito tempo, como o principal referencial na Europa moderna ocidental.

A utilização dos recursos hídricos no espaço urbano foi caracterizada historicamente por três soluções principais: o acesso direto a utilização dos rios, córregos, pontos de água, lagos e lagoas; a captação das fontes e sua condução para as casas ou cidades, o que também poderia ser feito por meio de aquedutos ou canalizações subterrâneas; e o recurso ao lençol freático por meio da escavação de poços. Apesar da dificuldade de conhecermos a capacidade e as variações no tempo desses três processos, eles coexistiram por quase toda parte. Influenciavam para isso disponibilidade, condições climáticas e geográficas, tradições regionais, entre outros aspectos.⁵¹

A tranquilidade dos povos e o bom governo dos reinos na Europa do oitocentos, dependiam da administração das águas, seu fornecimento e distribuição nos espaços da cidade. Como afirma Fernand Braudel, a água nem sempre existia em abundância, e, apesar dos conselhos de médicos ou especialistas que consideravam certa água preferível a outra, conforme as doenças, haviam de se contentar com a que era disponível: “da chuva, da ribeira, da fonte, da cisterna, do poço, do cântaro ou do recipiente de cobre onde é sensato tê-la de reserva na casa de uma família prudente.”⁵²

Na Europa, nos séculos XVII e XVIII, mesmo as cidades mais ricas não possuíam abastecimento de água satisfatório, tanto em qualidade como em disponibilidade. Era o caso de Veneza, em que a água das chuvas era captada por cisternas, baseadas em um rudimentar sistema de filtragem desta água por uma fina areia, ou ainda, muitas vezes trazida de outras localidades em um operoso serviço de barcos. A mesma situação podia ser observada em cidades da Holanda, que tinham seu

⁵⁰ TEDESCHI, Denise, op. cit., p. 31.

⁵¹ ROCHE, Daniel, op. cit., p. 191.

⁵² BRAUDEL, Fernand, op. cit., p. 202.

abastecimento resumido às cisternas, aos poços de pouca profundidade e à água não tão salubre provinda dos canais.⁵³

Quanto aos aquedutos, não eram muitos em atividade, sendo os mais famosos o de Istambul, o de Segóvia, e os de Portugal (Coimbra, Tomar, Vila do Conde, Elvas e o das Águas Livres em Lisboa). Em Gênova, a alimentação das fontes a leste da cidade era fornecida pelo aqueduto de *La Scuffara*, em que a água fazia girar rodas de moinho no interior das muralhas e depois dividia-se pelos bairros. Em Toledo (1526) e Augsburg (1548), grandes rodas hidráulicas e bombas aspirantes elevavam a água dos córregos para o suprimento dos habitantes dessas cidades. Em 1770, em Londres, as águas do Tâmsa chegavam em todas as casas por canalizações subterrâneas de madeira, distribuída três vezes por semana, e acondicionada em grandes pipas.⁵⁴

Todos estes processos, caracterizam um grande salto quantitativo e qualitativo nos meios de abastecimento de água e em seus sistemas técnicos, o que apenas era suscetível de acontecer se a pressão das necessidades impusesse uma busca por novas soluções. Essas, surgiam na própria dinâmica urbana, acompanhadas de um contexto de profunda mudança de mentalidade: “o serviço das águas passando de uma concepção privilegiada e aristocrática para uma dimensão de apropriação coletiva com a finalidade do controle social, sanitário e econômico.”⁵⁵

Desde então, eram frequentes os conflitos em relação a urbanização das terras da cidade, bem como importava a exploração econômica dos reinos imaginada pelos engenheiros, na exploração da natureza. A “conquista ecológica da água”⁵⁶ torna-se, dessa forma, um elemento necessário para o crescimento e a expansão da cidade.

Em síntese, podemos afirmar que a história política, social e ecológica de muitas cidades pode ser escrita através da perspectiva da necessidade de urbanizar e domesticar a água da natureza, crescendo à medida que a cidade se expande. Esta afirmação pode nos ser ainda mais compreensível se tomarmos de empréstimo a metáfora da “cidade num copo d’água”, elaborada por Erik Swyngedouw.

Conforme afirma esse autor, se fossemos captar um pouco d’água em um copo, metaforicamente, teríamos ali muito mais do que apenas água. Nosso copo, incorpora em si múltiplos aspectos inter-relacionados da cidade: a história de uma sociedade e dos processos socioecológicos

⁵³ Idem.

⁵⁴ Ibidem, p. 204.

⁵⁵ ROCHE, Daniel, op. cit., p. 208.

⁵⁶ SWYNGEDOUW, Erik, 2001, op. cit.

que produziram seu espaço urbano; de doenças de veiculação hídrica e especulação acerca do futuro e das opções da indústria da água, de reações e transformações químicas, físicas e biológicas, do ciclo hidrológico, dos conhecimentos dos engenheiros, da passagem do rio para reservatórios urbanos, entre tantos outros.⁵⁷

Nosso copo d'água, relaciona todos esses sujeitos e objetos em uma grande rede, conectando intimamente as relações socioambientais e inserindo-as numa economia política do desenvolvimento urbano, nacional e global de circulação de água. É, portanto, a partir dessa perspectiva, que podemos teorizar o processo de urbanização, tendo a água não apenas como ponto de partida, mas como elemento central, que contem em si as múltiplas dimensões culturais, simbólicas e materiais de uma sociedade.

Dessa forma, buscamos evidenciar que as atitudes para com o elemento natural água, devem ser analisadas, de um lado, pela maneira como as sociedades procuraram resolver os seus problemas de produção/suprimento e distribuição, e, de outro, pelos modos de utilização e tipos de consumo. É igualmente importante estarmos atentos aos aspectos referentes à modificação das necessidades e dos usos deste recurso, e sua relação com a evolução das maneiras de ver e suas representações.⁵⁸

Se fizermos o exercício de trazer a discussão sobre água e cidade a um cenário mais próximo do nosso, podemos observar que, no Brasil, não são muitos os (as) historiadores (as) que dedicam seus estudos ao abastecimento de água das cidades brasileiras no século XIX.

Paulo Henrique Martinez, em estudo sobre o histórico do abastecimento de água na cidade de São Paulo, propôs a seguinte reflexão: “Como a água se tornava disponível para o consumo nas cidades?”. Questão a princípio elementar, mas que nos serve de ponto de partida para o problema de pesquisa: analisar como a água se tornava disponível para o consumo da população de Desterro no século XIX.

Como aponta Martinez, as cidades brasileiras, em geral, eram mal abastecidas de água durante os séculos XIX e primeira metade do XX. O maior problema, no entanto, não era a disponibilidade ou abundância, mas sim o acesso e a qualidade deste recurso. Os chafarizes eram um dos meios de assegurar o abastecimento público nas áreas urbanas, embora fossem em pequeno número e bastante concorridos, além de estarem sujeitos ao mau funcionamento causado pela falta de

⁵⁷ Ibidem, p. 85.

⁵⁸ ROCHE, Daniel, op. cit., p. 190.

manutenção adequada e constantes depredações. Por outro lado, as opções mais comuns e recorrentes eram as bicas de água e as fontes naturais, que, no entanto, exigiam maior deslocamento, uma que vez que se localizavam em pontos distantes, além de oferecerem o risco de uma água de menor qualidade.⁵⁹

Entre o chafariz, fonte ou bica, e o consumo doméstico havia a necessidade de que a água fosse coletada e transportada pelos moradores até suas residências. Os que não realizavam esta tarefa recorriam aos aguadeiros e carregadores de água, que circulavam pelas ruas da cidade vendendo o líquido. Percebe-se, portanto, que esta demanda fez surgir figuras sociais bastante características, comuns no espaço urbano brasileiro neste período.

Importantes fontes de abastecimento de água à população das cidades, as fontes e os chafarizes também podem ser analisados como espaços de sociabilidade peculiares, uma vez que por eles circulavam muitos e diferentes tipos sociais. Escravos, carregadores e vendedores de água, viajantes, lavadeiras, desocupados, entre outros, podiam provocar discussões, disputas, provocações e mal-entendidos na hora de coletar a água que precisavam, e por isso eram vigiados por soldados encarregados de impedir confusões.⁶⁰ Como afirma a historiadora Denise Bernuzzi de Sant'Anna:

Por vezes, as disputas pela água tomavam a forma de brigas entre os frequentadores dos chafarizes e contavam com a intervenção da polícia. Por conseguinte, a presença dos chafarizes podia tanto valorizar os terrenos a eles vizinhos como, ao contrário, contribuir para deles afastar as famílias abastadas que porventura residiam próximas a estes conhecidos locais de aglomeração.⁶¹

Em se tratando de estudos que tem como temas centrais a água, o abastecimento hídrico, bem como as formas de apropriação das águas no meio urbano brasileiro, devemos também citar o trabalho de referência

⁵⁹ MARTINEZ, Paulo Henrique. O abastecimento de água: vida cotidiana e desigualdade social. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: Editora Senac SP, 2007. p. 75.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 70.

⁶¹ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Vida e morte dos chafarizes na cidade de São Paulo. *Revista do Arquivo Histórico Municipal*, São Paulo, v. 203, n. 1, p. 81-90, 2004. p. 84.

da historiadora Denise Bernuzzi de Sant'Anna, ao analisar as relações entre os usos das águas na cidade de São Paulo e seus moradores no século XIX. Em *Cidade das Águas*⁶², a presença da água nos costumes dos moradores da cidade paulista é estudada de forma ampla, desde sua passagem por bicas e chafarizes até a construção das primeiras usinas no rio Tietê. Ao longo da referida obra, a autora demonstra a existência de uma infinidade de interdependências entre o uso da água e sua distribuição, incluindo o cotidiano de escravos e imigrantes, questões de medicina e epidemias, os interesses privados, as políticas públicas, questões de engenharia hidráulica, entre outros.

Sant'Anna, ao analisar as relações entre os usos da água na cidade de São Paulo e o corpo de seus moradores no século XIX, afirma que dos antigos rios, fontes e chafarizes até o estabelecimento da Companhia Cantareira, uma cultura das águas caracterizou a vida paulistana, marcou disputas e alianças sociais, além de ter revelado gestos e sensibilidades que não são mais visíveis no cotidiano da cidade atual.⁶³

Assim, ao discorrer sobre a relação das pessoas com a água e os usos que dela faziam, a autora nos oferece importantes análises, uma vez que os usos deste fluído essencial nem sempre foram entendidos dentro dos mesmos valores e necessidades que temos hoje. O gesto de abrir e fechar as torneiras, por exemplo, que atualmente executamos com naturalidade em nosso cotidiano, não era muito evidente para indivíduos habituados a retirar a água com baldes, bacias ou canecas de dentro de poços, tinas, fontes ou rios. O frequente uso de baldes para recolher a água dos rios e fontes, bem como a necessidade de suspendê-los e colocá-los na cabeça para o transporte, eram gestos bastante comuns em boa parte do século XIX e início do XX. Além disso, havia uma infinidade de utensílios e materiais utilizados para a coleta, transporte e armazenamento da água, testemunhos da cultura técnica e material da época, como barris, pipas, filtros de barro, cuias, potes, jarros, baldes, entre tantos outros. Seus usos e modo de transporte fornecem informações preciosas sobre o cotidiano da cidade.⁶⁴

Mesmo que seu recorte cronológico seja o século XVIII, não podemos deixar de fazer menção ao trabalho da historiadora Denise

⁶² SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2007.

⁶³ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. O corpo na cidade das águas: São Paulo (1840-1910). *Projeto História*. São Paulo, v 25, p. 99-114, dez. 2002. p. 99.

⁶⁴ SANT'ANNA, Denise, 2002, op. cit., p. 102.

Tedeschi, no qual trata das formas de apropriação das águas no espaço urbano de Marina, capitania das Minas Gerais, entre os anos de 1745-1798.⁶⁵ Em *Águas urbanas: as formas de apropriação das águas nas Minas*, a historiadora desnaturaliza um dos hábitos mais ordinários da humanidade, o consumo da água, tratando das formas das quais se utilizaram, governantes e cidadãos, para se apropriar das águas no espaço urbano de Mariana. Tedeschi analisa as maneiras como as águas do Ribeirão do Carmo, o principal rio que banhava as terras do povoado aurífero, interferiram na produção espacial urbana. Também são alvo de suas análises a estruturação da rede de abastecimento da cidade, o fornecimento das águas promovido pela Câmara Municipal, bem como os usos e significados atribuídos pela população aos chafarizes públicos, as normas e desvios destes usos.

Neila Barreto, em *Bicas, fontes, chafarizes: Caixa d'água Velha e a água de beber no espaço urbano de Cuiabá (1790 – 1886)*, trata da água potável no espaço urbano de Cuiabá, entre os anos de 1790-1886. No estudo das formas de obtenção e uso no espaço da Vila e da cidade, a autora vai em busca da historicidade dessa relação, a qual, segundo Barreto, exigira que a população cuiabana vivesse em constante conflito. A busca incessante por água doce potável, por parte da população, gerava constantes reclamações às autoridades responsáveis. Estas, por sua vez, por meio dos relatórios de presidentes da província, justificavam-se na afirmação de que problema do abastecimento público da água potável não se resolvia em função da falta de dinheiro nos cofres do governo.⁶⁶

Os problemas com as doenças ou epidemias que constantemente se agravavam quando o líquido era escasso ou quando seu fornecimento era dificultado pelas enchentes ou pelas secas, também são alvo do referido trabalho. Ainda segundo Barreto, em Cuiabá, à época, quem dependesse das águas dos chafarizes, precisava dispender recursos por esses serviços, normalmente prestados pelos escravos e depois pelos carroceiros e pipas. De modo que a população cuiabana obteve o seu primeiro sistema de abastecimento público de água doce potável por meio de cano de ferro levado até às suas residências no ano de 1882, no governo do presidente de província José Alencastro.

Ademais, outras produções acadêmicas podem ser destacadas. Lorena de Pauli Cordeiro, em dissertação de mestrado intitulada *Uma*

⁶⁵ TEDESCHI, Denise, op. cit.

⁶⁶ BARRETO, Neila M. S. *Bicas, fontes, chafarizes: caixa d'água velha e a água de beber no espaço urbano de Cuiabá – 1790-1886*. Cuiabá: Carlini&Caniato Editorial, 2015.

História Ambiental dos mananciais da Serra do Mar: o abastecimento de água para Curitiba (1870-1929), através da perspectiva teórico-metodológica da História Ambiental, identifica e analisa as condições e o contexto de escolha e utilização dos mananciais aquíferos da Serra do Mar como fonte de captação para o primeiro sistema de abastecimento hídrico da cidade de Curitiba, inaugurado em 1908. Na busca por compreender o porquê da escolha dos referidos mananciais, a autora afirma que, dentre as justificativas apresentadas para a captação da água na Serra do Mar, no começo do século XX, estava a afirmação de que o lugar era desabitado, e, portanto, compatível com todas as condições de potabilidade da água. Em virtude disso, a análise das propostas de captação no decorrer da segunda metade do século XIX indicou que a escolha dos mananciais aptos a servir para o abastecimento hídrico de Curitiba era feita a partir da ideia de ausência de interferências e da presença humana. Como sustenta Cordeiro:

[...] a intenção era encontrar água num lugar em seu “estado original” e, se nesta direção, a buscaram na Serra do Mar, não foi somente por motivos técnicos. Havia uma imagem da Serra estabelecida por aqueles que se relacionaram com ela, uma visão que remetia ao paraíso, a qual influenciou a escolha da região dos Mananciais da Serra para o abastecimento da cidade de Curitiba, embora o local fosse amplamente habitado desde o início do século XIX.⁶⁷

As águas e a cidade de Belém do Pará, tese de doutoramento de Conceição M. Rocha de Almeida⁶⁸, trata de uma história social das águas em Belém do Pará no século XIX, tendo como ideia central a noção de que a constituição da cidade ao longo deste período guardou uma relação bastante próxima com as suas águas.

⁶⁷ CORDEIRO, Lorena de P. *Uma História Ambiental dos mananciais da Serra do Mar: o abastecimento de água para Curitiba (1870-1929)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2008.

⁶⁸ ALMEIDA, Conceição M. Rocha de. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura no século XIX*. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2010.

Conectada com a abundância de rios em suas proximidades, a autora procura expor que a construção de Belém é também uma história de “conquista” de suas águas, realizada pelos habitantes da cidade juntamente com aqueles que a visitavam (viajantes). Este processo implicou, invariavelmente, no conhecimento e na organização das águas, desde a construção de saberes sobre a localização do líquido ao longo do espaço urbano, até as opções relativas a seu uso e controle. Neste trabalho, igualmente são discutidas questões relacionadas aos ofícios que guardavam estreita relação com os usos d’água: o de aguadeiro, lavadeira e de cozinheira (o); a obtenção e os usos dos diversos objetos relacionados à água nos domicílios, e o atendimento das necessidades dos moradores de Belém, necessidades essas marcadas por questões como condição social, o trabalho, o gênero, formação intelectual, entre outras.

Machado de Almeida, em sua dissertação de mestrado⁶⁹, dedicou-se a analisar as formas de acesso e os usos d’água no Rio de Janeiro escravista. Ao analisar as iniciativas das instituições governamentais responsáveis pelo abastecimento de água no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX (Ministério do Império e Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas), o autor descreve o processo que chamou de “domesticação da água”. Isto porque trata de um período onde o modelo de distribuição de água baseado na coleta nos chafarizes e demais fontes públicas, foi sendo gradativamente substituído pela distribuição no interior das residências, por intermédio das chamadas penas d’água⁷⁰, o que proporcionou uma nova dinâmica ao cotidiano da

⁶⁹ ALMEIDA, Gilmar Machado de. *A domesticação da água: os acessos e os usos da água na cidade do Rio de Janeiro entre 1850 a 1889*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2010.

⁷⁰ Segundo Gilmar M. de Almeida a “água particular” era a água abastecida por penas d’água diretamente às residências cariocas. O fornecimento por penas d’água dava-se da seguinte maneira: para se obter uma concessão, o indivíduo interessado devia requerer o benefício junto ao Ministério dos Negócios do Império, que por sua vez consultava o Inspetor Geral das obras públicas que poderia deferir ou indeferir o pedido. Sua análise se dava de acordo com o desejo de uso do concessionário e com a abundância ou com a escassez das águas destinadas ao uso público na região. O concessionário só recebia a titularidade da água quando pagasse ao Tesouro Público a quantia de cem mil réis por pena d’água concedida. Em 1840, ano em que foram dadas as primeiras concessões, estas eram controladas pelo Ministério dos Negócios do Império e cada concessionário poderia requisitar até duas penas d’água. ALMEIDA, Gilmar, op. cit., p. 107.

capital do Império. A noção de “domesticação” também é usada por Machado de Almeida no sentido do desafio proposto pela técnica (engenharia) frente à natureza, o de fornecer com eficiência o líquido tão necessário.

Se aproximarmos um pouco mais a nossa lente, veremos que a produção historiográfica que aborda, como tema central, o abastecimento hídrico de Desterro/Florianópolis é ainda mais escassa. Susana Cesco, em sua tese sobre as transformações ambientais e sociais ocorridas na Ilha de Santa Catarina ao longo século XIX⁷¹, aborda questões como a iluminação pública e o abastecimento de água potável, na medida em que procura demonstrar a dimensão da metamorfose urbana sofrida por Desterro ao adquirir contornos de cidade, mesmo que pequena, e deixar sua faceta de vila agrícola para trás.

Neste trabalho, portanto, questões gerais relativas ao abastecimento de água da cidade são abordadas em meio a tantas outras questões florestais, agrícolas e urbanas. Neste contexto, considera-se o desmatamento, o aproveitamento das madeiras extraídas, a terra limpa, a produção agrícola e os núcleos urbanos em constante crescimento, como partes de um grupo de projetos e ideias de civilização que ultrapassaram as questões econômicas ou políticas que visavam a ocupação estratégica e a extração de recursos do território.

Devemos fazer menção também ao estudo analítico sobre o processo histórico de mutação da paisagem urbano-arquitetônica do centro da cidade de Florianópolis, realizado por Eliane Veras da Veiga.⁷² Em *Florianópolis: memória urbana*, a arquiteta e historiadora enfatiza os aspectos relativos a origem e a evolução deste núcleo urbano litorâneo e as transformações pelas quais passou ao longo do período entre os anos de 1850 e 1930.

Em meio a um apurado levantamento e revisão de fontes documentais escritas e iconográficas, destacamos o esforço de produção de um grande número de quadros informativos e de mapas, os quais nos fornecem importantes dados acerca da configuração espacial do núcleo urbano de Desterro, e suas transformações ao longo do período em questão. Destes, merece destaque o mapa em que estão localizadas, no

⁷¹ CESCO, Susana. *Floresta, agricultura e cidade: transformações ambientais e sociais na Ilha de Santa Catarina no século XIX*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2009.

⁷² VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010.

perímetro urbano central, as fontes de água potável, o qual foi de grande valia para os estudos iniciais do trabalho que ora se apresenta.

Diante do que foi apresentado, portanto, acreditamos que o espaço das águas na produção da trama urbana das cidades brasileiras seja um campo de investigações ainda pouco explorado pela historiografia. Como afirma Barreto, seja como for, mesmo com o aumento da produção do conhecimento histórico no Brasil sobre os ambientes urbanos nas últimas décadas, se procurarmos pelas águas urbanas, acabaremos com a sensação recorrente de que essa é “uma história ainda pouco conhecida”.⁷³ Os espaços das águas eram múltiplos, assim como eram variados seus usos e artifícios para conduzi-las e administrá-las. Em Nossa Senhora do Desterro, no século XIX, não era diferente: a relação com suas águas e seu fornecimento à população tiveram participação na constituição e manutenção de seu espaço urbano, como veremos a seguir.

Resta-nos, ainda, afirmar que história urbana das cidades na América Portuguesa consiste em objeto de análise frequentemente retomado no debate historiográfico. Como nos mostra Nestor Goulart Reis Filho, as formações urbanas brasileiras não constituem um conjunto de dados aleatórios, mas se desenvolvem enquanto parte de uma estrutura dinâmica, a qual chamou de “rede urbana”. Esta, por sua vez, deve ser compreendida a partir do sistema colonial que a engendrou, sendo resultante de um processo em que estiveram envolvidos diferentes agentes sociais, que se apropriaram, produziram e transformaram o espaço.⁷⁴

Considerar a urbanização enquanto processo social, portanto, implica em compreender que seu desenvolvimento provoca o aparecimento e a transformação de núcleos, como consequência das interações humanas a ele relacionadas. Para Reis Filho, o processo de urbanização se dá quando, em uma sociedade, existe uma divisão social do trabalho de forma permanente, na medida em que parte considerável da população deixa de se dedicar à produção de alimentos e passa a depender, para sua subsistência, dos produtos do trabalho de outra parcela da sociedade. Logo, à cada sistema econômico corresponde um determinado índice de urbanização, determinado através do volume e natureza das trocas urbano-rurais que estabelece.⁷⁵

⁷³ BARRETO, Neila, op. cit., p. 12.

⁷⁴ REIS FILHO, Nestor Goulart. Contribuição ao estudo da Evolução urbana do Brasil (1500-1720). São Paulo: USP, 1968.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 20.

A análise da urbanização como processo nos permite entender que este,

[...] em escala nacional, corresponde não ao centro urbano, mas a um nível organizatório mais complexo, que é a rede urbana. Desse modo, são enfrentadas todas as formas de aglomeração urbana em um país, como um conjunto, ao nível do processo. Normalmente a urbanização, como na Mesopotâmia e no vale do Indus, adquire rapidamente um sentido regional e nacional.⁷⁶

Considerar, assim, o processo de urbanização enquanto fenômeno que atinge todo um complexo urbano e não apenas um núcleo, permite-nos explicar, além do mais, como se encontram, muitas vezes, cidades numericamente reduzidas, mas com todas as características de centros urbanos ou centros manufatureiros em localidades rurais.⁷⁷ Interessa-nos compreender, dessa maneira, quais elementos configuravam a formação urbana de Desterro no século XIX, seu núcleo urbano, como denominou Reis Filho, inserida em seu contexto regional e nacional.

1.2 A freguesia de Nossa Senhora do Desterro

Como sabemos, os colonizadores portugueses estabeleceram quase todas as suas primeiras povoações na orla marítima brasileira, receosos de que se despovoasse a costa e que a relação direta com a metrópole fosse dificultada. A conexão com soluções eficazes de comunicação ficaria, assim, garantida através das vias fluviais e marítimas, fosse para o escoamento dos produtos agrícolas de exportação, que constituíam a base econômica da vida colonial, fosse para a obtenção de produtos manufaturados.

Estas escolhas eram reflexo das formas de ocupação de novos territórios que tinham sua herança nas formulações romanas de ocupação, cujas influências foram significativas para a efetivação das conquistas coloniais portuguesas e espanholas no século XVI. Dessa forma,

⁷⁶ *Ibidem*, p. 21.

⁷⁷ *Idem*.

Portugal, em um primeiro momento, delegou aos seus donatários, edificar junto ao mar e aos rios navegáveis as vilas que julgassem convenientes.⁷⁸

Murillo Marx, ao analisar os primórdios da urbanização brasileira, escreve que:

Trechos da extensa costa foram eleitos para as fundações urbanas em função de sua latitude, das suas possibilidades de abrigo aos navegantes, de sua ligação com o interior, misteriosos e desafiante. E, também, de interesses de espanhóis, franceses e holandeses que se interpuseram e ameaçaram os de Portugal. Que disputa entre a lagoa dos Patos e da ilha de Santa Catarina, da baía de Guanabara e da Ilha do Maranhão! [...] E, sempre, são as ilhas e seus canais, as baías e suas reentrâncias, as barras dos rios protegidos e profundos procuradas, reconhecidas e selecionadas. [...] O esforço e, em especial, o discernimento da importância das regiões ou dos trechos da costa em jogo são os mesmos. Desses trechos, mais particularmente dos postos avançados ou de apoio como Belém do Pará ou Desterro, a atual Florianópolis, vai ser desenhado o perfil marítimo nacional e o da rede urbana brasileira.⁷⁹

A coroa portuguesa, entre os séculos XVI e XVIII, também manteve a herança dos “tratadistas do Renascimento” quanto às concepções de “bons lugares” para a edificação de ambientes urbanos, levando em conta a existência de boas águas nestes lugares. As determinações régias para a fundação da vila da Bahia, no século XVI, por exemplo, frisavam a necessidade de se escolher um lugar com “abastança de águas”.⁸⁰

A Ilha e a costa catarinense foram povoadas em função das necessidades estratégicas, da Coroa Portuguesa, e não em função de objetivos econômicos, como por exemplo as regiões de Minas Gerais e São Paulo. Nesta, portanto, as necessidades militares e administrativas prevaleceram, inicialmente, aos interesses de ordem econômica. A

⁷⁸ LIMA, Débora. *Ilha de Santa Catarina: desenvolvimento humano e meio ambiente*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007. p. 57.

⁷⁹ MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1980. p. 14-15.

⁸⁰ BARRETO, Neila, op. cit., p. 2.

ocupação da Ilha de Santa Catarina esteve essencialmente relacionada com as aspirações portuguesas de conquista do extremo sul brasileiro, servindo de apoio à conquista e fixação de portugueses à margem esquerda do Rio da Prata.

Fundada no ano de 1673, pelo bandeirante paulista Francisco Dias Velho, a póvoa do Desterro teve os seus fundamentos em torno da capela que, no alto da pequena colina, o fundador construíra. Mas cresceu no declive que ia até a praia, onde as choupanas se levantaram, de pau a pique, cobertas de folhas, “olhando quase toda a capelinha de onde N. Sr.^a do Desterro as protegia”.⁸¹ Mas foi apenas anos depois que a ocupação da Ilha passou a ser estruturada em bases mais sólidas, utilizando um sistema de colonização baseado em pequenos lotes de terra, todavia mal distribuídos.

A elevação aos foros de Vila, veio em março de 1726, com a visita do Ouvidor de Paranaguá, Dr. Antônio Alves Lanhas Peixoto, o qual, cumprindo ordens, separara Desterro da jurisdição da vila de Laguna. A partir deste, também ficaram definidos os nomes do Juiz (Presidente da Câmara), dos Vereadores e do Procurador da Câmara, a primeira da vila recém-criada. Em 1738, com a chegada à Ilha do Brigadeiro José da Silva Paes, Santa Catarina torna-se Capitania, e sob o seu governo, as repartições civis da vila foram sendo instaladas. Foram solicitadas a construção de uma Igreja Matriz, que deveria substituir a velha igrejainha levantada pelo fundador; as obras da Casa do Governo e de quatro fortalezas foram iniciadas; foi fomentado o povoamento, com o alistamento dos açorianos que quisessem para estas terras migrar; foi estimulada uma agricultura incipiente e regularizado um pequeno comércio; e, por fim, trazido um pequeno contingente militar, de Santos.⁸²

Em 1746 o Rei D. João V, através do Conselho Ultramarino, determinou a vinda de famílias açorianas e madeirenses para povoar a ilha. Nas pequenas propriedades desenvolveram o cultivo de subsistência, destacando-se, desde o início, o cultivo da mandioca, que aos poucos passa a atender não apenas o consumo local, como também o interprovincial.⁸³ De 1748 a 1756, Desterro recebeu quase cinco mil povoadores novos, ilhéus dos Açores, em maior número, e da Madeira,

⁸¹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. v. 1. Notícia. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p. 17.

⁸² *Ibidem*, p. 22-25.

⁸³ HÜBENER, Laura Machado. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981. p. 16.

que chegaram a Santa Catarina. As terras foram distribuídas, em toda a Ilha e no litoral do continente próximo, e a agricultura incentivada.⁸⁴

A presença de militares de carreira, exigida pela necessidade de defesa da região, contribuiu para o aumento da população e consequentemente do consumo, transformando a economia de sustento familiar numa economia voltada para um pequeno mercado. Conforme afirma Laura Hübener

[...] em todo o Brasil, o crescimento das cidades litorâneas criou, a princípio, uma população parasitária, isto é, não produtora, mas sem dúvida, consumidora: militares, sacerdotes, funcionários, cujo consumo exigiu a abertura de casas comerciais. A este grupo consumidor, juntavam-se, é claro, comerciantes, empregados no comércio, artesãos e outros.⁸⁵

Estes mesmos militares foram em princípio, responsáveis pela administração da Província de Santa Catarina, e, junto aos poucos comerciantes locais, destacaram-se como importante grupo social. Estes últimos, em geral, eram proprietários de embarcações que efetuavam o comércio entre os diversos pontos do litoral catarinense. No início do século XIX, já podemos perceber transformações no destaque e prestígio dos cidadãos locais, quando os altos comandos militares passaram a ser substituídos por autoridades civis, escolhidos entre os referidos comerciantes, elementos mais expressivos da sociedade local.

A Ilha de Santa Catarina permaneceu, até o início do século XVIII, com uma população bastante reduzida e sem a presença de instituições administrativas ou agentes que a subordinassem à soberania do governo metropolitano. Durante esse período, a Ilha foi frequentada por embarcações de diversas nações que procuravam pela qualidade de seus portos naturais e pela possibilidade de abastecimento de água, madeira e alimentos. Consistia, na prática, em uma espécie de porto franco. Foi somente com a chegada dos imigrantes, como já mencionado, que se definiu o modo de inserção do litoral de Santa Catarina ao sistema colonial português.

Assim como considera Pereira Oliveira, a recepção de cerca de 5 mil indivíduos em uma vila cuja população sequer alcançava os mil

⁸⁴ CABRAL, Oswaldo, op. cit., p. 25.

⁸⁵ HÜBENER, Laura, op. cit., p. 17.

habitantes, implicou em uma reordenação das relações sociais e configurou novas questões para a gestão do poder público. A Ilha, a partir da transferência dos casais açorianos, portanto, juntou-se à dinâmica do sistema colonial, cumprindo nele funções específicas: servir de base física para o assentamento e movimentação de tropas portuguesas, bem como o fornecimento de soldados e suprimentos para estas tropas.⁸⁶

O efeito mais imediato da recepção dos imigrantes açorianos, por conseguinte, foi uma acentuada reordenação da dinâmica da Vila de Desterro e das localidades mais ao interior da Ilha, onde os casais iam sendo assentados. De modo que, as disposições da Câmara da vila integravam os diversos mecanismos instaurados para regular a vida deste contingente populacional urbano e rural recém-chegado. Assim, ao mesmo tempo em que as diversas providências tomadas para administrar a vida social buscavam promover uma “ordem pública”, davam também materialidade à presença de um “poder público”.⁸⁷

A freguesia⁸⁸, cercada por morros e cortada por riachos, destacou-se, dessa forma, por seu porto, cuja importância estava relacionada com o desempenho da função de escoadouro da maior parte da produção da província, sobretudo a litorânea. Embora existisse um movimento comercial anterior, é a partir da década de 1860 que este vai atingir maior intensidade. Foi somente nesse período que, em função da intensificação do comércio, a vida econômica não só de Desterro, mas da província como um todo passou por mudanças significativas.⁸⁹

⁸⁶ OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. Assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia M. F. (Orgs.). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. p. 209.

⁸⁷ OLIVEIRA, Henrique, op. cit., p. 210.

⁸⁸ Segundo Morales de Los Rios, o termo freguesia tem origem na palavra “freguês” e está relacionado a todo aquele morador que pertencia a uma paróquia e que contribuía com ela. Assim, o paroquiano era freguês da mesma. MORALES DE LOS RIOS, Adolfo Filho. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. p. 481. Sendo assim, o recorte espacial das freguesias consistia numa divisão criada sob a orientação religiosa, que além de cuidar das questões da fé, era responsável pelo registro de batismo e de óbito. Além disso, a freguesia, que correspondia aos mesmos limites da paróquia, também servia simultaneamente de parâmetros de controle para os órgãos que administravam a justiça (as comarcas) e para a administração civil (os distritos) entre outras atribuições do Estado. ALMEIDA, Gilmar, op. cit., p. 23.

⁸⁹ HUBENER, Laura, op. cit., p. 27.

O comércio de cabotagem foi o mais importante da província de Santa Catarina, tendo o Porto de Desterro como principal centro comercial. Das províncias brasileiras foi o Rio de Janeiro que mais comercializou com Santa Catarina. Da capital do Império procediam produtos que abasteciam a província através do Porto de Desterro, como por exemplo: cereais, bebidas, algodão, lã, linho, carvão e ferro. O produto de maior expressão no comércio exportador de Santa Catarina, no decorrer do século XIX, foi a farinha de mandioca.⁹⁰

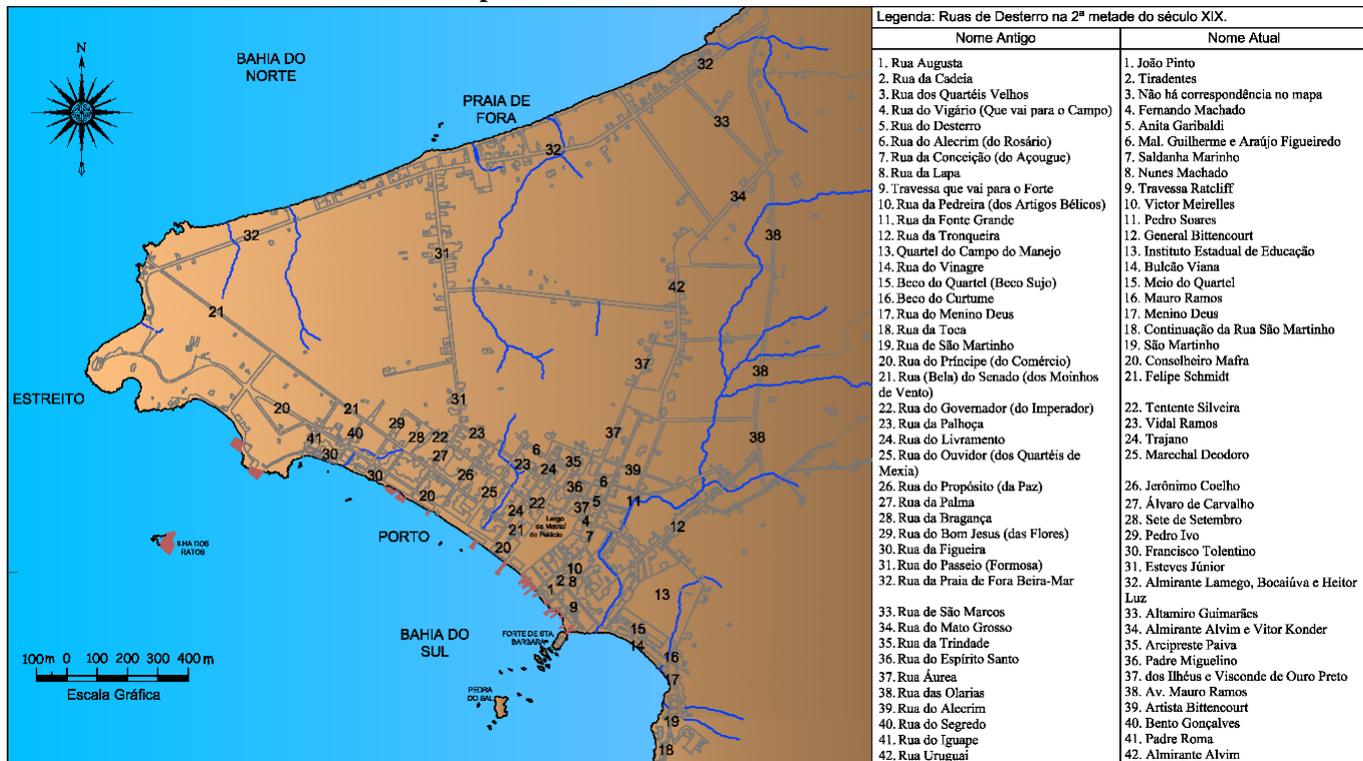
A cidade do Desterro, situada na Ilha de Santa Catarina, estabeleceu seu centro urbano na parte mais próxima ao continente, separada por um estreito, como podemos observar no Mapa 1 abaixo e, de forma mais aproximada, no Mapa 2. Como capital da Província, Desterro era a sede dos principais órgãos oficiais como o do Governo, da Junta da Fazenda, Alfândega, Juiz de Fora e Regimento de Infantaria. O Mapa 2, a seguir, nos auxilia com a nomenclatura e a visualização das ruas do perímetro urbano de Desterro, no século XIX e sua correspondência atual, as quais serão mencionadas ao longo desta dissertação.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 63, 65 e 77.

Mapa 1 – Localização da freguesia de N. Sr.ª do Desterro

Mapa elaborado por Lincon Broering Bruno.

Mapa 2 – A cidade do Desterro no século XIX



Mapa elaborado por Lincon Broering Bruno. Fonte: VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis Memória Urbana*. 3ª ed. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010. Mapa 7. LAGO, Antonio Florencio Pereira do; SCHLAPPAL, Carlos Othom. *Planta topographica da cidade do Desterro*. Rio de Janeiro, RJ: Arch. Militar, 1879.

Com a mesma característica de muitas cidades coloniais brasileiras, Desterro possuía uma praça central bem próxima ao mar, e, ao redor dela, as principais edificações, como podemos observar no Mapa 2 acima. Do lado sul da praça, ou do Largo da Matriz/do Palácio, como era chamada inicialmente, estava localizado o cais do porto onde se fazia o embarque e desembarque de produtos e passageiros. Ao norte estava a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro; a oeste a sede do governo provincial; e a leste situava-se a Câmara Municipal.⁹¹

Inicialmente a povoação estendeu-se para a área leste da Matriz, uma vez que, para esse lado, o terreno era quase plano, atravessado por um pequeno riacho e indo esbarrar na encosta do morro. Para este lado da vila se orientou a construção das primeiras casas pois havia a proximidade de uma fonte, um olho d'água, na localidade depois conhecido como Campo do Manejo, que supria as necessidades dos moradores.⁹² O principal olho d'água, onde os moradores deviam-se abastecer-se, ficavam justamente na campina, junto à vertente do Morro da Boa Vista⁹³.

É bem possível que o primeiro caminho, a não ser, evidentemente, os que marginavam a praia, tivesse sido o “caminho que vai para a fonte”, como era conhecida nos começos, a rua depois chamada do Vigário, atual Fernando Machado, denominação esta que receberia em 1871. Tratava-se de um caminho que saía dos lados da Matriz, até encontrar um vau (ponto onde, numa corrente de água, se pode passar a pé ou a cavalo) para servir de acesso ao outro lado do rio da Fonte Grande, depois chamado de rio da Bulha.

A fonte ficava do outro lado (junto a atual Avenida Mauro Ramos), em terreno hoje ocupado pelo Instituto Estadual de Educação, fazendo então parte do Campo do Manejo, conhecido assim até a década de 80 do século passado, embora desde novembro de 1974 tivesse recebido o nome em homenagem ao “General Osório”. Essa região era conhecida como Campo do Manejo pois, desde os primeiros tempos da localidade, os moradores não lhe conheceram outra serventia que a de se prestar para os exercícios militares – o manejo das armas – como eram então denominados.⁹⁴

⁹¹ *Ibidem*, p. 18.

⁹² CABRAL, Oswaldo, *op. cit.*, p. 27.

⁹³ Morro da Boa Vista, parte sul do hoje conhecido como Maciço do Morro da Cruz. Morro do Antão, foi o nome dado ao Morro da Boa Vista depois que o açoriano Antão Lourenço Rebolo ali recebeu a sua porção de terras do governo português.

⁹⁴ CABRAL, Oswaldo, *op. cit.*, p. 119.

Para o lado oeste da Matriz, o terreno era mais acidentado e a praia mais desabrigada, mas mesmo assim, com o passar dos anos e o aumento da comunidade, também para esse lado começaram a surgir os caminhos e os ranchos, já na orla da praia, na direção de duas outras nascentes de água, descobertas dentro da mata.

Os dados sobre o crescimento populacional de Desterro, se comparados aos da maioria das capitais portuárias do Brasil, demonstram uma relativa lentidão em seu desenvolvimento, ritmo que se manteve bastante constante até a metade do século XX. Os primeiros números de que temos relatos nos foram fornecidos por viajantes e expedições que pela Ilha tiveram passagem. Frézier, ao fazer uma breve descrição da Ilha em 1712, nos forneceu os primeiros números: contou 147 “brancos”. Em 1763, sete anos após o desembarque da última leva de açorianos, Dom Pernetty relatou que haviam 150 casas. La Perouse, por sua vez, em 1783, contou 400 moradias.⁹⁵ Para o capitão Krusenstern, que aqui esteve em 1803 e 1804, a “cidade que está construída em um local muito agradável, consiste de cerca de 100 casas mal construídas, e é habitada por 2.000 ou 3.000 portugueses pobres e escravos negros”.⁹⁶

Em 1814, o capitão Urey Lisiansky anotava que “por uma estimativa do governo, a população soma, no presente, a 10.142 almas, das quais umas 4.000 são negras”.⁹⁷ Lesson, em 1822, registrou “18.000 almas”.⁹⁸ Para outros, em 1821 as habitações chegavam a mil e a população alcançava a cifra de 4.336 pessoas.⁹⁹ Oswaldo Cabral, por sua vez, ao fazer referência à colocação dos primeiros lampiões para a iluminação pública em 1837, menciona que a população ainda não chegava a 5 mil habitantes, referindo-se provavelmente apenas à área urbana central, isto é, à freguesia do Desterro.¹⁰⁰

Números mais precisos, no entanto, apenas serão fornecidos a partir de recenseamentos oficiais, que só ocorreram ao final do século

⁹⁵ HARO, Martin Afonso Palma de (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC/Lunardelli, 1990.

⁹⁶ KRUSENSTERN. In: HARO, Martin, op. cit., p. 139. Quanto a essas informações uma ressalva deve ser feita: é possível que as observações de Krusenstern apresentem certa imprecisão, se considerarmos o número de apenas 100 casas para um total de 2.000 ou 3.000 habitantes, como relatado.

⁹⁷ LISIANSKY. In: HARO, Martin, op. cit., p. 152.

⁹⁸ LESSON. In: HARO, Martin, op. cit., p. 270.

⁹⁹ MATTOS, Jacinto de. Apud PEREIRA, Nereu do Vale. *A modernização em Florianópolis*. Florianópolis: Lunardelli, 1974. p. 44.

¹⁰⁰ CABRAL, Oswaldo, op. cit., p. 155.

XIX, como por exemplo o realizado em 1872, em que figuram dados da Província de Santa Catharina. Neste, na freguesia de N. Sr^a. do Desterro, constam, de população livre, 3.826 homens e 3.660 mulheres, totalizando 7.846. De população escrava haviam 512 homens e 610 mulheres, resultando num total de 1122 indivíduos. Se considerarmos o município como um todo, juntando-se as sete freguesias¹⁰¹ até então existentes em Desterro, chegamos a um total de 22.763 livres e 2.940 escravos.¹⁰²

Desterro tornou-se cidade logo após a independência do Brasil, em 20 de março de 1823, juntamente com todas as outras capitais de província que ainda não eram. Seu perímetro urbano, variou de acordo com o aumento da área ocupada pelos moradores.¹⁰³

O Largo da Matriz tornou-se, com o passar do tempo, a Praça do Palácio do Governo. Sendo que a este pedaço de terra vários nomes foram dados. Abrigou o Jardim do Barão da Laguna no começo do século XX, até ser conhecida, nos dias de hoje, como Praça XV de Novembro, com o advento da República. O que inicialmente era um charco, foi, em meados do XIX, ajardinado. Assim como gradearam-no nos últimos anos do Império, e depois tiraram as grades, já na República, no ano de 1912.¹⁰⁴ Foi o centro da povoação e coração da Vila, e continuou como tal com Desterro transformada em cidade.

¹⁰¹ Freguesia era o distrito de uma paróquia. No caso da Ilha de Santa Catarina freguesias eram comunidades que surgiram em torno de igrejas ou capelas no interior da Ilha, o equivalente aproximado aos atuais bairros do município de Desterro. As sete freguesias eram: N.Sr^a. do Desterro, N.Sr^a das Necessidades de Santo Antônio, N.Sr^a da Lapa do Ribeirão, S. João Baptista do Rio Vermelho, S. Francisco de Paula de Canasvieiras, Santíssima Trindade Detrás do Morro e N.Sr^a da Conceição da Lagôa.

¹⁰² Dados do Recenseamento do Brazil em 1872, volume Santa Catharina. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em 27 ago. 2017.

¹⁰³ A obra de Oswaldo Cabral detém o mérito de ser a primeira e mais completa reconstituição da malha viária urbana em forma textual, junto ao croqui de 1819 por ele reproduzido. Entretanto, Eliane Veras da Veiga destaca que a referida obra apresenta pequenas imprecisões e incorreções quanto às locações e orientações de alguns eixos viários. Incorreções estas que foram devidamente sanadas por Veiga em extenso trabalho de aperfeiçoamento do quadro de mutação da referida paisagem urbana central de Desterro. Portanto, para maiores detalhes e informações ver: VEIGA, Eliane V. da. *Florianópolis Memória Urbana*. 3^a ed. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010.

¹⁰⁴ CABRAL, Oswaldo, op. cit., p. 112.

Beirando as marinas ao sul do Largo central, havia também, no século XIX, a Alfândega, antiga edificação da Provedoria da Fazenda Real. Em 1866, deu-se, naquele local, uma grande explosão que destruiu por completo o edifício, o qual só foi mandado reconstruir oito anos depois, em 1874. O local escolhido para a edificação da nova Alfândega, no entanto, não foi mais o do prédio anterior, na Praça, mas sim outro terreno, entre as ruas do Livramento e do Ouvidor. O terreno era denominado de Largo do Príncipe, por ficar sobre a rua de mesmo nome. O edifício, inaugurado então em 1876, conserva-se até os dias de hoje.

O Mercado, por sua vez, ficava fronteiro à Alfândega, também no lado sul do Largo da Matriz, fechando a praça para o lado do mar. Foi construído em 1851, era um bloco de quatro faces, tendo uma porta em cada uma delas. Localizava-se em frente à praia central da cidade, onde abicavam as canoas que, dos diversos pontos da Ilha e do continente próximo traziam gêneros para colocá-los à venda: peixe, farinha, alguma cana de açúcar, frutas e verduras. Este edifício, viria a ser demolido 45 anos depois, isto é, em 1896. Em 1898 foi construído o novo Mercado, na rua do Príncipe, onde ainda está.

À leste do Largo da Matriz, além do já citado “caminho que vai para a fonte”, ou depois chamada de rua do Vigário, havia outra rua estreita que saía da Praça, no mesmo sentido e um pouco mais abaixo da referida anterior, chamada de rua da Pedreira, a qual ia, a princípio até o acidente rochoso que lhe emprestava o nome, tendo de um lado o quartel dos Artigos Bélicos, e, do outro, a casa que seria o Quartel da Polícia.¹⁰⁵

Mais abaixo havia a rua da Cadeia, que ligava o Largo à Ponte do Vinagre. Seu nome devia-se à existência, nela, da cadeia, nos terreos da Casa de Câmara, tendo sido nos tempos mais recuados a mais importante da vila, contando em 1817, com 25 proprietários. E, por último, a rua Augusta, que tinha suas casas do lado sul com os fundos para a praia, estendendo-se do Largo central até a rua da Fonte Grande, nas proximidades do Forte de Santa Bárbara.¹⁰⁶

Perpendiculares a estas ruas, do lado leste e indo até a praia, haviam outras três. A primeira delas era a da Conceição, ou também “do açougue”, por ficar ali, nos fundos da casa dos padres jesuítas, a casa que servia para a venda de carne na cidade. Depois dela vinham a rua da Lapa e a Travessa que vai para o Forte.

Estas, portanto, formavam as principais ruas do bairro conhecido como da Pedreira, segundo Cabral o “mais importante da Vila”, dada a

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 120.

¹⁰⁶ *Idem*.

existência nele das residências de figuras política e economicamente relevantes da cidade do Desterro, além de ser o ponto de concentração comercial. De acordo com o já citado historiador, “das 18 lojas de fazenda existentes no Destêrro, em 1797, a maioria aí se localizava e, das 44 ‘tavernas de molhado’ que então havia, 30 ficavam neste bairro, as restantes 14 do outro lado da Praça”.¹⁰⁷

Os vários sobrados ali construídos no início do século XVIII serviam de indicativo de alguma riqueza na antiga vila militar. Na medida em que se estendia para leste, nas suas fronteiras, foram surgindo inúmeros cortiços e moradias populares. Quando, ao final do XIX, as elites deixaram a região central em direção ao balneário de Beira-Mar Praia de Fora, a própria rua da Pedreira e região circunvizinha se tornaram um grande território de escravos, libertos e outros desterrados.¹⁰⁸

Do outro lado do Rio da Fonte Grande, ou Rio da Bulha, limitado ao sul pelo Campo do Manejo e a oeste pelo Morro do Antão, localizava-se o que deve ter sido o maior bairro popular de Desterro, a Tronqueira. Lugar de curtumes, olarias, “reino” das lavadeiras, soldados e marinheiros. As muitas tabernas ali existentes compunham o quadro de um bairro típico popular. Nas direções norte e noroeste, respectivamente, Praia de Fora e Mato Grosso, localizavam-se as chácaras. Periferia para a qual, pouco a pouco, ao longo da segunda metade do século XIX, foram se instalando os novos e antigos abastados.¹⁰⁹

À oeste da Matriz, como perpendiculares haviam a rua do Governador, para a qual em um dos lados colocava-se a moradia dessa autoridade, e, logo abaixo, a rua dos Moinhos de Vento, depois chamada de Bela do Senado, e ainda do Senado. Esta foi a rua, também, conhecida como “da fonte do Ramos”, uma vez que seu caminho ia até a referida fonte, que outra não era que a conhecida Carioca, de propriedade então de Manoel de Ramos, morador da cidade.¹¹⁰

Mais para perto da praia havia ainda a rua do Príncipe. Perto da Praça, foi a rua de maior comércio “de fazendas e outras mercadorias, ficando as casas de ferragens e os armazéns de molhados para os lados da rua Augusta”¹¹¹. Por isso mesmo houve um tempo em que se denominou

¹⁰⁷ Ibidem, p. 124.

¹⁰⁸ CARDOSO, Paulino de Jesus F. *Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*. Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008. p. 67.

¹⁰⁹ CARDOSO, Paulino, op. cit., p. 69-70.

¹¹⁰ CABRAL, Oswaldo, op. cit., p. 131-132.

¹¹¹ Ibidem, p. 133.

rua do Comércio. Em alguns pontos de sua extensão, a rua do Príncipe não possuía dupla fileira de casas, havendo apenas uma, a de frente para a praia. Estavam ali localizados, também, os terrenos onde se construíram os novos prédios da Alfândega e do Mercado.

Transversais a estas ficavam, da mais próxima à praça em diante: a rua do Livramento, depois a do Ouvidor, e ainda a do Propósito. A elas se seguiam a da Palma, de Bragança e do Bom Jesus. Já no fim da rua do Senado, saindo do Largo da Carioca, isto é, do Largo da Fonte do Ramos, corria para a praia a rua de Bragança. O Largo, que também era de Bragança, em 1874, passou a ter o nome de outro “ilustre” da guerra do Paraguai: Largo Fagundes. Isto porque havia ali, junto à fonte, ou olho d’água, a casa do Brigadeiro João de Souza Fagundes.¹¹²

Esta área, denominada de Figueira, sofreu o maior impacto do crescimento oriundo das atividades do porto. Ao longo do XIX houve uma ampliação do número de sobrados e assobradados (construções transformadas em sobrado), sinal evidente da presença de uma influente classe de abastados, que se distribuía ao longo das ruas do Príncipe, Bela do Senado e do Governador, e de suas transversais, rua da Palma, da Paz, do Ouvidor e do Livramento. Por outro lado, a existência de trapiches, estaleiros, armazéns e inúmeras casas de negócios, hotéis, padarias e boticas, transformou a região em uma zona ativa e produtiva da cidade, ao mesmo tempo, atraindo centenas de indivíduos de todos os matizes em busca de trabalho e moradia.¹¹³

Como podemos observar, a toponímia das ruas da cidade de Desterro lembra frequentemente elementos bastante corriqueiros do cotidiano, mesmo que de pouca importância, mas que as identificavam por parte dos moradores. Não houve, durante muito tempo, uma denominação oficial, sendo várias as que os habitantes lhes atribuíam, tudo dependendo da maior ou menor importância que cada um desse ao elemento denominador. Assim, surgiam as ruas do Curtume, do Açougue, das Olarias, da Lapa e da Pedreira. As que davam caminho para as fontes que abasteciam a cidade, também tinham suas denominações derivadas, à exemplo da rua da Fonte de Ramos, da Bica, ou ainda o Largo da Carioca/Largo da Fonte de Ramos.

Outras receberam nomes correspondentes aos edifícios nelas construídos como o Largo da Matriz, rua da Cadeia, dos Quartéis; outras, dos moradores “importantes”, rua do Governador, do Ouvidor, do Padre José, do Vigário. A Família Imperial teve a sua época, pois havia a do

¹¹² Ibidem, p. 135-136.

¹¹³ CARDOSO, Paulino, op. cit., p. 69.

Imperador, a da Imperatriz, a Augusta, a da Princesa, a de Bragança, nomes quase todos substituídos em 1889, ano da proclamação da República. Além disso, até 1843, as ruas não traziam qualquer indicação de seu próprio nome. Todos as conheciam por tradição oral. Naquele ano a Presidência da Província tomou a iniciativa de mandar pintar nas esquinas as denominações respectivas, determinando à Câmara Municipal que assim procedesse. No entanto, não havia placas, as letras eram pintadas diretamente nas paredes.¹¹⁴

1.2.1 As águas da cidade: rios, córregos e fontes

A natureza da região onde está localizada a Ilha de Santa Catarina lhe confere características biogeográficas¹¹⁵ peculiares, que por diferentes motivos, oportunizaram diversos focos de interesse ao longo de sua história. E, não por acaso, o interesse maior de inúmeros exploradores e navegantes europeus por essas terras, como visto.

A insularidade é a primeira, e mais importante dessas características. Olga Cruz nos explica que cada ambiente insular poderia ser considerado um ecossistema, individualizado pela barreira oceânica, podendo ser afetado pelas proximidades do Continente ou por ilhas vizinhas.¹¹⁶ Do tipo continental, a Ilha de Santa Catarina guarda íntimas relações com seu continente fronteiriço, como paisagem física, histórica, cultural e social.¹¹⁷

A Ilha possui uma linha de costa de 172 km, tendo seu relevo marcado pela associação de duas unidades geológicas maiores: elevações de maciços rochosos e áreas planas de sedimentação. Originalmente, as encostas da Ilha eram cobertas pela Floresta Ombrófila Densa, comumente chamada de Mata Atlântica, e suas planícies por vegetação de restingas, além de manguezais e florestas de planícies quaternárias,

¹¹⁴ CABRAL, Oswaldo, op. cit., p. 145.

¹¹⁵ Biogeografia é a área da ciência biológica que estuda a distribuição dos seres vivos no espaço e através do tempo. Nela estuda-se a distribuição da vida com base em sua dinâmica na escala espacial e temporal no planeta Terra. Entender a forma como os organismos estão distribuídos no planeta - "por que os organismos estão onde estão?" - é estudar o seu padrão de distribuição. Fonte: Laboratório de Sistemática e Biogeografia de Insecta - Departamento de Zoologia do Instituto de Biociências da USP. Disponível em: <http://www.ib.usp.br/~silvionihei/biogeografia.htm>. Acesso em: 21 ago. 2017.

¹¹⁶ CRUZ, Olga. *A Ilha de Santa Catarina e o continente próximo*: um estudo de geomorfologia costeira. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998. p. 66.

¹¹⁷ LIMA, Débora, op. cit., p. 46.

possuindo, assim, num pequeno espaço de cerca de 425 km², uma enorme variedade de ambientes naturais que compunham os seus variados ecossistemas.¹¹⁸ A península na qual a freguesia de Desterro foi fundada situa-se na parte da Ilha mais próxima do continente, “abraçada” pelas Baías Norte e Sul.

Milhares de anos de mudança gradual da paisagem precederam a ocupação da região e a fundação da cidade de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis. Até meados do século XVII, antes da fixação efetiva dos fundadores e dos colonizadores europeus, a Ilha era uma densa floresta habitada por índios denominados de Carijós, que a chamavam de Meiembipe (montanha ao longo do canal), e ao canal chamavam de Jurerê-mirim (boca pequena, ou estreito). É, portanto, a partir da efetiva colonização da Ilha, em meados do século XVIII, que o meio ambiente ilhéu começa a sofrer os maiores impactos, principalmente através da atividade agrícola, exploração da madeira e da caça.¹¹⁹

Em relação à natureza de suas águas, atentamos para o fato de que muitos dos autores que trataram do plano urbano de Desterro, evidenciaram, com grande interesse, a Praça e a Igreja e como, a partir delas, a cidade se expandiu, ao longo da orla marítima ou em busca de fontes de água potável. Deste modo, é notável que a constituição do centro urbano de Desterro esteve fortemente relacionada à localização dos cursos d’água que atravessavam seu espaço e das fontes d’água que deles provinham.

Tal como constatamos, a partir dos escritos de Oswaldo Cabral, o crescimento urbano desterrense se projetou, primeiramente em busca de olhos d’água potável, verificando-se o adensamento populacional ao longo das ruas que conduziam às fontes públicas, à leste da Praça inicialmente, depois estendendo-se para o lado oeste. Procurando sempre contornar as cotas mais elevadas, seguindo os pequenos vales conformados pelos córregos, e tendo em consideração a localização dos fortes, foi o modo como a cidade se desenvolveu, condicionada não apenas pelo determinismo geográfico, mas obedecendo às características ambientais do próprio sítio.

Dos cursos d’água que cortavam a cidade mencionados por Cabral, quatro desaguavam na Baía Sul, enquanto que a do Norte recebia as águas de três. No Mapa 3 abaixo, podemos visualizar a localização destes córregos na área central de Desterro. Todos eles eram pouco caudalosos, além de descreverem longas curvas e sinuosidades por entre

¹¹⁸ Ibidem, p. 47.

¹¹⁹ Ibidem, p. 50.

o espaço urbano, em busca de um leito de maior profundidade. Além disso, os principais córregos da cidade tiveram tantos nomes quanto os lugares pelos quais atravessavam, tornando ainda mais difícil a tarefa de precisar-lhes os nomes. Ao longo dos anos, tiveram seus cursos primitivos desregrados, tornando-os tortuosos, e seus leitos bastante irregulares, de modo que estas características favoreciam o acúmulo de detritos.¹²⁰

Existiam, na freguesia de Desterro, dois cursos d'água aparentemente de maior volume, que cortavam cada qual uma das baías e conformavam, na sua parte mais baixa, dois grandes alagadiços. No Mapa 3, a seguir, estes córregos aparecem indicados com os números 1 e 6. Estes, juntamente com as elevações mais acentuadas da parte central, dificultaram, inicialmente, a expansão da cidade para o lado da Baía Norte, o que só viria acontecer a partir da segunda metade do século XVIII.¹²¹ A leste da praça havia o maior deles, o córrego da Fonte Grande (1). Conhecido também como rio da Bulha, este nascia nas fraldas do Morro do Antão e recebia as águas de alguns outros córregos pelo seu caminho. Fazendo um longo percurso, atravessava o polígono central desde a Praia de Fora até a Ponte do Vinagre, indo desaguar ao lado do Forte Santa Bárbara. Para este lado havia ainda outro pequeno córrego, o do Areão (2).¹²² Com origem no manancial existente no hoje desaparecido Campo do Manejo, recolhia as águas que desciam do Morro do Antão, lançando-se ao mar na praia de mesmo nome, justamente ao lado da rua do Areão, quando se iniciava a subida da colina do Menino Deus.¹²³

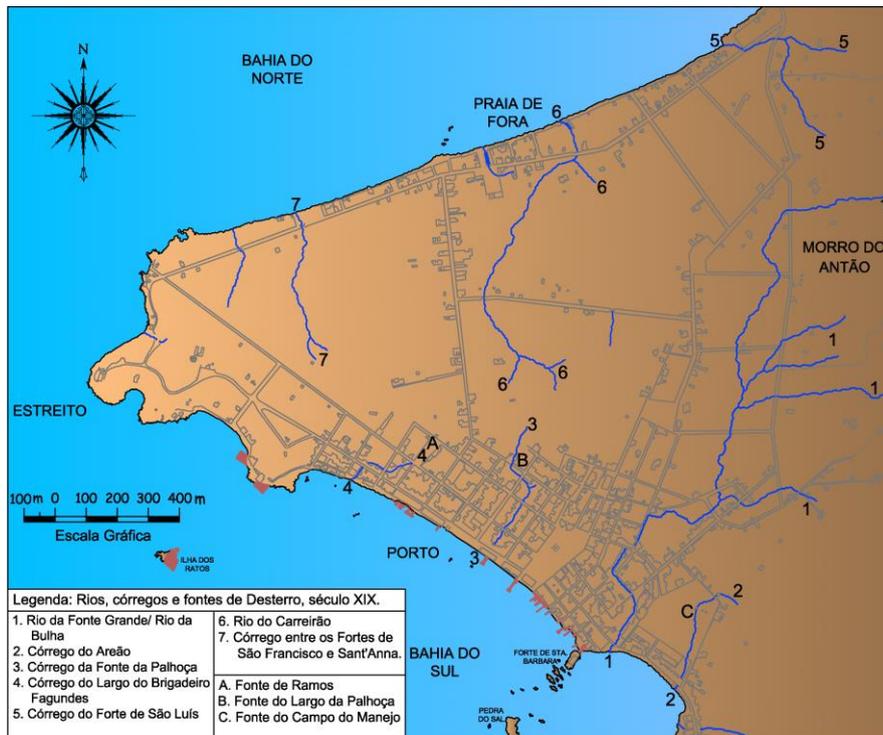
¹²⁰ VEIGA, Eliane, op. cit., p. 275.

¹²¹ LIMA, Débora, op. cit., p. 62.

¹²² VEIGA, Eliane, op. cit., p. 234.

¹²³ CABRAL, Oswaldo, op. cit., p. 196.

Mapa 3 – Rios, córregos e fontes da cidade do Desterro, século XIX



Mapa elaborado por Lincon Broering Bruno. Fonte: LAGO, Antonio Florencio Pereira do; SCHLAPPAL, Carlos Othom. *Planta topográfica da cidade do Desterro*. Rio de Janeiro, RJ: Arch. Militar, 1879. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. v. 1. Notícia. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

A oeste da praça, indo desaguar também na Baía Sul, haviam dois. O primeiro deles (4) tinha origem na carioca da Fonte de Ramos (chamado de largo do Senado, largo da Carioca e ainda largo do Brigadeiro Fagundes). Designado por vezes como “filête de água”, descrevia uma pequena curva, passando pela atual rua Sete de Setembro, e ia desaguar na Figueira (caminho da atual Francisco Tolentino), próximo do chamado Beco do Segredo. O segundo (3), vinha da fonte da Palhoça, na rua então denominada da Palhoça (atual Vidal Ramos), passava por entre as ruas do Ouvidor e do Livramento, por baixo das ruas do Governador, Bela/do Senado, e do Príncipe, indo desaguar no mar junto ao (segundo) edifício da Alfândega.

Quanto aos córregos que tinham sua embocadura na Baía Norte, o primeiro deles (5) recolhia as águas do Morro do Antão e ia desaguar junto ao Forte de São Luís. O segundo (6), o mais caudaloso dos dessa vertente, nascia nas colinas que dividiam a cidade, fazia uma longa curva, passava por baixo da atual rua Presidente Coutinho, que já existia antes de 1865, ia por trás das chácaras que se abriam para a rua do Passeio, e ia alcançar o mar onde hoje há a Praça da Polícia Militar, junto à Avenida Beira-Mar. Este era chamado o Rio do Carreirão, como foi conhecido certa época, e pode ser identificado no Mapa 3 com o número 6. Havia, por fim, outro pequeno córrego (7) que se extinguia no meio do caminho entre os Fortes de São Francisco e Sant’Anna, correndo paralelo à atual rua Desembargador Arno Hoeschl.¹²⁴

Devemos, ainda, fazer uma breve consideração a respeito de questões de nomenclatura. Isto porque existem, em nosso país, diversas denominações para os diferentes cursos d’água. No Brasil, o que chamamos comumente de rio pode receber nomes distintos de acordo com a região do país, o fluxo de água e o local onde deságua. Entretanto, essas diversas denominações não obedecem a um critério científico ou oficial.

A partir de elaborações prévias realizadas por estudiosos e por pesquisadores das áreas de Geociências do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o volume 2 do *Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistemático do Brasil*, busca definir a nomenclatura de determinadas variações regionais dos mesmos elementos geográficos. À exemplo dos cursos de água, que possuem denominações específicas, dependendo da região brasileira de sua ocorrência.¹²⁵

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no*

Procurou-se, assim, no referido estudo, suprir algumas lacunas na diferenciação de termos genéricos, como, por exemplo, entre: rio, riacho, córrego, arroio, água, aguinha, corguinho, ribeirão, sanga, corixo, igarapé, dentre outras ocorrências. Segundo o Glossário, o conhecimento do processo de nomeação dos lugares pode, por si só, sinalizar novos enfoques sobre estudos históricos e geográficos no amplo espectro de um dado contexto regional, e sobre o próprio significado da geonímia, no sentido etimológico, do contexto cultural dos lugares, inserindo os sentimentos envolvidos, no âmbito das povoações, quando nomeiam os lugares onde vivem.

Essas nomenclaturas dadas aos cursos d'água, portanto, resultam da regionalização das denominações, e não de um critério científico específico. Desse modo, de acordo com o referido Glossário, convencionou-se classificar de 'rio' um curso d'água com afluentes e maior volume de água. Córrego, por sua vez, refere-se a um curso de água corrente de pequeno porte. Este, ocorre em todas as regiões fisiográficas brasileiras, e na maioria das Unidades da Federação.¹²⁶

Descrevemos, até então, portanto os principais córregos e olhos d'água que davam origem às principais fontes d'água de Desterro no século XIX. Devemos, agora, enunciá-las devidamente.

A população da cidade de Desterro, durante todo o século XIX, se serviu de fontes e poços particulares e de algumas fontes públicas, cujas principais eram: a Fonte de Ramos ou da Carioca, localizada no Largo Fagundes (próxima a atual Rua 7 de Setembro), a Fonte do Largo da Palhoça (atual Rua Vidal Ramos), e a Fonte do Campo do Manejo (próxima ao atual Instituto Estadual de Educação). Além destas, é claro, o Rio da Fonte Grande (ou Rio da Bulha, e ainda Rio da Avenida Hercílio Luz), principal fonte de água do povoado de Nossa Senhora do Desterro, desde sua criação em 1673. A localização das referidas fontes, no sítio urbano, pode ser visualizada no Mapa 3, acima. Nos apêndices desta dissertação, encontra-se um quadro elaborado com as diferentes nomenclaturas das fontes públicas de Desterro no século XIX, assim como observado nas fontes consultadas ao longo da pesquisa.

Os córregos urbanos foram os primeiros pontos de coleta de água que, seguindo seu curso, era utilizada para uma infinidade de práticas,

mapeamento sistemático do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88835_v2.pdf. Acesso em: 28 ago. 2017.

¹²⁶ Idem.

desde a lavagem de roupas, captação em fontes, na limpeza das casas, trato dos animais, e um sem número de outros usos que se podia dar.

Tratar da água potável urbana, portanto, é sempre ter em consideração a ação dos humanos sobre a natureza, e a relação constante de mediação e interação entre estes dois personagens, dos quais tratamos. Entendemos que os córregos da cidade devem ser tratados como entidades vivas e a cidade como orgânica, em constante transformação.

Nesse sentido é que pretendemos apresentar nos capítulos a seguir, uma história do abastecimento urbano de água potável, que se constrói na cotidianidade da Desterro oitocentista. O qual estava permeado por diferentes formas de interação, mas também por conflitos, por modos de ordenação de seu uso por parte do poder público, bem como por questões de salubridade e insalubridade das águas, as quais encontravam-se com frequência na ordem do dia.

No capítulo a seguir, trataremos da administração pública da água potável em Desterro, realizada pela Câmara Municipal, bem como dos parâmetros por ela estabelecidos para os usos da água na cidade, através da análise, sobretudo, da documentação contábil e dos Códigos de Posturas Municipais.

CAPÍTULO II – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA ÁGUA POTÁVEL EM DESTERRO

2.1. A gestão local: as Câmaras Municipais no Império

O serviço de abastecimento urbano de água potável nas vilas e cidades coloniais brasileiras incluía, de maneira habitual, aquedutos de variadas formas construtivas, bem como a distribuição das águas por chafarizes, sendo o primeiro construído no ano de 1723, na cidade do Rio de Janeiro. Localizado no atual Largo da Carioca, tinha a água captada no rio Carioca e a ele trazida por aqueduto, modelo reproduzido por outras vilas e cidades coloniais.¹²⁷

De acordo com Renato C. Frias, a construção do Chafariz da Carioca, em 1723, deu início ao modelo de abastecimento de água que marcou a cidade durante os séculos XVIII e XIX. Como dito, suprido pelo aqueduto da Carioca (finalizado no mesmo período após uma série de tentativas sem sucesso), este chafariz foi o primeiro de uma série de pontos de distribuição de água que seriam instalados nas vias públicas da cidade durante os referidos séculos.¹²⁸ Assim, fontes, bicas e chafarizes foram, gradativamente, se espalhando, dando início ao que Silva chamou de “a fase dos chafarizes” na história do abastecimento de água urbano carioca.¹²⁹

No século XVIII, na cidade episcopal de Mariana, Capitania de Minas Gerais, a rede de distribuição das águas combinou o aproveitamento das nascentes que se originavam no espaço urbano à construção de um aqueduto que trazia água da Serra do Itacolomi, para abastecer os chafarizes da cidade. Este aqueduto foi construído inteiramente abaixo da superfície, de modo que o canal das águas se desdobrava em vários canos secundários que distribuíam o líquido pelos bairros da cidade.¹³⁰

¹²⁷ SANTA RITTA, José de. *A água do Rio: Do Carioca ao Guandu: a história do abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Synergia, 2009.

¹²⁸ FRIAS, Renato Coimbra. *Abastecimento de água no Rio de Janeiro joanino: uma Geografia do passado*. 76p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. p. 39.

¹²⁹ SILVA, R. M. da. “A luta pela água”. In: SILVA, F. N. (Org.) *O Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos: formação e desenvolvimento da cidade*. Rio de Janeiro: Record, 1965. Apud FRIAS, op. cit.

¹³⁰ TEDESCHI, Denise, op. cit., p. 92.

Contudo, é preciso destacar que fontes e bicas precederam a construção de chafarizes e aquedutos nas maiores cidades coloniais, as quais exigiram obras em proporções e capacidades superiores. Do mesmo modo, nos demais núcleos urbanos, assim como em Desterro, fontes e bicas foram, por quase dois séculos, os principais mecanismos de abastecimento de água potável às populações. Estes importantes mecanismos, por sua vez, presentes nos diversos sistemas de abastecimento público de água, resultavam, em sua maioria expressiva, da ação das Câmaras Municipais.

Autoridades do governo municipal, as chamadas Câmaras, Concelhos ou Senados, com suas políticas e serviços públicos, marcaram a qualidade possível da vida urbana nos períodos colonial e imperial brasileiro. Agiam normatizando, edificando, limpando e realizando a manutenção de equipamentos e do espaço em geral, e em especial, do suprimento de água potável. As câmaras produziam e mantinham sistemas municipais de distribuição e suprimento de água desde a América Portuguesa.¹³¹

Nesse capítulo, portanto, nosso objetivo consiste em analisar o fornecimento da água potável na área central da cidade, sob a competência e administração da Câmara Municipal de Desterro. Para tanto, procuramos identificar como se instituía, ou procurava-se instituir, uma produção ordenada das águas dirigida pela Câmara, considerando a interdependência que se estabelecia entre os recursos hídricos disponíveis, as ações envolvidas na construção e conservação dos mecanismos de abastecimento e os modos de ordenação de seu uso por parte do poder público.

Para este efeito, faz-se necessário que nos detenhamos, primeiramente, em elucidar alguns dos elementos relativos ao funcionamento das Câmaras Municipais no Brasil no período Imperial: o modo como estavam organizadas, seus encargos e atribuições, e a conseqüente influência no ordenamento cotidiano das cidades oitocentistas.

As Câmaras Municipais foram criadas no Brasil a partir de 1532, no contexto da primeira expedição colonizadora portuguesa na América, comandada por Martin Afonso de Souza. Ao longo do período colonial, constituíram-se como base local da administração portuguesa, reunindo

¹³¹ BARRETO, Neila, *op. cit.*

competências das esferas administrativa, judiciária, fazendária e policial. A primeira Câmara instituída foi a da vila de São Vicente (SP).¹³²

De acordo com as Ordenações Filipinas¹³³, de 1603, as câmaras seriam formadas através de eleições realizadas a cada três anos, das quais somente os considerados “homens bons” poderiam ser eleitores e elegíveis. Sua organização era composta por juízes ordinários, vereadores, procurador e almotacé¹³⁴, os quais constituíam os cargos honorários, geralmente eleitos e, em princípio, não remunerados. Além destes havia o escrivão da Câmara, o escrivão da almotacaria, o tesoureiro, os tabeliães das notas, os tabeliães judiciais, o porteiro, os

¹³² CAMARGO, Angélica R. *Câmaras Municipais*. Arquivo Nacional. MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira, 23 maio 2013. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/141-camaras-municipais>. Acesso em: 21 fev. 2018.

¹³³ A ordem jurídica portuguesa consistia nas Ordenações do Reino, que compreenderam, primeiro, as Ordenações Afonsinas (1500-1514), depois, as Ordenações Manuelinas (1514-1603) e, ao tempo da dominação espanhola, as Ordenações Filipinas. Essas Ordenações, isto é, o sistema jurídico português teoricamente eram aplicáveis no Brasil, pois na colônia reinava a legislação da metrópole. Entretanto, por falta de condições de aplicação, muitos preceitos e normas do direito português eram inaplicáveis no Brasil e outros necessitavam de adaptação para o serem. Foi criada, então, legislação especial adaptadora do direito da metrópole à colônia, bem como legislação local ou especial para o Brasil. As Ordenações Filipinas, juntamente com as leis extravagantes, tiveram vigência no Brasil de 1603 até 1916. Esta compilação teve seus trabalhos iniciados no reinado do rei espanhol Felipe I (1581-1598), e finalizados em 1603, no reinado de Felipe II (1598-1621). OLIVEIRA, Adriane Stoll de. *A codificação do Direito*. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 60, 1 nov. 2002. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/3549/a-codificacao-do-direito>. Acesso em: 21 fev. 2018.

¹³⁴ O Almotacé era, no sistema administrativo português, um oficial municipal encarregado da fiscalização das medidas e dos pesos e da taxaçaõ dos preços dos alimentos e de distribuir, ou regular a distribuição, dos mesmos em tempos de maior escassez. As funções do almotacé também incluíam aferir mensalmente com o escrivão da almotacaria os pesos e medidas, principalmente dos açougues; fazer com que as determinações das Câmaras fossem cumpridas pelos profissionais de ofícios; além de fiscalizar as obras e edificações na cidade. Disponível em: <http://www.culturadecuiaba.com.br/site/2016/10/23/qual-era-a-funcao-do-almotace/>. Acesso em: 23 ago. 2018.

contadores de feitos e custas, o escrivão das sisas¹³⁵, o carcereiro, o meirinho¹³⁶, o juiz dos órfãos e o escrivão dos órfãos.

O cargo de juiz ordinário acumulava a função de presidente da Câmara, e eram suas atribuições a aplicação da lei em primeira instância e a fiscalização dos outros funcionários. Também deveria exercer a função de juiz dos órfãos onde não houvesse esse ofício. Em algumas localidades, a presidência da Câmara ficava com o juiz de fora, letrado e nomeado pelo rei. Essa configuração representava uma tentativa de controlar as práticas municipais, bem como possibilitar a circulação do direito letrado no nível local.

As principais fontes de rendimentos das câmaras coloniais provinham das condenações, dos impostos municipais e dos foros procedentes dos aforamentos de terrenos baldios. Sua própria manutenção consumia cerca de dois terços dos rendimentos, sendo o restante destinado à defesa e segurança. As taxas aplicadas sobre as atividades podiam ser cobradas diretamente pelas câmaras ou ser concedidas mediante contrato. As câmaras também eram responsáveis por tabelar os gêneros alimentares, como a carne, e os artefatos produzidos por oficiais mecânicos, além de taxar os salários dos jornaleiros.¹³⁷

Dotadas de prédio, termo e rocio¹³⁸, as câmaras tinham suas insígnias. O símbolo máximo da dignidade municipal era uma coluna de

¹³⁵ A vinda da corte portuguesa ao Brasil em 1808 justapôs ao sistema anterior um importante conjunto de impostos, alterando significativamente o panorama fiscal. A partir de então, criava-se um grupo de impostos internos, aplicados à corte e à todas as capitânicas. O Imposto de Transmissão de Propriedade, conhecido como Sisa, era constituído por 10% do valor da compra, venda ou arrematação de bens imóveis (Alvará de 3 de junho de 1809). A Meia Sisa (5%) incidia sobre a compra e venda de escravos ladinos. COSTA, Wilma P. O Império do Brasil: dimensões de um enigma. *Almanack braziliense*, São Paulo, n. 1, p. 36, maio 2005.

¹³⁶ Antigo magistrado, de nomeação régia, que governava amplamente uma comarca ou um território. Antigo empregado judicial, correspondente ao atual oficial de justiça. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=Wo7P3>. Acesso em: 23 ago. 2018.

¹³⁷ CAMARGO, Angélica, op. cit.

¹³⁸ Rocio: praça ou área rural da vila ou cidade. Termo da vila ou cidade: o espaço que abrange a jurisdição dos seus juizes. BLUTEAU, Raphael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 2: L - Z)*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. p. 352 e 454. Acervo

pedra ou um poste de madeira levantado na praça principal, o pelourinho. Algumas câmaras receberam o título honorífico de “Senado da Câmara”, que, no entanto, não acarretava diferenças em relação às suas competências.

No Brasil colonial, as câmaras tiveram uma prática diferente da determinada pelas Ordenações. Um exemplo era o do cargo de procurador que, na colônia, funcionava como uma espécie de advogado e defensor. A própria qualificação de “homem bom” era diferente, e muitos comerciantes e pequenos proprietários acabaram por ocupar cargos importantes nas câmaras. O grau de poder e da autonomia do governo municipal também variava, de acordo com os distintos interesses da Coroa. A composição das câmaras municipais na colônia também variava de acordo com a importância da vila ou cidade.¹³⁹

Em 1808, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, foram adicionadas algumas competências às câmaras ou a funcionários específicos. O alvará de 27 de junho de 1808 criou o imposto da décima¹⁴⁰ para os prédios urbanos e foram estabelecidas juntas destinadas à sua arrecadação. Em todo o período joanino foram criadas novas vilas, com suas respectivas câmaras, como a de Caxias das Aldeias Altas, da comarca do Maranhão (1811), a de Santa Maria de Maricá (1814), a de Vila Real da Praia Grande, na capitania do Rio de Janeiro (1819), a de Campo Largo, na capitania de Pernambuco (1820), entre outras. O número de juízes de fora também cresceu, sendo criados novos cargos na vila de Angra dos Reis na Ilha Grande e Parati (1808), na vila de Goiânia, da capitania de Pernambuco (1808), na Vila Boa de Goiás (1809), na vila de Santo Amaro da Purificação de São Francisco, na capitania da Bahia (1810), na vila do Desterro na Ilha de Santa Catarina (1811), na vila do Rio Grande, da capitania de São Pedro (1816) na cidade de Oeiras, no Piauí (1819).¹⁴¹

Outra atividade importante das câmaras nesse período foram as petições à Mesa do Desembargo do Paço para a instalação de aulas régias, criadas no Reino e na colônia desde de 1759. Em resposta a esses pedidos

digital da Biblioteca Brasileira. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>. Acesso em: 23 ago. 2018.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Décima urbana: rendimento estabelecido sobre o valor dos prédios urbanos, em estado de serem habitados situados a beira mar (27 de junho de 1808). A taxa foi estendida aos demais prédios em 8 de junho de 1809. COSTA, Wilma, op. cit., p. 36.

¹⁴¹ Idem.

foram instaladas aulas de primeiras letras e gramática latina em várias localidades, como, por exemplo na vila do Desterro da Ilha de Santa Catarina (1809), na vila de São Carlos, da capitania de São Paulo (1813), na vila de Macaé (1817), na vila do Espírito Santo (1818), na Vila da Atalaya da comarca de Alagoas (1819).

Após a Independência, importantes reformas na estrutura e administração das câmaras foram estabelecidas. A Constituição de 1824 determinou que as Câmaras municipais fossem compostas por vereadores, e que estes teriam como competência o governo econômico e municipal das vilas e cidades, excluindo, portanto, a função judicial de sua esfera de atuação.¹⁴² Mudanças ainda mais profundas foram determinadas pela Lei de 1º de outubro de 1828, a qual alterou a forma das eleições, e reiterou o caráter estritamente administrativo desses órgãos, característica que mantém até a atualidade.

Conforme a historiadora Dilma Cabral:

A Carta Magna, ao legislar apenas sobre o que constituía matéria constitucional, como os poderes do Estado, direitos e garantias individuais, previa a necessidade de legislação complementar que ajustasse o ordenamento jurídico do Estado independente. Com isso, a codificação que se seguiu à outorga da Constituição se encarregou de regulamentar, por legislação ordinária, importantes temas como as funções municipais, eleições, administração provincial e a elaboração de um código civil e criminal, por exemplo.¹⁴³

Todavia, este quadro mais amplo de reformas institucionais se deu somente a partir de 6 de maio de 1826, quando o Legislativo voltou a reunir-se, resultado do fechamento da Assembleia Constituinte por D. Pedro I em 1823.

¹⁴² BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil de 1824, art. 167 e 169. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 21 fev. 2018.

¹⁴³ CABRAL, Dilma. *Regimento das Câmaras Municipais*. Arquivo Nacional. MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira, 29 maio 2014. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/420-regimento-das-camaras-municipais>. Acesso em: 21 fev. 2018.

Uma tendência que ganhou certa importância no final da década de 1820 foi considerar que as responsabilidades relativas ao abastecimento e à higiene das cidades deveriam ser atribuições das autoridades municipais. Foi quando o governo imperial aboliu a organização sanitária que existia desde os tempos coloniais (Lei de 30 de agosto de 1828), suprimindo os cargos de provedor-mor, físico-mor e cirurgião-mor, de modo que as Câmaras Municipais passaram a ser encarregadas da inspeção sanitária e se tornaram responsáveis pela higiene dos logradouros públicos, e também dos rios e várzeas.¹⁴⁴

Mais conhecida como “Regimento das Câmaras Municipais”, a lei de 1º de outubro de 1828 definiu o modo de organização e o funcionamento destes órgãos no Império, deu nova forma às câmaras, marcou suas atribuições e o processo para sua eleição, bem como dos Juizes de Paz.¹⁴⁵ Rompendo com uma longa tradição que assegurou o exercício de uma multiplicidade de atribuições aos órgãos, esta lei dispôs, em cinco títulos e noventa artigos, de variados aspectos como: a Forma da eleição das Câmaras (I); as Funções Municipais (II); as Posturas Policiais (III); a Aplicação das Rendas (IV) e Dos Empregados (V).¹⁴⁶

De acordo com o art. 167 da Constituição, às câmaras cumpria o governo econômico e municipal das cidades e vilas.¹⁴⁷ Posteriormente, o regimento de 1828 afirmaria em seu artigo 24 que as câmaras seriam consideradas como corporações meramente administrativas, não exercendo nenhuma jurisdição contenciosa. Em termos gerais, isso significava que a competência da instituição camarária ficaria restrita à simples administração dos interesses privativos do município, o que a despojaria de suas antigas atribuições judiciárias que, conforme a nova divisão dos poderes adotada pelo Estado brasileiro, ficariam a cargo dos poderes gerais.¹⁴⁸

¹⁴⁴ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001. p. 220.

¹⁴⁵ BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828, sobre o regimento das Câmaras Municipais do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm. Acesso em: 26 jan. 2018.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ BRASIL. Constituição (1824), op. cit.

¹⁴⁸ SOUZA, Juliana Teixeira. *A autoridade municipal na Corte Imperial: enfrentamentos e negociações na regulação do comércio de gêneros (1840-1889)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. p. 30.

Também não estavam incluídos na lista dos interesses privativos das câmaras os assuntos referentes à existência civil e aos bens patrimoniais do município, pois se considerava que a origem e a finalidade dos mesmos pertenciam às gerações que lhe sucedessem. Por esse motivo, deveriam estar sujeitos a intervenção de um poder superior, que teria a responsabilidade de garantir os direitos dos munícipes contra os excessos dos administradores locais. Esta função, portanto, caberia aos Presidentes de Província, que conforme os artigos 73 e 78 estabeleciam que:

Art. 73. Os cidadãos, que se sentirem agravados pelas deliberações, acórdãos, e posturas das Camaras, poderão recorrer para os Conselhos Geraes, e na Côrte para a Assembléa Geral Legislativa; e aos Presidentes das provincias, e por estes ao Governo, quando a materia fôr meramente economica e administrativa.

Art. 78. E' prohibido porém todo o ajuntamento para tratar, ou decidir negocios não comprehendidos neste Regimento, como proposições, deliberações, e decisões feitas em nome do povo, e por isso nullos, incompetentes, e contrarios á Constituição, art. 167, e muito menos para depôr autoridades, ficando entendido, que são subordinadas aos Presidentes das provincias, primeiros administradores dellas.¹⁴⁹

Em seus primeiros artigos, esse regimento estabelecia que as câmaras das cidades seriam compostas por nove membros, e as das vilas de sete, além de um secretário. As eleições deveriam ser realizadas de quatro em quatro anos, no dia 7 de setembro, e que quinze dias antes deveriam ser anunciadas por editais afixados nas portas principais das paróquias.¹⁵⁰ O mesmo documento afirmava que poderiam ser eleitos como vereadores todos os cidadãos que pudessem votar nas assembleias paroquiais, desde que tivessem dois anos de domicílio nos limites do termo, facultando aos mesmos a possibilidade de reeleição.¹⁵¹ Ainda segundo o artigo 12 da legislação, depois de feita a apuração das cédulas remetidas à Câmara, os que obtivessem o maior número de votos seriam

¹⁴⁹ BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828, op. cit., título III, art. 73 e 78.

¹⁵⁰ Ibidem, título I, art. 1 e 2.

¹⁵¹ Ibidem, art. 3 e 4.

os vereadores, de modo que a maioria dos votos designaria o Presidente da Câmara, segundo a Constituição, art. 168.¹⁵²

Sobre o funcionamento das câmaras municipais o regimento estabelecia a realização de quatro sessões ordinárias a cada ano, no intervalo de três meses, com duração mínima de seis dias, mas assentia que elas pudessem se estender pelo tempo que fosse necessário para que os vereadores deliberassem sobre as matérias propostas, também sendo possível a convocação de sessões extraordinárias sempre que ocorresse alguma matéria urgente. Para que as propostas dos vereadores fossem aprovadas, pelo menos cinco deles deveriam estar presentes nas sessões. A maioria de votos decidia pela deliberação e, no caso de empate, teria o presidente o voto de qualidade para o desempate.¹⁵³

De acordo com o regimento, às câmaras competia também, na gestão da administração das cidades e vilas, repartir o termo em distritos, nomear seus oficiais e dar-lhes títulos, assim como aos juizes de paz, dar parte ao presidente da província e ao conselho geral das infrações da Constituição e prevaricações ou negligências de todos os empregados.¹⁵⁴ Igualmente deveriam, como um de seus primeiros trabalhos, fazer a construção e manutenção das prisões públicas, fiscalizar as prisões e todos os estabelecimentos públicos de caridade, participar ao conselho geral e cuidar de prevenir os atos de crueldade comumente dispensado aos escravos, promover as eleições dos membros das câmaras legislativas, da maneira que as determinar a lei.¹⁵⁵

No tocante à organização do espaço público, as câmaras deveriam ainda, terem sob sua responsabilidade tudo quanto dizia respeito à polícia e economia das povoações e seus termos, devendo elaborar as posturas municipais, as quais deliberavam sobre meios de promover e manter a tranquilidade e a ordem, a segurança, a saúde pública, o asseio e a manutenção das edificações e o arruamento.¹⁵⁶ Ainda deveriam ser objeto das posturas:

§ 1º Alinhamento, limpeza, iluminação, e despachamento das ruas, cães e praças, conservação e reparos de muralhas feitas para segurança dos edificios, e prisões publicas, calçadas, pontes, fontes, aqueductos, chafarizes,

¹⁵² *Ibidem*, art. 12.

¹⁵³ *Ibidem*, título II, art. 24, 25, 26 e 27.

¹⁵⁴ *Ibidem*, art. 55 e 58.

¹⁵⁵ *Ibidem*, art. 56, 57, 59, 60 e 69.

¹⁵⁶ *Ibidem*, título III, art. 71.

poços, tanques, e quaesquer outras construcções em beneficio commum dos habitantes, ou para decôro e ornamento das povoações.

§ 2º Sobre o estabelecimento de cemiterios fóra do recinto dos templos, conferindo a esse fim com a principal autoridade ecclesiastica do lugar; sobre o esgotamento de pantanos, e qualquer estagnação de aguas infectas; sobre a economia e asseio dos curraes, e matadouros publicos, sobre a collocação de cortumes, sobre os depositos de immundices, e quanto possa alterar, e corromper a salubridade da atmospheria.¹⁵⁷

Competia às posturas também deliberar sobre os edifícios urbanos, sobre a construção, reparo e conservação das estradas, sobre os matadouros públicos e sua fiscalização, prover sobre a organização das feiras, mercados, abastança e salubridade de todos os mantimentos e outros objetos expostos à venda pública, com balança e padrões de pesos e medidas para regular as aferições. Inspeccionar as escolas de primeiras letras, a educação e o destino dos órfãos pobres, os chamados expostos, junto aos estabelecimentos de caridade.¹⁵⁸

O desrespeito às posturas era punido por multa ou prisão temporária, podendo culminar em penas de até 8 dias de prisão e/ou 30 mil réis de condenação, as quais podiam ser agravadas nas reincidências até 30 dias de prisão e 60 mil réis de multa.¹⁵⁹ O julgamento das multas por contravenções às posturas, por requerimento dos procuradores ou das partes interessadas, era atribuição privativa do juiz de paz.¹⁶⁰ A vigilância do cumprimento das posturas, bem como a aplicação das sanções previstas pela lei, eram objeto dos fiscais de posturas (Fiscal da Câmara) e seus suplentes, os quais deveriam servir por quatro anos apenas.¹⁶¹ Os fiscais, ainda, nas capitais de províncias recebiam uma gratificação paga pelas rendas do conselho.¹⁶²

Ademais, as câmaras contavam ainda com porteiros, ajudantes e com os cargos de secretário, responsável pela escrituração de todo o expediente do órgão, e procurador, a quem cabia a administração

¹⁵⁷ Ibidem, art. 66, par. 1º e 2º.

¹⁵⁸ Ibidem, art. 66, par. 6º, 9º, 10º e art. 70.

¹⁵⁹ Ibidem, art. 72.

¹⁶⁰ Ibidem, título V, art. 88.

¹⁶¹ Ibidem, art. 83 e 85.

¹⁶² Ibidem, art. 87.

financeira, mas também demandar perante os juízes de paz a execução das posturas e a imposição das penas aos contraventores, bem como defender os direitos da câmara perante as justiças ordinárias e apresentar a receita e despesa todos os trimestres, a cada início de sessão. O procurador também receberia 6% de tudo quanto arrecadar, mas sendo este rendimento superior ao trabalho, a câmara convencionava com o próprio procurador sobre a gratificação merecida.¹⁶³ Como visto, as câmaras tinham autonomia para nomear seus empregados, cuja forma de remuneração variava.

O capítulo IV, o menor da Lei de 1828, em seus cinco artigos, tratava da aplicação das rendas municipais. Sobre esta matéria ficava determinado que as câmaras não despendessem as suas rendas senão em “objetos próprios de suas atribuições”, devendo propor ao Conselho Geral da província os meios de aumentar suas rendas, bem como da necessidade de fazer delas alguma extraordinária aplicação.¹⁶⁴ O procurador não estava autorizado a fazer despesa que não estivesse prevista pelas posturas ou determinada por deliberação da câmara.¹⁶⁵ O problema, segundo a historiadora Dilma Cabral, estava em que a ampliação das atribuições das câmaras municipais, muitas vezes, não se fez acompanhar por um aumento em suas receitas, o que comprometia sua capacidade de prover as necessidades com questões importantes para as vilas e cidades, como saúde, higiene, segurança, abertura de estradas e pavimentação.¹⁶⁶ De acordo com o Regimento, portanto, na carência de recursos, deveriam ser priorizadas as atribuições que fossem mais urgentes e, onde não houvesse casas de misericórdia, a preferência seria a criação dos expostos e demais órfãos desamparados.¹⁶⁷ Essa autonomia de decisão de aplicação das rendas ficava afetada ainda pela subordinação das câmaras aos presidentes de província, que poderiam exercer ingerências no orçamento municipal, alterando ou modificando a proposta original.

A configuração das câmaras municipais sofreria ainda uma importante alteração em 1834, com o Ato Adicional à constituição política do Império, que reorganizou a organização das províncias e sua relação com o governo central, garantindo-lhes maior autonomia. A partir de então, foram instituídas as Assembleias Legislativas Provinciais, em substituição aos Conselhos Gerais, que ficavam investidas de amplos

¹⁶³ *Ibidem*, art. 79, 80, 81 e 82.

¹⁶⁴ *Ibidem*, título IV, art. 74 e 77.

¹⁶⁵ *Ibidem*, art. 75.

¹⁶⁶ CABRAL, Dilma, *op. cit.*

¹⁶⁷ BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828, *op. cit.*, título IV, art. 76.

poderes sobre a organização dos municípios os quais compunham suas províncias.

O Ato Adicional de 1834, desse modo, ampliou a capacidade de ingerência de órgãos externos nos assuntos da municipalidade ao afirmar que caberia às Assembleias Legislativas aprovar as deliberações das câmaras sobre a polícia e economia, sobre fixação das despesas, assim como sobre criação, supressão e nomeação para os empregos municipais.¹⁶⁸ Seguindo o mesmo princípio, competia as mesmas Assembleias legislar sobre a instrução pública, a polícia e economia dos municípios e da província, bem como sobre os impostos, de modo que as câmaras poderiam propor os meios de ocorrer às despesas dos municípios. Também passariam a legislar sobre a criação e supressão de empregos municipais e provinciais e o estabelecimento dos seus ordenados, sobre as obras públicas, estradas e navegação no interior da respectiva província, a construção de casas de prisão, entre outros.¹⁶⁹

2.1.1. A Câmara Municipal de Desterro

O primeiro local onde funcionou a Câmara e a Cadeia da vila de Nossa Senhora do Desterro não era uma, mas algumas pequenas casas geminadas existentes onde, no mesmo local, posteriormente, foi construído o edifício, na esquina daquela que seria, então, chamada de Rua da Cadeia. As cinco pequenas construções iam até próximo da praia, e eram de propriedade de Antônio de Oliveira Bastos, capitão de um pequeno contingente militar que havia sido transferido de Santos para guarnecer a Ilha em 1737. Primeiro alugadas, as casinhas foram depois compradas pela Câmara, e quase em frente as mesmas localizava-se o pelourinho da vila.¹⁷⁰

De acordo com o costume da época, a cadeia constituía um apêndice da câmara, todavia, não se sabe ao certo como funcionavam as cinco casas da câmara, se foram unidas numa só ou se os serviços eram distribuídos em cada uma delas. Historiadores afirmam que a cadeia era o maior dos problemas, dada a ausência de estrutura e segurança mínima

¹⁶⁸ BRASIL. Lei de 12 de agosto de 1834, Ato Adicional à Constituição do Império do Brasil, art. 1º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm. Acesso em: 15 fev. 2018.

¹⁶⁹ Ibidem, art. 9, par. 2º, 4º, 5º, 7º e 9º.

¹⁷⁰ DOS REIS, Sara R. P. *A Casa de Câmara e Cadeia da antiga vila de Nossa Senhora do Desterro: sua história*. Florianópolis: Papa Livro, 2008. p. 12.

para funcionar. Desse modo, à época, muitos dos presos eram levados para as fortificações da Ilha, de modo a evitar problemas no centro da vila.¹⁷¹

No ano de 1770, já estava em cogitação uma nova construção que acomodasse a câmara e a cadeia, de modo que se tratava, como consideram alguns historiadores, da primeira importante concorrência pública (arrematação, como se chamava na época) da antiga vila do Desterro.¹⁷² Em 2 de fevereiro de 1771 foi firmado o contrato entre a câmara e o arrematante da obra, João Tavares Fernandes. O sargento-mor Thomaz Francisco da Costa, foi o responsável pelo projeto de construção do edifício, e um de seus fiadores.¹⁷³ O contrato, chamado de Auto de Arrematação, assinado e acompanhado da planta do edifício feita por Thomaz Francisco da Costa, é considerado, pela historiadora Sara Poyares, como a mais completa descrição da Casa de Câmara e Cadeia de Desterro, sendo assim a mais importante documentação que se tem do antigo edifício.¹⁷⁴

As obras da câmara tiveram início em fevereiro de 1771, mas foram paralisadas com a invasão espanhola à Ilha, o que retardou os trabalhos de finalização do prédio. Retornando em 1778 e durando, ao todo, nove anos e dez meses. Segundo Oswaldo Cabral, um registro da câmara diz que o prédio foi entregue à edilidade no ano de 1780, tendo custado algo em torno de 7 contos e novecentos mil réis.¹⁷⁵ Originalmente, apresentava-se como um sobrado tipicamente português, com as aberturas enquadradas em cantaria, sendo as janelas superiores sem sacadas e as térreas gradeadas, identificando as prisões. A cimalha¹⁷⁶ era simples e o telhado, em quatro águas, com uma pequena água-furtada¹⁷⁷ acima da janela superior do sobrado. No ano de 1896 o aspecto

¹⁷¹ Ibidem, p. 15.

¹⁷² CABRAL, Oswaldo, op. cit, p. 60.

¹⁷³ DOS REIS, Sara, op. cit., p. 15.

¹⁷⁴ Para transcrição do contrato na íntegra ver: DOS REIS, Sara R. P., op. cit., pp. 20 a 26.

¹⁷⁵ CABRAL, Oswaldo, 1979. Op. cit, p. 64.

¹⁷⁶ Moldura saliente ou arremate na parte mais alta da parede, onde se assentam os beirais do telhado, parte superior da cornija. CIMALHA. In: PINHAL, Paulo. *Dicionário de terminologias arquitetônicas*, 2009. Disponível em: <http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/2009/02/o-que-e-cimalha/>.

Acesso em: 21 maio 2018.

¹⁷⁷ Sótão com uma ou mais janelas que se abrem sobre as águas do telhado. Também chamada de mansarda, é a janela disposta sobre o telhado de um edifício para iluminar e ventilar seu sótão e, por extensão, o próprio sótão,

externo do prédio foi alterado: as janelas superiores foram guarnecidas com sacadas. Nas Figuras 1 e 2 abaixo, podemos identificar os elementos arquitetônicos acima descritos.¹⁷⁸

Figura 1 – Praça Barão da Laguna (hoje Praça XV de Novembro). Em segundo plano a Casa de Câmara e Cadeia de Desterro, 1895.

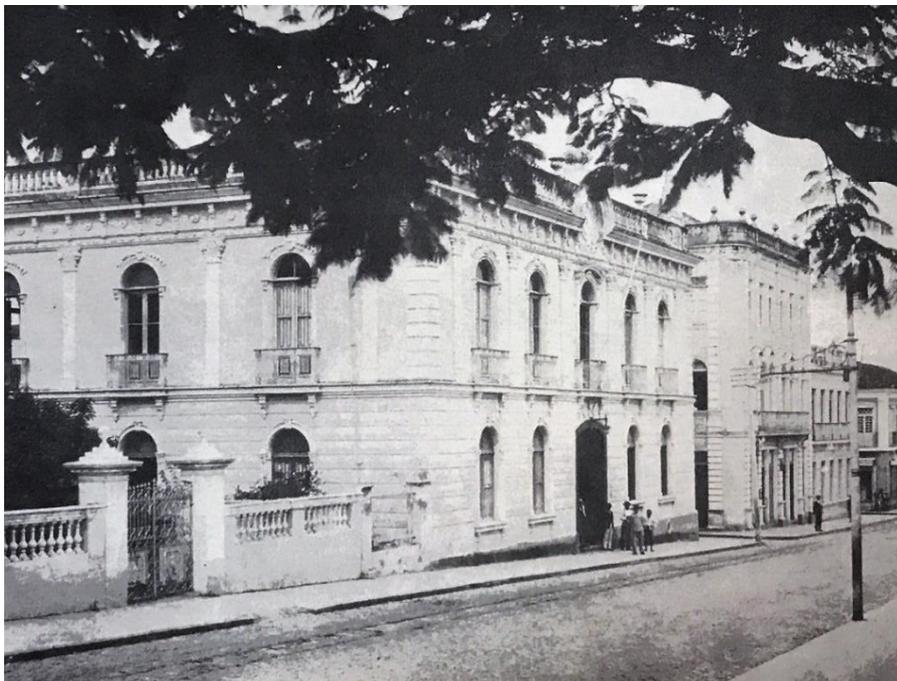


O edifício da Câmara ainda no seu estilo original. Os panos negros nas sacadas denotam o luto pela morte do Marechal Floriano Peixoto. Fonte: DOS REIS, Sara, op. cit., p. 103.

que pode ser usado como mais um cômodo. MANSARDA. In: PINHAL, Paulo. *Dicionário de terminologias arquitetônicas*, 2009. Disponível em: <http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/2009/02/o-que-e-mansarda/>. Acesso em: 21 maio 2018.

¹⁷⁸ VEIGA, Eliane, op. cit., p. 176-177.

Figura 2 – Câmara de Florianópolis, 1924.



O prédio da Câmara com sua arquitetura modificada, no início do séc. XX. Fonte: DOS REIS, Sara, op. cit., p. 106.

Ao longo de todo o século XIX, o prédio da Câmara do Desterro também sediou por diversas vezes a Assembleia Provincial. Além disso, serviu de local de posse para muitos Presidentes da Província, ou quando se faziam, em 2 de dezembro, as solenidades alusivas à data de aniversário do Imperador D. Pedro II. Em termos arquitetônicos, nas primeiras décadas do XX, a câmara teve sua fachada modernizada, perdendo as características de “casarão colonial” que possuía, como podemos observar na Figura 2 acima. Quanto ao Legislativo, só liberou a câmara em 1879, quando foi alugada uma casa situada na esquina da Rua da Paz (atual Jerônimo Coelho) com a Rua do Imperador (atual Tenente Silveira).¹⁷⁹

Apesar das constantes reclamações quanto à necessidade de se construir um novo, e maior, prédio para a cadeia pública de Florianópolis,

¹⁷⁹ DOS REIS, Sara, op. cit., p. 62.

a Penitenciária do Estado apenas teve seu projeto orçado no ano de 1929, já no século XX. Não obstante, as obras de construção tiveram início no ano de 1927, quando o Governo do Estado contratou a firma Corsini e Irmãos para construir, no bairro Trindade, a referida casa de detenção, inaugurada no início de 1930. Deste modo, o prédio da Câmara e Cadeia foi liberado de uma de suas funções originais e passou a servir somente às finalidades da Câmara Municipal.¹⁸⁰

Decorridos mais de dois séculos desde a inauguração, a trajetória legislativa do edifício da Casa de Câmara e Cadeia de Desterro foi encerrada no ano de 2005. Diante da necessidade da união de todos os setores da administração do Poder Legislativo de Florianópolis, até então separados em virtude do exíguo espaço do prédio histórico, a Câmara Municipal passou a funcionar em novo endereço, situado na Rua Anita Garibaldi.

Em 2007, o antigo edifício foi interditado pelo Ministério Público, em virtude de problemas de má conservação. Mais adiante, em 2010, alguns trabalhos de restauração foram iniciados, mas por irregularidades no processo foram interrompidos. No ano de 2011, tentou-se novamente a revitalização do espaço, quando um grupo de arqueólogos desenvolveu um trabalho no local. Cerca de 712 peças antigas foram retiradas das escavações na época, as quais devem ser expostas no museu de história da cidade, a ser instalado nesse mesmo local.¹⁸¹

No entanto, as obras de restauração da antiga Casa de Câmara e Cadeia, juntamente com a abertura do Museu Histórico de Florianópolis, começaram efetivamente apenas em setembro de 2014, tendo previsão inicial de entrega para março de 2016. Com mais de dois anos de atraso, a obra foi paralisada em 2016, ficando abandonada durante nove meses. Segundo reportagem de um periódico local: “Os estragos provocados por invasores, [...] e pelos furtos, além de outras descobertas, fizeram o custo da restauração passar de R\$ 5,9 milhões para R\$ 7,5 milhões. O Sesc (Serviço Social do Comércio), que venceu a licitação por R\$ 9 milhões para criar o museu, será o responsável pelo espaço.”¹⁸² A reforma tem

¹⁸⁰ VEIGA, Eliane, op. cit., p. 178.

¹⁸¹ CASA de Câmara e Cadeia deve passar por reforma de R\$ 4,5 milhões. *GI Santa Catarina*, Florianópolis, 29 jul. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/07/casa-de-camara-e-cadeia-deve-passar-por-reforma-de-r-45-milhoes.html>. Acesso em 21 maio 2018.

¹⁸² CASA de Câmara e Cadeia de Florianópolis tem novo prazo de entrega: julho de 2018. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 04 maio 2018. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/casa-de-camara-e-cadeia-de->

agora novo prazo de entrega: 14 de setembro de 2018, quanto ao Museu da Cidade, este deverá ser inaugurado em fevereiro de 2019.¹⁸³

2.2 O custo das águas: as despesas com o abastecimento da área central de Desterro

Em Desterro, durante todo o século XIX, o sistema de abastecimento de água foi construído, ampliado e conservado, em grande parte, com as rendas municipais. Por conseguinte, na arquitetura das águas estava a Câmara Municipal, instituição político-administrativa que, como vimos, tinha como uma de suas principais funções fornecer, de forma satisfatória, o líquido à população. Não descartamos a hipótese de que os próprios habitantes da cidade tenham contribuído para o abastecimento, público ou privado, de água em Desterro. Particulares podiam, por iniciativa e com autorização da Câmara, ajudar na edificação de pontes, chafarizes e fontes, ou qualquer outro tipo de equipamento urbano, bem como alugar seus escravos para diversos serviços de manutenção e construção. Além disso, as fontes de água potável que possuíam em suas propriedades, eram muitas vezes utilizadas para a venda de água a domicílio, distribuída na cidade pelos chamados aguadeiros.

Não podemos deixar de mencionar também, o papel das rendas provinciais no suprimento dos custos de obras no abastecimento hídrico da capital. Por vezes, os rendimentos municipais eram complementados com os recursos provinciais, o que, todavia, se constituía em motivo de objeções por parte dos presidentes da província. João José Coutinho, em fala proferida à Assembleia Provincial no ano de 1850, afirmou que as Câmaras Municipais, “[...] acostumadas a verem supridos os seus déficits pelos Cofres Provinciais, pouco curão de investigar meios para satisfazerem suas necessidades [...]”¹⁸⁴ Era preciso, no entender do

[florianopolis-tem-novo-prazo-de-entrega-julho-de-2018](#). Acesso em: 21 maio 2018.

¹⁸³ ENTREGA da reforma da Casa de Câmara e Cadeia é adiada mais uma vez. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 03 set. 2018. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/entrega-da-reforma-da-casa-de-camara-e-cadeia-e-adiada-mais-uma-vez>. Acesso em 04 set. 2018.

¹⁸⁴ Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, o Dr. João José Coutinho, dirige á Assembléa Legislativa Provincial, no acto d’abertura da sua Sessão Ordinaria em o 1.º de Março de 1850. Desterro, Typ. Catharinense de Emilio Grain, 1850.

presidente da província, que as Câmaras se convencessem de que para satisfazerem as suas despesas, deviam impô-las aos seus munícipes, pois “Aquelles que quizerem gozar dos beneficios municipaes, devem carregar os onus das Municipalidades.” Demandava, assim, que estas “corporações” subsistissem de seus próprios recursos, “sem esmollarem das Rendas Provinciaes”.¹⁸⁵

De igual maneira, em 1887, já ao final do século, Francisco José da Rocha, presidente da província à época, dedicou algumas páginas de seu relatório anual para tratar no não cumprimento das obrigações que eram devidas às Câmaras Municipais. Segundo o referido presidente, devido à exiguidade de suas verbas, estas “corporações” recorriam com frequência à Província, para que esta concorresse com “as indispensaveis quantias para os mais insignificantes melhoramentos”.¹⁸⁶ Entretanto, quase todas apresentaram saldos em seus balancetes, demonstrando que a arrecadação foi proporcionada ao limite das despesas. Como veremos a seguir, dessa prática resultavam substanciais inconvenientes, uma vez que eram poucas as Câmaras que despendiam “seriamente” com as obras municipais. Sugeria, deste modo, que se em todas as municipalidades houvesse a adequada fiscalização dos serviços e a execução das Leis e Posturas, “muito avultaria a renda municipal”.¹⁸⁷

Isto posto, consideramos que a produção das águas ocupava, ou deveria ocupar, um significativo espaço na administração financeira de um município. No Rio de Janeiro havia um tributo especialmente destinado à construção de seu aqueduto, administrado pela Fazenda Real. Neste, o imposto cobrado desde o governo de Miranda Henriques (1633-737), incidia sobre o vinho: cada canada¹⁸⁸ correspondia a 160 réis. Em Portugal, a cobrança do imposto real d'água foi autorizada em 1729 pelo rei D. João V, que nomeou a Junta das Águas Livres para administrar as arrecadações e os gastos na construção do Aqueduto e dos Chafarizes de Lisboa.¹⁸⁹

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina na 2.a sessão de sua 26.a legislatura, pelo Presidente, Francisco José da Rocha, em 11 de Outubro de 1887. Rio de Janeiro, Typ. União de A.M. Coelho da Rocha & C., 1888.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Antiga medida portuguesa para líquidos, equivalente a 4 quartilhos ou 2 litros . *Canada*. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/canada>. Consultado em: 22 maio 2018.

¹⁸⁹ TEDESCHI, Denise, op. cit., p. 148.

Ademais, é pertinente que se ressalte, que o abastecimento de água em Desterro era consideravelmente mais modesto do que o sistema dos Arcos da Lapa, na Corte no Rio de Janeiro, o do Aqueduto das Águas Livres de Lisboa, ou mesmo o que se desenvolveu nas cidades mineiras, como o sistema de chafarizes ligados ao aqueduto subterrâneo de Mariana-MG. Em Desterro encontramos um cenário semelhante no que diz respeito à configuração de um sistema de provimento das águas a partir dos cofres municipais. Todavia, as obras eram de bem menor amplitude, seja em extensão, complexidade ou em quantia de réis despendidos.

Como vimos no início deste capítulo, os empregados e vereadores das câmaras desempenhavam diferentes funções, no intuito de legislar sobre os diversos assuntos de interesse local. Destes, destacamos o papel do secretário, responsável pela escrituração de todo o expediente do órgão, e, por conseguinte, dos termos de encerramento, os quais, ao final de cada livro de receita e despesa, descreviam com detalhes os montantes gastos, os arrecadados e a existência ou não de saldo para o próximo ano financeiro da Câmara de Desterro. Função importante também desempenhava o procurador, a quem cabia a administração financeira, a apresentação das receitas e despesas a cada início de sessão e seus respectivos documentos comprovantes, além de outras funções.

Sendo assim, o segundo tema a ser abordado neste capítulo contemplará as despesas com a rede de abastecimento hídrico de Desterro, isto é, o quanto se gastou, ou investiu efetivamente para fornecer o líquido de forma satisfatória, ou não, à população.

Nos livros de receitas e despesas da Câmara Municipal deveriam ser declarados todos os gastos e arrecadações do órgão local ao longo de cada ano financeiro e/ou exercício. O procurador e o tesoureiro eram responsáveis por receber os pagamentos e controlar as saídas dos cofres. Ao fim de cada ano financeiro, entregavam os recibos ao escrivão/secretário da câmara que transcrevia a natureza e o valor das receitas e dos gastos em livro próprio. Também ao final de cada ano financeiro, reuniam-se em sessão ordinária, o presidente da Câmara e demais vereadores, para que fossem apresentados e examinados os balanços de receitas e despesas. Estas, depois de confrontadas com os documentos e talões comprobatórios, seriam então aprovadas para serem remetidas à Assembleia Legislativa Provincial, conforme podemos observar na transcrição abaixo, do Termo de Encerramento do ano financeiro de 1.º de julho de 1864 a 30 de junho de 1865:

Ao primeiro dia do mez de Julho do Anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e seSSenta e cinco, nesta Cidade do Desterro, Capital da Provincia de Santa Catharina, em a Salla das SeSSões da respectiva Camara Municipal que se acha reunida e presidida pelo seu Presidente o senhor Eleutério Francisco de Souza, e sendo ahi presente o balanço e demonstração da Receita e Despesa da mesma Camara relativa ao anno financeiro próximo findo, de 1864 a 1865, contado do 1.º de Julho de 1864 a 30 de Junho de 1865, feixada a Receita em 30 de Junho de 1865, como se vê a f. 93, na importancia de oito contos tresentos e oitenta mil quatro centos e dezoito rs. (8:380\$418 rs), e a Despesa em data de hoje a f. 80, em igual quantia, não resulttando por conseguinte saldo algum nos cofres municipaes a cargo do Procurador o cidadão Anastacio Silveira de Souza, que paSasse á Conta Nova; e sendo vistas e examinadas as mesmas contas, balanços, e documentos confrontados com os Livros de Talões e aSsuntos d´este Livro, digo do respectivo livro e deste caderno appenso, se achou tudo conforme; em virtude do que forão taes contas approvadas por unanimidade de votos para serem remetidas a ASsemblea Legislativa Provincial na sua 1.ª Reunião, por intermédio da Presidencia da Província; Do que para constar se lavrou o presente termo. Eu José Ignacio d´Oliveira Tavares, Secretario da Camara que o escrevi.¹⁹⁰

A partir desse conjunto documental, inventariamos as receitas e as despesas ao longo de cada ano financeiro para compreendermos a variação das rendas municipais no decorrer do século XIX. Das extensas listas de despesas, levantamos os dados referentes às obras e demais serviços relativos ao abastecimento público de água, como por exemplo: construção e manutenção de fontes, incluindo reparos e limpezas; compra de materiais e pagamento de trabalhadores; aquisição e conserto de bombas hidráulicas; compra de torneiras e lâmpioes para as fontes públicas; entre outros.

¹⁹⁰ Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1864-1865. Nº 170. 86 f. Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

O objetivo principal – ao inventariar o rol de despesas no intervalo de 1829 a 1889¹⁹¹ – foi analisar o quanto se gastou na construção e, principalmente, na manutenção da rede de abastecimento público de água em Desterro. Desta forma, privilegiamos a relação das arrecadações e dispêndios em conexão com a trajetória dos investimentos no mobiliário urbano relacionado ao abastecimento de água ao longo do recorte cronológico estabelecido.

2.2.1 Livros-caixa: as receitas e as despesas

Somadas todas as receitas anuais (ano financeiro), relativas ao período de 1829 a 1889, o volume total arrecadado em Desterro nestes 60 anos¹⁹² chegou a 645:962\$819 réis (seiscentos e quarenta e cinco contos, novecentos e sessenta e dois mil, oitocentos e dezenove réis)¹⁹³, com uma receita média anual de 11:744\$778,50 réis. O menor valor encontrado foi no ano de 1830, com uma receita de 532\$540 réis, e o máximo arrecadado foi no ano de 1889, com 38:895\$243 réis.

Os impostos sobre bens e serviços vinculados à economia local eram a principal fonte de receita que pagava pelos serviços públicos básicos. As fontes de renda ordinárias do município, portanto,

¹⁹¹ Quanto ao recorte temporal estabelecido para esta análise, salientamos que o limite inferior (1829) foi designado em virtude da disponibilidade de fontes. Já o recorte superior (1889) foi assim determinado em função do marco político da substituição do regime monárquico no Brasil pela forma de governo republicana.

¹⁹² Cabe lembrar que, para a contabilização da média anual, não foram considerados os anos financeiros de 1847-1848, 1848-1849, 1851-1852, 1869-1870, 1882-1883, 1883-1884 e 2º semestre de 1887, cujos livros-caixa respectivos não foram encontrados, ou ainda em virtude da falta de informações nos respectivos documentos.

¹⁹³ Um conto, ou mil milréis, foi expresso na forma de 1:000\$000. De acordo com Hanley e Lopes (2017), em 1835, este valor poderia pagar um ano de salário para um trabalhador a jornal, ou ainda comprar duzentas cabeças de gado (Müller 1978, 237). Em termos de poder de compra, o valor relativo em 2012 foi um pouco acima dos US \$13.000. As taxas de câmbio são de Leff (1982, 246). Fontes: MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo, ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. Third facsimile edition. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978; LEFF, Nathaniel. *Underdevelopment and Development in Brazil*. Vol. 1. London: Allen and Unwin, 1982; HANLEY, Anne G.; LOPES, Luciana S. Municipal Plenty, Municipal Poverty, and Brazilian Economic Development, 1836-1850. *Latin America Research Review*, v. 52, n. 3, pp. 361-377, 2017.

compunham-se majoritariamente de impostos sobre atividades urbanas, em especial o comércio e a venda de gêneros de primeira necessidade, como a “carne verde” e a farinha de mandioca. Provinham também das multas diversas aplicadas segundo o código de posturas, além das resultantes da aferição de pesos e medidas, de licenças para edificações, licenças sobre carroças, licenças de funcionamento para matadouros públicos e particulares, foros e laudêmios¹⁹⁴.

A Câmara despendia ordinariamente com obras públicas e de saneamento (água potável, despejos, limpeza de ruas, praias, fontes e córregos), criação dos expostos, ordenados e gratificações, expediente do júri e demais custas, manutenção da cadeia (água e limpeza das enxovias) e sustento dos presos, além de outras despesas eventuais. O volume das despesas dos anos financeiros somados chegou a 644:125\$291 réis (seiscentos e quarenta e quatro contos, cento e vinte e cinco mil, duzentos e noventa e um réis), com o valor mínimo de 487\$865 réis, no ano de 1830, e máximo de 37:474\$989 réis, no ano de 1889. A média anual das despesas para o período estudado (1829-1889) ficou em 11:502\$241,8 réis.

Conforme Anne G. Hanley e Luciana S. Lopes, a capacidade dos municípios de pagar pelo fornecimento de bens públicos básicos, além da beneficência privada, dependia diretamente da capacidade da economia local de gerar receitas. Dessa maneira, a discussão sobre a abundância ou escassez de recursos para o financiamento dessas necessidades, constitui tema de suma importância para a compreensão o processo histórico que levou o Brasil a uma dinâmica não homogênea de desenvolvimento econômico, e a consequente construção de uma sociedade desigual.¹⁹⁵ As pesquisas em conjunto da historiadora e da economista, respectivamente, acerca dos fluxos contábeis e financeiros e suas consequências para a administração a nível local e nacional, centraram-se em municípios da província de São Paulo.

¹⁹⁴ Foro: pagamento anual feito à Câmara pelo indivíduo foreiro em decorrência do uso de terras ou edificações de propriedade da Câmara, em terrenos de marinha e próximos a rios e pântanos. Laudêmio: Taxa paga à Câmara pela transmissão do direito útil sobre imóveis localizados nestes terrenos da Câmara, por ocasião de transações de compra e venda. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/blog-do-allende/platb/2012/09/04/laudemio-uma-heranca-da-colonizacao/>. Acesso em: 23 ago. 2018.

¹⁹⁵ HANLEY, Anne G.; LOPES, Luciana S. Municipal Plenty, Municipal Poverty, and Brazilian Economic Development, 1836-1850. *Latin America Research Review*, v. 52, n. 3, 2017, p. 362.

Na São Paulo do século XIX, a ocupação principal era o que um observador contemporâneo poderia denominar de “indústria agrícola”. Entre os gêneros mais valiosos cultivados na província estavam o café, o açúcar e a aguardente, os quais geravam as maiores receitas aos municípios produtores. Todavia, a economia provincial em geral era modesta, com a produção total posicionando-se em nono, entre as dezoito províncias do Brasil. Mesmo sendo a décima terceira em produção per capita, estava pronta para expansão devido ao aumento dos laços com a economia internacional por meio do açúcar, algodão e café, de modo que ao final do século estaria entre as economias mais dinâmicas do país.¹⁹⁶ Dos municípios estudados pelas autoras, os mais ricos eram Bananal e Campinas, que tinham os laços mais fortes com os mercados de commodities regionais e de exportação. Araraquara e Franca, localizadas na região “oeste” paulista, tinham economias mistas baseadas na produção de alimentos para consumo local, algumas commodities agrícolas e presença substancial na criação de gado para mercados regionais. Iguape e Apiaí, localizados na fronteira sul da província, estavam engajados na produção nacional de alimentos.¹⁹⁷

Para termos uma ideia, em 1839, as receitas de Iguape ficavam em torno de 1:500\$000 réis¹⁹⁸, enquanto que a Câmara Municipal de Desterro, para o ano fiscal de 1838-1839, arrecadou a quantia de 5:590\$024 réis.¹⁹⁹ Já o total de receitas do município de Apiaí, em 1838, mal chegou a 135\$000 réis.²⁰⁰ As receitas de Araraquara, em 1841, foram de 440\$000 réis. Este foi um ano extraordinariamente próspero, no entanto. Sua receita média, desde 1835, incluindo a cifra de 1841, era de apenas 155\$000 réis. Em Desterro observamos para o ano fiscal de 1840 a 1841 uma receita de 3:773\$827 réis, com uma receita média anual, desde 1835, de 3:541\$188 réis.²⁰¹

Campinas, um dos mais prósperos dos municípios analisados pelas autoras, arrecadou, para o ano de 1837, em torno de 1 conto de réis,

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 363.

¹⁹⁷ *Idem*.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 369.

¹⁹⁹ Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1835-1843. Nº 306. 190 f. Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

²⁰⁰ HANLEY, Anne; LOPES, Luciana, op. cit., p. 370.

²⁰¹ Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1835-1843. Nº 306. 190 f. Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

e para o ano de 1839, 2 contos de réis.²⁰² Já os cofres municipais de Desterro, tiveram um ano financeiro de 1837-1838 bastante auspicioso para a média da década de 1830²⁰³, com uma receita de 6:991\$591 réis. Enquanto que no ano de 1839-1840, o rendimento foi de 4:365\$992 réis.²⁰⁴ Isto se deve ao fato de que, para a província de São Paulo, a maioria dos municípios experimentou déficits expressivos, até mesmo alarmantes, na década de 1830, quando se ajustaram aos novos regimes fiscais e administrativos que lhes solicitavam providenciar a cobrança de impostos locais para pagar pela administração pública e serviços, deixando de receber recursos constantes a nível provincial e nacional, como estavam habituados em seus tempos de colônia.²⁰⁵

No Gráfico 1 abaixo, apresentamos a trajetória anual das contas da Câmara do Desterro durante os anos de 1829 a 1889.

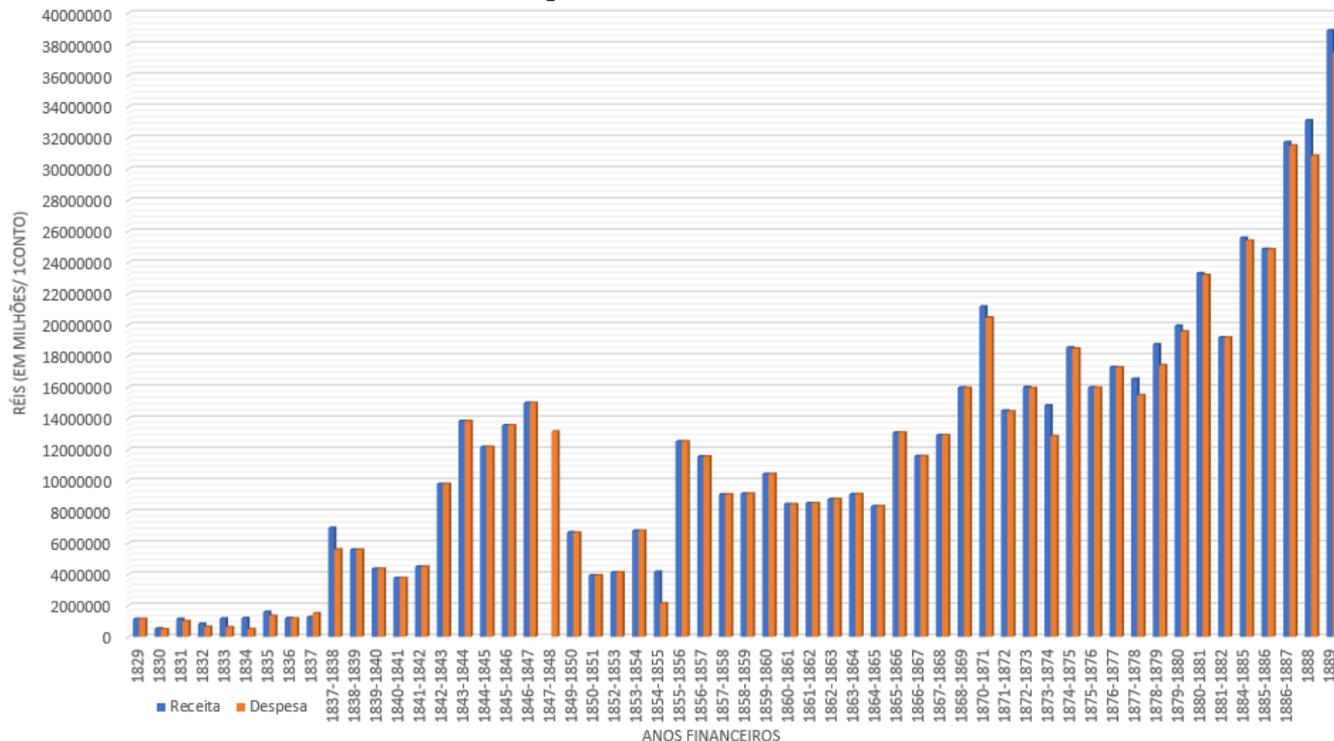
²⁰² HANLEY, Anne G.; LOPES, Luciana S. op. cit., p. 370.

²⁰³ A média arrecadada pela Câmara Municipal de Desterro durante os anos financeiros de 1830; 1831; 1832; 1833; 1834; 1835; 1836; 1837 (Jan a 1.º de Jul); 1837-1838; 1838-1839 e 1839-1840, foi de 2:752\$219 réis. Fonte: Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1835-1843. Nº 306. 190 f. Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ HANLEY, Anne; LOPES, Luciana, op. cit., p. 371.

Gráfico 1: Receitas e despesas da Câmara do Desterro (1829-1889)²⁰⁶



²⁰⁶ Não foram encontrados os livros-caixa dos anos financeiros de 1848-1849, 1851-1852, 1869-1870, 1882-1883, 1883-1884 e 2º semestre de 1887. A receita do ano financeiro de 1847-1848 não foi informada em virtude da falta de informações. Quanto ao ano de 1837, encontramos valores totais de receitas e despesas referentes ao ano financeiro que compreendeu os meses de janeiro a julho de 1837, e outros para o ano financeiro de julho de 1837 a junho de 1838.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Livro Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1829-1835. nº 61; 1835-1843. nº 306; 1842-1847. nº 92; 1847-1848. nº 104; 1849-1850. nº 308; 1850-1851. nº 114; 1852-1853. nº 130; 1853-1854. nº 131; 1854-1855. nº 139; 1855-1856. nº 140; 1856-1857. nº 145; 1857-1858. nº 146; 1858-1859. nº 151; 1859-1860. nº 156; 1860-1861. nº 157; 1861-1862. nº 166; 1862-1863. nº 167; 1863-1864. nº 170; 1864-1865. nº 175; 1865-1866. nº 176; 1866-1867. nº 182; 1867-1868. nº 183; 1868-1869. nº 187; 1870-1871. nº 200; 1871-1872. nº 204; 1872-1873. nº 207; 1873-1874. nº 210; 1874-1875. nº 213; 1875-1876. nº 214; 1876-1877. nº 222; 1877-1878. nº 223; 1878-1879. nº 234; 1879-1880. nº 239; 1880-1881. nº 242; 1881-1882. nº 246; 1884-1885. nº 256; 1885-1886. nº 259; 1886-1887. nº 262; 1888. nº 265; 1889. nº 268.

Conforme evidencia o Gráfico 1, no decorrer do período estudado, o crescimento das arrecadações da Câmara foi acompanhado pelo aumento das despesas. Entre os anos de 1829 e 1836 as receitas e despesas ficaram em torno de 1 conto de réis. A partir de 1837-1838, observamos um importante crescimento, de modo que até o ano de 1846-1847, as receitas passaram de 3:773\$827 réis (1840-1841) para 15:002\$002 (1846-1847). A partir de então houve um declínio substancial nas receitas, nos anos decorridos de 1849-1850 a 1854-1855, permanecendo no intervalo de 3:950\$331 réis (1850-1851) e 6:704\$075 réis (1849-1850).

De 1855-1856 a 1867-1868, receitas e despesas permaneceram no intervalo de 8:380\$418 réis (1864-1865) e 13:101\$848 réis (1865-1866), de modo que vemos uma equidade entre o que foi arrecadado e gasto, prevalecendo, assim, os saldos nulos. Do período decorrido entre os anos financeiros de 1868-1869 e 1881-1882 prevaleceram os saldos positivos em caixa (superávits), com receitas que variaram de 14:515\$049 réis (1871-1872) a 23:323\$383 réis (1880-1881), com destaque para as grandes arrecadações de 1880-1881 e de 1870-1871 (21:181\$471 réis).

E por fim, entre os anos de 1884-1885 e 1889 observamos as maiores arrecadações, as quais chegaram aos 38:895\$243 réis em 1889. A partir de então, na última década do século XIX, as receitas e despesas da Câmara cresceram consideravelmente ano a ano, chegando a inéditos 209:771\$369 réis de receita e 199:138\$092 réis de despesa no ano financeiro de 1898.²⁰⁷ Período este, que foi marcado por importantes questões relativas ao reajustamento social à ordem capitalista em

²⁰⁷ Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1897-1898. Nº 296. 303 f. Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

Florianópolis, durante a Primeira República. Como coloca Hermetes Reis de Araújo, no decorrer deste período, a capital catarinense passou por uma série de reformas sociais, políticas, urbanísticas, administrativas, sanitárias, entre outras. As quais demandaram somas cada vez maiores de recursos para serem realizadas, assim como preconizavam os indivíduos enunciadorees destes novos discursos, valores e práticas.²⁰⁸

Quanto aos saldos disponíveis nos cofres da Câmara, prevaleceram, em grande medida, os superávits frente aos saldos nulos, estes últimos observados durante as décadas de 50 e 60 do século XIX. Nos chama atenção também, o valor diminuto dos saldos disponíveis durante os anos financeiros de 1838-1839 a 1846-1847, os quais não ultrapassaram os 801 réis. Já os maiores saldos positivos foram verificados nos anos de 1837-1838 (1:388\$279), 1873-1874 (1:961\$733), 1877-1878 (1:051\$732), 1878-1879 (1:348\$029), 1888 (2:262\$060) e 1889 (1:420\$254), chegando à marca de 2 contos de réis ao final do século. Evidencia-se ainda, a ausência de déficits nas contas da Câmara para o período pesquisado. O que, no entanto, não deve necessariamente significar que Desterro fosse o retrato da saúde fiscal, ou ainda, modelo de administração municipal.²⁰⁹

De acordo com Hanley e Lopes, esta contabilidade, por vezes, podia representar uma administração que gastava muito pouco com seus cidadãos, e que optava pela segurança fiscal em detrimento do investimento em bens públicos. Investimento em obras que aprimorassem a qualidade de vida de seus habitantes, como o abastecimento de água e saneamento, além da construção e reparação de estradas e pontes, mantendo a infraestrutura para a circulação de bens e serviços. O retrato da saúde fiscal no papel, portanto, poderia ser resultado da negligência municipal em infraestrutura básica. Os administradores municipais despendiam as somas nas categorias que lhes eram exigidas por lei, além dos salários dos funcionários indicados para os cargos de secretário, agente fiscal e porteiro, e abordavam o equilíbrio de suas necessidades como bem lhes conviesse. De modo que as obras públicas foram os primeiros e mais fáceis projetos de se cortar em tempos de escassez

²⁰⁸ ARAÚJO, Hermetes R. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, São Paulo, 1989.

²⁰⁹ A relação completa dos superávits e saldos nulos nas contas da Câmara de Desterro, nos anos financeiros de 1829 a 1889, encontra-se no quadro do apêndice C, ao final desta dissertação.

financeira e, portanto, os mais prováveis de serem prejudicados. Desta maneira, o constante subinvestimento em infraestrutura pública, constatado pelas autoras em suas pesquisas, viria a estabelecer as bases para o subdesenvolvimento dos recursos sociais e econômicos futuros em diversos municípios brasileiros, durante o século XX.²¹⁰

Até o momento apresentamos um quadro geral das receitas e despesas da Câmara de Desterro, e demonstramos como se comportaram, em um longo intervalo de 60 anos, as contas da municipalidade. Dentro deste quadro geral, passamos agora à análise das particularidades inerentes à gestão das obras públicas relacionadas ao abastecimento de água: o quanto se gastou e com o quê. Além disso, avaliaremos o perfil dos gastos com águas sob dois aspectos: a dinâmica dos investimentos em abastecimento relacionados às despesas municipais em sua totalidade; e o que a trajetória desses custos pode nos indicar acerca da forma de administrar esse serviço urbano.

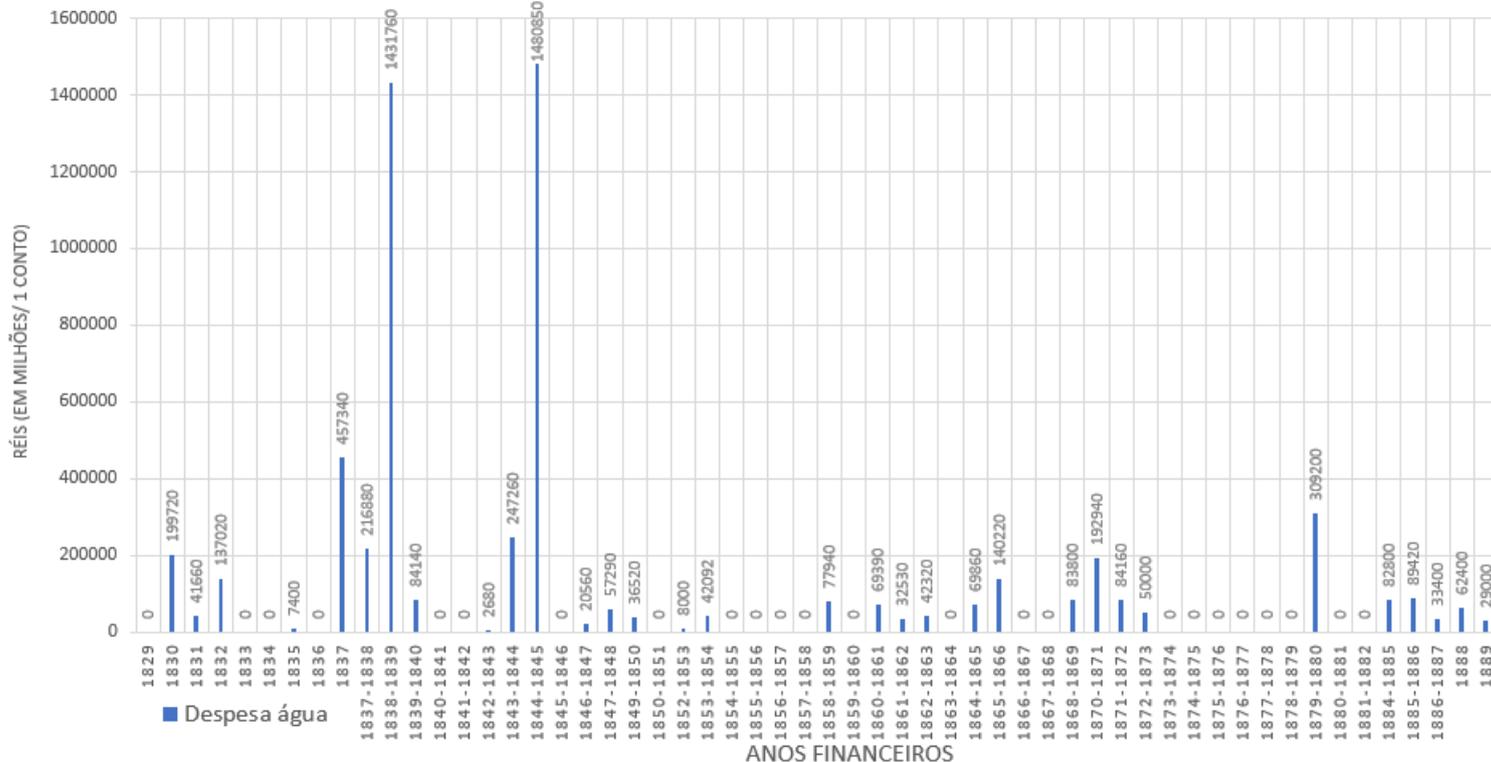
No que se refere ao uso das rendas municipais com as águas, contudo, deve ser feita uma observação. Esta refere-se às despesas inventariadas como conjugadas, uma vez que verificamos a existência, nos livros-caixa, de despesas que reuniram em um mesmo pagamento obras de diferentes naturezas, não sendo possível determinar o valor correspondente de cada uma. Citamos como exemplo, o pagamento ao procurador da Câmara, no ano de 1830, de 42\$530 réis, referente às “despesas com o conserto da ponte na LeSsa, obra da Carióca, e conserto da praça da Cid^e”²¹¹, ou quando se pagou, em 1845, ao administrador das obras públicas, “import.^a do reparo da Ponte da rua do Senado, do telhado da casa do sino da Cadêa, e da bomba da fonte da rua da Carioca”, a quantia de 30\$600 réis.²¹² Dessa forma, o montante de obras conjugadas às águas chegou a 3.299\$442 réis, o que amplia de certa maneira o valor direcionado ao abastecimento público. Para mais detalhes, no apêndice B desta dissertação, apresentamos um quadro no qual listamos e descrevemos as obras conjugadas ao abastecimento das águas de Desterro.

²¹⁰ HANLEY, Anne; LOPES, Luciana, op. cit., p. 375.

²¹¹ Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1829-1835. Nº 61. 249 f. Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

²¹² Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1842-1847. Nº 92. 187 f. Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

Para os fins deste estudo, portanto, nos detivemos em analisar os gastos da Câmara Municipal que se dedicaram exclusivamente ao melhoramento e ampliação da rede hídrica da área central da cidade. No Gráfico 2 abaixo, apresentamos as despesas da Câmara com a rede de abastecimento de água em Desterro (1829-1889).

Gráfico 2: As despesas da Câmara com o abastecimento de água em Desterro (1829-1889)²¹³

²¹³ Não foram encontrados os livros-caixa dos anos financeiros de 1848-1849, 1851-1852, 1869-1870, 1882-1883, 1883-1884 e 2º semestre de 1887. Quanto ao ano de 1837, encontramos valores de despesas com abastecimento referentes ao ano financeiro que compreendeu os meses de janeiro a julho de 1837, e outros para o ano financeiro de julho de 1837 a junho de 1838.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Livro Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1829-1835. n° 61; 1835-1843. n° 306; 1842-1847. n° 92; 1847-1848. n° 104; 1849-1850. n° 308; 1850-1851. n° 114; 1852-1853. n° 130; 1853-1854. n° 131; 1854-1855. n° 139; 1855-1856. n° 140; 1856-1857. n° 145; 1857-1858. n° 146; 1858-1859. n° 151; 1859-1860. n° 156; 1860-1861. n° 157; 1861-1862. n° 166; 1862-1863. n° 167; 1863-1864. n° 170; 1864-1865. n° 175; 1865-1866. n° 176; 1866-1867. n° 182; 1867-1868. n° 183; 1868-1869. n° 187; 1870-1871. n° 200; 1871-1872. n° 204; 1872-1873. n° 207; 1873-1874. n° 210; 1874-1875. n° 213; 1875-1876. n° 214; 1876-1877. n° 222; 1877-1878. n° 223; 1878-1879. n° 234; 1879-1880. n° 239; 1880-1881. n° 242; 1881-1882. n° 246; 1884-1885. n° 256; 1885-1886. n° 259; 1886-1887. n° 262; 1888. n° 265; 1889. n° 268.

Assim como nos apresenta o Gráfico 2, no ano financeiro de 1844-1845 foi observado o maior valor gasto com o abastecimento de água no período analisado: 1:480\$850 réis. Destes, 1:477\$810 foram gastos com as construções na carioca na rua de mesmo nome (Fonte do Largo do Senado). Do restante, 1\$600 foram investidos na compra de dois baldes para a captação da água nas fontes públicas, e 1\$440 foram despendidos com a compra de um balde e corda para puxar água na fonte da rua da Carioca.²¹⁴ Os quais, entretanto, seriam substituídos ainda no mesmo ano por uma bomba hidráulica, conforme relato de despesa registrado em livro-caixa.²¹⁵

Em segundo lugar está o ano financeiro de 1838-1839, com um investimento total de 1:431\$760 réis. Neste ano financeiro, novamente foram gastas quantias consideráveis com benfeitorias e reparos na fonte do Largo do Senado (Fonte no Largo Fagundes, Fonte de Ramos, ou fonte na rua da Bica). Com reparos habituais, compra de carradas de pedra e de duas torneiras de bronze, foram gastos 316\$540 réis. Ainda referente à fonte do Largo do Senado, foi pago ao Fiscal da Câmara, Ignacio Manoel, a importância de 525\$220 réis, com o reparo que se fez necessário em

²¹⁴ Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1842-1847. N° 92. 187 f. Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

²¹⁵ 30\$600 réis. Que pagou ao m.mo Adm.ºr (das obras publicas) import.ª do reparo da Ponte da rua do Senado, do telhado da casa do sino da Cadêa, e da bomba da fonte da rua da Carioca, como do docum.to N.º 217. 1845. Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1842-1847. N° 92. 187 f. Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

função da ruína causada pelo temporal de março de 1838.²¹⁶ Destacamos, além do mais, a soma despendida com a construção da Fonte do Campo do Manejo, que havia sido iniciada no ano de 1837, conforme despesas em livro-caixa.²¹⁷ Para isto, pagou-se a Antonio Moreira, empresário que arrematou a construção da Fonte do Campo do Manejo, 590\$000 réis.²¹⁸

Apontamos também as despesas feitas nos anos financeiros de 1837 (jan. a 1º jul.) e 1837-1838 (jul. 37 a jun. 38), que somadas chegaram a 674\$220 réis. De janeiro a 1º julho de 1837 dispendeu-se com o conserto de fontes e de torneiras, e ainda com a compra de baldes para as mesmas. Com o início da construção da Fonte do Campo do Manejo, foram empregadas somas na compra de oito moios²¹⁹ de cal (112\$000 réis), duzentas carradas de pedra (128\$000 réis) e doze mil e quinhentos tijolos (150\$000 réis). Logo, no ano financeiro de 1837-1838, investiram-se mais 210\$000 réis com a obra da Fonte do Campo do Manejo, por conta do preço da empresa de Antonio Moreira, responsável pela obra. E por fim, dispendeu-se a importância de 6\$880 réis com a escada da Fonte da Palhoça (Carioca da Figueira).²²⁰

Em 1843-1844, investiu-se uma diminuta parcela dos rendimentos da câmara na compra de um balde grande para a Fonte do Campo (do Manejo) (800 réis), na aquisição de sete baldes, dois pares de botas e na limpeza das fontes públicas (6\$560 réis), e na compra de uma bomba de chafariz (150\$000 réis).²²¹ Durante os anos de 1846-1854 a Câmara do Desterro investiu pouco no fornecimento de água à seus

²¹⁶ Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1835-1843. Nº 306. 190 f. Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

²¹⁷ 112\$000. Id. (Pago) a M.el Ant.º da Luz, imp.t de oito moios de Cal, p.^a começo da construção da fonte do Campo do Manejo, docum.to Nº. 19. 1837. Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1835-1843. Nº 306. 190 f. Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

²¹⁸ Ibidem, 1838-1839.

²¹⁹ Moio (do latim "modius") é um termo metrológico que, ao longo da história de Portugal, designou diferentes medidas, quer de capacidade para sólidos e líquidos, quer para superfícies. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Moio>. Acesso em: 23 ago. 2018.

²²⁰ Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1835-1843. Nº 306. 190 f. Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

²²¹ Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1842-1847. Nº 92. 187 f.

habitantes: no geral, gastou apenas com barris para as fontes, concertos nas bombas hidráulicas e com a compra e colocação de uma bomba no poço do mercado (público).²²² À esses anos, seguiu-se um período em que não se registraram despesas exclusivas com abastecimento, nos anos financeiros de 1854-1855 a 1857-1858.

De 1858-1859 a 1872-1873, se desconsiderarmos os anos financeiros em que os investimentos destinados à infraestrutura das águas foram nulos (1859-1860;1863-1864;1866-1867;1867-1868), gastou-se em média, 90\$070 réis. Nestes anos, foram feitas despesas com obras na fonte do Largo do Senado – muitas vezes citada nos livros-caixa como “a Carioca desta Cidade” – e com a compra, concerto, colocação e “chumbamento” de torneiras. Dentre estas, destacamos a aquisição, no ano de 1870, “de uma torneira que mandou vir do Rio de Janeiro para a Fonte da Palhoça” por 50\$000 réis, e “de 2 torneiras de metal que mandou vir do Rio de Janeiro para a Carioca desta Cidade”, no valor de 107\$000 réis.²²³ Gastou-se, igualmente, com o concerto de bombas de água e com compra de uma bomba de ferro para ser colocada na carioca desta cidade.²²⁴

Novamente, foram registrados anos financeiros em que não tivemos investimentos destinados exclusivamente à infraestrutura das águas, de 1873-1874 a 1878-1879, isto é, quase toda a década de 70 do século XIX.

Dos oito últimos anos financeiros de nossa pesquisa, destacamos o de 1879-1880. Nestes, 77\$200 réis foram empregados na contratação de “serviço de 5 homens que esgotarão e limparão a Carioca à rua 28 de Setembro”²²⁵, e com a compra de materiais diversos, além de um moio de cal para o concerto das cariocas, provavelmente a do Largo do Senado/de Ramos e a carioca da Figueira/do Largo da Palhoça. Com o pagamento de trabalhadores que se empregaram no concerto da Carioca do Largo do General Ozorio, durante uma semana, somado aos sete dias de serviço da carroça de Antonio Moreira da Silva, na condução de materiais para a

²²² Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1842-1847. n° 92; 1847-1848. n° 104; 1849-1850. n° 308; 1850-1851. n° 114; 1852-1853. n° 130; 1853-1854. n° 131.

²²³ Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1870-1871. N° 200. 152 f.

²²⁴ Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1865-1866. N° 176. 110 f.

²²⁵ Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1879-1880. N° 239. 153 f.

mesma obra, e à colocação de torneiras na dita fonte, dispendeu-se 100\$000 réis. Além disto, gastou-se 3\$000 réis na compra de 15 quilos de “cimento romano” para as obras nas cariocas públicas, e 98\$000 réis com as obras de carpintaria que se fizeram na carioca da rua 28 de Setembro (Largo do Senado/de Ramos). Nesta soma ainda faltam os 6\$000 réis dispendidos com os dias de serviço de carroça na condução de materiais, também para a obra da carioca na rua 28 de Setembro, e os 25\$000 réis gastos com a compra de uma tampa para o poço do mercado. Somadas, portanto, estas despesas perfazem 309\$200 réis.

E, por fim, nos anos de 1884 a 1889, as despesas foram feitas, em grande parte, com a limpeza dos córregos que atravessavam as fontes públicas da cidade. No ano financeiro de 1884-1885, 68\$400 réis foram gastos com o pagamento semanal dos trabalhadores empregados na limpeza do córrego do Largo do Brigadeiro Fagundes, além dos 14\$400 dispendidos em jornais na limpeza das cariocas como um todo.²²⁶ No ano de 1885-1886 foram construídas duas calhas de pedra, e feito aterro no Largo do General Ozório, bem como promovida a limpeza da embocadura do rio na rua da Figueira.²²⁷ No ano financeiro seguinte, 1886-1887, realizou-se o esgotamento e limpeza da carioca no Largo do General Ozorio, além da limpeza do córrego da rua do Senado.²²⁸

Em relação ao ano de 1888, destacamos a despesa de 62\$400 réis com a compra de madeiras para a feitura de um cano na rua da Figueira, sendo muito provável que fosse para o esgotamento das águas até o mar, da fonte que ali se encontrava.²²⁹ Ao todo, portanto, ao final do período estudado, foram gastos 5:920\$552 réis com as obras de abastecimento de água.

Vale ressaltar que a partir da década de 1890, já sob o governo republicano, verificamos a intensificação de um importante elemento na prestação de contas municipais: o saneamento da cidade. Evidente que a limpeza das praias, córregos, fontes e ruas da cidade não era uma novidade para a administração municipal, aparecendo com mais frequência nas listas de despesas a partir das décadas de 1880. Foi, também, a partir do ano de 1889 que estes serviços de limpeza urbana

²²⁶ Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1884-1885. Nº 256. 99 f.

²²⁷ Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1885-1886. Nº 259. 112 f.

²²⁸ Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1886-1887. Nº 262. 119 f.

²²⁹ Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1888. Nº 265. 102 f.

começam a ser inventariados no grupo de verbas destinadas à “Higiene Pública”, e não mais como verbas de obras públicas em geral.²³⁰

No último terço do século XIX, o Brasil passou por profundas transformações econômicas, políticas, culturais e sociais. Nos primeiros anos da República, as grandes cidades brasileiras vivenciaram um intenso processo de modernização, o qual marcou o reordenamento do país às novas determinações postas pelo capitalismo internacional. Nos maiores centros urbanos, em especial na cidade do Rio de Janeiro, as tentativas de reformas urbanas e sociais foram alguns dos aspectos que mais fortemente caracterizaram essas transformações operadas na época. Estas foram seguidas de perto por cidades menores, como Desterro, que, à sua maneira, também buscavam adequar-se à esta nova ordem mundial.²³¹

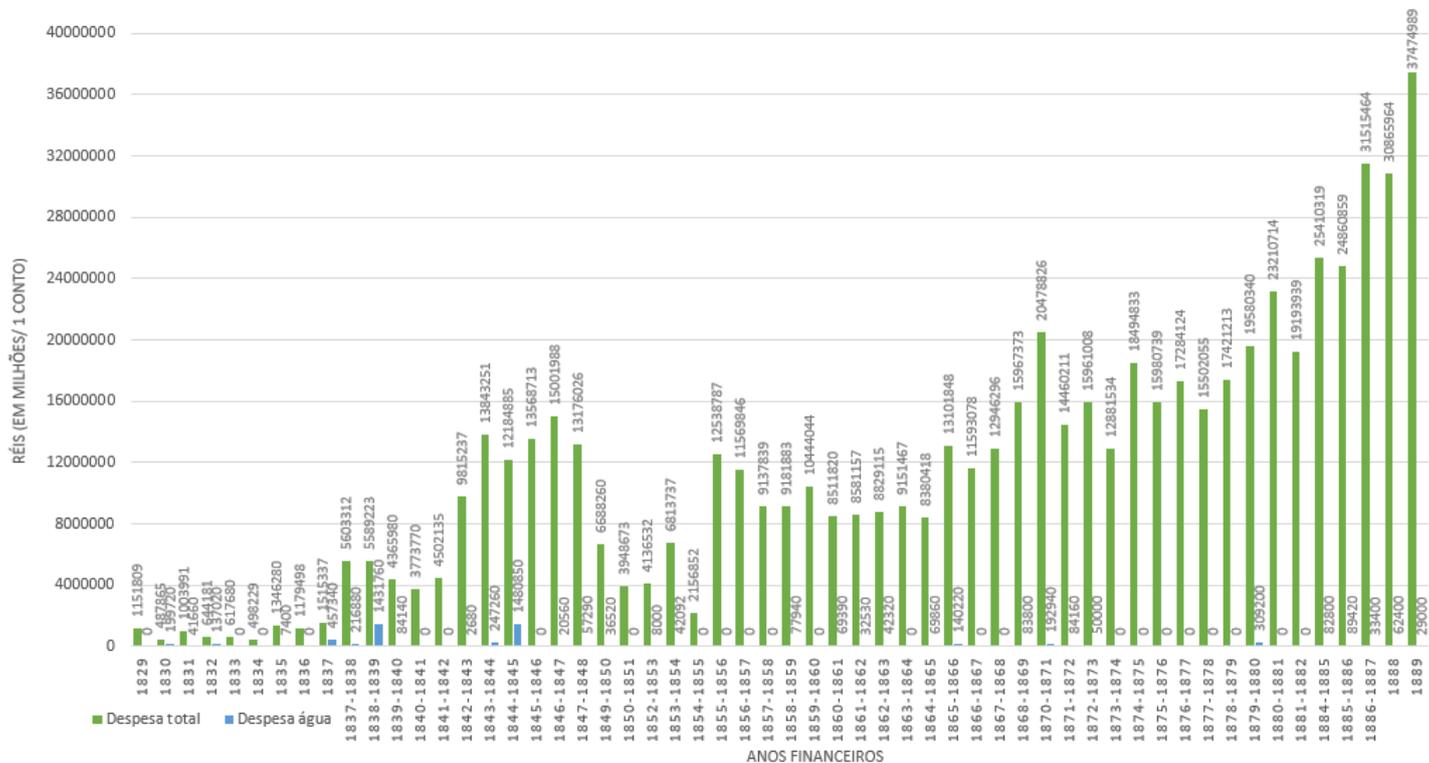
Neste contexto, os ideais e as práticas de uma nova racionalidade político-cultural foram manifestados, entre outros elementos, pelas tentativas de reformas sanitárias e pelas formulações científicas de organização social. Em meio a este processo, os problemas de higiene pública em Desterro ganham ênfase ainda maior. Portanto, o que pode parecer um detalhe a princípio, conserva estreita relação com os mecanismos utilizados pela administração municipal para ordenar e disciplinar o seu núcleo urbano. Como veremos no capítulo III desta dissertação, diante desta nova conjuntura, gestada nos anos finais do século XIX e implementada no início do XX, novos hábitos e equipamentos urbanos foram importados e/ou criados, e de modo gradativo produziram algum efeito no comportamento social desterrense.

Nos falta ainda, analisar a dinâmica dos investimentos públicos no abastecimento de água relacionados aos totais das despesas municipais, de modo a observar o que a trajetória desses custos pode nos indicar acerca da forma de administrar esse serviço urbano.

No Gráfico 3, abaixo, demonstramos a relação entre a despesa geral e a despesa com a rede de abastecimento em Desterro.

²³⁰ Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1889. Nº 268; 1890. Nº 271; 1891-1892. Nº 272; 1893. Nº 280; 1894. Nº 284; 1895. Nº 290; 1896-1897. Nº 293; 1897-1898. Nº 296.

²³¹ ARAÚJO, Hermetes R. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, São Paulo, 1989. p. 9.

Gráfico 3: Relação da despesa geral x despesa com o abastecimento de água (1829-1889)²³²

²³² Não foram encontrados os livros-caixa dos anos financeiros de 1848-1849, 1851-1852, 1869-1870, 1882-1883, 1883-1884 e 2º semestre de 1887. Quanto ao ano de 1837, encontramos valores totais de despesas referentes ao ano financeiro que compreendeu os meses de janeiro a julho de 1837, e outros para o ano financeiro de julho de 1837 a junho de 1838, idem para os valores gastos com o abastecimento de água.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Livro Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1829-1835. nº 61; 1835-1843. nº 306; 1842-1847. nº 92; 1847-1848. nº 104; 1849-1850. nº 308; 1850-1851. nº 114; 1852-1853. nº 130; 1853-1854. nº 131; 1854-1855. nº 139; 1855-1856. nº 140; 1856-1857. nº 145; 1857-1858. nº 146; 1858-1859. nº 151; 1859-1860. nº 156; 1860-1861. nº 157; 1861-1862. nº 166; 1862-1863. nº 167; 1863-1864. nº 170; 1864-1865. nº 175; 1865-1866. nº 176; 1866-1867. nº 182; 1867-1868. nº 183; 1868-1869. nº 187; 1870-1871. nº 200; 1871-1872. nº 204; 1872-1873. nº 207; 1873-1874. nº 210; 1874-1875. nº 213; 1875-1876. nº 214; 1876-1877. nº 222; 1877-1878. nº 223; 1878-1879. nº 234; 1879-1880. nº 239; 1880-1881. nº 242; 1881-1882. nº 246; 1884-1885. nº 256; 1885-1886. nº 259; 1886-1887. nº 262; 1888. nº 265; 1889. nº 268.

A análise dos dados apresentados acima, nos permite visualizar que, apesar das despesas gerais apresentarem um movimento de crescimento ao longo do século XIX em Desterro, este não foi acompanhado em igual proporção pelas despesas com o abastecimento. Isto é, ao longo de todo o período, com algumas exceções, como foi o caso dos anos financeiros de 1838-1839 e 1844-1845, as despesas com o abastecimento consumiram valores muito pequenos se comparados ao restante dos gastos municipais. No caso das obras para o abastecimento de água, foram gastos 5:920\$552 réis, o que corresponde a 0,92% da despesa total da municipalidade, que foi de 644:125\$546 réis, durante o recorte cronológico estabelecido. Isto se torna ainda mais evidente, se considerarmos os vinte últimos anos de nossa análise, quando as despesas gerais aumentam em proporções consideráveis. Se tomarmos como exemplo a década de 80, veremos que as despesas totais chegaram a ser duas, até três vezes maiores que as da década de 60 do século XIX, no entanto, este movimento não foi acompanhado pelos investimentos na rede de abastecimento hídrico.

Isto nos leva à conclusão de que, ao longo da segunda metade do século XIX, os investimentos na rede de abastecimento diminuíram significativamente, se comparados aos totais das despesas do concelho. Como vimos no início deste trabalho, Nossa Senhora do Desterro destacava-se por seu porto, cuja importância estava relacionada ao desempenho da função de escoadouro da maior parte da produção da província, sobretudo a litorânea. Embora existisse um movimento comercial anterior, foi a partir da década de 1860 que este atingiu maior intensidade. Assim, em função da intensificação do comércio, a vida econômica não só de Desterro, mas da província como um todo passou por mudanças significativas.

Em vista disso, se considerarmos o fato de que foi a partir deste período que as transformações em Desterro se tornam mais evidentes, em função do pequeno, mas ainda assim significativo crescimento urbano, podemos compreender melhor os motivos pelos quais o abastecimento público de água foi alvo constante de queixas dos moradores junto aos governantes, principalmente junto à Câmara Municipal.

Investigar a trajetória desses investimentos, portanto, nos revela importantes elementos diretamente relacionados a dinâmica da gestão das águas na cidade. Como pudemos perceber, a conservação das águas e os reparos nas fontes públicas consumiram valores pequenos, mas constantes, das rendas municipais. Foram poucas as obras destinadas ao aumento da já diminuta e pouco complexa rede de abastecimento, estabelecida durante praticamente todo o século XIX, em Desterro. As rendas da Câmara, como vimos, se dividiram, em grande medida, entre o pagamento das obras de reparo e conservação das principais fontes da área central da cidade. Deste modo, a dinâmica dos investimentos públicos no abastecimento de água, bem como a forma de administrar esse serviço urbano em Desterro, nos leva a reconhecer as dificuldades enfrentadas e carências deste serviço na antiga Desterro, no século XIX.

Ademais, a análise dos livros de receita e despesa, estes últimos em especial, permitiu que compreendêssemos o universo dos materiais e equipamentos empregados no circuito das águas potáveis de Desterro, bem como dos custos das obras em questão. Ao longo de nossa discussão, apresentamos e caracterizamos o processo de produção e conservação das fontes de água disponíveis na cidade, de forma a compreendê-lo enquanto um produto resultante dos recursos disponíveis, das matérias-primas e técnicas empregadas, e sobretudo, dos interesses daqueles que administravam as rendas municipais. Neste sentido, como afirma Denise Tedeschi, a rede de abastecimento constituiu a evidência material da ação política, e dos recursos nela empregados, além dos sentidos reguladores e significados atribuídos ao uso deste bem natural pelo órgão local, como veremos a seguir.²³³

²³³ TEDESCHI, Denise, op. cit., p. 172.

2.3. Proibições versus práticas costumeiras: os Códigos de Posturas Municipais e os parâmetros para o uso da água na cidade

Diversas são as perspectivas de análise sobre a atuação das Câmaras Municipais na ordenação do cotidiano nas vilas e cidades do Brasil no oitocentos, sobretudo enquanto importantes espaços para o estudo das relações entre o governo e a sociedade.

Podemos tomar como exemplo a tese de doutoramento de Juliana Teixeira Souza, na qual a historiadora analisou a autoridade e a capacidade de intervenção governativa da Câmara Municipal do Rio de Janeiro na regulamentação do comércio de gêneros alimentícios. Em seu trabalho, buscou evidenciar as estratégias de negociação e a dinâmica dos conflitos instaurados entre a vereança, o governo central e a população ao longo do Segundo Reinado (1840-1889).²³⁴ Através dessa abordagem, a autora coloca em discussão os enfrentamentos entre as diversas instâncias do poder na definição de políticas públicas de controle social, com destaque para a atuação da Câmara neste processo. Ao passo que se evidenciam as relações de dominação e resistência entre os governantes e a população, em especial no que se refere a normatização das práticas cotidianas de trabalhadores e pequenos comerciantes.

De acordo com Souza, portanto, apesar de muitos historiadores terem apontado que o Segundo Reinado foi caracterizado por uma centralização do poder, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, lócus de seu estudo, manteve sua vitalidade política, conservando certa autoridade e sendo capaz de manter seu direito de tomar decisões sobre variados aspectos da vida cotidiana da cidade. Desta forma, a autora defende que os poderes locais não foram esvaziados, a despeito da promulgação de diversos atos normativos sobrepondo as competências de outras instituições àquelas que há tempos eram desempenhadas pela municipalidade, como vimos no início deste capítulo.²³⁵

Por conseguinte, ao colocar a autonomia da Câmara em discussão, a autora dialoga com a tradição historiográfica que há muito se dedica a pensar o Estado imperial, sua organização administrativa e os grupos que o controlaram. A obra *“Os donos do poder”*, de Raymundo Faoro, pode ser considerada um marco nessa tradição, uma vez que o autor, ao analisar a legislação imperial, textos de especialistas em direito público e relatos de homens do governo, deu destaque às leis e decretos que foram elaborados com a finalidade de promover a centralização do

²³⁴ SOUZA, Juliana, op. cit.

²³⁵ Ibidem, p. 11.

poder, pilar do sistema político vigente no Segundo Reinado. Deste modo, no referido estudo, foi dada atenção especial à lei de Interpretação (Lei de 12 de maio de 1840), que limitou a autoridade das assembleias provinciais, cedendo amplo poder ao legislativo geral; à criação do Conselho de Estado (Lei de 23 de novembro de 1841), que permitiu a ampliação dos poderes do imperador; e à reforma do Código do Processo Criminal (Decreto de 3 de dezembro de 1841), que atrelou a polícia e a justiça ao comando dos agentes do governo central.²³⁶

José Murilo de Carvalho, outro expoente da historiografia sobre o período imperial, em seu estudo sobre a elite política e a burocracia que constituíram os agentes diretos do Estado, confirmou a ideia de que a centralização de poder seria um dos traços marcantes do sistema político imperial. Todavia, segundo Souza, Carvalho ressaltou que o governo imperial enfrentou sérias dificuldades para se impor nas províncias mais distantes do centro do poder, onde o aparelho burocrático funcionava de forma precária. Neste caso, à exemplo da cidade de Desterro, a Câmara Municipal tinha um papel determinante, uma vez que se constituía na instância governamental que mais se aproximava do dia-a-dia e da realidade da população sob a qual incidia sua administração.²³⁷

Estas análises aqui apresentadas, portando, corroboram com a noção de que, mesmo dividindo competências com outras instituições, a municipalidade desempenhou um papel decisivo no ordenamento da vida cotidiana da cidade, cuidando de assuntos tão diferentes quanto o alinhamento de ruas e edificações, tavernas, boticas, doenças contagiosas, enterros, entrudo, festividades, fraudes, incêndios, jogos de azar, limpeza das ruas, abastecimento de água, matadouro público, mercados, obscenidades, órfãos e expostos, pólvora, porte de armas, vadiagem e vozerias, entre outros.

Isto nos mostra que, se por um lado, as leis imperiais voltadas para normatizar as Câmaras Municipais esvaziaram-nas de suas atribuições judiciárias, políticas e econômicas, cerceando sua possível autonomia dos tempos coloniais, por outro, elencaram para elas uma variada gama de importantes funções para o governo da cidade. Ao mesmo tempo em que as imbuíu de uma concepção civilizadora, o que possibilitou a ampliação dos caminhos de intervenção social e exercício do poder. Desta forma, a legislação imperial, ao apresentar-se como base legal para o desenvolvimento de um movimento civilizacional no Brasil dos oitocentos, ao mesmo tempo fundou os mecanismos e as instituições

²³⁶ FAORO, Raymundo, *op. cit.*

²³⁷ SOUZA, Juliana, *op. cit.*, p. 23.

que seriam as responsáveis por observar, regular e efetivar este processo. Através da Lei de 1828, portanto, muitos dos princípios de civilidade chegavam de forma mais sistemática ao conhecimento dos responsáveis por ordenar e administrar o espaço público.²³⁸

Durante todo o século XIX no Brasil, podemos verificar o desenvolvimento de um processo civilizacional voltado para a urbanização, embelezamento, modernização e higienização das cidades, movimento este que ganha ainda mais força na segunda metade deste século. Mediante diversas estratégias de normatização dos comportamentos e de interdição dos costumes das pessoas que circulavam pelos espaços das cidades, como ruas, pontes, praças, fontes, etc., buscava-se alicerçar novos hábitos considerados apropriados à vida em sociedade.

No longo período compreendido entre 1822 e 1889, portanto, entre a Independência, o Primeiro Reinado, o Período Regencial e, finalmente, a administração central de maior duração de nossa história – o reinado de D. Pedro II – foi-se consolidando um projeto de Estado Nacional: o Estado Imperial. Processo este que exigiu intervenções em diversas esferas, pautando-se, a nova ordem cortesã, na difusão de uma civilidade e em redefinir conceitos como os de “certo e errado”, “lícito e ilícito”, “urbano e bárbaro”. Neste sentido, códigos e normas sociais tiveram papel fundamental, os quais, se acreditava, auxiliariam na manutenção da ordem para se chegar à civilidade.²³⁹

Conforme defendeu José Gondra, no Rio de Janeiro oitocentista, a medicina, a higiene e a educação foram os componentes de uma “arte de civilizar”, constituídas enquanto evidências científicas para uma intervenção civilizatória, empreendida como parte fundamental de um projeto de formação e organização de um Estado Nacional independente, moderno e civilizado.²⁴⁰ Os anos oitocentos foram, por isso, um tempo propositivo. Tanto em relação ao que se queria superar, a incidência do

²³⁸ DE SOUZA, Williams Andrade. *Administração, normatização e civilidade: a Câmara Municipal do Recife e o governo da cidade (1829-1849)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012. p. 54.

²³⁹ ROSSI, Daiane S.; WEBER, Beatriz T. *Legislação imperial e câmaras municipais: saúde e a higiene (Santa Maria/ RS), século XIX*. *Dimensões*, v. 34, 2015, p. 122.

²⁴⁰ GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.

discurso negativo, da crítica, quanto sobre o que se queria construir, os discursos positivos, de projetos.

No tocante às proposições, as primeiras medidas caracterizavam-se por afastar-se de Portugal, ao aproximar-se de um mundo ilustrado e que caminhava rumo à industrialização. A partir de então, e do fim do pacto colonial, delineava-se a aproximação com a Inglaterra e a França, convertidas em ícones da civilização. “A primeira pela força industrial, a ponto de fazer com que o século XIX, sob este ângulo, tivesse sido designado de “o século inglês”. A segunda pela ilustração, a ponto de, sob este ponto de vista, o século XIX ter sido chamado de “século francês”.²⁴¹ Já o Brasil e, mais particularmente o Rio de Janeiro e a Corte, eram posicionados à distância deste tempo representado sob o signo da indústria e da razão.

Segundo Williams de Souza, o nascimento da Medicina Social no Brasil no século XIX, esteve vinculado ao processo de racionalização do governo e de adesão aos pressupostos científicos-rationais, na afirmação do Estado e de suas medidas intervencionistas, algo também familiar às ideias iluministas e de civilização ocidentais. Assim, o discurso médico naquele período ganhou força e caminhou junto à formação das sensibilidades cortesãs, uma vez que se associava a ordem à profilaxia das cidades, à higiene, ao asseio, aos bons costumes.²⁴²

Neste momento, observa-se também a existência de um campo disciplinar em desenvolvimento – a higiene – a partir do qual tudo aquilo que pudesse ser considerado da natureza humana deveria ser transformado em objeto de planejamento e intervenção racionais. Para este grupo de estudiosos deste campo da medicina social – os higienistas –, era necessário, portanto, “formar o homem, dominando a natureza na qual se encontrava inscrito, domando a própria natureza do homem. Para dominar essa dupla natureza, nada podia escapar ao controle da ciência, de modo que suas predições pudessem ser efetivamente comprovadas”.²⁴³ E, nesse sentido, o retorno à Hipócrates se mostrava uma estratégia eficiente e acertada, pois permitia recuperar e colocar sob o domínio da medicina não apenas o corpo dos indivíduos, mas também as águas, os ares e os lugares.²⁴⁴

²⁴¹ *Ibidem*, p. 20.

²⁴² DE SOUZA, Williams, *op. cit.*, p. 39.

²⁴³ GONDRA, José, *op. cit.*, p. 483.

²⁴⁴ O grego Hipócrates, frequentemente considerado como o “pai da medicina”, em sua célebre obra “Dos Ares, Águas e Lugares”, considerava ‘endêmicas’ aquelas doenças em que observa a ocorrência de um número regular e contínuo

Na medicina social higienista, portanto, os modelos e preceitos são difundidos em uma operação que compreende o social pelo crivo da doença, prescrevendo a saúde do corpo e da alma, como a moral, por meio da ordenação racional do espaço urbano, da organização metódica do tempo, e do saneamento físico ou higiênico como ação civilizatória.²⁴⁵

No que se refere à educação escolar, a perspectiva civilizatória com que esta foi considerada, configurou, de igual maneira, uma tônica do argumento médico. Educar e civilizar passam a ser representados como atos solidários, uma dupla ação que convergia para um único fim: eliminar os fatores adversos e produzir um novo futuro, para a sociedade e para o Estado. Neste projeto civilizatório ocidental, como denominou Gondra, o discurso da ciência adquire papel fundamental, assumindo e produzindo formas e estratégias diversas para obter legitimidade, rompendo as fronteiras das organizações médicas, abrigando-se na imprensa, na literatura, na política, na arquitetura, na economia, na urbanização e, inclusive, na esfera da religião.²⁴⁶

Nesse período, elaboraram-se também, no Brasil, os primórdios da medicina preventiva, herança do pensamento ilustrado, que trabalhava com a ideia de “polícia da cidade”. Esta se constituía em um conjunto de normas, e de mecanismos de imposição dessas normas, de salubridade do

de casos entre os habitantes de uma comunidade, e de ‘epidemia’ o surgimento repentino, explosivo, de um grande número de casos em uma população. Ele também atribui como fatores responsáveis pela endemicidade local o clima, o solo, a água, o modo de vida e a nutrição. A relação com o ambiente é um traço característico da compreensão hipocrática do fenômeno saúde-doença. Partindo da observação das funções do organismo e suas relações com o meio natural (periodicidade das chuvas, ventos, calor ou frio) e social (trabalho, moradia, posição social etc.), Hipócrates desenvolveu uma teoria que entende a saúde como homeostase, isto é, como resultante do equilíbrio entre o homem e seu meio. As observações hipocráticas, portanto, tiveram um importante aspecto prático, conduzindo e orientando as atitudes e a organização das comunidades da antiguidade ocidental, sendo retomadas pela medicina higienista ao longo dos séculos XVIII e XIX. BATISTELLA, Carlos. Saúde, Doença e Cuidado: complexidade teórica e necessidade histórica. In: BATISTELLA; BARCELLOS; GONDIM (et. al.). *O território e o processo saúde-doença*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/pdts/index.php?s_livro_id=6&area_id=2&capitulo_id=13&autor_id=&sub_capitulo_id=14&arquivo=ver_conteudo_2 Acesso em: 20 mar. 2018.

²⁴⁵ GONDRA, José, op. cit., p. 13.

²⁴⁶ Ibidem, p. 482.

meio ambiente, com uma atenção especial voltada para a limpeza do ar. Como veremos mais detalhadamente no capítulo III desta dissertação, quando tratarmos de questões de salubridade urbana e ciência higiênica em Desterro, seguindo as tendências europeias difundidas da corte do Rio de Janeiro, buscavam combater os miasmas para se prevenir doenças, mediante a mudança de comportamentos e práticas consideradas insalubres. Como afirmou o historiador João José Reis, à época considerava-se que “se queria ser civilizado, o Brasil devia ser um país policiado, higienizado”.²⁴⁷ Desse modo, tais discursos, gradativamente se materializaram nas práticas administrativas e pedagógicas das câmaras municipais e seus agentes ao longo dos oitocentos.

Isto posto, ao olharmos para as modificações nas condutas, comportamentos e na administração municipal durante o século XIX, é importante salientar a importância das Câmaras. Quando o assunto era a intervenção no cotidiano cidadão, a Câmara Municipal era uma instituição privilegiada, funcionando como o elo mais próximo e, portanto, mais indicado para o exercício da normatização, fiscalização e civilização dos homens e mulheres ordinários. As Posturas Municipais, por sua vez, eram o principal instrumento que possibilitava às câmaras ordenar os aspectos do cotidiano das municipalidades.

A perspectiva de regular os comportamentos, através da legislação imposta pelas Posturas Municipais, envolvia a secularização dos hábitos, intimamente relacionados com a racionalização da vida cotidiana. E, como vimos, embora com poderes limitados e recursos municipais muitas vezes precários, dependendo da Assembleia Provincial para a aprovação de suas ações, e conseqüentemente, da Presidência da Província, ainda assim a Câmara tinha fundamental importância na atuação como mediadora dos assuntos de interesse municipal junto ao governo provincial, por um lado, e à população, por outro.²⁴⁸

Nessa atmosfera de necessidades e de lentas, mas gradativas, transformações, cumpria à edilidade exercer suas funções de modo a favorecer a ordem social, a intervenção nos costumes da população de Desterro, a interdição de hábitos indesejados, o estabelecimento de regras de convívio, bem como a normatização no circular e agir das pessoas pelo centro da cidade. Nesse processo, seus espaços físicos seriam lugares privilegiados da normatização e intervenção do poder público, cumprindo à câmara

²⁴⁷ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 248.

²⁴⁸ ROSSI, Daiane; WEBER, Beatriz, op. cit., 129.

[...] consertar pontes, calçar ruas, desobstruir passagens e caminhos, assear os logradouros públicos, livrando-os do lixo, de animais mortos, de empecilhos ao trânsito público, também instruir a sociedade através de leis, editais e ações pedagógicas cada vez mais pautadas nos princípios da racionalidade científica; medidas essas que além de serem educativas, profiláticas, higienizadoras eram propiciadoras da salubridade tão desejada e defendida pela emergente medicina social [...].²⁴⁹

Não há dúvidas de que, entre as determinações expressas na lei e a experiência vivida pelos sujeitos históricos existe um espaço, determinado, entre outras coisas, pela mediação dos agentes responsáveis por sua aplicação e pela resposta daqueles sobre os quais a lei incide. Deste modo, o terceiro e último aspecto que analisaremos neste capítulo será a atuação do poder público, na figura da Câmara Municipal de Desterro, a qual através de leis, regulamentos e decretos, procurava normatizar os usos e os acessos à água potável no espaço urbano.

Para isto, como já dissemos, os Códigos de Posturas Municipais são fontes especiais. Estes eram produzidos pelas Câmaras Municipais e posteriormente aprovados, ou não, pelo Presidente da Província. É preciso ressaltar, que estas prescrições eram limitadas aos municípios aos quais estavam direcionadas, e possuíam suas bases assentadas na experiência cotidiana e em conflitos reais. Deste modo, buscaremos examinar como, através dos Códigos de Posturas Municipais, a administração pública de Desterro procurou ditar parâmetros para o uso da água na cidade, bem como para a relação da população com o meio circundante.

Conforme coloca Carla Laner Garcia – em dissertação de mestrado acerca dos desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro –, no Brasil Império, as intervenções estatais no setor urbano foram bastante sutis, especialmente se considerarmos os pequenos e médios centros urbanos, articulando-se muito gradativamente no decorrer do século XIX. Para a historiografia catarinense, Desterro começa a se transformar em meados do século XIX, quando cresce economicamente em virtude da intensificação de suas atividades portuárias. Vale ressaltar, assim como destaca a autora, que os processos históricos não se devem exclusivamente às transformações

²⁴⁹ DE SOUZA, Williams, op. cit., p. 78.

econômicas, sendo constituídos por demais elementos como a ciência, a política, movimentos sociais, costumes, entre outros.²⁵⁰

Por outro lado, muitos dos indícios comumente apontados pelos historiadores, para demonstrar o desenvolvimento de um processo que propõe a reformulação do ambiente urbano de Desterro, já se encontram referenciados em documentos provenientes da primeira metade do século XIX, corroborando com a hipótese desenvolvida por Garcia em sua dissertação, de que a gestação de uma ideia de transformação da cidade já estava em curso neste período.²⁵¹

Desta forma, a análise desenvolvida pela autora, tendo como base documentos selecionados do período compreendido entre as décadas de 1830 e 1860, evidencia a ocorrência de pequenas rupturas que alteraram as condições de higiene, infraestrutura e status da cidade, dentre as quais podemos citar: a inauguração do Cemitério Público em 1840, a construção do primeiro Mercado Público em 1851, o surgimento do primeiro gabinete de leitura em 1832 e, posteriormente, de uma Biblioteca Pública em 1850, o aterro e calçamentos de algumas ruas centrais na primeira metade do século XIX, a determinação provincial que encarregou a Câmara de pintar nas paredes das esquinas para identificar o nome das ruas em 1843, a numeração das casas, o conserto de pontes e prédios públicos, a tomada de iniciativas para implementar o planejamento da ocupação do espaço urbano, e ainda, o controle das atividades da população.²⁵²

Segundo Rosângela Cherem:

[...] os jornais e documentos oficiais da última década do Império em Desterro, aparentemente não diferiam muito das décadas anteriores. Melhoramentos e salubridade urbana, instrução, segurança, regras de civilidade, etc., já de tempos borbulhavam numa trama contraditória, diversificada e ao mesmo tempo disseminada. Noções de higiene, beleza, arte, disciplina e conforto indicavam de modo recorrente

²⁵⁰ GARCIA, Carla Laner. *Emanações perniciosas, moralidade corrosiva: os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro (1831-1864)*. 164 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. p. 11.

²⁵¹ Ibidem, p. 12.

²⁵² Idem.

sentimentos, valores, sensibilidades, medos e expectativas. Nesse sentido, nem se constituíam num único e elaborado projeto racional, nem numa visão homogênea visando fins específicos, de apenas uma classe ou grupo social. Ainda que de maneira nem sempre clara e completa, pareciam apontar parte da realidade e da vida em Desterro, pelo menos desde a segunda metade do século XIX.²⁵³

Como podemos depreender das colocações acima, essas pequenas transformações urbanas estavam atreladas às políticas referentes ao núcleo citadino, ao seu funcionamento e uso do espaço físico, e sobretudo, à vigilância constante das suas condições de higiene e controle da circulação dos moradores pelos locais públicos. Neste sentido, os Códigos de Posturas Municipais – inicialmente chamados de Posturas Policiais – foram importantes instrumentos utilizados para difundir os meios de controle e de vigilância da população da área urbana.

As Posturas Municipais funcionavam como notável mecanismo de regulamentação e fiscalização do uso das fontes de água pela população. Estes parâmetros estavam inseridos na função administrativa de que tratamos anteriormente, e expressavam as regras a serem cumpridas no território municipal, além de respaldar a vigilância exercida pelos agentes pedagógicos da Câmara, os chamados fiscais. As fontes e chafarizes de água potável foram pontos urbanos de concentração de pessoas, os quais deveriam, sempre que possível, ficar sob atenta vigilância.

A Lei n.º 222, de 10 de maio de 1845, aprovou o Código de Posturas proposto pela Câmara Municipal da cidade do Desterro, assinado pelo Presidente, e primeiro secretário da Assembleia Legislativa, Tomás Silveira de Souza. O Código de 1845 contava com 131 artigos, divididos em 13 capítulos, os quais versavam sobre diversos aspectos da administração municipal, como: segurança e saúde públicas, tranquilidade e comodidade, segurança da propriedade e uso de armas proibidas, abastança e o cuidado com os expostos, das ofensas à moral pública, injúrias e obscenidades, além de legislar sobre as ruas, estradas, caminhos e fontes, e ainda, sobre o culto público e as rendas municipais.

²⁵³ CHEREM, Rosângela M. *Caminhos para muitos possíveis*. Desterro no final do Império. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. p. 8.

No capítulo segundo, sobre a saúde pública, o artigo 15º determinava que, se alguma pessoa prejudicasse, de qualquer forma, a limpeza das fontes públicas, deveria pagar 4\$000 réis de multa pela primeira vez, e pela reincidência, na segunda ou mais vezes, além do dobro da multa, sofreria a pena de dois dias de prisão. Se fosse, porém, com ânimo deliberado de prejudicar a saúde pública ou por outro fato criminoso, o infrator seria chamado perante as “justiças criminais” para seu julgamento.²⁵⁴

A preservação das nascentes e a poluição das águas decorrente do mau uso também eram alvos da tentativa de regulamentação por parte do governo de Desterro. O artigo 71º das Posturas Municipais de 1845, previa aos que derrubassem as matas, ou fizessem roçadas, nos lugares por onde passavam as nascentes de águas para as fontes públicas, a pena de 15\$000 réis de condenação. Os que lançassem “imundícies” nas ditas nascentes também incorreriam nas mesmas penas, e no dobro dela, caso houvesse reincidência. A lei ainda previa que, caso não tivesse com o que pagar, o infrator sofreria, por cada mil réis, um dia de cadeia.²⁵⁵ O artigo 86º, igualmente, determinava a proibição dos banhos nas praias, rios e fontes da cidade, sob a pena de 4\$000 réis de multa aos livres e castigo aos escravos que assim o fizessem.²⁵⁶

Ainda em relação à regulamentação do uso das águas potáveis, fontes e poços urbanos, o artigo 109 do citado código, previa que:

Nenhum fazendeiro ou dono de terras poderá usurpar a servidão das estradas, e das fontes publicas tapando, mudando ou estreitando-as a seu arbítrio. O que o contrário fizer será multado em 5\$000 a 20\$000 reis, e na prompta restituição da mesma estrada; no cazo de contumancia, será a estrada restituída ao seu antigo estado pela Camara á custa do contraventor.²⁵⁷

²⁵⁴ Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Código de Posturas. Lei nº 222, de 10 de maio de 1845. p. 212. In: ASSEMBLEIA Legislativa do Estado de Santa Catarina. Divisão de Documentação. *De Desterro à Florianópolis: o Legislativo catarinense resgatando a história da cidade (1836/2005)*. Florianópolis: Assemb. Legis., Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos, 2005.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 226.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 230.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 236.

Ademais, os aspectos relacionados aos usos das águas urbanas e seus ordenamentos iam para além das questões do abastecimento, estando citados diversas vezes ao longo da legislação camarária em matérias como as das águas estagnadas e dos despejos, bom como do asseio e limpeza da área urbana central.

Também podiam ser encontradas, as águas urbanas, em questões relativas à segurança das propriedades. As posturas municipais previam que, logo que se observasse, ou noticiasse o incêndio, o Fiscal deveria informar imediatamente a qualquer autoridade policial mais próxima. Da mesma forma, todo aquele morador que se recusasse às requisições do Fiscal para a extinção do incêndio, e não franqueasse água dos poços que tivesse em seus quintais, seria multado em 4\$000 réis, ou em quatro dias de prisão, caso não tivesse com que pagar a multa.²⁵⁸ Neste sentido, não podemos deixar de destacar, a evidência da importância dos poços de água existentes nos quintais das residências particulares, como afirma a postura, figurando junto aos poços e fontes públicas como importantes mecanismos de abastecimento de água potável para a população do centro urbano de Desterro. Como veremos mais adiante neste estudo, estes poços também se constituíam, à época, em elementos de destacada relevância nos anúncios de compra e venda de propriedades nos jornais desterrenses, tratados enquanto elementos de valorização destas propriedades.

Como vimos, em relação à aplicação das posturas, caso os indivíduos praticassem ações que não estivessem de acordo com estas normas, seriam multados, sendo que o valor dos pagamentos e o recolhimento das multas aplicadas pelos Fiscais da Câmara eram destinados à própria instituição, como um meio relevante de receita para o município. A coleta dos tributos municipais, desse modo, era considerada uma prioridade, sendo que valor das multas estava estipulado nas posturas, e variava conforme o tipo de infração cometida. Nesse sentido, observa-se que, ao estabelecer um valor para a infração, os códigos de posturas municipais atribuíam também um preço à obediência.

Ainda de acordo com esta concepção, a noção de punição estaria estreitamente relacionada à ideia de prevenção, isto é, a pena era compreendida enquanto uma ação positiva, devendo ser corrigida na forma da prevenção. De acordo com Schmachtenberg, portanto, os códigos de posturas assumem um modelo correlacional, preventivo da ordem e da segurança públicas, de modo que ao estabelecer regras de comportamento e de convívio de uma determinada comunidade e sociedade, assumiam também uma esfera normativa. A penalidade na

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 223.

forma de multas, ou do encarceramento em curtos períodos, era, por isso, não apenas uma resposta à infração, mas tinha como objetivo a correção dos indivíduos ao nível dos seus comportamentos em sociedade, das suas atitudes, disposições e do perigo que poderiam representar à ordem urbana em construção naquele momento, atuando como importante mecanismos de molde dos padrões de conduta.²⁵⁹

Os Códigos de Posturas em Desterro, no princípio, se constituíam em um corpo reduzido de normas regulatórias da convivência na cidade, contudo, tornaram-se cada vez mais complexos à medida que o crescimento e o desenvolvimento social da cidade, ao longo do século XIX, iam se processando. Segundo Garcia, apesar das proibições, as contravenções e atos contrários às posturas prosseguiram, já que a aplicabilidade da lei dependia de uma intensa fiscalização, o que, na prática, deixava a desejar. As posturas municipais, muitas vezes, eram pouco eficientes para garantir o asseio público, encontrando dificuldades em coibir as práticas costumeiras, o que pode ser verificado por meio de suas constantes reedições e ampliações.²⁶⁰

A grande quantidade de adendos aos Códigos de Posturas de Desterro no decorrer do século, em especial nas suas últimas décadas, torna evidente a suscetibilidade destes documentos às mudanças que ocorriam na cidade. Assim, se o Código de Posturas de 1845 possuía 131 artigos, divididos em 13 capítulos, o Código de 1888, com 247 posturas e 39 capítulos, repercutiu o aumento da complexidade das questões urbanas.

A recorrência das preocupações camarárias com a conservação da água potável manteve-se até fins do oitocentos. No Código de Posturas da Câmara Municipal da Capital, aprovado por Decreto em 22 de outubro de 1888, haviam capítulos específicos destinados à conservação das matas e dos mangues (Título III, Cap. 1.º), ao saneamento (Título III, Cap. 2.º), e às águas urbanas (Título III, Cap. 3.º), considerados junto ao demais elementos da “*hygiene e saúde pública*”.²⁶¹

²⁵⁹ SCHMACHTENBERG, Ricardo. A arte de governar, vigiar e disciplinar na província do Rio Grande de São Pedro: o poder da câmara municipal da vila de Nossa Senhora do Rio Pardo e dos juizes almotacés nas primeiras décadas do século XIX. *História: Debates e Tendências*, v. 14., n. 1, jan./jun. 2014, p. 229-230.

²⁶⁰ GARCIA, Carla, op. cit., p. 48.

²⁶¹ Decretos e Resoluções (1888-1889). Código de Posturas da Câmara Municipal da Capital. Decreto nº 49, de 22 de outubro de 1888. In: ASSEMBLEIA Legislativa do Estado de Santa Catarina. Divisão de Documentação. *De Desterro*

Em 1888, estabelecia-se que “Aquelles por cujos terrenos tiverem sahida as aguas, são obrigados a conservar as vallas com a profundidade precisa, sempre limpas e desembaraçadas da vegetação, assim como quaesquer canos de esgoto, que não poderão ser tapados por qualquer modo.”²⁶² De igual maneira, não se permitia o corte do mangue nos terrenos pantanosos ou alagadiços, com exceção do existente nas margens dos rios navegáveis, para desobstruí-los.²⁶³ Proibia-se também, no artigo 50 do Código de 1888, os moradores da cidade de “fazer roçados ou destruir, para qualquer fim que seja, o matto ou capoeirão no Morro a leste da Cidade, a fim de evitar a dissecação dos mananciaes ali existentes. Esta prohibição estende-se desde o cume do morro até 50 braças para o lado da Cidade e 20 braças para o lado opposto.”²⁶⁴ Ao contraventor destes artigos acima citados, seria imposta uma multa que variava de 20\$000 a 30\$000 réis.²⁶⁵

Podemos observar, que a preocupação e o cuidado com a conservação das matas nos lugares das nascentes de água para as fontes públicas que abasteciam a cidade, permanecia, se comparados os Códigos de 1845 e o de 1888, neste último com ênfase aos mananciais do Morro a Leste de Desterro. Mais conhecido como Morro do Antão, como vimos no capítulo I, esta localidade possuía os mananciais que, junto ao Córrego da Lagoa, seriam utilizados na implantação do primeiro sistema de abastecimento de água da cidade, inaugurado no ano de 1910.

De igual forma, podemos destacar a preocupação com o corte da vegetação dos manguezais, ausente no Código de 1845. Desde o século XVIII, os habitantes da Ilha de Santa Catarina se utilizavam da madeira das árvores para a produção de energia, para o consumo doméstico e manufatureiro, destacando-se a lenha utilizada para ativar as fornalhas dos engenhos de farinha de mandioca, aguardente e açúcar. No caso específico do desmatamento para a utilização como lenha, os arbustos, árvores de pequeno porte e espécies jovens, desde esta época, eram os mais procurados. A vegetação de restinga e a de mangue foram as primeiras fontes de lenha, porque quase sempre estavam localizadas junto

à *Florianópolis*: o Legislativo catarinense resgatando a história da cidade (1836/2005). Florianópolis: Assemb. Legisl., Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos, 2005.

²⁶² *Ibidem*, título III, cap. 1.º, art. 48, p. 11v e 12.

²⁶³ *Ibidem*, art. 49, p. 11v e 12.

²⁶⁴ *Ibidem*, art. 50, p. 11v e 12.

²⁶⁵ *Ibidem*, art. 51, p. 11v e 12.

às zonas habitadas e às margens de pequenos rios, e, portanto, as que primeiro sofreram com esta prática intensa de utilização.²⁶⁶

De acordo com o artigo 53 das posturas de 1888, parágrafo 6.º, era “absolutamente proibido” que se lavassem em casa, nos quintais ou nas fontes públicas, as roupas dos hospitais ou de pessoas “affectadas” de moléstias contagiosas ou epidêmicas, de modo que estas só poderiam ser lavadas na foz dos rios.²⁶⁷

O Capítulo III, Título III, do Código de 1888, destinava-se exclusivamente à ordenação dos modos de uso das águas potáveis pela população de Desterro. Nele, previa-se que a água potável, que tivesse de ser exposta à venda, deveria ser previamente analisada, e somente depois de apresentado à Câmara o resultado da análise, seria concedida a licença para ser comercializada ao público.²⁶⁸ As carroças empregadas na venda de água, por sua vez, deveriam trazer um toldo de algodão grosso ou brim, colocado sobre varões de ferro, na estação do verão, de modo que abrigasse as pipas d’água dos raios solares.²⁶⁹ Sobre as pipas d’água, também exigia-se que fossem conservadas com o maior estado de asseio interior e exterior, o que seria verificado, sempre que fosse conveniente, pelo fiscal.²⁷⁰ O infrator, ou infratores, de qualquer dos artigos acima citados, sofreriam multa na quantia de 10\$000 a 15\$000 réis, tendo suas carroças apreendidas e levadas ao depósito, de onde apenas sairiam depois de quitada a multa.²⁷¹

As determinações ainda previam a proibição de:

§1.º- Toda a acumulação de lixo ou imundícies de qualquer especie nas proximidades ou adjacencias das fontes d’água potavel, de uso publico ou particular.

§2.º- Lançar nos rios, riachos, fontes, açudes, cariocas, e reservatórios, quaesquer corpos ou

²⁶⁶ CESCO, Susana, op. cit., p. 89. Sobre o assunto ver também: CARUSO, Mariléa M. L. *O desmatamento na Ilha de Santa Catarina*: de 1500 aos dias atuais. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

²⁶⁷ Decretos e Resoluções (1888-1889). Código de Posturas da Câmara Municipal da Capital. Decreto nº 49, de 22 de outubro de 1888, op. cit., título III, cap. 2.º, art. 53, par. 6.º, p. 12 e 12v.

²⁶⁸ Ibidem, título III, cap. 3.º, art. 59, p. 13 e 13v.

²⁶⁹ Ibidem, art. 60, p. 13 e 13v.

²⁷⁰ Ibidem, art. 61, p. 13 e 13v.

²⁷¹ Ibidem, art. 62, p. 13 e 13v.

substâncias que alterem a pureza das águas, ou impeçam de qualquer modo o seu curso.

§3.º - Fazer nos rios, córregos ou fontes, curraes ou tapagens quaesquer que sejam.

§4.º - Lavar animaes de qualquer especie acima dos lugares que servão de banheiros publicos ou particulares ou donde se tire agua para consumo.

§5.º - Lançar immundicias nas aguas de serventia publica, abrir buracos ou estragar de qualquer modo os encanamentos, caixas, reservatórios, chafarizes e torneiras d'água.²⁷²

As práticas coibitivas também se estendiam às lavadeiras, figuras bastante comuns no cotidiano da cidade, as quais eram obrigadas, logo que concluíssem seus trabalhos, a procederem à limpeza das fontes públicas, rios e/ou córregos de que se servissem, de modo a dar esgoto às águas servidas.²⁷³ E, como era habitual, os infratores das disposições dos artigos 63 e 64 e de seus capítulos, sofriam a pena das multas, as quais variavam de 5\$000 a 12\$000 reis.²⁷⁴

Ademais, outras posturas incidiam sobre aspectos relacionados aos usos e à venda das águas potáveis da cidade. No Título 7.º, Capítulo 3º, definia-se que os números de ordem das carruagens e outros veículos de condução ou cargas, bem como as carroças que vendiam água, deveriam ser pintados na traseira ou em lugar bem visível, em uma elipse preta, com algarismo branco de 0,08m.²⁷⁵ Já no Título 11, o qual tratava de providências policiais diversas, proibia-se arrancar, cortar ou danificar as árvores públicas, danificar ou destruir paredes, muros, grades, pontes, bicas ou torneiras, lampiões, postes, passeios, calçamento e lajedos. Neste título, também, reiteram-se as proibições referentes à derrubada ou a feitura de roçadas nos lugares por onde passassem nascentes ou cursos d'água, dos quais aproveitem a utilidade pública, e a derrubada ou corte de lenha nas matas do Morro do Antão, em terras pertencentes ao patrimônio da Câmara ou à Província.²⁷⁶

De acordo com Henrique Pereira Oliveira, no decorrer da segunda metade do século XIX, podemos observar em Desterro um processo de reelaboração das formas de sociabilidade que perpassou

²⁷² Ibidem, art. 63, par. 1º ao 5.º, p. 13 e 13v.

²⁷³ Ibidem, art. 64, p. 13 e 13v.

²⁷⁴ Ibidem, art. 65, p. 13 e 13v.

²⁷⁵ Ibidem, título 7º, cap. 3.º, art. 156, p. 24.

²⁷⁶ Ibidem, título 11, cap. único, art. 205, par. 1.º, 12º e 13.º, p. 31 e 31v.

diversas práticas, movimento análogo à configuração de novos problemas para a gestão das condutas no espaço urbano. Em meados do século XIX, a cidade passou, como já dissemos, por algumas transformações significativas. A década de 1850 foi favorável à exportação de gêneros alimentícios, trazendo a prosperidade econômica dos proprietários mais abastados e dos comerciantes que exportavam alimentos para as outras províncias do Império. É também a época que, em Desterro, começaram a ser edificadas as sobradados, signos da elite ascendente.²⁷⁷

Todavia, ao mesmo tempo que foi um período de prosperidade, os jornais da cidade evidenciavam em suas notícias que os gêneros de primeira necessidade subiam a preços espantosos. No ano de 1857, assinando como “um faminto”, na seção de “publicações a pedido” do jornal “O Argos”, um morador anônimo da cidade denuncia, a seu ver, o hábito nocivo dos “industriosos da capital” a respeito da conservação dos preços elevados dos gêneros de primeira necessidade. Segundo o denunciante:

[...] uma vez subidos, jamais descem de preço embora os generos baixem nos mercados d’onde são importados. Entre outros muitos generos he, por exemplo, a farinha de trigo: para o pao ser reduzido a menor quantidade possivel, basta apparecer uma leve noticia de ter a farinha subido de preço; [...] – e ahí ficao! nao querem mais saber se ella baixou n’aquelles mercados [...] E porque isto assim persiste?! [...] quem nos dera alguma coisa se fizesse aqui para ver se melhoravamos um pouco a respeito deste gênero de primeira necessidade. Esperemos.²⁷⁸

Em 1856, também no jornal “O Argos”, uma publicação “a pedido” trazia as queixas e observações de um leitor relativas aos “objectos de que as Posturas municipais prohibem”, referindo-se aos pesos e medidas pelos quais se “mercadejão os generos de primeira necessidade”. De acordo com a referida notícia, não haveria quem não se queixasse contra os pesos e balanças do açougue no mercado, pelos quais era vendida ao público a carne verde, uma vez que eram incoerentes os valores pagos em relação às medidas que muito variavam.

²⁷⁷ OLIVEIRA, Henrique, op.cit., p. 222.

²⁷⁸ Publicações a pedido, *O Argos*, segundo anno, n. 228, terça-feira 29 de Dezembro de 1857, p. 2.

Como afirmava:

[...] quanto mais caro está o gênero tanto maior é a falta de peso! A exemplo d'estes todos os mais generos no mercado são pesados ou medidos com prejuizo certo do comprador! Em todas as tabernas, casas chamadas de quitanda, e não sei se em todas as mais com mui poucas excepções, exercitao-se esses actos de demasiada consciência! E quem sera capaz de os reprimir? Ninguem: é uma especie de lepra que lavra por todos aquelles que estão predispostos a recebe-la.²⁷⁹

Nesta publicação, ainda, reclama-se do preço do pão, que segundo o leitor “Quer estejam caras ou baratas as farinhas, quer hajão guerras na Europa, ou exista paz, o pão cada vez mais se reduz, de modo que um pão de 40 réis aperta-se facilmente dentro da mão e mal chega para 3 bocados!”²⁸⁰ Reclama-se, também, do leite adulterado com a adição de água, o qual “anda tao falcificado que não he possivel obtel-o puro ainda que o bom do nosso fiscal recomende que vendao por mais dinheiro do que entao vendião, com tanto que seja leite.”²⁸¹ Estas reivindicações, por parte da população, podem ser relacionadas ao artigo 116 do Código de Posturas Municipal, o qual previa que todos aqueles que tivessem balanças, pesos e medidas a aferir, deveriam levá-las à casa de aferição ou aos lugares designados pela Câmara, de modo que incluam-se nesse número, os aguadeiros e leiteiros, cujas medidas deveriam ser igualmente aferidas.²⁸²

Podemos observar, a partir dos relatos selecionados, a importância delegada pelos habitantes da cidade à função que deveriam desempenhar as posturas municipais, e sobretudo, à atuação dos fiscais dessas posturas, na regulamentação das necessidades diárias da população em diversas questões, nesse caso dos gêneros alimentícios de primeira necessidade. Fica, desta forma, evidenciado o papel central das posturas na ordenação do cotidiano da municipalidade, ou ainda, na tentativa de

²⁷⁹ Publicações a pedido, *O Argos*, primeiro anno, n. 74, sexta-feira 19 de setembro de 1856, p. 3.

²⁸⁰ Idem.

²⁸¹ Idem.

²⁸² Decretos e Resoluções (1888-1889). Código de Posturas da Câmara Municipal da Capital. Decreto nº 49, de 22 de outubro de 1888. Op. cit., título IV, cap. 8.º, art. 116, par. único, p. 18.

ordenação, uma vez que a fiscalização exercida parecia, por várias vezes, não ser suficiente para obstar os inconvenientes e as infrações às normas estabelecidas pela Câmara.

A preocupação em combater antigos costumes e de mudar o cotidiano da cidade foi uma constante na imprensa deste período. Como podemos depreender das colocações de Oliveira, através dos jornais, frequentemente com uso de pseudônimos, pessoas ameaçavam publicar os nomes de indivíduos caso eles não tomassem providências como: o pagamento de uma conta, cessar com atitudes desaprovadas, brincadeiras, jogos, festas, reuniões ou mesmo encontros amorosos. A imprensa periódica, passou, desta forma, a ser um meio de criticar costumes da população considerados atrasados, antigos, e de propor condutas adequadas à civilização.²⁸³

À medida que a cidade crescia, portanto, as regras da vida cotidiana ficavam cada vez mais parametrizadas. Eram elaboradas normatizações para tudo, inclusive para o saneamento e o embelezamento das habitações privadas. Como afirma Tânia Regina Sá, em estudo sobre os códigos de posturas municipais enquanto instrumentos normativos da produção de novas lógicas territoriais no centro de Salvador, no século XIX,

A ideia que se tinha era que, quanto mais fosse controlada a dinâmica da vida particular, mais se poderia controlar a dinâmica no espaço público, pela promoção da educação para a convivência e aceitação dos parâmetros da modernidade. O controle sobre a dinâmica dos espaços privados – tanto quanto o controle sobre os espaços coletivos – deveria ser realizado pelos poderes públicos. Como esse controle era difícil de ser exercido, pelo próprio desaparecimento da máquina pública, críticas e denúncias emergiam, partindo das instituições acadêmicas e expondo o desleixo e a corrupção que, segundo a opinião dos críticos, justificava-se pela pouca importância que o tema da higiene tinha diante dos legisladores. Os médicos higienistas, especialmente, se constituíam nos críticos mais mordazes da administração pública, sendo eles os responsáveis pela proposição

²⁸³ OLIVEIRA, Henrique, *op. cit.*, p. 223.

de sugestões que visavam tornar tais habitações mais salubres.²⁸⁴

Deste modo, a partir do exposto, consideramos que os códigos de posturas municipais, e suas (re)formulações ao longo de todo século XIX, foram marcos no disciplinamento de todas as atividades urbanas e no trato do espaço físico da cidade de Desterro. Através e a partir destes, a Câmara Municipal – ainda que muito timidamente se comparada às maiores cidades do Império – ambicionava tomar parte daquele contexto marcado pelas inovações europeias, refletidas e difundidas pela corte no Rio de Janeiro, no qual ideias, tecnologias e elementos culturais iam sendo absorvidos, transformando a sociedade e as cidades brasileiras. Incorporadas às leis, introduziam-se as ideias modernizadoras, com o objetivo de se construir uma nova dinâmica para a cidade, estabelecendo medidas que decorriam, essencialmente, das necessidades locais.

A análise destes documentos normativos nos permite reconhecer e compreender a legislação elaborada, de forma recorrente, a respeito da captação, tratamento, armazenamento, distribuição e uso das águas urbanas. Todavia, é necessário que se saliente: as Posturas Municipais podiam indicar tanto as tentativas de controle, domesticação e ordenamento dos usos das águas, quanto as formas contrárias com que eram praticadas, isto é, os desvios destes usos. Assim, a reedição e ampliação das posturas, por várias vezes, podem ser consideradas como indícios das maneiras contrárias com que eram praticadas, e da necessidade, portanto, de que se estendessem as advertências e as descrições das proibições, bem como a incorporação dos sujeitos envolvidos com a comercialização do líquido na cidade, como verificamos nas posturas destinadas às carroças e aos carregadores de água.

Ainda que as instituições administrativas, como a Câmara Municipal, com suas leis e posturas, proclamassem legislar sobre os assuntos de interesse local, estando, portanto, à serviço da cidade, o sentido desses serviços muitas vezes era o da exclusão e segregação de pessoas e práticas consideradas inapropriadas ao desenvolvimento urbano de Desterro, além da preservação dos interesses da elite dirigente. Entretanto, essas tarefas certamente não eram de fácil execução, uma vez

²⁸⁴ SÁ, Tânia Regina B. T. Códigos de posturas municipais como instrumentos normativos da produção de novas lógicas territoriais: estudo de caso do centro histórico de Salvador. *Percurso*, Curitiba, v. 1, n. 11, 2011. p. 281.

que os homens e mulheres ordinários não se restringiam às imposições a eles lançadas.

Não é difícil encontrarmos reclamações e reivindicações nos jornais publicados em Desterro a respeito do cumprimento das posturas. Por outro lado, compartilhamos das considerações de Williams A. de Souza, quando este afirma que devemos considerar a existência de parcela significativa da população que possivelmente desconhecia este “pensamento da modernidade”, mas sabia das leis através dos costumes, dos jornais, das conversas nas ruas, da ação pedagógica dos policiais e fiscais da câmara, entre outros.²⁸⁵ Uma população que, a despeito dessas normas, engendravam estratégias de resistência e oposição, de modo a caracterizar a cidade como espaço de antidisciplina.

Nas análises sobre o cotidiano e as práticas do coletivo produzidas pelo historiador Michel de Certeau, as “maneiras de fazer” constituem milhares de práticas pelas quais os indivíduos se apropriam do espaço organizado, através de diferentes formas de produção sociocultural. De acordo com Certeau, se é verdade que por toda parte se estende uma rede de vigilância e disciplina, por outro lado, a sociedade não se reduz a esta rede. Podemos observar, desta forma, a existência de procedimentos populares (minúsculos e cotidianos), que jogam com esses mecanismos da disciplina impostos pelas instituições de governo, e não se conformam com ela, a não ser para alterá-la.²⁸⁶

Em meio às estruturas normativas, portanto, podemos distinguir essas operações sutis, quase imperceptíveis, mas que se proliferam, alterando o funcionamento da sociedade através de uma multiplicidade de “táticas”, articuladas sobre os “detalhes” do cotidiano. Esses modos de proceder dos indivíduos comuns e ordinários, essas astúcias que compõem o cotidiano, portanto, compõem esta antidisciplina da qual o autor se refere.²⁸⁷

Neste capítulo, vimos que a construção e a administração dos meios de abastecimento de água para a população do Desterro, promovidos pela Câmara Municipal, deram um sentido e um significado à produção de um espaço apropriado às águas na vida urbana. Os custos e os valores despendidos, bem como a regulamentação das ações de coletar, conduzir e distribuir esse bem natural, imprimiram sobre o fornecimento da água potável um valor e um sentido. Em alguma medida,

²⁸⁵ DE SOUZA, Williams, op. cit., p. 118.

²⁸⁶ DE CERTEAU, Michel. *A invenção do Cotidiano*. As artes de fazer. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998. p. 41.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 42.

este recurso natural fornecido através do engenho humano se artificializava. Dessa forma, nos é possível concluir, que na medida em que fornecia o líquido à população, a Câmara apresentava à cidade uma forma adequada de consumi-lo, impregnando de cultura a materialidade da água.

A análise dos livros-caixa e dos códigos de posturas municipais, nos permite compreender que a administração pública procurava atribuir boas qualidades ao líquido oferecido à população, o que, no entanto, nem sempre se refletia em investimentos e melhoramentos reais na infraestrutura de abastecimento. As posturas municipais procuravam trazer novas percepções acerca das águas, da estrutura de abastecimento e do espaço urbano. Todavia, como veremos, a ordem e os sentidos aprovacionados pretendidos pela Câmara, dependeriam das formas por vezes distintas e “antidisciplinadas” das apropriações cotidianas. Para aqueles que no dia-a-dia buscavam o líquido, a construção de um espaço adequado desencadeava outras apropriações e adaptações, outros usos e sentidos, fato que se torna ainda mais evidente se reconhecermos as dificuldades enfrentadas e carências deste serviço na antiga Desterro.

Até o momento, apresentamos a estrutura ordenadora das águas. Nos interessa, ainda, analisar os demais aspectos do consumo, dos usos e da atuação dos diversos agentes sociais como escravos, vigias de fontes, carregadores de água, lavadeiras, entre outros, ligados à dinâmica social da água em Desterro, os quais davam outros sentidos ao líquido na paisagem urbana, tema do nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO III – O ABASTECIMENTO ENTRE FONTES E AGUADEIROS: O CONSUMO DAS ÁGUAS URBANAS

Tratar da água potável em ambiente urbano é, também, tratar de dimensões coletivas e sociais materializadas nas práticas cotidianas de sua captação, tratamento, distribuição e uso. Deste modo, podemos considerar que as práticas e representações dos seres humanos, as relações sociais, são, constitutivamente, também, materiais, corporais e naturais. Ainda assim, como afirma Neila Barreto, o fato de matéria, corpo e natureza serem referidos discursivamente, politicamente, economicamente, socialmente e culturalmente não os reduz ao discurso, política, economia, cultura.²⁸⁸

Contudo, o secular distanciamento entre os habitantes das cidades e a cadeia produtiva das águas que ingerem e expelem cotidianamente manifesta-se, frequentemente, como existência imaterial, representação. Uma rede técnica composta de canos, rios, reservatórios, bombas e torneiras, é também uma rede feita de histórias sobre as transformações nos modos como homens e mulheres comuns usavam e se relacionavam com este bem natural, incluindo suas noções de limpeza, conforto e satisfação no contato com o líquido.²⁸⁹ Essa dimensão social do abastecimento sugere a existência de épocas em que quase não se podia imaginar um cotidiano como o nosso, caracterizado por milhões de torneiras, abertas e fechadas a todo momento. Neste capítulo, portanto, nos aproximaremos ainda mais de um cotidiano, e de um sistema de distribuição, nos quais a água transitava menos por tubulações do que por braços, barris e carroças.

Nesse sentido, desenvolveremos algumas reflexões sobre os usos das águas na cidade do Desterro ao longo do século XIX, tendo como fio condutor as permanentes dificuldades encontradas pelos habitantes no abastecimento, fossem eles usuários, trabalhadores ou gestores públicos.

Neste terceiro e último capítulo, a análise se dará, igualmente, através das figuras ligadas à dinâmica local da água em Desterro, da atuação desses agentes sociais importantes, como escravos, aguadeiros, lavadeiras, vigias de fontes, entre outros. Abordaremos, destarte, as formas de apropriação da água potável no espaço urbano de Desterro, ou seja, as formas como estes indivíduos se apropriaram do elemento natural e o tornaram adequado ao espaço social.

²⁸⁸ BARRETO, Neila, op. cit., p. 11.

²⁸⁹ SANT'ANNA, Denise, 2007, op. cit.

Para tal, nos embasamos na noção de apropriação desenvolvida pela historiadora Denise Tedeschi, a qual, por sua vez, aproxima-se das contribuições acerca das práticas sociais trazidas por Michel de Certeau e Roger Chartier. Para Certeau, a apropriação pode ser definida enquanto consumo cultural, lugar de uma nova produção, o espaço da fabricação de uma outra realidade que não aquela planejada e construída por seus agentes ordenadores. A apropriação em Certeau pode ser entendida, assim, como o momento das operações dos usuários, das invenções, bricolagens e desvios, das quais tratamos no capítulo II.²⁹⁰ O usuário pode, neste caso, se apropriar do espaço de diversas maneiras, fabricando outras formas de utilizá-lo, criando hábitos no convívio social.

Roger Chartier, por sua vez, empregou a categoria “apropriação” para a análise da complexa relação entre o livro, enquanto objeto produzido, e a prática de leitura. Esta última, sendo definida como apropriação da ordem, ou como o momento em que o leitor em sua prática, inventa, desloca e destorce o objeto.²⁹¹ No caso do livro, apesar de estar imbuído de intenções que o levam à múltiplas apropriações, não deixa de ser um produto acabado. Não podemos alterar a sua materialidade, sua estrutura e seu conteúdo, a não ser que haja uma nova edição. Porém, como sustenta Tedeschi, a cidade é um “cenário aberto, em “edição” constante, onde editores, leitores e escritores são os impressores dessa obra interminável”.²⁹²

Dessa forma, para a referida autora, ao trabalharmos com o uso das águas urbanas, devemos ampliar o conceito de apropriação, compreendendo-o para além do consumo de uma ordem. Isto porque “[...] a água não é um bem fabricado e produzido pelo homem, mas um bem natural existente e necessário à sua sobrevivência, e, portanto, são as formas de se apropriar desse elemento nosso objeto de análise.”²⁹³ As ações de lhe atribuir significados, criar artificios para sua organização e ordenação, instituir necessidades, normas e hábitos confere, portanto, às águas urbanas, formas culturais, historicamente localizadas e mutáveis no tempo.²⁹⁴

Não obstante, devemos destacar que as águas, ao adquirirem formas culturais, nas práticas, maneiras de lidar, conviver, obter e as

²⁹⁰ DE CERTEAU, Michel, 1998, op. cit.

²⁹¹ CHARTIER, Roger. Mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 181, jan-abr 1995.

²⁹² TEDESCHI, Denise, op. cit., p. 24.

²⁹³ *Ibidem*, p. 24.

²⁹⁴ *Ibidem*, p. 25.

ressignificar dos diferentes sujeitos, não deixam de ser um elemento natural. Embora a validade dessa abordagem seja inquestionável, também temos de considerar a “água enquanto água”, enquanto um objeto que existe independentemente dos seres humanos e de suas construções sociais.²⁹⁵ As águas, ainda que acrescidas de significado, continuam sendo água, com suas propriedades físicas e químicas, capaz de estabelecer relações independente do modo como os humanos a concebem e valorizam. Conforme coloca Cabral:

A água “oferece-se” aos humanos, mas dentro de um determinado contexto biofísico que baliza, na relação dialética com os objetivos sociais e possibilidades técnicas, os parâmetros prático-concretos de sua disponibilidade. Essas condições, no entanto, nunca param de se renovar, ainda que a água, ela mesma, nunca deixe de ser água. A água muda apenas para se manter a mesma. Diferentemente de uma maçã, que deixa de ser maçã quando consumida, ou uma árvore, que cessa de ser árvore quando transformada em madeira, a água sempre volta ao seu estado inicial, em algum ponto da cadeia metabólica (TVEDT, 2010). Há uma “vida natural” na água que subsiste e reage às tentativas humanas de apropriação e transformação, criando dialeticamente novas condições à sua objetivação.²⁹⁶

Como podemos depreender das colocações supracitadas, portanto, além de considerarmos as dimensões fundamentais da linguagem, dos símbolos e dos valores morais, bem como das narrativas especializadas sobre a água, principalmente as científicas, não deixamos de reconhecer que o domínio da natureza tem características irredutíveis à cultura e às representações, embora contenha em si as relações dialéticas definidas por esses outros domínios. Afinal, como coloca Tvedt, é necessário que tenhamos em consideração tanto a mediação da água pela sociedade, quanto a mediação da sociedade pela água, uma dialética que

²⁹⁵ FOSTER, J.B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 21. Apud CABRAL, Diogo de C. *Águas passadas: sociedade e natureza no Rio de Janeiro oitocentista. Ra'eGa UFPR*, Curitiba, v. 23, p. 160, 2011.

²⁹⁶ CABRAL, Diogo de C. *Águas passadas: sociedade e natureza no Rio de Janeiro oitocentista. Ra'eGa UFPR*, Curitiba, v. 23, p. 161, 2011.

não pode ser plenamente compreendida sem o reconhecimento da existência da água de maneira independente dos modos culturais pelos quais a concebemos.²⁹⁷

Isto posto, nos falta ainda apresentar outro aspecto o qual discutiremos neste capítulo. Como sabemos, o abastecimento público de água potável em Desterro se fazia por meio de fontes, bicas e poços, públicos e particulares, de modo que, já no século XVIII, a administração portuguesa determinava que a captação e a distribuição de água fossem de responsabilidade de cada vila. Por muitas vezes, nesses locais, o abastecimento também poderia se dar por meio da captação direta em um rio próximo ao espaço urbano. Todavia, o que, se por um lado facilitava o acesso à água, por outro, podia ser prejudicial à saúde dos moradores.

No século XIX, eram comuns as observações sobre os riscos de as águas desses locais não serem adequadas para a ingestão direta. Por outro lado, a formação e o adensamento dos núcleos urbanos, com o aumento de população e de atividades como açougues, curtumes, lavagem de roupas em córregos e rios, despejo diário de dejetos, e a ausência de esgotos, contribuíam para prejudicar a qualidade das águas urbanas.

No último terço do século XIX, o Brasil passou por profundas transformações econômicas, políticas, culturais e sociais. Nesse período, as grandes cidades brasileiras vivenciaram um intenso processo de modernização que se baseava em modelos europeus, seguidas de perto por cidades menores, como Desterro. Movimento que veio a culminar nos primeiros anos da República, quando aspectos determinantes ocorreram, à exemplo da intensificação da importação de mercadorias e instrumentos de produção, a abolição da escravidão e a imigração europeia.

Em cidades centro do Império brasileiro, como era o caso do Rio de Janeiro, tornava-se cada vez mais frequente a criação de sistemas de captação e distribuição de água potável nas cidades, através de bombas de sucção e circulação, canos metálicos, bicas penas ou torneiras metálicas terminais, inclusive adentrando no interior das residências, provocando mudanças profundas nos comportamentos dos moradores em ambientes urbanos.

Paralelo a este movimento de modernização dos meios de obtenção de água nas cidades, já durante a segunda metade do XIX, novas concepções higienistas e estéticas materializaram-se nos ambientes urbanos, aliando campos da ciência como os da arquitetura e o urbanismo,

²⁹⁷ TVEDT, T. "Water systems", environmental history and the deconstruction of nature. *Environment and History* vol.16, 2010, pp. 143-66. Apud CABRAL, Diogo, op. cit., p. 161.

ao da medicina, principalmente no que se referia à consideração de que seria grande a influência do entorno ambiental e do meio social no desenvolvimento de enfermidades.

Nesta perspectiva, abordaremos questões de salubridade urbana e da ciência higiênica, e como estas noções manifestaram-se em Desterro, principalmente nas últimas décadas do século XIX. Junto às referidas noções, concebemos ser importante, de igual maneira, delinear algumas questões referentes à edificação da primeira rede de abastecimento de água potável de Florianópolis.

3.1 As fontes públicas e o serviço de abastecimento

A edificação de chafarizes e fontes públicas constituiu, na maioria das cidades do Império, a forma organizada e controlada pelas Câmaras municipais de consumir a água potável urbana. Desta maneira, a composição dessas obras e os locais onde foram edificadas em Desterro são indicativos espaciais e materiais relevantes, que nos levam a investigar os meios criados para o consumo das águas na cena urbana oitocentista.

Em 17 de novembro de 1849, publicou-se, na parte oficial do jornal ‘O Conciliador Catharinense’, o “Relatorio apresentado ao Ex.mo Sr. Presidente da Provincia, pelo Sr. capitão de engenheiros João de Souza Mello e Alvim, sobre as fontes publicas d’esta Capital”²⁹⁸. Nele, o então capitão dos engenheiros Alvim, a pedido de Antonio Pereira Pinto, o referido Presidente da Província de Santa Catarina, apresenta uma descrição detalhada das três fontes públicas, administradas pela Câmara Municipal, de cujas águas se serviam os habitantes da área central da cidade do Desterro.

Como observou o engenheiro Alvim as fontes eram, todas as três:

[...] mal construídas, e sem belleza alguma de perspectiva: a agoa que fornecem não he boa, e para tiral-a, em duas, he preciso o não pequeno encommodo de tocar pesadas bombas, dispostas de tal forma que, a alavanca ou motor dos pistões, he o primeiro destruidor das paredes, calhas, e torneiras dos figurados chafarizes! Admira, Exm. Snr., como por tanto tempo se hão conservado

²⁹⁸ Parte Oficial, *O Conciliador Catharinense*, Desterro, Sabbado, 17 de Novembro de 1849. Anno I. n. 56, p. 1-3.

obras tão imperfeitas, e até ridículas, n´uma cidade civilizada, cuja respectiva Municipalidade tem sido composta, quasi sempre, dos Cidadãos mais notáveis, e zelosos do bem estar dos seus constituintes.²⁹⁹

Como podemos depreender das colocações, até um tanto críticas, do Sr. Alvim, as reclamações acerca da má estrutura de construção das fontes públicas da cidade, bem como a falta de manutenção das mesmas, constituíram a tônica dos ofícios trocados entre as instâncias da administração pública, bem como das publicações nos periódicos locais, durante todo o período estudado.

A referência à falta de beleza na arquitetura das fontes, também foi por vezes mencionada, assim como a inadequação de chamar esses equipamentos urbanos de abastecimento de fontes, ou até mesmo chafarizes. Uma publicação no “*Conciliador Catharinense*” de 1849, adverte que não era desconhecida a falta de um chafariz que abastecesse a capital de água potável, sendo os seus habitantes forçados a usarem da que fornecem diversos “poços”. Isto porque, “sabido he que não existe nesta Cidade uma fonte publica, que deva merecer tal denominação.”³⁰⁰ No mesmo ano, relatou o Presidente da Província Antonio Pereira Pinto, que uma das obras que lhe pareciam de mais palpitante necessidade aos habitantes da capital, seria a construção de um chafariz nesta cidade. Uma vez que estes bebiam água de “imundos poços”, os quais possuíam o nome indevido de “fontes, de huma architectura grotesca, e sem bellesa alguma.”³⁰¹ Em certos casos, portanto, a linguagem era mais generosa do que o equipamento propriamente dito: costumava-se chamar de fonte, ou até mesmo chafariz, uma modesta bica, ou então, uma única torneira disponível em algum muro de pedra.

Os chafarizes públicos, em outras cidades do império, ou mesmo antes, no Brasil colonial, ao mesmo tempo em que deveriam satisfazer uma necessidade ordinária e permanente de água, também decoravam a

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰ Parte Official, *O Conciliador Catharinense*, Desterro, Quarta-feira, 14 de Novembro de 1849. Anno I. n. 53, p. 1.

³⁰¹ Relatório com que o Excelentissimo Snr. Doutor Antonio Pereira Pinto, entregou a Presidencia da Provincia de Santa Catharina ao Exm. Snr. Doutor Severo Amorim do Valle. Terceiro Vice Presidente della. Palacio do Governo de Santa Catharina, em 30 de Novembro de 1849. Cidade do Desterro, Typographia Provincial, 1849.

povoação, contribuindo assim para o equilíbrio arquitetônico e urbanístico da cidade. Enquanto suportes de água na paisagem urbana, geralmente apresentavam um frontispício com uma ou mais bicas, dentro de carrancas ou ornamentos decorativos. A água caía continuamente pelos canudos em direção à pia, ou taça, e suas sobras eram reaproveitadas nos bebedouros para os animais e nos tanques para as lavadeiras.³⁰² Desta forma, como coloca Denise Tedeschi, funcionalidade, estética e normas de consumo se confundiam e completavam o significado dos chafarizes no cenário urbano.

Além de adornar as águas, a estrutura construtiva tornava os chafarizes suportes de abastecimento adequados à população. Ou pelo menos era o que se esperava. Em Desterro, como dito, os equipamentos edificadas para este fim eram muito mais simples, e os problemas nestas construções superavam qualquer funcionalidade ou benfeitoria estética, estando longe de fornecer facilidades aos que diariamente se dirigiam a elas para obter o líquido desejado.

De volta ao relatório do Sr. Alvim, este descreve que, no Campo denominado do Manejo, situado no oriente da cidade e nas fraldas do morro, estava colocada a Fonte de mesmo nome,

“cuja projecção horisontal da hum quadrado perfeito de 23 palmos cada lado; e a elevação que he igual em todos os sentidos he de 27 d’altura, comprehendendo o acroterio. Pela frente corre um pequeno regato, o qual vem do morro visinho, em direcção ao poente atravessa um pântano que esta proximo d’ella (se bem que em nível inferior) e depois voltando para o sul vai terminar no mar. Esta fonte, que foi construída pelo engenheiro civil Carpineti no anno de 1844, he provida por tres veias d’agoa que correm doze palmos pouco mais ou menos abaixo do nível do [ilegível], tendo origem no sobredito morro do signal. A agoa he tirada por meio de huma bomba de roda, que exige não pequeno esforço [...].³⁰³

A partir da descrição acima, é possível verificar a ausência de qualquer adorno ou elemento decorativo na Fonte do Campo do Manejo,

³⁰² TEDESCHI, Denise, op. cit., p. 192.

³⁰³ Parte Oficial, *O Conciliador Catharinense*, Desterro, Sabbado, 17 de Novembro de 1849. Anno I. n. 56, p. 1-3.

a qual consistia numa construção bastante simples, uma espécie de “tanque quadrado” em que a água, provida por três veios subterrâneos, era tirada através de bomba hidráulica, chamada “bomba de roda”³⁰⁴ a qual exigia não pequeno esforço daquele que a manuseava.

A coleta de água e o despejo das águas servidas e do lixo era, em geral, tarefa de escravos, trabalhadores pobres e, por vezes, até mesmo de crianças. Eram eles, portanto, os frequentadores assíduos das fontes, bicas, poços, córregos e reservatórios de água. Muitos desses trabalhos demandavam um grande esforço, de modo que a tarefa de coletar água não era necessariamente leve e sem constrangimentos físicos, ou ainda, ofensas morais. Ainda assim, mesmo com a força corporal que esse labor diário exigia, vez ou outra, ele podia ser aliviado, com uma conversa no meio do caminho ou durante a coleta da água na fonte, ou mesmo com o uso pessoal da água nos locais da coleta do líquido, antes de ela chegar às residências. Neste caso, como coloca Sant’Anna, uma porção do cansaço e do constrangimento podiam ser literalmente refrescados.³⁰⁵

No trecho transcrito, do mesmo modo, podemos observar a referência à data de construção da dita fonte, pelo ‘engenheiro Carpineti’, no ano de 1844. Embora não nos seja possível confirmar esta datação, e tampouco seja este o nosso objetivo, é válido tecer algumas considerações a respeito.

Em ofício de 10 de janeiro de 1833, o presidente da câmara municipal, Marcos Antônio da S. Mafra, roga ao presidente da província, Feliciano Nunes Pires, que mande franquear os poços do Quartel do Campo do Manejo para o público se servir de água dos mesmos, em consequência da escassez que se encontravam as demais fontes públicas e particulares, solicitando ainda que ordenasse, o referido presidente, ao guarda do mesmo quartel, que mantivesse a tranquilidade e asseio que fosse mister aos referidos poços.³⁰⁶ Neste momento haviam, portanto, na

³⁰⁴ Tipo de bomba manual de extração de água. O sistema é acionado por uma manivela ou espécie de volante. A roda, ao entrar em movimento, faz subir e descer um êmbolo de ferro que tem na extremidade inferior uma válvula móvel que aspira a água. Esta é impedida de descer por ação de uma válvula fixa. Disponível em: <https://meioseculodeaprendizagens.blogspot.com/2014/01/antigos-instrumentos-de-elevacao-de-agua.html>. Acesso em: 25 ago. 2018.

³⁰⁵ SANT’ANNA, Denise, 2007, op. cit., p. 74.

³⁰⁶ Ofício de Marcos Antônio da Silva Mafra, Presidente da Câmara Municipal do Desterro, para Feliciano Nunes Pires, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 10 jan. 1833, p. 17. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

localidade do Campo do Manejo, ainda apenas poços, dos quais a municipalidade solicitava aos administradores do quartel que permitissem a utilização em épocas de escassez de água na cidade.

Dois anos mais tarde, em 16 de janeiro de 1835, o mesmo Marcos Antônio da Silva Mafra, informa a Feliciano Nunes Pires, presidente da província, que, em sessão da Câmara, se mandou lavrar os editais para a arrematação da obra da fonte do Campo do Manejo, os quais se afixaram, todavia ficando certo de não concluir o contrato sem submeter primeiro as condições ao conhecimento do referido presidente.³⁰⁷

Já em 11 de janeiro de 1843, Francisco Duarte Silva, em ofício ao presidente da província, Antero J. Ferreira de Brito, informou que: tendo diminuído a água da Fonte do Campo do Manejo em razão da seca, a ponto de não chegar à altura das bicas para correr, deliberou a câmara municipal rogar que mandasse postar uma sentinela na referida fonte, a fim de poder conservar a porta aberta, para por ela poder tirar-se a água, como já em outras ocasiões de seca se tem feito.³⁰⁸ Desta documentação depreende-se, portanto, a consideração de que, neste período, os moradores já se utilizavam das estruturas da fonte do Campo do Manejo, ou até em datas anteriores, como se deixa antever pela frase “como já em outras ocasiões se tem feito”.

Para João de Souza Mello e Alvim, a conservação, condução, e distribuição das águas eram objetos de “tão alta importância econômica” que, desde os tempos mais remotos haviam ocupado as atenções dos governantes em todo o mundo. E para fundamentar a sua exposição, Alvim aponta como exemplos os Romanos e seus aquedutos, segundo ele “os que mais se distinguirão na arte de conduzir as agoas de logares distantes para as cidades, e povoações [...]”³⁰⁹. Não deixa de mencionar, ademais, cidades como Paris e a adução das águas do Rio Sena, Lisboa e o aqueduto das Águas-Livres, ou ainda o Rio de Janeiro e o Grande Chafariz da Carioca. De volta às fontes públicas da Capital, o engenheiro

³⁰⁷ Ofício de Marcos Antônio da Silva Mafra, Presidente da Câmara Municipal do Desterro, para Feliciano Nunes Pires, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 16 jan. 1835, p. 3. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

³⁰⁸ Ofício de Francisco Duarte Silva, para o Marechal Antero José Ferreira de Brito, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 11 jan. 1843, p. 4. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

³⁰⁹ Parte Oficial, *O Conciliador Catharinense*, Desterro, Sabbado, 17 de Novembro de 1849. Anno I. n. 56, p. 1-3.

encarregado analisa, ademais, o estado das duas outras fontes públicas das quais dispunha a população do Desterro: a Fonte da Carioca e a Fonte da Palhoça.

A Fonte da Carioca havia sido construída pelo já citado engenheiro Carpineti, e estava situada em uma baixada no bairro da Figueira. Segundo João Alvim, era alimentada por uma grande porção de olhos d'água, os quais estariam poucos palmos abaixo da superfície do terreno. A fonte, em relação à sua arquitetura, seria muito semelhante à do Campo do Manejo, inclusive no referente às suas dimensões. Além disto, assim como naquela, na Fonte da Carioca havia um pântano ao seu redor, e um riacho que a atravessava, o qual terminava o seu fraco curso “n'uma bacia distante 80 braças pouco mais ou menos.”³¹⁰ Do mesmo modo, na Fonte da Carioca, o que “fazia subir a água”, como nas palavras do engenheiro, era uma bomba de roda, cuja manivela se localizava na parte de fora, entre duas torneiras. Estas, porém, por terem desaparecido, a Câmara mandou substituir por duas calhas de madeira, que igualmente já não existiam.³¹¹

Em relação à forma como a água era retirada das fontes, em especial na do Campo do Manejo e na da Carioca, a avaliação do engenheiro Alvim também não era das mais favoráveis. Assim como escreveu:

Esta maneira de tirar agoa, nas fontes publicas, por meio de bombas deve ser proscripta, porque ainda que offerece certas commodidades, tem, alem do ridiculo, o defeito de tomar a agoa no fundo do poço e não agital-a, não podendo por isso nem subtrahir as vegetações que ordinariamente flutua, nem obstar as aglomerações dos corpos extranhos que tanto damno causão.³¹²

Atrás do bairro da Figueira, no lugar chamado Palhoça, havia sido construída, por Florianno José Villela, a fonte da Palhoça. Esta, estava situada quarenta braças ao Norte da rua do Senado, e era constituída por duas peças, diferentemente das outras duas fontes públicas da cidade. Depósito de água e caixa de distribuição, com duas torneiras, compunham, portanto, o que se chamava de fonte da Palhoça. De acordo

³¹⁰ Idem.

³¹¹ Idem.

³¹² Idem.

com Alvim, o depósito era uma obra de “mau gosto”, pois apresentava a figura de um campanário de quatro faces iguais, com vinte e seis palmos cada uma, coberto em forma de abóbada, mas “tão enterrada que a porta de entrada está 2 palmos abaixo da superfície do chão.”³¹³

A caixa de distribuição, por sua vez, possuía trinta palmos de base, e sete de altura, colocada em frente e um tanto para a direita do depósito, e ainda mais enterrada, ou mesmo “completamente enterrada”, como consequência e efeito da outra construção. Por conseguinte, para a coleta da água nesta fonte, era preciso, conforme a descrição,

descer uma escada de 6 ½ palmos para tirar agoa e mergulhar a vasilha n’um tanque imundo aonde toda a gente que ali vai invariavelmente lava os pés, porque esta debaixo das torneiras que estão colocadas 6 palmos abaixo do nível do terreno, e apenas 4 polegadas do plano calçado de pedra em que está firmada a caixa!³¹⁴

As dificuldades, portanto, como podemos observar, não eram poucas, para se servir de um líquido tão necessário e habitual ao cotidiano. Igualmente interessante, é a menção feita pelo autor à condição de necessariamente ter de “lavar os pés” para mergulhar e encher as vasilhas d’água. Esta referência era recorrente, e a encontramos novamente na seção de variedades do jornal “O Novo Íris”, no relato de um leitor que passou, no ano de 1850, pela cidade do Desterro.

Sob o título de “Huma viagem na época do progresso”, o autor assinado “O Marítimo”, construiu sua narrativa sobre os diversos problemas de salubridade, os quais viu em suas andanças pelo centro da cidade. Em especial, sobre a fonte do Campo do Manejo ele escreveu:

[...] atravesssei o largo, e pela rua do Vigario, dirigi-me ao campo do manejo. Mal desembocava, quando descobri a meio d’elle, e inteiramente isolada, uma especie de torrinha, pelo fundo da qual entravão, e sahião vários indivíduos da intima classe, com vasilhas à cabeça.

Muito bem; disse eu comigo, se no mercado a carne, e o peixe estão cobertos de moscas, e meios corrompidos; ao menos a policia sanitária tem

³¹³ Idem.

³¹⁴ Idem.

cuidado em enterrar as immundicies, e despejos nesta cova murada, e em lugar isolado, que não prejudicará a povoação com seos pútridos miasmas; mas, notando que os concorrentes entravão de pés sujos, e sahião de pés lavados, aproximei-me, e conheci ser uma fonte, semelhante a outras que tinha visto do lado opposto da cidade.

Meo Deos que incúria a do nosso povo, que tendo excellentes mananciaes d'ágoa potavel em torno, e próximas de sua povoação, as não tem chamado a um ponto, construindo n'elle um chafariz, que o livre o uzo das adulteradas que tanto influem e prejudicão a saude publica! Assim apostrophava em voz alti-sonante, quando um dos homens da epocha, ouvindo-me, me disse – precisa-se dinheiro para couzas mais necessárias; as eleições não se fazem de graça – Ri-me, e que faria eu senão rir? [...] ³¹⁵

Interessante observar que, em sua descrição, o autor pensou se tratar, a fonte, de uma “cova murada” na qual a população poderia enterrar os resíduos e despejos em lugar isolado, possivelmente, dada a profundidade da construção em relação ao nível do solo. O leitor do “Novo Íris” também faz menção à necessidade da construção de um chafariz na cidade, que aproveitasse as nascentes próximas da povoação e as encanasse para um ponto central, para que fornecesse águas, portanto, com mais qualidades e facilidades aos habitantes da cidade. Esta era, sem dúvidas, uma ideia que estava em voga na época, e que perdurou por muito tempo em Desterro, porém trataremos a este respeito, com mais detalhes, adiante.

Igualmente, não podemos deixar de evidenciar, a referência aos indivíduos da “íntima classe” que, com vasilhas a cabeça, entravam e saíam da fonte do Campo do Manejo. Importante agentes sociais ligados à dinâmica da água potável em Desterro, escravos, carregadores de água e lavadeiras, das mais diversas formas, se apropriaram deste elemento natural e, à sua maneira, o tornavam adequado ao espaço social.

Recipientes e instrumentos relacionados à água também sugerem determinados gestos e odores característicos do passado. O gesto de curvar o corpo para alcançar o jarro ou vasilha de água que estava no solo

³¹⁵ Variedades, *O Novo Íris*, Desterro, Sabbado, 19 de Janeiro de 1850. Anno I. n. 74, p. 2-3.

e, em seguida, de se erguer e levantar os braços para acomodar o recipiente sobre a cabeça, para caminhar rumo às moradias era comum durante o dia de muitos escravos e mulheres pobres de Desterro no século XIX. Nesta época, a água ainda era amplamente vista na paisagem e no cotidiano das pessoas, bem com a partir de diferentes formatos: no perfil alongado dos córregos que atravessavam a cidade e saíam das fontes, o do círculo ou quadrado plácido do fundo das fontes, a forma de um canudo transparente desenhado pelas canaletas típicas das bicas, ou ainda, quando tomava a forma de baldes, barris, cuias, vasilhas, jarros sem tampas, e a seguir, dentro das residências, quando toda a água coletada se moldava aos diferentes formatos dos potes de barro, copos, moringas e bacias.³¹⁶

Voltemos, mais uma vez, ao relatório do engenheiro Alvim. Nele, pela primeira vez, foram apresentados os resultados das experiências promovidas para atestar a qualidade das águas consumidas pela população. Neste caso, é importante a compreensão de que uma das primeiras formas de argumentação para a domesticação e controle da água foi a operação de diferenciar, no terreno urbano, as águas potáveis e sãs das demais.

Em seu estudo, segundo Alvim, ele se serviu do método prático, aconselhado por homens da ciência como Vitruvius, Perault, Bellidor, e Torres Homem, para conhecer as boas ou más qualidades que as águas contêm em si. Segundo os referidos pressupostos e conceitos científicos, portanto, para que a água fosse considerada potável, era preciso que ela fosse corrente, límpida, sem cheiro, e que contivesse ar em dissolução. Ela devia, além disso, dissolver o sabão sem fazer grumos, e cozinhar bem os legumes. De acordo com o relatório de Alvim, Vitruvius assegurava que para se verificar a bondade da água, bastava somente derramar algumas gotas dela sobre uma lâmina de bom cobre, e se esta, depois da operação, não apresentasse manchas, era uma prova de que era pura e potável, bem como devia cozinhar os legumes facilmente.³¹⁷

O estudo do engenheiro Alvim revelou que, de acordo com os referidos princípios para a análise das águas, em relação à fonte do Campo do Manejo, as más qualidades que a afetavam provinham, não da água que era fornecida pelos já mencionados três veios, mas sim da que infiltrava pelos lados, a qual estava, na avaliação de Alvim, impregnada de substâncias orgânicas, provenientes da camada de terra vegetal. Isto

³¹⁶ SANT'ANNA, Denise, 2007, op. cit., p. 82.

³¹⁷ Parte Oficial, *O Conciliador Catharinense*, Desterro, Sabbado, 17 de Novembro de 1849. Anno I. n. 56, p. 1-3.

porque, nas grandes secas, ou quando a infiltração diminuía ou mesmo desaparecia, a água desta fonte tornava-se de melhor qualidade. Portanto, julgava em sua opinião, que as causas de não haver melhor água na fonte do Campo do Manejo, deviam ser atribuídas à má construção da obra, que “sendo feita de tijolo com argamassa hydraulica, se fosse bem vedada, jamais receberia, ou nella penetraria outro liquido que não fosse o das nascentes do fundo”.³¹⁸

Quanto à qualidade da água da fonte da Carioca, a experiência da chapa de cobre foi favorável à pureza da água, de modo que as gotas nela derramadas apenas deixaram leves indícios de sua existência depois de secas. Em relação ao cozimento dos legumes, e à dissolução do sabão, as análises também foram favoráveis, notou-se, contudo, que esta última não foi completa. Em vista disso, Alvim julgou que a referida fonte deveria ser conservada e beneficiada, uma vez que a água que fornecia não era apenas boa, como a melhor que havia na cidade.³¹⁹

Pelas experiências que procedeu, tanto na água da caixa de distribuição, como na do depósito da fonte da Palhoça, o qual continha a água proveniente diretamente das nascentes, Alvim concluiu que, justamente por isso, a água deste era boa, e a da caixa de distribuição, péssima. Isto, segundo ele, não devia ser atribuído senão à má construção da caixa, pelos mesmos motivos de infiltração das águas repletas de matérias orgânicas, de que se referiu no caso semelhante da fonte do Campo do Manejo.

Deste modo, ao final de seu detalhado relatório, o engenheiro Alvim chegou à conclusão de que as águas das três fontes públicas do Desterro não seriam, todas, rigorosamente potáveis e, portanto, faltando-lhes esta qualidade essencial, não seria difícil reconhecer o quanto deviam ser prejudiciais a saúde. Além disso, antes de dar por encerrada sua exposição, Alvim advertiu:

E no entanto, forçoso he dissel-o só por incúria he que arruinamos nossa saude, bebendo agoas impregnadas de nocivas substancias, por que ali estão a seiscentas braças de distancia sobre o morro, mananciaes de excellente agoa, como que perdidos, e despresados, só servindo para attestar a

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ Idem.

quem por ali passa ate aonde chega o nosso desleixo.³²⁰

A Câmara Municipal, enquanto gestora dos usos específicos das águas urbanas em Desterro, deveria ainda atentar para as variações ambientais no circuito de abastecimento. Em “épocas calmosas”, como costumava-se chamar os períodos de dias mais secos, quando as chuvas eram escassas, a situação tendia a piorar. Nos períodos de estiagem, quando naturalmente diminuía o fluxo das águas e sua disponibilidade, os ânimos se exaltavam nos chafarizes públicos.

Eram frequentes, em épocas de seca, os ofícios trocados entre os representantes da Câmara Municipal e o presidente da província, tendo como tema, a abertura da porta do reservatório de água da fonte do Campo do Manejo. Em 22 de dezembro de 1837, a Câmara Municipal enviou ofício ao presidente da província, informando que a mesma, em atenção à escassez de águas públicas, havia determinado que se abrisse a caixa da fonte do Campo do Manejo. Todavia, o representante da câmara cuidou para que se fizesse resguardar a dita fonte, solicitando a João Carlos Pardal uma sentinela para aquele local.³²¹ O presidente, por sua vez, informou que, em satisfação ao que lhe havia sido solicitado pela câmara, ordenou que fosse posto à disposição o soldado Lucio José dos Anjos.³²²

De maneira semelhante, em 25 de janeiro de 1844, Amaro José Pereira oficiou a Antero José F. de Brito, informando que, tendo diminuído a água da Fonte do Campo do Manejo em razão da seca, a ponto de não chegar à altura das bicas para correr, a câmara havia deliberado rogar à administração provincial que esta mandasse postar uma sentinela na referida fonte, a fim de poder conservar-se a porta aberta, para por ela tirar-se a água, como já em outras ocasiões de seca haviam feito.³²³ Em resposta, o então presidente da província, comunicou

³²⁰ Idem.

³²¹ Ofício de Jacinto M. Lourenço, para João Carlos Pardal, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 22 dez. 1837, p. 252. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

³²² Registro de ofício de João Carlos Pardal, Presidente da Província, para Câmara Municipal de Desterro. Desterro, 23 dez. 1837, p. 56. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

³²³ Ofício de Amaro José Pereira, para o Marechal Antero José Ferreira de Brito, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 25 jan. 1844, p. 281. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

que estavam passadas as ordens para que fosse postada na dita fonte a sentinela solicitada.³²⁴

Por outro lado, em dias de chuva, a situação tendia a não mudar de figura, e as águas barrentas eram incômodas.

Na parte II das “Cartas de um canella-vermelha ao director do Conciliador”, publicada na “secção ineditorial” do jornal em fevereiro de 1873, diz-se que “por aqui” acusavam a Câmara Municipal de ser a responsável por terem, os moradores da cidade, água ruim em dias de chuva, além de muitas outras coisas. Entretanto, segundo o redator da referida carta, o mesmo não poderia consentir que se dissesse tal inverdade. Isto porque, segundo ele, a Câmara seria

uma velha muito velha (sem ser a passa que passa é), tísica no terceiro gráo, que tendo feito seu testamento este anno que passou, testou desesete mil reis para seu enterro; e por conseguinte mal s’importa com o mundo. Como já disse, sou defensor dos que soffrem, e principalmente desta molestia terrivel, que na minha casa virou quanto bolço havia, e não posso admitir que A accusem desse modo. Por quanto, se a carioca em dias de chuva nos dá agua suja, Ella não é culpada, e sim seus filhos, rapazes preguiçosos e indolentes, que só cuidam em pedir votos para estarem sempre ao redor da mãe pedindo-lhes pão, como se Ella, velha, decrepita, e doente como se acha possa *dar de comer aos que tem fome*, que é crime de *lesa noruégua*, e de beber (agua pura) *a quem tem sede!*³²⁵

Não é difícil notar o tom irônico com que autor do texto se refere ao órgão da administração municipal, em especial aos seus membros, os quais, ao invés de preocuparem-se com questões pessoais, deveriam ser os responsáveis por cuidar dos assuntos de interesse local. Resultado disso seria, além de outras questões, o fato de as cariocas, em dias de

³²⁴ Registro de ofício de Antero José Ferreira de Brito, Presidente da Província, para Câmara Municipal de Desterro. Desterro, 30 jan. 1844, p. 02. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

³²⁵ Secção Ineditorial, *O Conciliador*, Desterro, Quinta-feira 20 de Fevereiro de 1873. Anno I. n. 31, p. 3.

chuva, fornecerem águas “sujas”, desfavoráveis aos usos domésticos e de primeira necessidade.

Do mesmo modo, nas “épocas calmosas”, se tornavam recorrentes nos jornais locais as publicações que continham reclamações sobre a situação de desamparo em que se encontrava o serviço de abastecimento hídrico da cidade, além de fazerem solicitações ao poder público por meios de solucionar estes problemas. Como podemos observar, por exemplo, no pequeno artigo do jornal “O Despertador”, publicado em 1863, em que tratou dos inconvenientes de se ter que buscar água em lugares muito distantes, caso esta não estivesse mais disponível em quantidades suficientes nas fontes públicas da cidade.

Há bastante tempo que não chove e deste inconveniente resulta estarem as plantações quase torradas e a população desta capital está sentindo falta d’agoa potavel. Se continuar por mais alguns dias a falta de chuva, ir-se-há buscar agoa em lugares muito distantes, porque as pequenas cacimbas ou insignificantes mananciaes existentes não podem abastecer a população. Talvez deste mal, de que Deos nos preserve, resulte um bem, qual o de se cuidar na construção de um chafariz, com preferencia a quaesquer obras de aformoseamento ou recreio.³²⁶

Em diversas ocasiões, os presidentes da província ocuparam-se com a situação do abastecimento de água em Desterro, fosse em suas falas à Assembleia Legislativa ou nos Relatórios com que concluíam os períodos administrativos. Em março de 1849, no ato de abertura da sessão ordinária da referida Assembleia, Severo Amorim do Vale proferiu seu discurso, no qual afirmou que:

A recente seca, que semelhante, consta pelas informações das pessoas mais idosas, não ter havido, a cerca de 70 annos, veio despertar nosso lethargo a tal respeito. Vimos que as fontes publicas inteiramente secarão: outro tanto aconteceu á uma grande parte dos poços e fontes particulares; que o mesmo manancial do morro chamado Antão, deixara por dias consecutivos de

³²⁶ Sêca, *O Despertador*, Desterro, Sexta-feira, 6 de Novembro de 1863. Anno I. n. 85, p. 2.

prestar agoa para a pipa da Carroça, que a vende na cidade; e que os habitantes desta passavão encommodos para havel-a, no entretanto, que nenhuns meios tinha, nem tem a Presidencia para occorrer a esta primeira necessidade da saude, e da vida do povo.³²⁷

A referida fala, ademais, ponderou que, ainda que a província se ressentisse da necessidade de muitas outras obras, a construção de um chafariz na capital apresentava-se como a maior de todas elas. Isto porque, ao governo da província competia fazer recordar que não só no futuro, mas ainda no presente, estava a sua capital exposta a uma calamidade, no caso da repetição de secas. Devendo, portanto, de reclamarem os meios precisos para não terem de sofrer novamente os “horrores” da sede.³²⁸

Como podemos notar, mais uma vez, sublinhou-se a necessidade da construção de um chafariz, com preferência a qualquer outra obra de “aformoseamento” ou recreio, uma vez que se acreditava poder, este equipamento, solucionar os constantes problemas de abastecimento, bem como trazer maiores comodidades aos usuários deste serviço.

Os chafarizes públicos, como coloca Tedeschi, possuíam significados sociais importantes nas povoações, já no período colonial. Nos pedidos de concessão de títulos municipais na Capitania de Minas Gerais, no século XVIII, os chafarizes apareciam por vezes como motivo, ou como causa para a emancipação municipal. Em alguns casos, a existência dessas obras públicas demonstrava a capacidade dos moradores daquela localidade e, em outros, a sua falta justificava a criação da vila, que contaria com um governo local e recursos próprios para oferecê-la. Nesse sentido, os chafarizes públicos podiam ser usados como critério para valorizar a municipalidade e, ao mesmo tempo, legitimavam o exercício de um corpo político-administrativo capaz de provê-los.³²⁹

A implantação de equipamentos de distribuição das águas, mantinha-se estreitamente associada à imposição do órgão local. O espaço físico construído, bem como os serviços oferecidos a população,

³²⁷ Falla que o Exm. 3.º Vice-Presidente da Provincia de Santa Catharina, o Dr. Severo Amorim do Valle, dirigio á Assembleia Legislativa Provincial no acto d'abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de Março 1849. Cidade do Desterro, Typ. Provincial, 1849.

³²⁸ Idem.

³²⁹ TEDESCHI, Denise, op. cit., p. 176.

portanto, transpareciam o domínio, a estabilidade, a capacidade e a qualidade da povoação. Contudo, do mesmo modo que a existência destes equipamentos poderia servir para enaltecer a administração local, a ausência deles, como vimos no trecho transcrito acima, era motivo de desaprovação e constantes reclamações.

Em Desterro, os primeiros exames para o reconhecimento da possibilidade de se encanar as águas dos mananciais existentes no morro à leste da cidade, foram realizados, conforme a Lei n.º 189 de 30 de abril, no ano de 1844, no governo do então Presidente da Província Antero José Ferreira de Brito. Segundo o referido presidente, idealizava-se a construção de um chafariz, o qual pudesse reunir, a um ponto de convergência no centro da cidade, as águas disseminadas pela dita montanha. Sobre o custo da obra, ainda não havia clareza quanto ao real montante a ser despendido, uma vez que ele poderia variar de acordo com os diferentes projetos sendo que, de qualquer modo, demandaria o emprego de uma grande soma de contos de réis.³³⁰

Em 1849, no relatório com que entregou a presidência da província, Antônio Pereira Pinto expôs que, à poucas braças ao sul ou leste da cidade, podiam os seus habitantes deparar-se com uma volumosa cachoeira, de boa água, e que facilmente poderia ser transportada ao coração da capital com pouco dispêndio. Pereira Pinto também afirmou em seu relatório, que havia dado início a referida obra coadjuvado pelo engenheiro o Sr. Alvim, e esperava terminá-la em pouco tempo, se antes não tivesse sido desviado da alta gerência dos negócios públicos da província. Ainda assim, aconselhou ao seu sucessor na administração provincial que desse começo à obra, que tão vantajosa seria à esta parte da Ilha.³³¹

Em virtude do estabelecido no capítulo 8º do artigo 1º da Lei n.º 293, portanto, ficou determinado que se desse continuação à exploração das águas da montanha vizinha à Capital para a construção de um chafariz. Deste modo, no ano seguinte, João José Coutinho ao assumir a

³³⁰ Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, o Marechal de Campo Antero José Ferreira de Brito, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma provincia na abertura da sua sessão ordinaria, em o 1.o de Março de 1845. Cidade do Desterro, Typ. Provincial, 1845.

³³¹ Relatório com que o Excelentissimo Snr. Doutor Antonio Pereira Pinto, entregou a Presidencia da Provincia de Santa Catharina ao Exm. Snr. Doutor Severo Amorim do Valle. Terceiro Vice-Presidente della. Palacio do Governo de Santa Catharina, em 30 de Novembro de 1849. Cidade do Desterro, Typographia Provincial, 1849.

presidência, quis verificar a existência da cachoeira indicada por seu antecessor, da qual encontrou, em suas palavras “apenas uns pequenos olhos, os quaes todos reunidos mal darão um perenne anel d’agoa”.³³² Coutinho concluiu, neste sentido, que o engenheiro encarregado da exploração e nivelamento do terreno, fazendo os seus trabalhos em tempo chuvoso, tomou por abundantes nascentes as águas que eram pluviais. Todavia, o presidente da província sugeriu que novos exames fossem realizados, e que procurassem adquirir os terrenos em que se encontravam esses olhos d’água, para que, conservando-se as matas, pudessem saber se seria possível que tivessem água disponível o ano todo, em quantidade suficiente, se não para todos os usos, ao menos para dar de beber a já não pequena população da capital, ficando assim, as demais fontes para os outros misteres.³³³

Contudo, durante os anos seguintes, não foram verificadas mudanças circunstanciais no andamento da questão. Em outro relatório, no ano 1854, o presidente João José Coutinho afirmou que

Todos os dias fala-se na construção de um Chafariz nesta Capital; para se o fazer porem precisa-se primeiro saber donde virá a agoa, que alimente as bicas; e é para isso que peço 600\$000rs. Porque fazer-se o chafariz, para depois procurar a agoa, pode acontecer que se perca toda a construção, e a Província não está em circunstancias de arriscar grandes somas.³³⁴

Igualmente, no ano de 1855, Coutinho registrou que em execução à Lei n.º 362 foi decretada a construção de três chafarizes, bem como realizada a compra de “uns seis pedaços de terrenos”, com os quais foram despendidos 690\$000 réis. No entanto, verificou-se na época, que os terrenos do morro a serem desapropriados tinham “mais de mil braças”, e que os mesmos pertenciam a mais de quarenta proprietários, e que segundo o preço pedido por alguns destes, inclusive donos de prédios e outras benfeitorias existentes dentro da linha delimitada no projeto, o total

³³² Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, o Dr. João José Coutinho, dirigió á Assembléa Legislativa Provincial, no acto d’abertura da sua sessão ordinaria em o 1.o de Março de 1850. Desterro, Typ. Catharinense de Emilio Grain, 1850.

³³³ Idem.

³³⁴ Relatório do Presidente da Provincia de Santa Catharina, João José Coutinho, em 19 de Abril de 1854. Typ. Catharinense, 1854.

não poderia importar em menos de 45:000\$ réis, quantia muito superior à delimitada no artigo 2.º da Lei.³³⁵

Da mesma forma, o presidente da província salientou que, com 20:000 réis não se poderia construir um, quanto mais três chafarizes, pelo modo como parecia desejar a Assembleia, em vista do disposto nos artigos 5 e 6 da referida lei.³³⁶

No ano de 1856, deu-se, todavia, um impasse: não tendo sido consignada na Lei de orçamento vigente, quantia alguma para compra ou pagamento dos terrenos do morro do Antão, cuja desapropriação havia sido decretada pela Lei n.º 362, o presidente da província viu-se na necessidade de questionar a execução da dita lei. Neste sentido, propôs, portanto, que ou a lei deveria ser revogada para que os donos desses terrenos pudessem dispor deles livremente, ou que se consignasse, finalmente, uma quantia para a indenização, se ainda existissem os motivos para este fim. Além disso, se resolvesse a Assembleia dar seguimento à aquisição dos terrenos, advertiu o presidente Coutinho, da necessidade da nomeação de um guarda que os vigiassem, para que não tivesse continuidade a destruição do pouco mato que ainda existia naquele local.³³⁷

É significativo percebermos que, portanto, mesmo com as recorrentes referências às explorações e exame dos terrenos de onde poderiam provir as águas para o encanamento ao chafariz da cidade, aos orçamentos das quantias, e até mesmo à necessidade e relevância de uma obra como essa, nada ainda havia sido feito para que efetivamente pudesse se dar início as construções.

Dezesseis anos depois dos primeiros exames nos terrenos do morro a leste da cidade, a necessidade de se providenciar a respeito esteve mais uma vez presente nas narrativas dos administradores provinciais. Em relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial no ano de 1860, Francisco Carlos de Araújo Brusque, ao tratar da questão da água potável em Desterro, afirmou que a água estagnada dos depósitos que formavam os “chafarizes” do Campo do Manejo, da Carioca e da Palhoça constituíam a principal fonte que abasteciam a população da cidade. No

³³⁵ Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina, João José Coutinho, em 1.º de Março de 1855, Typ. Catharinense, 1855.

³³⁶ Idem.

³³⁷ Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina Dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto d'abertura de sua sessão ordinaria em o 1.º de Março de 1856. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1856.

entanto, a impureza e a péssima qualidade das águas que forneciam, eram elementos formidáveis de destruição e a origem de muitas enfermidades.

Deste modo, fazia-se necessário que fossem sanados estes males, apesar da argumentação do referido presidente, de que nas condições topográficas em que se encontrava a capital, não seria uma empresa fácil, além de custar alguns sacrifícios do cofre provincial. Para isto, deveriam ser levadas em consideração as dificuldades que impediam a junção dos pequenos regatos que corriam em desencontradas direções “na montanha que rodêa a cidade”.³³⁸ Além disso, segundo Araújo Brusque, a disposição e composição geológica do terreno, no que diz respeito aos cursos d’água, nunca havia sido tão parca como naquele momento lhe parecia.

Sobre a questão das matas, acrescentou:

A mão do homem, sem duvida, como atesta a sua obra de destruição nas derrubadas das matas da vizinhança da cidade, diminuiu a vegetação, e as aguas escassearão. A destruição destas florestas não só deu a esta cidade a escassez de agua potavel como tornou menos arejadas as correntes existentes. É a sombra das matas que as aguas, correndo frias, e em contacto com um ar mais oxigenado, dissolvem e acarretão consigo maior porção do gaz vivificador. A aquisição, portanto, de todas as vertentes donde emanão as aguas que correm na montanha que rodêa esta cidade é uma imperiosa necessidade.³³⁹

Podemos deprender, das palavras do presidente da província, a estreita relação que o mesmo julgava existir entre a destruição das matas da vizinhança da cidade – as matas do morro do Antão – e a conseqüente escassez de água potável, bem como a falta de “aeração” das correntes de água ali existentes. Para que, portanto, cessasse a derrubada das matas e melhor se aproveitassem as nascentes daquele local, a aquisição das terras do referido morro era uma imperiosa necessidade.

Segundo José Augusto Pádua, a consciência crítica diante da destruição ambiental costuma ser identificada como um fenômeno do

³³⁸ Relatório do Presidente da Provincia de Santa Catharina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1a sessão da 10a legislatura. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil, 1860.

³³⁹ Idem.

mundo contemporâneo, uma consequência das grandes transformações que acompanharam a expansão planetária da civilização urbano-industrial. Entretanto, trabalhos como o do citado historiador, demonstraram a importância de se retroceder em alguns séculos a discussão do processo de formação de uma consciência ecológica no universo da modernidade.

No Brasil dos séculos XVIII e XIX, a motivação política foi amplamente dominante entre os intelectuais que enfrentaram o problema ambiental. Pensadores como José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), Joaquim Nabuco (1849-1910) e André Rebouças (1838-1898), analisados por Pádua, de maneira geral, não defenderam o ambiente natural com base em sentimentos de simpatia pelo seu valor intrínseco, seja em sentido estético, ético, espiritual ou religioso, mas sim devido à sua importância para a construção nacional. Neste sentido, a natureza tinha importância enquanto fonte de recursos, os quais constituíam o grande trunfo para o progresso futuro do país, devendo ser utilizados de forma inteligente e cuidadosa.³⁴⁰

A linhagem dos primeiros críticos ambientais brasileiros, de igual maneira, fez de forma moderada o elogio da beleza e da grandeza do meio natural brasileiro, ao mesmo tempo em que não ignorou, e principalmente, não aceitou a sua destruição. O valor do mundo natural, desta forma, repousava especialmente na sua importância econômica e política, sendo a sua destruição interpretada como um signo de atraso, ignorância e falta de cuidado. O real progresso deveria considerar a conservação e correto uso do mundo natural que, por sua vez, apenas faziam sentido no contexto deste progresso. A natureza, portanto, era vista enquanto um objeto político, um recurso essencial para o avanço social e econômico do país.³⁴¹

De igual maneira, ainda que em menor escala, identificamos que a preocupação com as nascentes e as matas da área urbana de Desterro, evidenciadas nos documentos, não era outra senão com a sua importância enquanto fonte permanente de recursos. Da mesma forma que a sua destruição ou subutilização eram interpretadas como retratos do atraso, ignorância e falta de cuidado dos administradores municipais e provinciais.

³⁴⁰ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 13.

³⁴¹ *Ibidem*, p. 28.

Voltando ao assunto do projeto de construção de um ou mais chafarizes na freguesia, este difundiu-se, ainda, em outra esfera de atuação pública: a imprensa periódica.

Neste sentido convém destacar que, até a década de 30 do século XIX, ou até por mais tempo, o poder público, ou seja, os inúmeros funcionários civis e militares da administração, eram os principais elementos da elite em Desterro. Formavam, possivelmente, o único público capaz de ler os periódicos locais, ou aqueles trazidos pelas embarcações, de outras cidades. A partir do incremento do comércio, com a venda da produção agrícola pelo porto e da urbanização da capital, promoveu-se o aparecimento de uma nova elite, composta por comerciantes e armadores vinculados ao transporte de mercadorias. Esta, também, proporcionou a constituição de um novo segmento, independente do poder público, porém, muitas vezes, ligado a ele indiretamente. Este novo público leitor, portanto, pode ser percebido com mais nitidez a partir dos anos 50 do século XIX, o qual encontrou, nos periódicos da época, a continuidade das discussões com o poder público.³⁴²

Como destaca Joana Maria Pedro, os jornais de Desterro foram também, durante o século XIX, instrumentos do poder público. Por não haver, naquele tempo, diário oficial, os decretos, leis e atos oficiais eram publicados dos periódicos contratados para tal divulgação. Estes contratos de divulgação de atos oficiais, do mesmo modo, garantiam a sobrevivência dos periódicos. Muitos dos jornais que foram criados para defender certo partido ou candidato, apenas tinham sua sobrevivência garantida com a vitória deste.³⁴³

Ainda segundo a autora, por exemplo,

Quando, em 1850, passou a circular “O Novo Íris”, sua sobrevivência estava garantida pelo contrato de publicação de atos oficiais e das reuniões da Assembleia Provincial. Este periódico, ligado ao partido “cristão” ou conservador, iria substituir nas publicações oficiais, “O Conciliador”, ligados aos “judeus” ou ao partido liberal, que havia perdido as eleições locais e gerais.³⁴⁴

³⁴² PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro, 1831-1889*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995. p. 21.

³⁴³ *Ibidem*, p. 33.

³⁴⁴ *Ibidem*, p. 38-39.

Essa substituição dos jornais que publicavam os atos oficiais, portanto, foi uma constante, por todo século XIX. De igual maneira, o público que lia e comentava tais jornais, via-se tematizado nas páginas desses mesmos periódicos.

Os periódicos publicados em Desterro, especialmente na segunda metade do século XIX, através dos seus artigos, dirigiam-se a diferentes públicos. Os atos oficiais tinham como público alvo os súditos da coroa, transformados assim, em público do poder público, embora apenas uma minoria fosse capaz de ler. Os artigos político-partidários dirigiam-se ao público específico envolvido nessas disputas. Porém, é válido destacar, que nem só de questões políticas tratavam os periódicos. Discutiam questões morais, notícias, educação, comportamento ético. Prescreviam também as formas de ser “distinto” e “civilizado”.³⁴⁵

Outra interessante observação, desenvolvida por Joana Maria Pedro em seu trabalho sobre a imprensa de Desterro no século XIX, merece destaque. A autora afirma que muitas destas crônicas as quais tratavam de questões de comportamento, educação, etc., encontravam-se nas páginas interiores desses periódicos. Especialmente na primeira página, os artigos dirigiam-se a um público interessado na disputa político-partidária. Era aí que se encontravam, no caso dos jornais contratados, os atos oficiais: as nomeações, exonerações, discursos, atas das reuniões da Assembleia Provincial, etc. Faziam, portanto, uma alegoria da divisão entre o público e o privado. Nos jornais de oposição, a primeira página também era o local dos artigos de críticas ao Presidente da Província, à Assembleia Provincial e à Câmara Municipal, bem como aos deputados do partido contrário.³⁴⁶

Comportamento moral, posturas urbanas e limpeza da cidade eram temas recorrentes nos periódicos locais, tanto naqueles político-partidários quanto nos que se pretendiam literários. A abordagem desses temas nas páginas interiores dos jornais político-partidários, portanto, apontam para a contribuição destes na tentativa de delimitação entre as noções de público e privado. No entanto, como mostra a referida autora, no cotidiano de um jornal essas esferas não se apresentavam separadas de maneira tão rígida, e a sobrevivência privada dos jornalistas dependia, em sua maior parte, do poder público. Muitos redatores e/ou proprietários de jornais eram os que se candidatavam à Assembleia Provincial e ocupavam cargos públicos.³⁴⁷

³⁴⁵ *Ibidem*, p. 52.

³⁴⁶ *Idem*.

³⁴⁷ *Ibidem*, p. 54.

Como vimos, nos jornais de Desterro, no século XIX, eram publicadas as atas das sessões da Assembleia Provincial e da Câmara Municipal, as quais continham os mais diversos assuntos relativos à administração provincial e municipal, tais como a proposição e votação de projetos, discussão de matérias e temas considerados relevantes à ordem do dia.

Deste modo, na edição de 11 de abril de 1861 do “Mercantil”, foi publicada a ata da sessão de 4 de abril da Assembleia Provincial, na qual entrou em discussão o projeto que autorizava a construção de um chafariz nesta cidade. O Sr. Nunes Pires³⁴⁸, sustentando o empreendimento, julgou a obra tanto mais necessária e urgente, quanto havia sido recomendada em vários relatórios, além de acrescentar sobre a análise química das águas nas fontes públicas e a existência de substâncias nocivas a saúde pública. Quanto aos recursos para a obra, parecia-lhe que, sendo ela destinada ao bem público, devia-se fazer algum sacrifício, visto que fosse inegável que concorria o povo com grande soma do seu suor para os cofres públicos, e, portanto, tinha o direito a que se lhe retribuísse com alguma coisa de utilidade. O Sr. 1.º secretário também afirmou, conforme a ata publicada, não possuir dúvidas para votar a favor do projeto, cuja utilidade bem reconhecia, se os seus autores tivessem a intenção de adotar a medida aceita de mandar-se previamente levantar a planta e orçamento da obra. Ignorava, todavia, o fato de onde iria provir o dinheiro. Não obstante, o Sr. Lopes³⁴⁹ impugnou o projeto, tendo alegado para isto, o fato de que não havia dinheiro, mesmo reconhecendo a utilidade da obra. O Sr. Paiva³⁵⁰, defendeu-o, e fez ressaltar a sua urgente necessidade, a

³⁴⁸ Anfilóquio Nunes Pires. Professor, natural do Rio Grande/RS. Deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, por três vezes, no século XIX. MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. *Biografia Anfilóquio Nunes Pires*. 2018. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/64-Anfiloquio Nunes Pires](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/64-Anfiloquio_Nunes_Pires). Acesso em: 17 jul. 2018.

³⁴⁹ José Joaquim Lopes. Jornalista, natural da Bahia. Por meio de leilão judicial, adquiriu a “Tipografia Provincial”. Fundou os Jornais: “O Argos da Província de Santa Catarina”, (1856); “Conservador”, (1855); e “O Despertador”, (1863-1885). Deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, por seis vezes, no século XIX. MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. *Biografia José Joaquim Lopes*. 2018. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/555-Jose Joaquim Lopes](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/555-Jose_Joaquim_Lopes). Acesso em: 17 jul. 2018.

³⁵⁰ Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva. Padre, professor, fundador de colégios, jornalista, escritor, orador e literato, natural de Desterro/SC. Conhecido também

qual havia sido inclusive reconhecida pelo então presidente da província em seu relatório. Posto finalmente, o projeto à votação dos deputados, foi rejeitado.³⁵¹

Em sessão ordinária do mês de março de 1866, voltou à pauta de discussões da Assembleia Legislativa provincial o projeto. Desta vez, o argumento para seu adiamento foi a requisição dos exames necessários, afim de verificar se havia água suficiente para montar o chafariz, bem como a averiguação dos locais de onde ela poderia vir, e quanto poderia custar o encanamento da água e o referido chafariz. Na verdade, nenhum elemento que diferisse dos que já haviam sido discutidos tantas outras vezes, e repetidos numa rotina que parecia não ter fim. Não havendo mais quem falasse sobre o projeto, foi, mais uma vez, rejeitado.³⁵²

O projeto do chafariz, também foi tema do artigo publicado no jornal “O Despertador”, dirigido por José Joaquim Lopes Jr., em 1866. Ao escrever sobre a crescente deficiência dos meios pecuniários da província, o mesmo informava, ao público leitor, que a Assembleia Provincial havia autorizado a presidência da província a despender, se bem recordavam os redatores, cerca de 50 contos de réis, e até mesmo contrair algum empréstimo para fundar uma casa penitenciária, além de cuidar dos meios precisos para a construção de um chafariz, de modo a abastecer a população de água potável. Para isto, seriam adquiridos todos os terrenos do morro à leste da cidade, onde houvessem vertentes. Porém, tais autorizações, como dito: “desgraçadamente, não tiveram effeito; o dinheiro foi conservado em caixa até que se consumio em objectos de menor utilidade! [...]”³⁵³

Não fora dessa vez, portanto, que a administração pública, fosse no âmbito municipal, ou no provincial, traria mudanças significativas para a vida de todos em Desterro, aliviando o fardo secular do problema

como “Padre Paiva” e “Arcipreste Paiva”, redigiu para o jornal “O Novo Íris”, fundou o jornal “A Regeneração” e foi editor do “O Mensageiro”. Vereador, onze vezes deputado, presidente e vice-presidente na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, no século XIX. MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. *Biografia Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva*. 2018. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/941-Joaquim-Gomes-de-Oliveira-e-Paiva>. Acesso em: 17 jul. 2018.

³⁵¹ Assembléa Provincial, *O Mercantil*, Desterro, Quarta-feira, 11 de Abril de 1861. Anno I. n. 31, p. 2.

³⁵² Assembléa Legislativa Provincial, *O Mercantil*, Desterro, Sabbado 17 de Março de 1866. Anno VI. n. 517, p. 3.

³⁵³ O Despertador, *O Despertador*, Desterro, Terça-feira 9 de Janeiro de 1866. Anno IV. n. 312, p. 4.

de abastecimento de água. Este fato nos remete às considerações de Daniel Roche a respeito dos imperativos naturais e sociais aos quais estão sujeitos os modos de apropriação da água.

Como pudemos observar, em Desterro, as variações sazonais perturbavam os seus habitantes. Os períodos de dias quentes e secos, diminuía a quantidade de água disponível nas fontes. Para uma população urbana, não eram momentos fáceis de se atravessar, até mesmo aos carregadores de água que, como veremos a seguir, deviam abastecer uma população mais sedenta com uma água mais escassa. Da mesma forma, o consumo e as fontes se tornavam mais vigiados, o líquido mais disputado, e os desentendimentos mais frequentes. Sua captação e distribuição, portanto, encontravam balizas na natureza.³⁵⁴

Não podemos, igualmente, deixar de fazer menção a característica insular da freguesia do Desterro, como vimos no capítulo I deste trabalho, o que tornava as questões relativas ao abastecimento de água um tanto mais complexas, à medida que o século XIX avançava, dada a pouca abundância de água doce na Ilha.

Ademais, as dificuldades encontradas deviam se inscrever no balanço da estabilidade tecnológica. As maneiras de se construir as fontes, os materiais utilizados, que muitas vezes não eram os mais adequados, as bombas utilizadas para a captação, bem como os reparos que não eram feitos com a frequência de que necessitavam estes equipamentos, tudo isso contribuía para que o serviço não tivesse a qualidade desejada. Deste modo, o abastecimento inadequado e insuficiente evidenciava os laços pesados que ainda uniam a cultura material ao meio ambiente.³⁵⁵

Fosse, portanto, para os representantes da Câmara Municipal, Presidentes de Província, ou ainda, para muitos que, durante o século XIX, publicaram suas reclamações nos periódicos locais, havia uma crônica carestia de água na cidade, acrescida de fontes e córregos sujos e insalubres. Naquele período, a disponibilidade hídrica da região não era garantia de que todos os moradores pudessem dispor de água potável para suas necessidades diárias. Deste modo, como pudemos perceber, os problemas do abastecimento e a escassez de água potável eram muito mais questões de ordem social, política, administrativa e técnica, do que uma característica natural da cidade.

³⁵⁴ ROCHE, Daniel, op. cit., p. 206.

³⁵⁵ Idem.

3.1.1 A água do Estevão Brocardo e as fontes particulares

Diacronicamente, o sistema de abastecimento da freguesia do Desterro mudou pouco ao longo do século XIX. No entanto, embora as fontes públicas tivessem inegável função neste sistema, não eram o único meio de obter o líquido necessário. Algumas famílias mais abastadas e instituições, principalmente as religiosas, dispunham de pequenas fontes, ou poços, em seus terrenos para uso particular, além de poder comprá-la dos carregadores de água, o que garantia uma significativa comodidade. Deste modo, a elite local exercia seu poder também através do domínio das águas.

Este foi o caso da água que forneciam os tanques de pedra da chácara de Estevão Manoel Brocardo, localizadas no Campo do Manejo. Em abril de 1867, publicou-se no “*Despertador*”, a pedido do mesmo Estevão Brocardo, artigo no qual este comunicava aos leitores do jornal, a notícia de que alguém havia tomado a tarefa de desacreditar a água que, em carroças, expunha à venda. Desejando, por isto, provar ao público a sua boa-fé, e a convicção de que sua água valia, pelo menos, tanto quanto as outras que se vendiam pela cidade, Brocardo chamou uma comissão de médicos, composta dos Drs. José do Rego Raposo, Antonio José Sarmiento e Mello, Thomaz Silveira de Souza e Henrique Schutel, para que analisassem e pudessem atestar as qualidades de suas águas.³⁵⁶

Da análise destes médicos, isto é, do documento publicado junto ao comunicado de Brocardo, depreendeu-se serem de boa qualidade e potáveis as águas das nascentes em questão, todavia, as vasilhas em que a água do referido Sr. percorria as ruas da capital eram de péssima qualidade, de modo que lhe comunicavam um gosto que esta não possuía em sua nascente, como verificado. Por este motivo, afirmava Estevão Brocardo:

Hoje conheço que o vazilhame é mau, e comunica á agoa um sabor que esta não tem em sua nascente, e por isso dei já as providencias para novo vazilhame, na esperança de nada deixar a desejar ao respeitável público, o qual desejo convencer de minhas boas intenções.³⁵⁷

³⁵⁶ Á pedido, *O Despertador*, Desterro, Terça-feira 16 de Abril de 1867. Anno V. n. 442, p. 3.

³⁵⁷ Idem.

Apesar de ter encomendado a análise de suas águas, e de fazer publicar em jornal de circulação local os resultados que atestavam “13 palmos de água fresca, límpida e crystalina”, em um tanque construído e colocado “conforme as mais essenciaes regras de hygiene”, e de inclusive possuir “um vallo aberto em roda recebe as aguas pluviaes e as lança para longe para evitar que se infiltrem no tanque, e algumas arvores que se achão já plantadas convenientemente para impedir que os ardores do sol consumão a frescura que a boa agua deve ter”³⁵⁸, todavia não conseguiu, Estevão Manoel Brocardo, evitar que reprovassem a qualidade dos recipientes com os quais colocava suas águas a venda.

Outro caso que levaria novamente as águas de Estevão Brocardo a figurar nas páginas do jornal “O Despertador”, sucedeu-se no ano de 1878. De acordo com Brocardo, nesta ocasião,

um espirito malvado ou perverso, não trepidou para consecução de seus damnados intentos em mandar lançar dentro do deposito d’agoa do abaixo assignado uma quantidade de sabão amarello, afim de inutilisal-a; mas levado este facto ao conhecimento do Exm. Sr. Dr. chefe de policia, mandou proceder a inquerito que se não descobrio o malvado, que não recúa diante de meios tão ignobeis e infames para prejuducar ao signatario deste, comtudo patenteou a raiva ferina em que se estorce; porque bem sabe o publico que a primeira agoa potavel desta capital é a do infra-assignado, conforme as analyses chimicas feitas nesta cidade e na côrte do Rio de Janeiro, de todas as agoas potaveis, pelo preparador do gabinete de chimica da Escola Polytechnica, e aqui publicadas nos periodicos Despertador e Conservador.³⁵⁹

Não haveria ocorrido dano maior à população, neste caso, pois o referido proprietário do depósito de água o teria “imediatamente” esvaziado, uma vez que costumava conservar sempre a “agoa pura e cristalina”. Desta maneira, aventamos a possibilidade de que Brocardo tenha escrito ao jornal, não apenas para “patenteiar ao publico as

³⁵⁸ Idem.

³⁵⁹ Publicação a pedido, *O Despertador*, Desterro, Terça-feira 27 de Agosto de 1878. Anno XVI. n. 1.615, p. 4.

providencias que tomou em pról da população desta cidade”³⁶⁰ diante do fato ocorrido em suas fontes, mas, sobretudo, para que não deixassem de consumir as águas que vendia em carroças pela cidade, o que poderia ser prejudicial ao seu negócio.

No trecho acima transcrito, Brocardo também se refere às análises químicas feitas na cidade do Rio de Janeiro e aqui publicadas nos periódicos “Despertador” e “Conservador”. Trata, este relatório, do resultado dos exames realizados nas amostras das águas coletadas de cada um dos poços ou “cariocas” das quais a população de Desterro se utilizava, a pedido do ex-presidente da província, Alfredo De Escragnolle Taunay, em 1878. Taunay, o enviou pessoalmente ao diretor do “Despertador”, José J. Lopes Jr., para que este o publicasse em seu periódico, acompanhado da seguinte mensagem:

Ahi vai uma apreciação da agua extrahida das diferentes *cariocas* do Desterro, questão que sem duvida alguma interessa especialmente a todos os habitantes da localidade, entendendo com a saude publica.

“As analyses conscienciosas e que me mereceu toda a confiança, forão feitas pelo intelligente preparador do gabinete de chimica da Escola Polytechnica, o Dr. Augusto Carlos da Silva Telles, actualmente membro do pessoal docente d’aquelle estabelecimento de instrução superior.

“A seguirem os moradores dessa capital os facéis conselhos que dá aquelle professor, poderão gozar com segurança de excellente agua potavel. [...]”³⁶¹

Foram doze os reservatórios de água analisados, dentre eles as três fontes públicas da capital, os poços da propriedade do Estevão Brocardo, além de outros poços de particulares que também vendiam suas águas na cidade. A saber:

- N. 1 Estevão Manoel Brocardo
- N. 2 Dr. Joaquim Augusto do Livramento
- N. 3 Estanislao Valerio da Conceição
- N. 4 Fortaleza de Sant’Anna
- N. 5 Hospital de Caridade

³⁶⁰ *Idem.*

³⁶¹ Águas potaveis, *O Despertador*, Desterro, Sexta-feira 24 de Maio de 1878. Anno XVI. n. 1.590, p. 4.

- N. 6 Carioca do Largo do General Osorio
- N. 7 Carioca (largo do mesmo nome)
- N. 8 Carioca do Largo do Coronel Fagundes
- N. 9 Fernando Hackradt
- N. 10 Manoel Tavares
- N. 11 José Ramos da Silva
- N. 12 Manoel Luiz do Livramento.³⁶²

No relatório de Silva Telles, químico da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, as águas de poço eram consideradas, em geral, impróprias para os usos ordinários, ou por serem “mal arejadas”, ou por serem “infectadas por infiltrações de líquidos nocivos e águas carregadas de matérias orgânicas”. O que nos faz lembrar, de antemão, as mesmas conclusões as quais chegou o engenheiro João de Souza Mello e Alvim, em seu relatório de 1849. Atendendo que as análises pudessem ser favorecidas por essas circunstâncias, advertiu Silva Telles que necessário seria conhecer, portanto, as condições em que foram extraídas as águas enviadas para a análise.

Em geral, os estudos feitos destas águas de Desterro possibilitaram ao químico considerá-las “*suficientemente* puras para que possam ser usadas como *potáveis*.”³⁶³ Apresentavam característica límpida; dissolviam bem o sabão; quando fervidas não se tornavam turvas; guardadas durante algum tempo conservavam-se inodoras, sem sabor pronunciado e sem depósito de matérias orgânicas. Das águas analisadas, apenas a da Fortaleza de Sant’Anna apresentava-se nociva aos usos ordinários, pela excessiva quantidade de “gaz carbônico e por conter materias organizadas”, podendo servir apenas para lavagem.³⁶⁴

A água do poço de Estevão Manoel Brocardo, n.º 1., conservava sua limpidez durante a ebulição, apresentando todas as condições de uma boa água potável. Somente continha pequeno excesso de matérias orgânicas, inconveniente este que poderia se evitar pelo emprego de filtros, os quais, segundo Silva Telles, poderiam ser construídos o mais economicamente possível. Quanto à água n.º 2, do poço do Dr. Joaquim Augusto do Livramento, os resultados apresentaram as mesmas características que as da água n.º 1, ainda que nesta água a quantidade de substâncias orgânicas parecesse predominar em maior número, todavia o emprego de filtros apropriados poderia evitar este mal.

³⁶² Idem.

³⁶³ Idem.

³⁶⁴ Idem.

Quanto às demais águas, de números 3 ao 12, Telles afirmou apresentarem as mesmas propriedades das duas primeiras, acima indicadas podendo ser utilizadas se observadas certas precauções, como: “conservação de esmerada limpeza nos poços e filtração, afim de evitar as materias em suspensão, que podem muitas vezes comprometer a saúde”.³⁶⁵

Interessante observar, que por diversas vezes, a leitura das notícias veiculadas nos jornais de Desterro deixa claro o caráter insalubre que a água poderia assumir quando estagnada. Estar perto de água considerada suja, significava estar perto de doenças. Por outro lado, a proximidade com a água também era valorizada nos anúncios de jornais. Assim como terrenos, pomares, chácaras e casas, a disponibilidade de água aparece de forma recorrente nos anúncios como um atributo positivo dos imóveis anunciados.

Em 11 de março de 1851, por exemplo, anunciava-se a venda, na rua do Mato Grosso, da

chácara n.º 19, pertencente ao Padre João de S. Boaventura Cardoso. Tem 62 braças de frente com 80 de fundo: boa caça de vivenda para huma família, com senzala separada para escravos; pasto fechado para hum animal, com agoa dentro; e poderá servir para trez animaes, querendo servir-se do cercado que corta e atravessa a chácara no meio de frente ao fundo. Tem tanque, e agoa para lavar vinda do morro; excellente agoa para beber em duas partes. Tem actualmente mais de 600 bananeiras, muitas parreiras, lorangeiras, hum cafezal para grande família e arvoredos de diferentes qualidades. Quem apretender falle dentro da mesma chácara.³⁶⁶

Na seção de anúncios do “Mensageiro”, em 22 de março de 1857, vendia-se a casa n.º 28 na rua do Senado, com cômodos para família e negócio, “e com agoa dentro”.³⁶⁷ Já, no “Cruzeiro”, em 30 de agosto de 1860, anunciava-se a venda, por “preço comodo” de uma pequena chácara

³⁶⁵ Idem.

³⁶⁶ Anuncios, *O Novo Íris*, Desterro, Terça Feira, 11 de Março de 1851. Anno I. n. 102, p. 4.

³⁶⁷ Anuncios, *O Mensageiro*, Desterro, Domingo, 22 de Março de 1857. Anno II. n. 153, p. 4.

situada na Rita Maria, “com caza de morada boa agua e excellente poço com bomba, e alguns arvoredos [...]”³⁶⁸ Chama atenção, igualmente, o anúncio do “Mercantil”, de 15 de fevereiro de 1866, o qual informava estar à venda uma chácara, no lugar denominado Rita Maria, “com desesseis braças de frente e fundos até o mar, com uma caza regular, tendo agua de beber muito excellente encanada até o mar [...]”³⁶⁹

Ademais, em outra parte da cidade, em 30 de abril de 1868, vendia-se um terreno na rua do “Menino Deos, canto do Largo do Quartel com principio de uma casa de sobrado, edificada com profundos alicerces, grossas paredes de bom material e oito portalladas de pedra de cantaria. Tem de frente 75 palmos e de fundo 102, contém dentro um poço com excellente agoa [...]”³⁷⁰

Em 12 de julho de 1878, “O Despertador” anunciava um “bom empate de dinheiro”: a venda de duas moradas de casas contíguas, situadas na rua Aurea, n^{os} 14 e 16 as quais faziam “canto” a rua do Desterro, eram construídas de boas madeiras, possuíam bons cômodos para família e negócio, e tinham “bôa agoa do poço, que nas maiores seccas não faltão. [...]”³⁷¹

Torna-se evidente, portanto, que a referência à água entre os demais elementos que valorizavam as propriedades a serem vendidas ou alugadas, pode ser interpretada como tradução da importância que se dava, à época, a presença de uma fonte ou poço d’água nas proximidades da moradia, fosse ela uma chácara, um sobrado, ou uma casa térrea.

Destarte, podemos inferir que os indivíduos e as famílias de maiores posses dispunham, sobretudo, de mão de obra como criados e escravos, e de recursos materiais para garantir a aquisição e o transporte de água de melhor qualidade. Enquanto estes habitantes podiam até mesmo discutir nos espaços do poder público pelos usos da água, os mais pobres acabavam ficando com a água que lhes restava nas fontes públicas. A qual, como vimos, nem sempre podia ter as suas qualidades de potabilidade asseguradas. Por vezes, ainda, em meio às aglomerações que

³⁶⁸ Anúncios, *O Cruzeiro*, Desterro, Quinta-feira, 30 de Agosto de 1860. Anno I. n. 50, p. 4.

³⁶⁹ Anúncios, *O Mercantil*, Desterro, Quinta-feira 15 de Fevereiro de 1866. Anno VI. n. 510, p. 4.

³⁷⁰ Anúncios, *O Mercantil*, Desterro, Quinta-feira 30 de Abril de 1868. Anno VIII. n. 728, p. 4.

³⁷¹ Anúncios, *O Despertador*, Desterro, Sexta-feira 12 de Julho de 1878. Anno XVI. n. 1.602, p. 4.

se formavam naqueles equipamentos, era preciso que disputassem se quisessem obter quantidades suficientes do líquido.

3.2 Coletar, transportar e conservar: as formas de apropriação da água potável

Entre a fonte e o consumo doméstico havia a necessidade da coleta, transporte e distribuição da água entre os moradores. Deste modo, a ausência de um sistema capaz de captar a água dos poços e levá-la até as residências era suprida por uma outra rede que ligava esses dois pontos: trabalhadores pobres livres, mulheres e escravos, que com suas vasilhas, pipas e baldes circulavam pela cidade a fim de garantir o líquido necessário para si, ou para vende-lo.³⁷² Conviveram, portanto, na paisagem urbana da Desterro oitocentista, ao lado dos suportes de abastecimento, outros hábitos e práticas na busca rotineira pelo bem natural.

Das fontes públicas e poços particulares às moradias, carregadores de água e/ou escravos marcavam o cotidiano da cidade com seus itinerários relacionados à coleta de água. Como considerou Denise Sant'Anna, funcionavam como uma espécie de “aparelhos vivos” para o conforto e a limpeza das residências, ao trazer a água para ser utilizada e levar embora a que não tinha mais serventia, função que, mais tarde, caberia aos canos e às tubulações. De igual maneira, os animais de carga também serviam como uma “adutora ambulante”, principalmente para os vendedores de água. Destarte, a força de trabalho humana garantia aquilo que os proprietários consideravam ser uma boa provisão de água potável dentro das residências.³⁷³

Importante fonte de abastecimento da população urbana, as cariocas públicas constituíam-se em espaços característicos de sociabilidade, uma vez que por ali iam e vinham muitas e diferentes pessoas. Assim como coloca Roche, enquanto o fogo individualizava, no interior das residências, exceto em casos de incêndio, a água reunia tanto em sua produção quanto em seu consumo, já que impunha encontros regulares, conversas e, não raras vezes, conflitos. Jean-Jacques Rousseau, em seu *Essai sur l'origine des langues*, via na relação rural dos humanos

³⁷² DINIZ, José Nilo B. Abastecimento de água no Brasil setentrional: a gestão hídrica em Aracati (século XIX). *Agua y Territorio*, Universidad de Jaén, Espanha, n. 11, p. 10-21, jan/jun 2018.

³⁷³ SANT'ANNA, Denise, 2007, op. cit., p. 98.

com as águas uma das maiores imagens da comunicação, no ponto de partida da linguagem e das civilizações.³⁷⁴

Nas diferentes formas de acesso à água, são demonstradas tanto maneiras de viver quanto tipos de sociabilidade: fontes públicas de uso coletivo reuniam, diariamente “vizinhos e vizinhas, criados, usuários de toda a espécie, que ali transmitiam verdadeiras e falsas notícias, marcavam encontros galantes. Ali brigavam e se reconciliavam. Por toda parte eram monumentos erguidos à água rara e à urbanidade coletiva.”³⁷⁵ O fato de serem edificadas e administradas pela municipalidade, disponibilizando livre acesso à água, não tornava esses espaços isentos de conflitos, pelo contrário, eram constantes as reclamações à qualidade do serviço prestado, à conservação das fontes públicas e ao mau uso que delas se fazia.

Usos considerados indevidos da água eram motivo de reclamações para com as autoridades públicas, e também de proibições legais, como vimos nos Códigos de Posturas Municipais. Mas o significado do ‘indevido’, ou do que era o certo a fazer no que se refere à posse da água potável, podia variar de acordo com as riquezas e as influências dos reclamantes.³⁷⁶ Algumas contravenções ocorridas em torno das fontes públicas justificavam a colocação de sentinelas e guardas para as mesmas.

Em 7 de agosto de 1838, por exemplo, em nome da Câmara Municipal de Desterro, o vereador Miguel Joaquim do Livramento, oficiou a João Carlos Pardal, presidente da província, pedindo que o mesmo desse ordens para que houvesse sentinelas que efetivamente vigiassem a conservação e a limpeza das fontes públicas do largo do Senado e do Campo do Manejo, com a finalidade de acautelar as desordens que a concorrência de escravos naqueles lugares costumavam ocasionar.³⁷⁷ Em resposta, o referido presidente, ordenou que fosse fornecida uma sentinela efetiva na fonte do Campo do Manejo, e que a do

³⁷⁴ ROCHE, Daniel, op. cit., p. 197.

³⁷⁵ Ibidem, p. 201.

³⁷⁶ SANT’ANNA, Denise, 2004, op. cit., p. 88.

³⁷⁷ Ofício de Miguel Joaquim do Livramento, para o Brigadeiro João Carlos Pardal, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 7 ago. 1838, p. 58. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Largo do Senado fosse “amiudo rondada, tanto de dia como de noite pela Força Policial”.³⁷⁸

Ainda no primeiro quartel do século XIX, em 26 de janeiro de 1839, Miguel Joaquim do Livramento enviou novamente officio ao presidente da província, João Carlos Pardal, informando que, tendo o seu fiscal oficiado à Câmara a respeito do “abuso” que efetivamente se observou na carioca do Campo do Manejo, pelo qual havia deixado de correr água pelas bicas na atual “calmoza estação”, rogava a mesma Câmara ao presidente, a providência de colocar uma sentinela efetiva naquela fonte, “para o fim de evitar na prezente estação a continuação de um tal abuso, que tanto he escandalozo como prejudicial a abastança d’agoa aos vezinhos d’aquelle lugar.”³⁷⁹ Em resposta à Câmara Municipal, João Carlos Pardal informou que

Não havendo Tropa com que se possa fornecer a sentinela effectiva que V. Mces reclamão para a Fonte do Campo do Manejo pelo seu Officio de 26 do corrente tenho ordenado ao Commandante da Força Policial que faça rondar aquella Fonte para impedir-se o abuso que Vmces ponderão.³⁸⁰

A obtenção de água fresca, ao mesmo tempo, implicava em fugir dos horários de sol a pino: tanto nas fontes públicas, quanto nos reservatórios particulares, a água que ainda não havia sido esquentada pelo sol era a preferida. Conforme descreve Oswaldo Cabral, o fiscal lá não ia, de madrugada ou em outras horas do dia, pois teria de passar ali o dia inteiro a cuidar de toda a gente que, já cedo, ia em busca do líquido. Escravos ou trabalhadores negros e/ou pobres eram, aliás, as pessoas que conseguiam beber um pouco de água limpa e fresca nessas fontes. Além do mais, como nos conta Cabral:

³⁷⁸ Registro de officio de João Carlos Pardal, Presidente da Província, para Câmara Municipal de Desterro. Desterro, 9 ago. 1838, p. 65. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

³⁷⁹ Officio de Miguel Joaquim do Livramento para o Brigadeiro João Carlos Pardal, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 26 jan. 1839, p. 8-9. Offícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

³⁸⁰ Registro de officio de João Carlos Pardal, Presidente da Província, para Câmara Municipal de Desterro. Desterro, 28 jan. 1839, p. 6v. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

não deixava de ser muitíssimo divertido todo aquele ajuntamento de negros e negras, com os seus potes e barris, esperando ou disputando a vez e a primazia, pois as filas não haviam sido ainda inventadas. Entre chalaças e risos, [...] tratavam de colher o que havia, se pudesse ser água limpa tanto melhor, se não pudesse, paciência. [...] Regressavam às suas casas, com seus potes à cabeça ou ao ombro, comentando o banho tomado pelo companheiro, naquela mesma água que levavam aos seus senhores para que a bebessem. Porque, mesmo quando isto acontecia, não se jogava água fora. Ela era pouca, escassa, e nem todos eram tão ricos para possuírem cariocas próprias em suas chácaras, ou poços cuidados em seu quintal, de onde fornecessem e acudissem às necessidades de algum amigo mais chegado.³⁸¹

Ir às fontes públicas buscar água depois das 18h era, por um lado, uma maneira de não prejudicar o serviço durante o dia, ou de estender a jornada de trabalho noite a dentro. Por outro lado, esta prática, não deixava de cobrir as mulheres pobres, carregadoras de água, de suspeitas morais contrárias às suas virtudes. Já o trajeto de retorno às residências, com os vasilhames cheios de água, era melhor se feito durante a parte mais fresca da manhã, como vimos, distante do sol forte, ou quanto ele já havia se posto. Segundo as observações de Sant'Anna, quando não havia outro jeito e era preciso buscar a água durante as horas mais quentes do dia, evitava-se tomar a água morna, despejando-a, sempre que possível, em recipientes de barro e deixando-a descansar por um tempo, em local fresco à sombra. Antes de a água ter sido canalizada, portanto, havia uma série de trabalhos e até mesmo delicadezas para com o seu transporte, coleta e “descanso”, que mais tarde foram se tornando desnecessários.³⁸²

Em 1843, o ajuntamento motivou a Câmara a oficializar ao presidente da província, para que este mandasse colocar “huma patrulha ou sentinella no largo da Caixa d'agoa da Carioca, desd'ó anoitecer até ao toque do sino Policial, para evitar os ajuntamen(tos), assoadas, e actos immoraes, de escravos que aquella hora, ali reunem todas as noites

³⁸¹ CABRAL, Oswaldo, op. cit., p. 489.

³⁸² SANT'ANNA, Denise, 2007, op. cit. p. 74.

quando vão buscar agoa”.³⁸³ Em resposta à Câmara, Antero J. Ferreira de Brito, o presidente à época, informou que não havendo força bastante, nem “Policial”, nem de “Linha”, para fornecer patrulha ou sentinela que pelo officio lhe foi requisitada para o “Largo da Caixa d’agoa da Carioca”, tem, contudo, ordenado que essa e a outra fonte sejam, amiúde, rondadas, “para evitarem-se os maus actos que VM.ces mencionam”.³⁸⁴

Muitas das brigas em torno das fontes também se deviam às disputas entre aqueles que buscavam a água para a venda e aqueles que a procuravam para a própria subsistência. Por vezes, as próprias fontes tornavam-se vítimas dos eventuais conflitos. Havia, ainda o furto de canos, torneiras, bicas, e avarias nas bombas hidráulicas, efetuadas pelos moradores da cidade em virtude do uso contínuo, o que frequentemente resultava no mal funcionamento do equipamento.

Segundo publicação do jornal “O Mercantil”, de fevereiro de 1866, a falta d’água potável na capital havia aumentado com a resolução tomada pela Câmara Municipal de conservar fechada uma das cariocas públicas, onde apenas os galés possuíam o privilégio de ir tirar água para o serviço da cadeia. Parecia-lhes, contudo, impossível que a Câmara municipal tivesse dado semelhante ordem, que vinha “augmentar a afflicção ao afflicto.”³⁸⁵ Conforme a publicação, diziam ainda,

mas custa nos a crer, que a câmara assim procedera para não estragar se a bomba daquella carioca!! Será possível semelhante economia?! Pois a câmara municipal que recebe do povo tantos impostos não terá meios para mandar colocar alli duas ou tres bombas e mandal-as concertar todas as vezes que ellas se arruinarem?³⁸⁶

Em janeiro de 1869, a câmara considerava ser de urgente necessidade a conservação de uma sentinela permanente na “carioca desta

³⁸³ Offício de Francisco Duarte Silva, para o Marechal Antero José Ferreira de Brito, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 6 set. 1843, p. 84. Offícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

³⁸⁴ Registro de ofício de Antero José Ferreira de Brito, Presidente da Província, para Câmara Municipal de Desterro. Desterro, 9 set. 1843, p. 6v. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

³⁸⁵ Falta d’água, *O Mercantil*, Desterro, Quinta-feira 15 de Fevereiro de 1866. Anno VI. n. 510, p. 3.

³⁸⁶ Idem.

cidade”, também conhecida como a fonte da Carioca, para evitar que fosse deteriorada a bomba que a mesma havia acabado de mandar colocar para facilitar o abastecimento de água potável; assim como para vigiar para que “não depositem materias nocivas na caixa de deposito d’agua”. Por este motivo, diante do exposto, a câmara solicitava ao presidente da província dar as suas ordens para o fim indicado, “quer seja de policia quer da guarda nacional destacada”.³⁸⁷ Como resposta, o secretário da presidência, João Cezario dos Santos, por ordem do presidente da província, comunicou à Câmara que haviam sido expedidas as necessárias ordens para ser colocada uma sentinela da “Força Policial na Carioca desta Cidade”.³⁸⁸

Não se pode saber ao certo, como e porque os desterrenses consideravam a Fonte da Carioca a melhor das três fontes públicas, pois, como pudemos observar nos relatórios que atestavam a potabilidade de suas águas, todas elas tinham as mesmas qualidades. Apesar da opinião de considerá-la, frequentemente, como a principal carioca da cidade, não havia mesmo diferença entre uma ou outra água, sendo o regime de qualquer uma delas considerado pouco limpo.³⁸⁹ Tem-se registro, inclusive, da tentativa empreendida pela Câmara Municipal em 1830 para transformar as fontes públicas da cidade em chafarizes, tendo encarregado, para este fim, o “Major Engenheiro Beligarde”. Os trabalhos já haviam sido iniciados na primeira obra, a da Fonte da Carioca, contudo, faltaram “as forças por que o trabalho e a despeza” eram grandes, de modo que foram abandonados os projetos pelo débil estado das rendas municipais.³⁹⁰

Do mesmo modo, é interessante observarmos que, se com efeito, de tempos em tempos, as disputas pela água tomavam a forma de brigas entre os frequentadores das fontes e contavam com a intervenção da polícia, a presença destes equipamentos podia tanto valorizar os terrenos a eles vizinhos como, ao contrário, contribuir para deles afastar as

³⁸⁷ Ofício de Manoel José de Oliveira, para Carlos Augusto Ferraz de Abreu, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 22 jan. 1869, p. 6. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

³⁸⁸ Registro de ofício de João Cezario dos Santos, Secretário da Presidência da Província, para Câmara Municipal de Desterro. Desterro, 25 jan. 1869, p. 50. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

³⁸⁹ CABRAL, Oswaldo, op. cit., p. 490.

³⁹⁰ Ofício de Anacleto José Pereira da Silva, para Miguel de Souza Mello Alvim, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 16 fev. 1830, p. 4. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

famílias abastadas que porventura residiam próximas a estes conhecidos locais de aglomeração. Se não afastava, ao menos era motivo de numerosas reclamações e queixas à Câmara Municipal e seus representantes. Temos conhecimento do ofício que Miguel Joaquim do Livramento enviou para o presidente da província, em 23 de novembro de 1839, a respeito da comunicação que recebeu do fiscal desta cidade. Esta, tratava do

abuso que os moradores do Campo do Manejo e do Largo do Senado tem feito das Caixas d´Agoa alli edefficadas, lavando roupas debaixo das bicas, originando-se por iSo o desperdiço d´agoa para consumo diario dos moradores d´esta Cidade, alem da falta de aceio que se observa nas bacias das bicas [...]³⁹¹

Desta forma, rogava à autoridade provincial a providência de dispor duas sentinelas “rondantes”, de dia e de noite, naqueles lugares a fim de evitar os considerados “abusos”.³⁹²

No entanto, é importante destacarmos, que as fontes públicas devem ser consideradas, da mesma forma, enquanto espaços de intensa troca de informações, e não unicamente de eclosão de conflitos entre escravos. A imprensa e os documentos oficiais e de natureza policial tendem a chamar a atenção sobre estes locais de coleta de água unicamente nos momentos de desentendimentos, depredação ou de necessidade de vigilância. Mas, ao longo das décadas, havia, igualmente, inúmeros momentos de calma nestes locais, ou ainda, da rotina dos encontros de adultos e de crianças, sem confusões que merecessem a intervenção policial.³⁹³

Durante o período estudado, nos ofícios trocados entre a Câmara Municipal e o Presidente da Província, bem como nas publicações dos periódicos locais, há diversas alusões à necessidade de concertar as torneiras e as bombas hidráulicas das fontes públicas, ou, até mesmo, da aquisição de novas torneiras. Numa época em que as torneiras não eram ainda comuns, obtê-las exigia tempo, e em Desterro, costumava-se

³⁹¹ Ofício de Miguel Joaquim do Livramento, para o Marechal Francisco José de Souza Soares de Andrea, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 23 nov. 1839, p. 41. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

³⁹² Idem.

³⁹³ SANT´ANNA, Denise, 2007, op. cit., p. 99.

mandar trazer de cidades maiores, como do Rio de Janeiro. Todavia, é válido lembrar, que nem sempre os rendimentos da municipalidade podiam cobrir as suas mais prementes despesas. Conforme coloca Denise Sant’Anna, em São Paulo, na década de 1870, uma torneira de bronze, por exemplo, com “capacidade competente a uma pena d’água”, deveria ser feita numa casa de fundição e demorava, no mínimo, uma semana para ficar pronta.³⁹⁴

Já no final do século, temos notícia da colocação, no ano de 1886, de uma “torneira metálica” que, sob a iniciativa de um particular, Antonio Francisco Moreira, e “concurso de muitos dos cidadãos” que como este, habitavam as “adjacências do largo do Brigadeiro Fagundes” havia sido inaugurada “no serviço da caixa d’água existente n’esse largo”.³⁹⁵ À pedido do referido Sr. Moreira, o jornal “Regeneração” publicou, na época, o balancete relativo à colocação da nova torneira na dita fonte, acompanhado da seguinte declaração:

Não foi em dous dias e muito menos sem esforço algum, como o entendêra o noticiarista do Jornal, que conseguiu-se effectuar esse melhoramento, aliás de ordem publica; por isso que sendo insufficiente o quantitativo arrecadado, teria eu aberto mão do meu proposito, si não fôra o distincto cidadão e laborioso profissional, Sr. Jeronymo Noceti, tomar a si, incondicionalmente, a factura da referida torneira, que é, relativamente, objecto de grande valôr.³⁹⁶

Segundo a publicação do jornal, portanto, a quantia arrecadada entre os habitantes interessados havia sido insufficiente para a feitura da torneira, tendo arcado com os gastos o referido Sr. Jeronymo Noceti. Por fim, na prestação de contas, o montante arrecadado totalizou 44\$000 réis. Destes, 35\$000 réis foram gastos com o serviço de pedreiros na caixa d’água, \$200 réis com um requerimento à Câmara Municipal (selo), e 8\$800 com o que gratificou-se o Sr. Noceti pelo fabrico da torneira.³⁹⁷

Interessante observar que um objeto técnico, como a torneira, contribuiu também para criar novas noções em relação ao uso da água,

³⁹⁴ Idem, p. 81.

³⁹⁵ Publicações a pedido, *Regeneração*, Desterro, Quinta-feira 30 de Setembro de 1886. Anno XVIII. n. 215, p. 2.

³⁹⁶ Idem.

³⁹⁷ Idem.

bem como facilitar e ao mesmo tempo estimular medidas de economia, necessárias em tempos de escassez. Da mesma forma, materializava o desejo de algumas autoridades públicas de regar o consumo de água. É claro que sem a torneira, a medida de economia podia ser resolvida com um pedaço de madeira que bloqueasse a saída do líquido. Entretanto, o advento da torneira promove um modo específico de controle sobre a quantidade de água coletada e gasta individualmente. Do mesmo modo, com a gradativa naturalização dos gestos necessários para abri-las e fechá-las, estimulou-se a individualização da coleta do líquido, afirmando-o como um bem pessoal. Diferente de ir apanhar água em tanques, poços, rios, ou do uso de canaletas em bicas, a torneira representava a conquista de um novo controle sobre o volume de jorro do líquido, reforçando o sentimento de posse individual de certa quantidade de água, de acordo com cada circunstância.³⁹⁸

Contribuía, portanto, para fomentar a noção de que a água é um bem privado, e de que cada um é responsável por este equipamento após o uso, tendo que fechá-la. Por outro lado, havia também reclamações, pois com as torneiras se tornava mais difícil a obtenção de água, uma vez que cada coletor precisava esperar para obter a quantidade desejada do líquido sempre que ela for aberta. Daí também resultavam os descontentamentos. Antes do uso das torneiras em chafarizes públicos, quando a fonte natural secava, o descontentamento daqueles que precisavam de água se voltava contra a natureza. No entanto, quando era a torneira que “secava”, a culpa tendia a se voltar para os responsáveis pela instalação deste aparelho.³⁹⁹

Além dos problemas da escassez, e da impureza das águas, sempre presentes, não eram raros os casos em que os moradores mais abastados da cidade procuravam monopolizar as águas de determinada região, recorrendo aos meios necessários para confirmar a exclusividade de suas posses. Em 1849, o Major Joaquim José Ribeiro Maiato, tentou impedir os moradores do seu bairro de se servirem da fonte pública que havia nos fundos do seu terreno. O caso foi levado às audiências da Câmara Municipal, de modo que entendeu o Sr. Presidente da Câmara que por ter “o major Maiato usurpado e tapado huma fonte publica, se ordenasse ao fiscal, e procurador desta câmara afim de mandarem ao dito Maiato para que em hum praso rasoavel restitua ao seu antigo estado a mesma fonte.”⁴⁰⁰ De igual maneira, comunicou o fiscal da Câmara, ter

³⁹⁸ SANT’ANNA, Denise, 2007, op. cit., p. 81.

³⁹⁹ SANT’ANNA, Denise, 2002, op. cit., p. 105.

⁴⁰⁰ Camara Municipal, O Conciliador Catharinense, Desterro, Sabbado, 28 de Julho de 1849. Anno I. n. 24, p. 2.

intimado o referido Major sobre a deliberação para que este demolisse o muro que havia feito sobre a fonte de que se utilizavam as pessoas nos fundos do seu terreno.⁴⁰¹

Ao analisarmos as relações entre os usos da água potável em Desterro e os seus habitantes, não podemos deixar de tratar dos recipientes relacionados ao transporte, armazenamento e consumo do líquido no cotidiano. Barris, pipas, filtros de barro, cuias, potes, jarros, cocos, baldes, etc..., a variedade de utensílios e materiais utilizados é um testemunho da riqueza da cultura técnica e material do passado.⁴⁰²

Em sua vinda ao Brasil no ano de 1846, o viajante Thomas Ewbank (inglês radicado nos Estados Unidos, 1792-1870) ocupou-se em descrever e ilustrar a diversidade de vasilhas de barro nacionais relacionadas aos usos da água. Assim como escreveu, as vasilhas de barro brasileiras eram elemento fundamental da vida doméstica, e muito interessantes aos olhos estrangeiros. Para este viajante, eram artigos pouco conhecidos ou usados nas cozinhas europeias e norte americanas, sendo consideradas modificações de modelos indígenas. Com exceção de fornos portáteis e de alguns vasos de flores, todos os outros consistiam em talhas e moringas, isto é, de vasos para guardar ou tomar água. O material das produzidas no Rio de Janeiro, consistia em um barro leve, vermelho, poroso, ligeiramente aquecido e não vitrificado. Já na Bahia, se encontrava um fino barro branco, de modo que os recipientes produzidos eram de qualidade superior.⁴⁰³

O pote de água, feito de barro ou cerâmica esteve, durante muito tempo, presente na casa de ricos e pobres, confirmando suas vantagens térmicas e higiênicas. A louça de barro provinha do trabalho das olarias, e era utilizada para diversos fins, inclusive para a feitura dos canos em encanamentos de água. Em Desterro, é válido recordar, o ofício dava nome a uma importante rua: a rua das Olarias, hoje denominada Avenida Mauro Ramos.

“Toda casa tem uma talha, num canto de uma sala, contendo de quarenta a sessenta litros de água”, afirmou o viajante, de modo que os escravos se incumbiam de enchê-la nos chafarizes públicos. Representada pelo número 1 na Figura 3 abaixo. Nos números 2, 3, 4 e 5 vemos

⁴⁰¹ Camara Municipal, O Conciliador Catharinense, Desterro, Quarta feira, 1.º de Agosto de 1849. Anno I. n. 25, p. 3.

⁴⁰² SANT'ANNA, Denise, 2007, op. cit., p. 77.

⁴⁰³ EW BANK, Thomas. *Vida no Brasil*; ou Diário de uma visita à terra do cacauero e da Palmeira. Com um apêndice. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 267.

variações. Na última o gargalo é moldado como um busto humano, e a cabeça é a tampa. No n.º 7 temos a figura de um vaso ocasionalmente visto nas fontes.⁴⁰⁴

Figura 3: Vasilhas de barro brasileiras, por Thomas Ewbank, 1846.



Fonte: EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil; ou Diário de uma visita à terra do cacauero e da Palmeira. Com um apêndice.* Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 267.

Na classe dos recipientes de água próximos às talhas, o “macaco” se sobressaía. “Encontramo-lo em toda a parte, é chamado enfaticamente de “cântaro do Brasil.”⁴⁰⁵ Tratava-se de uma moringa alargada, com dois bicos. “O orifício mais largo é de dois centímetros e meio de diâmetro, o

⁴⁰⁴ Idem.

⁴⁰⁵ Ibidem, p. 268.

menor é de meio centímetro. Enchendo-se o vaso através do primeiro, o ar de dentro escapa pelo último, e vice-versa quando se quer descarregar o conteúdo.”⁴⁰⁶ Usavam-se de dois tamanhos, uma com seis litros e outra com dez, e, segundo Ewbank, o macaco, merecia a atenção dos oleiros norte-americanos, pois possuía vantagens suficientes para justificar a sua introdução.

Os materiais utilizados para a limpeza do corpo e para acondicionar água potável são também fortes indicadores dos níveis de riqueza de seus usuários e sugerem seus costumes, gostos e valores higiênicos. O uso diário de bacias e gamelas pode ser indicativo de práticas de limpeza corporal hoje menos usuais do que no passado: no lugar do banho completo, algumas famílias tinham o hábito de lavar os pés, mãos e rosto após o dia de trabalho, antes de dormir, ou ainda, oferecer uma bacia com água morna para o descanso e a limpeza dos pés dos viajantes, como uma espécie de atestado de boa educação, hospitalidade e respeito.⁴⁰⁷

Os anúncios publicados na imprensa de Desterro revelam a presença de barricas⁴⁰⁸, copos⁴⁰⁹, e talhas para água⁴¹⁰. No ano de 1873, o armazém n.º 7, à rua do Príncipe, anunciava o recebimento de “um completo sortimento de generos de molhados, louças, porcellana, bronzes e crystaes [...]”⁴¹¹, além de uma variedade de moringas para água.⁴¹² Encontramos, também, objetos que não eram habituais em todas as residências, possivelmente nas mais abastadas, como um lavatório com depósito de água e torneira, além de um coco de estanho, um alguidar⁴¹³

⁴⁰⁶ Idem.

⁴⁰⁷ SANT’ANNA, Denise, 2007, op. cit., p. 80.

⁴⁰⁸ Anúncios, *O Progressista*, Desterro, Sexta-feira, 28 de Dezembro de 1860. Anno I. n. 44, p. 4.

⁴⁰⁹ Anúncios, *O Mercantil*, Desterro, Quinta-feira, 3 de Março de 1864. Anno IV. n. 321, p. 4.

⁴¹⁰ Anúncios, *O Mercantil*, Desterro, Quinta-feira 28 de Outubro de 1866. Anno VI. n. 574, p. 4.

⁴¹¹ Anúncios, *A Regeneração*, Desterro, Domingo 17 de Agosto de 1873. Anno V. n. 502, p. 3.

⁴¹² Idem.

⁴¹³ Vasilha circular feita de barro, cuja boca tem maior diâmetro que o fundo. Servia para uma diversidade de afazeres domésticos, como lavar, cozinhar, etc. *Alguidar* in Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2003-2018. Acesso em: 09. ago. 2018. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/alguidar>

e um tacho de cobre.⁴¹⁴ Conforme nos conta Denise Sant’Anna, nas moradias paulistanas, próximo ao recipiente utilizado para armazenar a água, era comum haver um coco-da-baía cortado ao meio, que servia de cuia e copo. Para os mais abastados, as bordas do coco poderiam ser em prata, ou de outros materiais, como o estanho acima citado. Não por acaso, o copo de prata lavrada se chamava coco.⁴¹⁵

Como sabemos, entre a fonte, carioca ou bica, e o consumo doméstico, havia a necessidade de que a água fosse coletada e transportada pelos moradores até suas residências. Não obstante, os que não realizavam esta tarefa recorriam aos aguadeiros ou carregadores de água, que circulavam pelas ruas da cidade, a pé ou em carroças, vendendo o líquido. Esta demanda, portanto, fez surgirem figuras sociais bastante características, comuns no espaço urbano neste período. De modo que, como sustenta Martinez, o trabalho urbano também esteve marcado pelas limitadas condições técnicas e naturais do abastecimento de água nas cidades brasileiras do período imperial.⁴¹⁶

Na concepção do historiador Fernand Braudel, o progresso nos sistemas de abastecimento foi tardio, estando o problema da adução de água ainda claramente colocado, de modo que, portanto, até o século XVIII, inclusive nas maiores cidades do mundo, o aguadeiro impôs os seus serviços. Em Paris, o abastecimento de água dava trabalho a 20 mil aguadeiros que “todos os dias sobem umas trinta ‘vias’ (isto é, duas selhas de cada vez) até os andares mais altos (a dois soldos a ‘via’)”.⁴¹⁷ Na China, assim como em Paris, o aguadeiro também fazia uso de duas selhas, espécie de vaso de madeira redondo e de bordas baixas, cujo peso se equilibra nos dois extremos de uma vara.⁴¹⁸

Assim como nos conta Almeida, na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1850 e 1889, também existiram os serviços de distribuição de água em domicílio. Chamada na época de água de vintém, consistia na condução de tonéis de água por carroças puxadas por burros, tipo de serviço que persiste até hoje em vários cantos de nosso país. Tinha esse nome, porque na

[...]antiga chácara de Sebastião Pinto da Costa Aguiar, situada à rua Conde de Bonfim nº1, [...]

⁴¹⁴ Anuncios, *Cruzeiro do Sul*, Desterro, Domingo, 25 de Setembro de 1859. Anno II. n. 148, p. 4.

⁴¹⁵ SANT’ANNA, Denise, 2007, op. cit., p. 78.

⁴¹⁶ MARTINEZ, Paulo Henrique, 2007, op. cit., p. 75.

⁴¹⁷ BRAUDEL, Fernand, op. cit., p. 204.

⁴¹⁸ Idem.

havia uma nascente considerada miraculosa, pois, suas águas eram excelentes para curar diversas doenças de origem digestiva. Os primeiros barris vendidos por esse comerciante custavam inicialmente apenas 20 réis, vindo daí o nome de “*água de vintém*”.⁴¹⁹

Na freguesia do Desterro, o comércio de água a domicílio teve boa aceitação, estabelecendo-se até o início do século XX, quando tiveram início os primeiros projetos para a distribuição de água canalizada. Depois de coletado, o líquido era colocado em barris, também chamados de pipas, e transportado em carroças pela cidade, sendo entregue de porta em porta aos interessados. Encarregava-se da distribuição um escravo ou trabalhador livre, a soldo do dono da carroça e do animal. Acreditava-se que a água, utilizada desta forma, possuía melhor qualidade, pois provinha de fontes particulares, ou era coletada nas fontes públicas nas primeiras horas do dia.

No entanto, por vezes, os habitantes mais influentes de Desterro criticavam com veemência não apenas o diminuto número de fontes disponíveis para todo o público da cidade, mas também, o preço dos barris de água vendidos por aguadeiros. O preço do barril d’água podia, igualmente, ser motivo de desentendimentos, como o que ocorreu entre o comerciante de água Estevão Manoel Brocardo e o “seu Santinho”, no ano de 1875. Segundo justificou Brocardo, deu-se a desavença pois “seu Santinho” não quis comprar água de suas carroças a prazo, talvez a um preço maior, uma vez que “[...] como que alguém acredito que eu ou o Sr. Livramento ou outro qualquer preferisse vender água a praso, a 30 rs o barril e não a 40 rs. a dinheiro; ora muito obrigado, Sr. Doutor [...]”.⁴²⁰

Os aguadeiros, de igual maneira, procuravam manter a prioridade no referido comércio. Em São Paulo, desde o final do século XVIII, havia quem vendesse água potável nas ruas e em carroças por 40 réis o barril. Já no século XIX, parecia ser comum a entrada de aguadeiros dentro das residências, atividade que caía na rotina doméstica. Muitos deles assumiam a tarefa, sem cerimônia, de despejar o líquido dentro de potes e vasos de barro que ficavam nos locais mais frescos das casas. A água mantinha-se, assim, em adequada temperatura.⁴²¹

⁴¹⁹ ALMEIDA, Gilmar, op. cit., p. 49.

⁴²⁰ Ineditoriais, *Opinião Catharinense*, Desterro, Quinta-feira 18 de Março de 1875. Anno I. n. 21, p. 2-3.

⁴²¹ SANT’ANNA, 2007, op. cit., p. 103.

Não é difícil encontrar, nos jornais que circularam em Desterro, sobretudo na segunda metade do século XIX, anúncios relacionados à venda de água na cidade. Em 6 de fevereiro de 1859, por exemplo, no “Cruzeiro do Sul” o anúncio comunicava: “Preciza-se de um homem livre, ou escravo para andar com uma Carroça de agua. Para tratar com Antonio Agostinho Cidade, á rua do Alecrim n. 1.”⁴²² Alguns anos mais tarde, em 1866, anunciava-se, no jornal “O Despertador” a procura de um “homem robusto”, de preferência “pessoa livre”, que pudesse ser “alugado” para conduzir uma carroça d’água, a tratar com “Estalislao A. da Conceição – no largo do Palacio n. 14”.⁴²³ De igual maneira, na seção de “Anuncios” do “Mercantil”, em 26 de julho de 1868, divulgava-se a compra de “dois escravos próprios para andarem com carroça de vender água”, ou o aluguel de “dois homens livres ou escravos para o mesmo serviço”, e para isto, pagava-se bem.⁴²⁴

Por vezes, os anúncios podiam também informar a venda ou compra de carroças d’água, de animais para a condução, ou ainda, o aluguel de fontes ou reservatórios d’água para o referido serviço. No “Despertador”, em 1.º de maio de 1869, anunciava-se a venda de “tres carroças de conducção de agua, os competentes animaes e todos os seus pertences”, bem como o aluguel de “uma carioca com muito bôa agua”, de modo que quem os pretendesse deveria dirigir-se “á rua do Areão casa n.2”.⁴²⁵ Como podemos notar pelo teor dos bens anunciados, neste caso, é provável que o anunciante estivesse deixando de praticar esta atividade comercial. Do mesmo modo, comunicava-se, no periódico “A Regeneração” a venda de “4 carroças com os seus pertences e 2 animaes já acostumados a conducção de agua.”⁴²⁶

Conhecido nos negócios da venda de água em Desterro, Estevão Brocardo anunciava, no ano de 1875, a compra de “3 escravos de 20 a 40 annos de idade para o serviço de vender agoa em carroças”, e ainda a ofertava a quantia de “20\$000 rs. de commissão á pessoa que agenciar a

⁴²² Anuncios, *Cruzeiro do Sul*, Desterro, Domingo 6 de Fevereiro de 1859. Anno I. n. 93, p. 4.

⁴²³ Anuncios, *O Despertador*, Desterro, Sexta-feira 7 de Dezembro de 1866. Anno IV. n. 406, p. 4.

⁴²⁴ Anuncios, *O Mercantil*, Desterro, Domingo 26 de Julho de 1868. Anno VIII. n. 753, p. 4.

⁴²⁵ Anuncios, *O Despertador*, Desterro, Sabbado 1 de Maio de 1869. Anno VII. n. 653, p. 4.

⁴²⁶ Anuncios, *A Regeneração*, Desterro, Quarta-feira 22 de Dezembro de 1869. Anno II. n. 133, p. 4.

compra de cada um”.⁴²⁷ Já ao final do século, em 16 de maio de 1886, os anúncios do “Regeneração” divulgavam uma “Pechincha”⁴²⁸: “Vende-se por 600\$000 duas carroças para agua em perfeito estado, dous animaes para as mesmas e os respectivos arreios, bem como faz-se doação de um escravo de 32 annos a quem realisar a compra de semelhantes objectos.”⁴²⁹

Conhecemos também a publicação no jornal “A Regeneração”, no ano de 1884, do Edital de praça, mandado fazer por ordem do “juiz de Orphãos” na cidade do Desterro, o Dr. Felisberto Elyzio Bezerra Montenegro, onde tornava público o dia, hora e lugar onde seriam vendidos em hasta pública:

Quatro carroças de conduzir agua em estado regular, avaliadas cada uma a cento e trinta mil réis, e todas por quinhentos e vinte mil réis. Quatro carroças de conduzir agua, em máo estado, avaliadas cada uma a cincoenta mil réis, e todas por duzentos mil réis. [...] Seis bestas pouco notridas que forão avaliadas cada uma a trinta mil réis, e todas a cento e oitenta mil réis. Arreios para sete animaes de carroças; avaliados a doze mil réis cada um, e todos por oitenta e quatro mil réis. Um terreno situado á rua do Major Costa, n´esta cidade, [...] em cujos terrenos existem duas cariocas e quatro casinhas, para carroceiros, que forão avaliadas cada casinha a duzentos e cincoenta mil réis, e todas por um conto de réis, e as duas cariocas a um conto de réis cada uma, e o terreno por quinhentos mil réis, o que tudo importa na quantia de trez contos e quinhentos mil réis [...].⁴³⁰

Os referidos bens que iam à venda pública, segundo consta no Edital, seriam arrematados em um só lote, para o pagamento dos credores declarados no inventário do finado Dr. Joaquim Augusto do Livramento, e para que chegasse ao conhecimento de todos, além da publicação pela

⁴²⁷ Anuncios, *Opinião Catharinense*, Desterro, Quinta-feira 29 de Abril de 1875. Anno I. n. 27, p. 4.

⁴²⁸ Anuncios, *Regeneração*, Desterro, Domingo 16 de Maio de 1886. Anno XVIII. n. 106, p. 3.

⁴²⁹ *Idem*.

⁴³⁰ Editaes, *A Regeneração*, Desterro, Quinta-feira 3 de Abril de 1884. Anno XVI. n. 77, p. 3.

imprensa, também seriam afixados, dois editais de igual teor, nos “lugares de costume” da cidade.⁴³¹

É interessante notarmos que o dito finado Dr. Joaquim Augusto do Livramento, é o mesmo proprietário do poço que teve as suas águas analisadas na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a pedido do ex-presidente da província, Alfredo De Escragnoille Taunay, no ano de 1878. Neste relatório, o qual discutimos anteriormente, o poço do Dr. Joaquim foi o de n.º 2, analisado dentre os doze reservatórios públicos e particulares dos quais a população de Desterro se utilizava naquela data. A partir desta publicação, portanto, podemos inferir a importância que deveria ter o referido proprietário no comércio de água a domicílio na cidade, dada a venda de oito carroças, seis animais de condução, duas cariocas, bem como as referidas “casinhas para carroceiros”, existentes no terreno de sua propriedade.

Devemos ainda destacar outro importante evento que se sucedeu na cidade, quando, no ano de 1885:

Em consequencia do estado deploravel em que se acham os caminhos que vão ter ás fontes particulares da rua do Brigadeiro Bittencourt, constituiram no dia 17 uma greve os conductores das carroças ou os seus proprietários, em não trazerem agua potavel para abastecimento de grande parte da população desta capital.⁴³²

De acordo com a notícia do “O Despertador”, o fato teria produzido “sério desassocego no animo do povo”, de modo que a municipalidade, ao debater sobre o caso, “mandou que se procedesse desde logo nos concertos dos caminhos indicados”.⁴³³ Assim que o serviço estivesse concluído, portanto, seria reestabelecido o transporte de água. Declarou-se ainda, na referida publicação, ser de muita necessidade que a Câmara Municipal tivesse “sempre na devida consideração a boa conservação desses caminhos”, a fim de que semelhante fato não viesse a acontecer novamente. O fato que teria deixado “a população da capital sem agoa por alguns dias”, foi igualmente noticiado pelo jornal “Conservador”, mais de vinte dias depois do ocorrido. Segundo

⁴³¹ Idem.

⁴³² Greve de aguadeiros, *O Despertador*, Desterro, Sabbado 20 de Junho de 1885. Anno XXIII. n. 2.310, p. 3.

⁴³³ Idem.

publicação a pedido, sobre a “*greve dos carroceiros*”, apenas quando a falta do líquido se fez sentir na cidade é que se mandou concertar a estrada, “por onde ella viesse abastecer os moradores, sem risco dos burros – das carroças – bem se sabe”.⁴³⁴

Destarte, as publicações acima evidenciam a importância que o comércio de água adquiriu em fins do século XIX, quando a impossibilidade de se realizar o serviço, a despeito da existência de fontes públicas na cidade, foi motivo para que se considerasse o desabastecimento da população da capital “por alguns dias”.

Não obstante a relevância adquirida por este serviço nas últimas décadas do oitocentos, a qualidade da água que era vendida em pipas pela cidade passou também a ser alvo de reclamações por parte dos moradores da cidade que a consumiam. Considerava-se, à época, que a má qualidade da água produzia “molestias incuráveis”, as quais dizimavam constantemente a população. No entanto, segundo publicação do jornal “O Despertador”, de 1884, em Desterro não se dava “a menor importancia a tal assumpto”⁴³⁵, de modo que, apesar do crescimento da população, nenhuma providência havia sido tomada:

[...] Quem tem um poço bota uma carroça com uma pipa na rua, e niguem se importa com isso; a camara municipal apenas exige que o proprietario pague a licença da carroça, e a policia contenta-se que ella se vá matricular; porém inspeccionar o liquido precioso que ella vai vender ao publico, vendendo-lhe tambem enfermidades, é coisa com que ninguem se importa, nem o inspector da saude publica, nem a camara municipal, nem a repartição de policia!

Suggerio-nos estas observações a má qualidade da agua de algumas carroças que andam vendendo. Além de grossa e gommosa, deixa nos copos ou vasilhas onde fôr depositada, um residuo adherido ás paredes do vaso, tendo um gosto bastante salobro. Outra, além de muito pesada, tem o pronunciado gosto de salitre. [...]⁴³⁶

⁴³⁴ Publicações a pedido, *Conservador*, Desterro, Quinta-feira 9 de Julho de 1885. Anno II. n. 149, p. 2.

⁴³⁵ Água, *O Despertador*, Desterro, Quarta-feira 23 de Janeiro de 1884. Anno XXII. n. 2.167, p. 1.

⁴³⁶ Idem.

Deste modo, reivindicava-se a atenção das respectivas autoridades para esta questão, sobretudo, no que se referia à inspeção do líquido vendido nas pipas em carroças. As reclamações sobre a qualidade da água vendida na capital provinham, inclusive, da esfera provincial, intensificando as pressões que recaem sobre a administração municipal deste serviço. Em 6 de abril de 1887, uma correspondência expedida pela presidência da província chamava a atenção da Câmara Municipal de Desterro para o “serviço de vendagem d’água em pipas pelas ruas”, uma vez que alguns dos vendedores conduziam “água de charcos, verde, turva e fétida”, assim como já havia sido vendida, por vezes, “para o serviço do Palacio da Presidencia e portanto mais affoutamente terá sido vendida as casas particulares.” Deste modo, solicitava-se que a Câmara exercesse sobre este serviço “a mais severa e incessante fiscalização”.⁴³⁷ Em resposta ao presidente da província à época, Francisco José da Rocha, o presidente da Câmara, Elyseu Guilherme da Silva, acusou o recebimento do ofício acerca da má qualidade da água que era vendida na cidade, assim como informou que havia

tomado todas as providencias a seu alcance para fazer desaparecer as causas que posSam concorrer para a impureza das aguas, pricipalmente da que é vendida á população, tendo recommendado não só ao fiscal como á sua CommisSão de Hygiene o exame e inspecção das cariocas e pipas, asSim como dos terrenos adjacentes ás mesmas Cariocas ou outras fontes d’água potavel, recommendando que façam remover das proximidades das mesmas quaesquer depositos que posSão concorer, pelas infiltrações, para a insalubridade e impureza das águas.⁴³⁸

Acreditava a Câmara, desta maneira, que sendo zelosamente executada a sua deliberação, o serviço teria significativa melhora, uma vez que considerava a acumulação, nas proximidades das nascentes ou do

⁴³⁷ Registro de ofício da Presidência da Província, para Câmara Municipal de Desterro. Desterro, 06 abr. 1887, p. 129. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

⁴³⁸ Ofício de Elyseu Guilherme da Silva, Presidente da Câmara Municipal do Desterro, para Francisco José da Rocha, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 27 abr. 1887, p. 34-34v. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

seu percurso, de “materias infectas e prejudiciaes á saude”, fator que contribuía para a má qualidade da água, “tornando-a muitas vezes um agente perigoso e transmisSor de molestias epidemicas”.⁴³⁹

Além do mais, como podemos verificar, exigia a Câmara Municipal que o proprietário do veículo estivesse em dia com os impostos. Em 9 de março de 1889, através do jornal “Regeneração”, fez-se público o lançamento dos carros, carroças e carrinhos de mão que, de conformidade com a Lei n. 1236 de 19 de outubro de 1888, deveriam pagar imposto de continuação à Câmara Municipal da capital, no corrente exercício.⁴⁴⁰ Neste, foram listadas 33 carroças, 8 carros, 8 carrinhos de mão, 5 carrinhos de pão e 8 carroças d’água, com os nomes de seus respectivos donos e os valores a serem pagos. Em relação às carroças d’água constavam os nomes de

1 Ignacio Machado Dias	20\$000
2 Estevão Manoel Brocardo (2 carroças)	40\$000
3 Hortencia Livramento (2 carroças)	40\$000
4 Claudio José da Rocha	20\$000
5 José Miranda Santos	20\$000
6 Joaquim Machado Vieira	20\$000
7 Pedro João Woll	20\$000
8 Francisco Nunes Cardoso	20\$000 ⁴⁴¹

Por conseguinte, podemos inferir que se a água na porta das residências trazia maior comodidade e, por vezes, podia garantir uma maior qualidade do líquido, ela também necessitava de maior diligência por parte da administração municipal e provincial, as quais deveriam zelar pelo bom funcionamento do sistema de abastecimento de água como um todo.

O estudo da prática da venda de água às residências em diversas localidades e épocas, bem como de figuras sociais características relacionadas a este ofício, ademais, nos trás elementos importantes para pensarmos os núcleos urbanos e sua relação com este bem natural. A historiadora mexicana Evelyn A. Rodríguez, em suas pesquisas sobre o abastecimento de água em Zacatecas, México, no século XIX, evidencia

⁴³⁹ Idem.

⁴⁴⁰ Camara Municipal, *Regeneração*, Desterro, Sabbado 9 de Março de 1889. Anno XXI n. 53, p. 3.

⁴⁴¹ Idem.

a organização social do abastecimento urbano de água a partir de dois personagens centrais: os “aguadores” e os “fiadores”.⁴⁴²

Segundo Rodríguez, em Zacatecas podemos encontrar a figura “del aguador” desde tempos imemoriais, uma vez que estes eram os indivíduos que transportavam a água até as residências, na ausência de um sistema de distribuição efetivo. De igual maneira, o aguadeiro zacatecano não apenas tinha que lidar com a constante escassez do recurso, como também devia assumir os danos físicos que causavam a acidentada topografia e a distância dos pontos de fornecimento do líquido.⁴⁴³

Embora não haja um registro datando de 1546 (fundação do Real de Minas de Nuestra Señora de Zacatecas), há dados que refletem sua existência prolongada desde o final do século XVIII até o final do século XIX. Nesse período, os transportadores de água tiveram que fazer laços políticos e econômicos não apenas com a instituição que os registrou, regulamentou e organizou: “el Ayuntamiento”, a Câmara Municipal das cidades mexicanas; eles também interagiram com um grupo chamado de “fiadores”, os quais concediam garantias para que eles pudessem realizar seu comércio.⁴⁴⁴

De acordo com Rodríguez, “El Reglamento de Aguadores del Distrito Federal” data de 1884, e determinava, em seu artigo 1º, a necessidade de um fiador para todo aquele que quisesse se dedicar ao serviço de aguadeiro. Deste modo, em Zacatecas,

El término fiador se localiza en 1891, cuando la jefatura política dispuso que todo individuo que tuviera la intención de dedicarse al oficio de aguador o que ya lo desempeñara, debía otorgar una fianza suscrita por dos personas honradas y convencidas a satisfacción de la propia institución. Esta persona tenía la obligación de dar fianza al aguador, mostrar conocerlo y destacar sus cualidades físicas y morales pues debía referirse a él como una persona honrada y con un modo honesto de vivir.⁴⁴⁵

⁴⁴² RODRIGUEZ, Evelyn A. La red social del abasto urbano: aguadores y fiadores en Zacatecas, México (siglo XIX). *Agua y Territorio*. Universidad de Jaén, España, n. 9, p. 11-21, enero/junio 2017.

⁴⁴³ *Ibidem*, p. 12-13.

⁴⁴⁴ *Ibidem*, p. 11-21.

⁴⁴⁵ *Ibidem*, p. 13.

Conforme aponta Juan Manuel Matés Barco, desde o período medieval, os conselhos municipais autorizavam a "venda ambulante" de água por meio de aguadeiros, os quais empregavam carroças com cântaros cheios de água a ser distribuída por ruas e casas das vizinhanças. O líquido ofertado provinha de diferentes pontos de abastecimento, tais como rios, córregos, nascentes, fontes, poços públicos, entre outros. Para obtê-lo, esses sujeitos usavam recipientes chamados "pellejos" ou jarros, e os carregavam nos ombros ou por meio de cavalos. Ainda como aponta Matés, a guilda dos aguadeiros teve uma origem muito antiga na Espanha, embora existam os que a situem no século XVII, com o crescimento populacional e a chegada da Corte a Madrid, momento em que começaram a surgir os conflitos entre aguadeiros e os habitantes pelo monopólio das fontes, os usuários que a elas recorriam para obter o recurso. Estas disjuntivas não foram frequentes apenas naquele período, pois há registros documentais que tratam a esse respeito em diversas cidades do México e, sem dúvida, em outros países do mundo, em meados e final do século XIX e início do XX.⁴⁴⁶

A água que era ofertada, desta forma, pelos diversos bairros das cidades, também nos faz pensar que se havia algum personagem que possuía amplo conhecimento sobre a formação e organização dos centros urbanos estes eram, sem dúvida, os aguadeiros. Estes, desenvolveram um nível de interação social e convivência cotidiana com os habitantes dos povoados, uma vez que o fornecimento do líquido era diário e, portanto, se puderam gerar interconexões, entendidas estas como a trama das relações cotidianas, econômicas e culturais, onde atuavam diferentes atores como: aguadeiros, administradores e servidores públicos, proprietários ou arrendatários das fontes de água, consumidores dos serviços, entre outros.⁴⁴⁷

Assim como em Desterro, no século XIX, também nas cidades mexicanas os aguadeiros dependiam da instituição municipal, a qual autorizava o exercício do ofício e regulava o seu funcionamento. A

⁴⁴⁶ MATÉS BARCO, J. M. *La conquista del agua*. Historia económica del abastecimiento urbano. Jaén: Universidad de Jaén, 1999. Apud RODRIGUEZ, Evelyn A. Presentación. Dossier. La organización social del abastecimiento urbano de agua: los aguadores. *Agua y Territorio*. Universidad de Jaén, España, n. 9 , p. 8-10, enero/junio 2017.

⁴⁴⁷ RODRIGUEZ, Evelyn A. Presentación. Dossier. La organización social del abastecimiento urbano de agua: los aguadores. *Agua y Territorio*. Universidad de Jaén, España, n. 9 , p. 8-10, enero/junio 2017.

intervenção da autoridade municipal na preservação e na atuação destes personagens nos centros urbanos não estava relacionada apenas com as formas empregadas para a obtenção do recurso hídrico, mas também com a vigilância da qualidade do produto que ofereciam bem como sua proveniência, sendo que era obrigação dos conselhos “custodiar el sistema de venta en todo lo concerniente a precios, medidas, impuestos, etc., y ejercían su labor tutelar para los abusos y engaños por parte de los vendedores”. Foi, deste modo, a administração municipal que implementou comunicados oficiais, decretos, regulamentos e o discurso que enunciava as faculdades, os direitos e as obrigações dos integrantes do ofício de aguadeiro. Textos estes, em que se podem observar as contradições entre o que se referia nas leis e o efetivamente se fez, bem como a imposição de uma visão unilateral que, em alguns momentos, poderia ser modificada.⁴⁴⁸

Por outro lado, podemos observar que a organização social dos aguadeiros mexicanos era, de certa maneira, mais complexa, uma vez que remete ao estudo e à análise das relações que se estabeleceram entre os integrantes das guildas, sejam comerciais, de trabalho ou culturais; com as instituições; com os compradores, com quem se puderam estabelecer vínculos de amizade o quais, em certo sentido, geraram a possibilidade de ter um ou vários aguadeiros de “confiança” por residência ou residências de familiares e amigos que tiveram o privilégio de serem abastecidos com as melhores águas em curto espaço de tempo; e ainda com outros atores sociais chamados “fiadores”, com os quais foram geradas certas relações de patronato, uma vez que estes indivíduos passavam a garantir a sobrevivência e o trabalho do aguadeiro.⁴⁴⁹

Assim como coloca Rodriguez, considerando que as sociedades e suas culturas se vão fazendo e refazendo historicamente, podemos verificar ainda, que o ofício dos aguadeiros também tem sofrido com mudanças ao longo do tempo, em um período de longa duração, no qual as variações foram se adaptando às circunstâncias sociais, econômicas, de abastecimento, desabastecimento e uso do líquido, científicas, tecnológicas e administrativas; ou, ainda, seguindo parâmetros culturais baseados na própria topografia dos centros urbanos. Elemento este que, em diferentes lugares, foi determinante para o uso dos instrumentos e das formas de transportar a água, bem como das maneiras de promover o produto.⁴⁵⁰

⁴⁴⁸ Ibidem, p. 8.

⁴⁴⁹ Idem.

⁴⁵⁰ Ibidem, p. 9.

A partir do exposto, portanto, compreendemos que grandes e pequenas cidades ao redor do mundo recorreram aos serviços prestados pelos aguadeiros para satisfazerem suas demandas de água, em diferentes épocas. O aguadeiro, por sua vez, representa a figura característica do sistema de abastecimento clássico, todavia, a sua permanência ao longo do tempo é reflexo de duas realidades: as deficiências e dificuldades na instalação do sistema moderno de abastecimento, bem como as formas de organização que determinada sociedade teve que desenvolver para adaptar-se aos resultados pouco eficientes deste sistema. Neste sentido, é necessário reconhecer que as sociedades ao longo do tempo, tem elaborado diferentes estratégias para contar com o líquido vital, e, portanto, o ofício de aguadeiro desempenhou um papel fundamental no processo de distribuição em diferentes temporalidades e espaços. Embora tenham desaparecido como tal, na atualidade contemplamos uma variedade de “caminhões pipa”, e diferentes empresas de distribuição de água purificada que substituíram a função básica do aguadeiro: levar a água de beber aos lares e aos bairros aonde ainda não se tem instalado nenhuma rede de água, onde o serviço é ineficiente, não cumpre uma cobertura total, ou ainda, não tem a qualidade desejada.⁴⁵¹

Quando se mergulha no cotidiano de Desterro através de fontes dispersas por um sem número de documentos arquivísticos, o que nos chama a atenção é a grande presença da população de origem africana nos ofícios e pelas ruas da cidade. Eles estavam nas casas de negócios, nas quitandas do mercado ou em tabuleiros nas ruas, curtumes e olarias. Pareciam estar envolvidos com tudo aquilo que dava urbanidade, conforto e qualidade de vida aos habitantes da capital.⁴⁵²

Além dos aguadeiros, compunham a paisagem social intimamente relacionada às águas da capital catarinense as lavadeiras, as quais utilizavam-se dos córregos e das fontes públicas da cidade em seu ofício. Essas faziam do rio da Fonte Grande, ou da Bulha, o seu principal local de trabalho. Oswaldo Cabral, nos trás uma interessante descrição da presença daquelas mulheres nos córregos da cidade:

Por todo o trajeto dos riachos e cursos apontados, agrupavam-se as lavadeiras, às primeiras horas da manhã, chalreando, batendo a roupa nas pedras e cantando, enquanto esfregavam entre os dedos as peças, espumantes de sabão. Para que as águas não

⁴⁵¹ Idem.

⁴⁵² CARDOSO, Paulino, op. cit., p. 100.

fugissem, correntosas, com pressa além da razoável, provocavam as lavadeiras, à custa de pedras e lama, tranquilos remansos, ficando neles as águas represadas, limosas, cobertas por uma nata de sabão e detritos. Assim podiam ensaboá-las, deixando para a corrente mais rápida o enxaguamento final.⁴⁵³

Assim como coloca a historiadora Maria Odila Dias, na cidade, as mulheres pobres circulavam pelo espaço social – fontes, lavadouros, rios, ruas e praças – onde se alternavam e se sobrepunham o convívio das vizinhanças e dos forasteiros, do fisco municipal e do pequeno comércio clandestino, as fímbrias da escravidão e do comércio livre.⁴⁵⁴ No entanto, o seu modo efetivo de sobrevivência nas cidades brasileiras ficou precariamente documentado em fontes oficiais como recenseamentos, registros de licença da Câmara Municipal ou nos numerosos processos e devassas em que se viram envolvidas. Escrevia-se, portanto, mais sobre maus costumes do que propriamente sobre a organização de sobrevivência dessas mulheres pobres.⁴⁵⁵

No ano de 1876, em ofício aos fiscais da capital, o então presidente da Câmara Municipal, Júlio Melchior Trompowsky, chamou a atenção da vereança para “[...] o abuso das lavadeiras conservarem as águas de sabão nos corregos e vallas de que servem para lavagem de roupas.” E da necessidade de que se fizessem cumprir as posturas e demais determinações da Câmara, nem que para isso fossem mobilizados os referidos fiscais, para a aplicação de multas aos infratores.⁴⁵⁶

No processo de urbanização da cidade, houve tensão permanente entre lavadeiras e a saúde pública: as posturas municipais sucediam-se umas às outras, reiterando as ações coibitivas. Conforme mencionamos no segundo capítulo, as lavadeiras eram obrigadas, logo que concluíssem seus trabalhos, a procederem à limpeza das fontes públicas, rios e/ou córregos de que se servissem, de modo a dar esgoto às águas servidas. E como era habitual, os infratores das disposições dos artigos 63 e 64 e de

⁴⁵³ CABRAL, Oswaldo, op. cit., p. 198.

⁴⁵⁴ DIAS, Maria Odila L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 19.

⁴⁵⁵ *Ibidem*, p. 35.

⁴⁵⁶ Ofício de Júlio Melchior Trompowsky, Presidente da Câmara Municipal. Desterro, 12 jul. 1876, p. 45-48. Ofícios Presp. Cam M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

seus capítulos, sofriam a pena das multas, as quais variavam de 5\$000 a 12\$000 reis.⁴⁵⁷

Em ofício destinado a João Carlos Pardal, presidente da província, em 1839, a Câmara Municipal informa que no dia 19 do corrente mês de janeiro, foi encontrado na fonte do Campo do Manejo, “à lavar-se o Camarada Soldado do Batalhão de Felix Joaq.^m Roiz, tendo para esse efeito soltado a agoa das Torneiras”, o que era proibido pelo artigo n.º 65 das posturas municipais vigentes naquela data. De igual maneira, notificou que “tambem algumas Escravas que ali vão lavar soltarem a agoa das Torneiras para emcherem a fonte, afim de poderem lavar roupa, rezultando por isso a falta dagoa que pela tarde se experimenta”. Por fim, afirma que estes acontecimentos só poderiam ser evitados havendo, na referida fonte, uma sentinela.⁴⁵⁸

Cabe salientar que, não obstante o pavor de águas estagnadas e servidas, a disposição dos córregos, valas e fontes, públicas e particulares, permitia as lavadeiras circularem e trabalharem pelas principais ruas de Desterro. Lá estavam elas pela rua dos Bragança, atual Sete de Setembro, rua Trajano, rua da Palhoça, atual Vidal Ramos, e, principalmente a Fonte Grande, no bairro da Tronqueira, atual Hercílio Luz. Tal disposição, combinada ao alarido que lhes era peculiar, deveria causar certa sensação de onipresença.⁴⁵⁹

Sobretudo até os últimos anos da década de 1880, quando foram realizadas as obras de canalização subterrânea dos principais córregos que cortavam a área central da cidade. As obras de canalização do córrego que nascia no Largo do Brigadeiro Fagundes, e tinha seu curso pela rua Sete de Setembro, tiveram orçamento e projeto remetidos ao presidente da província, Francisco José da Rocha, em 20 de setembro de 1886.⁴⁶⁰

⁴⁵⁷ Decretos e Resoluções (1888-1889). Código de Posturas da Câmara Municipal da Capital. Decreto nº 49, de 22 de outubro de 1888, op. cit., título III, cap. 3.º, art. 64 e 65, par. 6.º, p. 13 e 13v.

⁴⁵⁸ Ofício de Luiz de Souza Medeiros para João Carlos Pardal, Presidente da Província de Santa Cat. Desterro, 22 jan. 1839. Ofícios Presp. Cam M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

⁴⁵⁹ CARDOSO, Paulino, op. cit., p. 106.

⁴⁶⁰ Ofício de Antonio Geraldo de S. Aguiar, Capitão do Est. Maior 1.ª Classe, encarregado das obras militares, para Francisco José da Rocha, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 20 set. 1886, p. 55-62. Correspondências dos Eng. para Pres. Prov. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Todavia, os trabalhos tiveram início efetivo em abril de 1887⁴⁶¹, sendo concluída, a galeria de alvenaria, em maio daquele mesmo ano.⁴⁶² Quanto ao córrego que passava entre as ruas Trajano e do Ouvidor (atual rua Deodoro), teve projeto e orçamento para a canalização enviados ao presidente em novembro de 1886⁴⁶³, tendo sido concluídos os trabalhos em setembro de 1887.⁴⁶⁴

Nas últimas décadas do século XIX, o córrego da Fonte Grande, ou rio da Bulha, quando alcançava sua parte terminal, a leste da cidade, adquiria uma “aparência degradante” pelo acúmulo de lixo e águas servidas que nele eram lançados. Suas obras de saneamento e canalização foram proteladas durante muito tempo, uma vez que faltavam os recursos compatíveis com sua largura e extensão, visto que ele abrangia vastas bacias alimentadas pelos morros e exigia obras de outro gênero, mais complexas que as realizadas nos demais riachos. “Carecia de um estudo minucioso sobre a extensão de sua bacia, e as cotas de seus pontos, a fim de conhecer-se o volume d’água e definir qual o traçado e declives convenientes para o novo curso das águas.”⁴⁶⁵

Por muito tempo a população teve de contentar-se com a simples elevação de alguns pontos de seu leito e com a periódica limpeza das bordas e embocadura, na ponte do Vinagre. Em 1919, já no século XX, ainda se faziam obras de saneamento dos pequenos córregos da cidade, como alguns encanamentos à Praça do General Ozório, na antiga localidade do Campo do Manejo. Algum tempo depois de assumir o

⁴⁶¹ Ofício de Urbano Coelho Gouvêa, encarregado das obras militares, para Francisco José da Rocha, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 12 abr. 1887, p. 26-26v. Correspondências dos Eng. para Pres. Prov. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

⁴⁶² Ofício de Urbano Coelho Gouvêa, encarregado das obras militares, para Francisco José da Rocha, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 23 maio 1887, p. 106. Correspondências dos Eng. para Pres. Prov. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

⁴⁶³ Ofício de Antonio Geraldo de S. Aguiar, Capitão do Est. Maior 1.^a Classe, encarregado das obras militares, para Francisco José da Rocha, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 9 nov. 1886, p. 92-99. Correspondências dos Eng. para Pres. Prov. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

⁴⁶⁴ Ofício de Urbano Coelho Gouvêa, encarregado das obras militares, para Francisco José da Rocha, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 29 set. 1887, p. 231-231v. Correspondências dos Eng. para Pres. Prov. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

⁴⁶⁵ VEIGA, Eliane, op. cit., p. 234.

governo do estado, Hercílio Luz, em cujo programa administrativo figurava a remodelação da Capital, determinou a canalização do antigo córrego da Fonte Grande/da Bulha. Os trabalhos iniciaram-se em 1921, dando ao canal um outro aspecto e facilitando o escoamento das águas para o mar.⁴⁶⁶

De volta à questão das lavadeiras, em vista desta importante atividade, nos anos 1843, tratou a Câmara dos melhoramentos necessários à capital, no intuito de melhorar as condições de trabalho destas lavadeiras. Em ofício de Francisco Duarte Silva, para o presidente da província, o Mal. Antero J. F. de Brito, relatou-se que “Nas Fontes da Carioca, do Campo do Manejo, e do Largo do Senado, muito conviria a construção de tanques para lavagem de roupa. A Cidade ja bastante populosa se ressentia da precisão desta commodidade publica. [...]”⁴⁶⁷

Além da hierarquia da pobreza ditada pela cor, existia também a dos ofícios, entre os quais os de lavadeiras e vendedoras pareciam mais desprezados, como ocupações próprias de escravas e forras. Ainda de acordo com Maria Odila, na cidade de São Paulo, no século XIX, as lavadeiras regulavam os salários com a média das costureiras, fiandeiras e quitadeiras mais pobres. Eram pardas em sua maioria e mais velhas, com filhas adultas ou solitárias, com netas ou agregadas adolescentes. Em 1836, ganhavam entre 40\$ e 50\$000 réis anualmente, o que, calculados cerca de quatro dias fixos de trabalho pago por semana, equivalia a um jornal de \$190 a \$240, que era muito pouco. Em um inventário de 1834, por exemplo, um ferro de engomar era avaliado em 2\$000.⁴⁶⁸

Em meados do século XIX, vinham discriminados, nas despesas de um estudante, os gastos com roupas lavadas, cerca de 640 réis a dúzia de roupa, ou seja, 50 réis por peça, lavada e engomada, talvez ainda perfumadas com arruda. Nas casas mais ricas, com escravas domésticas, a lavagem nunca era encomendada fora, de modo que as lavadeiras viviam da clientela de casas remediadas, sem auxiliares; seus serviços eram mais requisitados nos bairros centrais, por instituições, seminários, repúblicas de estudantes, hotéis e ranchos.⁴⁶⁹

⁴⁶⁶ *Ibidem*, p. 235.

⁴⁶⁷ Ofício de Francisco Duarte Silva, para o Marechal Antero José Ferreira de Brito, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 25 fev. 1843, p. 15-18. Ofícios Presp. Cam M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

⁴⁶⁸ DIAS, Maria Odila, *op. cit.*, p. 232.

⁴⁶⁹ *Ibidem*, p. 233.

Mulheres cujo ofício atravessou o século XIX em Desterro, resistiram até que a preocupação com a higiene pública e os melhoramentos urbanos fossem privando-as das fontes, bicas e córregos. A partir deste momento, elas passaram, gradativamente, a se instalarem ladeira a cima, por todo a extensão do Morro do Antão.⁴⁷⁰

Como vimos, na trama urbana, a oferta das águas poderia ser percebida e apropriada de diferentes maneiras por seus consumidores. No âmbito das possibilidades e análises feitas a partir dos documentos coletados, conjecturamos impressões, gestos e os objetos que cercavam as práticas de consumo das águas nas fontes de Desterro. Todavia, devemos ressaltar, não deixamos de nos deparar com um campo árido, de poucos vestígios documentais, indicativos das percepções daquela sociedade diante desse serviço urbano e de suas práticas cotidianas.

3.3 Questões de salubridade urbana e o primeiro sistema de abastecimento hídrico da Capital

A salubridade do espaço urbano dependia, entre um conjunto de elementos, da administração das águas que nele circulavam. As responsabilidades da Câmara Municipal do Desterro se dividiam entre o cuidado com as fontes públicas de abastecimento e, com igual importância, em prover a cidade de locais e caminhos apropriados para expelir as águas. “A saúde do corpo urbano dependia, portanto, do provimento de uma água límpida para o consumo diário dos habitantes e da expedição das águas servidas”.⁴⁷¹

Segundo Georges Vigarello, uma palavra que, no início do século XIX, passou a ocupar um lugar inédito foi a “higiene”. Com ela, os manuais franceses que tratavam da saúde mudaram de título: “Todos, até então, concentravam-se no “cuidado” ou na “conservação” da saúde. Agora tornam-se manuais de “higiene”.⁴⁷² A higiene, portanto, já não era mais entendida enquanto o adjetivo que qualifica a saúde (*hygeinos* em grego, significa “o que é são”), mas como um conjunto de dispositivos e saberes que favorecem a sua conservação. Ela passa a ser uma disciplina específica dentro da medicina, de modo que, com este título, um campo do conhecimento se especializou.

⁴⁷⁰ CARDOSO, Paulino, op. cit., p. 107.

⁴⁷¹ TEDESCHI, Denise, op. cit., p. 227.

⁴⁷² VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 186.

O médico, no século XIX, aproximou-se do político e do engenheiro sanitário, desempenhando um papel importante na disposição das cidades e de diversos locais públicos. O saber médico, de igual maneira, neste período, reivindicou uma maior sistematização, uma vez que não se tratava de um conhecimento novo sobre as leis da saúde, mas, sobretudo, de uma vontade maior de afirmar um saber integrado e sublinhar uma competência “científica”.⁴⁷³ A mudança de *status* desse saber se traduziu também pelo surgimento de novas instituições, como as comissões de salubridade, por exemplo, criadas com o objetivo de inspecionar localmente as manufaturas, oficinas, estabelecimentos emissores de miasmas diversos.

Neste sentido, destaca-se a noção de que o raciocínio econômico também estava implícito ao gesto de uma organização sanitária das coletividades. Ele leva, sobretudo, a uma transformação da higiene dos grupos e das comunidades, de modo que a prevenção começa a depender de práticas políticas, das quais tornam-se atores os administradores públicos e os médicos. Essa prevenção, destarte, aos poucos integra a limpeza, a ponto de lhe atribuir um papel de “salubridade pública”, que até então ela não tinha.⁴⁷⁴

A influência direta nos comportamentos coletivos, todavia, não poderia deixar de ter consequências. Assim como coloca Sidney Chalhoub, a intervenção dos higienistas nas políticas públicas das cidades imperiais brasileiras parecia obedecer ao mal confessado objetivo de tornar o ambiente urbano salubre para um determinado setor da população. Na cidade do Rio de Janeiro, “Tratava-se de combater as doenças hostis à população branca, e esperar que a miscigenação [...] e as moléstias reconhecidamente graves entre os negros lograssem o embranquecimento da população [...]”.⁴⁷⁵

Ainda de acordo com Chalhoub, o discurso do vereador e higienista José Pereira Rego, apresentado à Câmara Municipal da Corte em 1866, partindo da oposição entre “civilização” e “tempos coloniais”, postula dois princípios essenciais para a compreensão de um imaginário em gestação entre os políticos e governantes nas últimas décadas do século XIX. Em primeiro lugar, está presente a ideia de que existe um “caminho da civilização”, isto é, um modelo de “aperfeiçoamento moral e material” que teria validade para qualquer “povo”, sendo dever dos

⁴⁷³ Ibidem, p. 187.

⁴⁷⁴ Ibidem, p. 160.

⁴⁷⁵ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 9.

governantes zelar para que tal caminho fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade sob seu domínio. Em segundo lugar, há a afirmação de que um dos requisitos para que uma nação atinja a “grandeza” e a “prosperidade” dos “países mais cultos” seria a solução dos problemas de higiene pública.⁴⁷⁶

Sendo assim, o resultado dessas duas operações mentais é o processo de configuração dos pressupostos da Higiene como uma ideologia: ou seja, como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao “verdadeiro”, à “civilização”, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação *a priori* das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Em suma, tornava-se possível imaginar que haveria uma forma “científica” – isto é, “neutra”, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral – de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes.⁴⁷⁷

Esta ordem de ideias, portanto, iria saturar o ambiente intelectual do país nas décadas finais do século XIX e início do XX, e emprestar suporte ideológico para a ação saneadora dos engenheiros e médicos, os quais passaram a acumular poder na esfera da administração pública. Contudo, devemos ressaltar, que a afirmação da higiene como uma ideologia das transformações urbanas da virada do século esteve longe de ser um processo linear e sem conflitos.

Nesta época também, as categorias hipocráticas, considerando os ares, os tempos e os lugares, estão longe de serem esquecidas. A umidade ou a friagem das neblinas, alterando-se conforme os meses, podiam determinar a diferença do número de mortes. Os ventos, soprando sobre os mangues e águas estagnadas, podiam determinar a diferença das febres. Em Desterro costumavam chamar-se de “afeções” ou febres “palustres”, este tipo de enfermidade que acometia os moradores próximos destes lugares. O trabalho com o contágio, se torna também um trabalho com os confinamentos, os cheiros, as exalações danosas. No “Ensaio sobre a Salubridade e Pathologia da Ilha de Santa Catharina e em particular da Cidade do Desterro”, publicado no ano de 1864, o médico João Ribeiro de Almeida afirmou que

Ao SSO da cidade, na distancia de 2 leguas existe uma grande lagôa que communica com o mar. Os moradores na freguesia da Lagôa soffrem quasi

⁴⁷⁶ Ibidem, p. 34-35.

⁴⁷⁷ Ibidem, p. 35

todos de afecções palustres, e muitos mesmo se achão em estado mais ou menos avançado de cachexia paludoza. As lagôninhas, pela regra de que o perigo das aguas estagnadas esta na razão inversa de sua profundidade, são menos para temer-se, visto como são muito profundas.⁴⁷⁸

Eram dois os principais paradigmas médicos vigentes no século XIX, sobre as causas e os modos de propagação das doenças. Assim como considera Chalhoub, entendia-se por *contágio* a propriedade que apresentavam certas doenças de se comunicar de um a outro indivíduo diretamente, pelo contato, ou indiretamente, através do contato com objetos contaminados pelos doentes ou da respiração do ar que os circundava. Deste modo, os *contagionistas* acreditavam que o surgimento de uma dada doença sempre se explicava pela existência de um veneno específico que uma vez produzido, podia se reproduzir no indivíduo doente e assim se propagar na comunidade. Um exemplo muito citado era a varíola, chamada à época de “bexiga”, tida como “moléstia eminentemente contagiosa”. Neste sentido, também era evidente que a vacina se transmitia por contágio.⁴⁷⁹

Por *infecção* se entendia a “ação exercida na economia por miasmas mórbidos”. Dito de outro modo, a infecção se devia à ação que substâncias animais e vegetais em putrefação realizavam no ar ambiente. A infecção, portanto, atuava na esfera do foco em que se emanavam os tais “miasmas”, e o indivíduo doente agia sobre o são ao alterar o ar ambiente que os circundava. A malária era tida como doença tipicamente infecciosa. A chave do paradigma da infecção estava na definição, um tanto quanto imprecisa, daquilo que se entendia por *miasma*. Consideravam-se como tal todas as “emanações nocivas”, que corrompiam o ar e atacavam o corpo humano.⁴⁸⁰

Eram as emanações danosas, as podridões, os objetos em decomposição que, por sua vez, podiam matar. Os cemitérios, como as águas estagnadas e locais de despejos onde estagnavam matérias fecais espalhavam subitamente um “vapor infectado, perigoso em todos os tempos e em todos os lugares”. O cheiro concretizava os riscos. O mau cheiro não era apenas incômodo, mas perigoso. No contexto urbano, eram

⁴⁷⁸ Ensaio, *O Despertador*, Desterro, Terça-feira 11 de Outubro de 1864. Anno II. n. 179, p. 3.

⁴⁷⁹ CHALHOUB, Sidney, op. cit., p. 169.

⁴⁸⁰ Idem.

as ruas onde o lixo misturado às águas dos riachos, formavam uma lama infecta; os matadouros “onde permanecem as matérias animais, provocando as febres pútridas”. Eram, enfim, os lugares de amontoamentos: dos mortos e dos vivos, os cemitérios, os hospitais, as prisões, aos quais se acrescentava a ligação insistente entre o mau cheiro e a falta de limpeza, dos espaços e dos corpos. Como medida, devia-se aumentar a circulação e a renovação do ar e das águas, para eliminar as fontes mais perceptíveis de fetidez.⁴⁸¹ Para o médico João Ribeiro de Almeida, a sujeira se espalhava por diferentes lugares em Desterro, uma vez que, apesar das posturas fazerem uma série de restrições e proibições no intuito de manter a higiene públicas, a fiscalização deixava a desejar. Assim, tinha a cidade “excellentes fiscaes; no centro da cidade os cães e o vento Sul; nos arrabaldes os urubus”.⁴⁸²

As autoridades policiais e os fiscais da Câmara utilizavam uma retórica semelhante à dos higienistas, e rogavam por ações contra as imundícies e os despejos irregulares de lixo e águas servidas. Os jornais desempenharam uma importante função fiscalizadora do centro urbano desterrense, denunciando a falta de higiene de determinados locais, vigiando a ordem pública, se posicionando contra as irregularidades cometidas pela população, e divulgando as recomendações de médicos e higienistas.⁴⁸³

A pesquisa nos periódicos da época permite perceber que, durante todo o século XIX, foram frequentes as denúncias de águas estagnadas nas ruas, terrenos e fontes da cidade do Desterro. Muito do que era publicado fazia referência também à limpeza das ruas, fossem solicitações feitas por moradores, fossem ordens públicas. Eram recorrentes, por exemplo, os pedidos para a limpeza da “testada” das casas, para usar um termo corrente na época, ao se referir à fachada das residências. Igualmente comuns, eram as reclamações à atuação dos fiscais da Câmara, considerada pouco eficiente, como podemos observar na publicação do jornal *Regeneração*, de 1º de abril de 1885:

Quem não conhecer o sr. fiscal do 1.º districto, e
olhal-o á prima vista dirá logo ser um homem que

⁴⁸¹ VIGARELLO, Georges, op. cit., p. 162-163.

⁴⁸² ALMEIDA, João Ribeiro de. Ensaio sobre a salubridade, estatística e patologia sobre a Ilha de Santa Catarina e em particular da cidade do Desterro, 1864. p. 45. Acervo do setor de Obras Raras da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina.

⁴⁸³ GARCIA, Carla, op. cit., p. 31.

dorme muito. Pois não senhor; o sr. fiscal do 1.º districto dorme pouco... encontra-se muito cedo na rua, afim de attender aos misteres de sua profissão. Mas... sua senhoria há de permittir que lhe notemos uma pequenina falta, apesar de sua grande actividade. Quem passar pela praça do General Osorio e olhar para o lado da Carioca dirá immediatamente: - não temos camara municipal se a temos, não possuímos fiscal. E é exacto; a mamona attestando alli a falta de cuidado de quem anda sempre a publicar a capinação das testadas dos proprietarios, cresce a bom crescer, quase que occulta quem passa pela rua a traz da referida carioca.⁴⁸⁴

No confronto entre saúde e doença, o salubre e o insalubre, na concepção da época, a água exercia influência direta. Um anúncio de 1864, publicado no “Despertador”, afirmava ser de conhecimento de todos que a água potável da cidade, em sua maior parte, era de “muito má qualidade”, principalmente no verão, contendo substâncias orgânicas “e até ovos dos vermes”, e produzindo por isso “diferentes moléstias como seja diarreia, dyssenteria, etc.”⁴⁸⁵ Por estas razões, dizia o anúncio, muitas pessoas deixavam de beber água, o que também se tornava nocivo à saúde, sendo inquestionável que a boa conservação da saúde necessita de uma certa quantidade de água limpa. A partir destas reflexões era conveniente, portanto, “melhorar a agoa por meio de bons filtros, e para isso recommendão-se os filtros de carvão que se vendem no largo do Palacio n.º 9”.⁴⁸⁶

Em 1877 publicou-se no “Despertador”, um extrato da obra “A agoa” por Tissandier. Nesta, considerava-se que “um homem”, em média, devia consumir dois litros de água por dia, de modo que uma quantidade inferior poderia lhe causar “soffrimento physico”. Contudo, destacava-se a importância da pureza das águas consumidas uma vez que

Não basta dispôr de dous litros d’agoa por dia; é preciso que essa agoa seja san e de boa qualidade. Em todos os tempos tem-se attribuido á acção das

⁴⁸⁴ Quem não conhecer o sr. fiscal..., *Regeneração*, Desterro, Quarta-feira 1 de Abril de 1885. Anno XVII. n. 65, p. 2.

⁴⁸⁵ Filtros para agoa, *O Despertador*, Desterro, Terça-feira, 27 de Dezembro de 1864. Anno II. n. 204, p. 4.

⁴⁸⁶ Idem.

agoas de má qualidade certos effeitos pathologicos accidentaes, certas molestias endemicas; e se estas opiniões foram algumas vezes exageradas, se nem sempre basearam-se em provas reaes, não é menos certo tambem que muitas agoas são prejudiciaes e perigosas. Pela mesma razão se deve calcular que as agoas que contem saes favoraveis á economia e aos desenvolvimentos do organismo, que encerram productos gazosos proprios a facilitar o trabalho da digestão, tornam-se, por uso diario, o agente hygienico mais seguro, mais precioso e mais racional.⁴⁸⁷

O cientista francês enumerou, assim, os tipos de água, os artificios para designar se eram boas ou ruins, além da quantidade necessária a ser ingerida. As águas doces podiam ser divididas em águas da chuva, de fontes, de rios, de lagos, de tanques e de poços. A água da chuva, no momento em que era recolhida, não era “absolutamente pura”, entretanto, era considerada a “agoa mais pura da natureza”.⁴⁸⁸ Possuía o defeito de não ser “nutritiva” e de não conter “bastante ar em dissolução”, sendo insípida e adocicada.⁴⁸⁹ As águas dos tanques, abundavam em matérias orgânicas que as corrompiam, podiam exalar um cheiro desagradável, de modo que seria aconselhável bani-las da alimentação.

A água podia ser considerada de boa qualidade quando fresca, límpida e sem cheiro, quando não era “turbada pela ebolição”, e quando o resíduo deixado pela evaporação era bastante fraco. Quanto ao sabor, deveria ser agradável e doce, “não é ensôssos nem salgado, quando encerra ar em dissolução, quando dissolve bem o sabão sem formar grummos, quando, finalmente, cosinha bem os legumes”.⁴⁹⁰ As águas de cisternas possuíam substâncias orgânicas e minerais que, precipitadas, as impregnavam, exigindo, para sua purificação, um repouso de alguns dias. As águas de poços, que atravessavam as camadas do solo, eram, por isso, indigestas e pesadas ao estômago. As águas dos ribeiros eram, em grande medida, próprias para beber, mas dentre elas a água das fontes era incontestavelmente melhor.

⁴⁸⁷ Transcrições, *O Despertador*, Desterro, Terça-feira 27 de Fevereiro de 1877. Anno XV. n. 1.463, p. 4.

⁴⁸⁸ Idem.

⁴⁸⁹ Idem.

⁴⁹⁰ Idem.

“As melhores agoas, disse Hippocrates com razão, *são quentes no inverno e frias no verão*, e esta sentença do pae da medicina, novamente em vigor na actualidade, é a que deve presidir á escolha da agua potavel.” Ainda segundo o referido autor, nada seria preferível às águas límpidas e frescas tiradas de fontes puras, abrigadas á sombra de copas de árvores, que “offerecem aos estomago um liquido bemfasejo, fresco e agradável, que concorre para a saude do corpo e não deixa de influir no bem-estar moral.”⁴⁹¹

No que tange à salubridade dos indivíduos, considerava ser evidente que “as diarrhéas, dysenterias e outras molestias, agudas ou chronicas” eram endemicamente determinadas pelo uso contínuo de águas que continham em si grande proporção de “materias organicas alteradas, seja em suspensão, seja em dissolução”. Acreditava-se, deste modo, que quanto menos matérias orgânicas contivesse a água potável, melhor ela seria.

Em vista do exposto podemos inferir que, assim como demonstra Sant’Anna, antes da década de 1870, os estudos e as precauções com as águas costumavam definir algumas impurezas do líquido, detectar a sujeira vinda de esgotos e infiltrações, mas não identificavam claramente as especificidades dos microrganismos. A cautela ainda podia ser limitada ao exame da água feito pelo olhar, olfato e paladar atentos, auxiliados pela luz do dia e por algumas técnicas de uso doméstico.⁴⁹²

Foi somente a partir das difusões das pesquisas do cientista francês Louis Pasteur, que os materiais de putrefação passaram a ser considerados propícios à proliferação de micróbios. Outrossim, o aperfeiçoamento do microscópio assinalou um importante avanço tecnológico, assumindo um papel fundamental e indispensável na produção do conhecimento científico. Assim, no final do século XIX inicia-se a reformulação do saber médico, com ênfase no controle científico das doenças infecto-contagiosas, o qual deveria principiar pela decodificação dos agentes patogênicos e pela formulação de métodos profiláticos.⁴⁹³ Quando, no final do século XIX, Remlinger efetuou uma enumeração dos micróbios da água de seu banho, mostrou até que ponto a microbiologia pasteuriana foi capaz de transformar, a partir de 1870-1880 na Europa, a percepção da limpeza. O universo bacteriológico, cuja explicação foi amplamente iniciada por Pasteur, transfigura igualmente, a imagem da lavagem. O banho, portanto, passa a ter um novo objetivo:

⁴⁹¹ Idem.

⁴⁹² SANT’ANNA, 2007, op. cit., p. 191.

⁴⁹³ GARCIA, Carla, op. cit., p. 55.

fazer desaparecer uma presença corpuscular. O micróbio, assim, concretiza o risco, identificando-o. Essa nova limpeza, de acordo com Georges Vigarello desloca o olhar: ela elimina o que não se vê nem se sente. A água mais transparente passa a poder conter bactérias, e as exigências, portanto, aumentam.⁴⁹⁴

Naquele contexto, os médicos britânicos John Snow e William Budd foram os primeiros a defender a relação entre as águas contaminadas pelos dejetos humanos e as epidemias de Cólera e Febre Tifoide. Snow e Budd apresentaram dados científicos para refutar a teoria dos miasmas e defenderam a ideia de que a transmissão do Cólera e da Febre Tifoide ocorria através das águas contaminadas. Com estes dois médicos, a teoria da transmissão hídrica ganhou sua forma inicial, mas foi somente com o desenvolvimento da microbiologia, nas décadas finais do século XIX, que foi possível comprovar a presença dos agentes transmissores do Cólera e da Febre Tifoide em águas contaminadas por dejetos humanos.⁴⁹⁵ No Brasil, teve destaque a tese publicada em 1892 pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz, em que demonstrava a veiculação dos micróbios pela água, e a partir da qual ganha novo alento a intolerância aos poços e fontes públicas, acusados de perigosos focos de contaminação.

No final do século XIX, por conseguinte, o uso de exames laboratoriais para identificação e quantificação de microrganismos na água tornou-se um procedimento cada vez mais comum para a comunidade científica. Todavia, o advento dos exames não impediu a continuidade de práticas tradicionais de avaliação da qualidade das águas, como vimos: a observação da cor, do odor e da textura e da limpeza dos recipientes de armazenamento. Esta situação de um olhar científico para as águas coexistindo com um olhar baseado na tradição, deve ser pensada dentro do contexto mais amplo das mudanças epistemológicas que estavam em curso na transição do século XIX para o XX. Sendo assim, naquele contexto, o surgimento da microbiologia não significou o abandono imediato da teoria dos miasmas, e uma parte da comunidade científica, procurou conciliar a preocupação com a qualidade do ar e outros fatores climáticos com a pesquisa sobre o papel dos micróbios na transmissão das doenças.⁴⁹⁶

⁴⁹⁴ VIGARELLO, Georges, op. cit., p. 224.

⁴⁹⁵ RÜCKERT, Fabiano Q. Os médicos e a higiene pública na imprensa Rio Grande do Sul: entre a teoria dos miasmas e a teoria da transmissão hídrica das doenças. *História* Unicap, Recife, v.1, n.1, jan./jun. 2014, p. 87.

⁴⁹⁶ Idem.

De igual maneira, não se eliminou a importância da roupa branca, pelo contrário, a burguesia multiplicou, no século XIX, os tecidos leves e a troca da peça branca. Entretanto, outros valores emergiram, outros padrões começaram a promover a limpeza do “debaixo”. As recomendações microbianas constituíram uma nova questão: é preciso lavar para melhor defender o corpo. Este discurso científico, apesar de suas aplicações ainda limitadas e hesitantes, desempenhou a tarefa de conferir uma utilidade palpável a uma limpeza que se vê cada vez menos, bem como atribuiu um sentido funcional às exigências antes interiorizadas. É com a limpeza eliminando o micróbio que se conclui um longo percurso, que foi do mais visível ao mais secreto, e que atravessou também a esfera do privado.⁴⁹⁷

Os cuidados com o corpo, por sua vez, implicaram em uma reestruturação total do mundo subterrâneo e aéreo das cidades em fins do século XIX e início do XX, uma vez que, assim como afirma Vigarello, foi a água um dos fatores mais importantes das reformas urbanas nesta época. Com ela, tanto a alimentação como a “respiração” dos aglomerados urbanos foram alterados.⁴⁹⁸

Em Desterro, na segunda metade do século XIX, higiene e salubridade das águas estavam entre os principais temas abordados nos ofícios trocados entre os representantes da Câmara Municipal e os presidentes da província. A limpeza das fontes, ruas, praças e praias da cidade era tomada enquanto medida de salubridade e prevenção de doenças, de modo que eram recorrentes os pedidos por providências que melhorassem o estado sanitário da capital.⁴⁹⁹ E, depois de 1880, os jornais veiculavam, com maior naturalidade do que no passado, notícias da instalação de sistemas de abastecimento de água em outras cidades brasileiras, bem como anúncios de produtos destinados à higiene, considerando a tecnologia de canalização da água como meio de ingressar no mundo civilizado, confortável e, sobretudo, seguro dos novos tempos.

⁴⁹⁷ VIGARELLO, Georges, op. cit., p. 252.

⁴⁹⁸ Ibidem, p. 255.

⁴⁹⁹ Ofício de Miguel de Souza Lobo, Presidente de Câmara, para o Exmo. Sr. Dr. Ignácio Accioli de Almeida, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 1 mar. 1873, p. 04-04v. Ofícios Presp. Cam M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Ofício de Júlio Melchior Trompowsky, Presidente da Câmara, para Alfredo d’Escragnoille Taunay, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 12 jul. 1876, p. 45-48. Ofícios Presp. Cam M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

No “A Regeneração”, em 25 de julho de 1883, foi publicado um interessante artigo, com caráter de protesto, sobre a condição em que se encontrava o abastecimento de água potável em Desterro. Versando sobre o crescimento da população, a má qualidade da água e as consequentes doenças que afligiam os habitantes da cidade, chamou a atenção para o fato de, em meio a todo o “progresso material”, ainda não haver um sistema que ofertasse “uma boa água para beber”. Reproduzimos, abaixo, a publicação:

Não é cousa nova, nem vamos por isso pedir privilegio algum: mas por ser muito antiga e já por muitas vezes apresentada, não perdeu sua oportunidade e importancia a ideia do abastecimento d’agua potavel nesta capital.

Hoje, sobretudo, quando parece mania geral bradar a todo o proposito pelo progresso material, pelos interesses dos povos, desenvolvimento do commercio, artes, industria e lavoura, com suas estradas de ferro, vapores, engenhos e impostos, pela instrucção publica, finanças e liberdades, com seus regulamentos, clubs e lyceus, quando todos se alvoroçam para alcançar por todos os modos a fortuna publica e a particular: não é muito que nós tenhamos uma palavra para lembrar que também nos falta – uma boa agua para beber.

Agua, boa e sufficiente, desculpem-nos os entendidos, é mais necessario ao povo do que todos aquelles progressos, que entretanto confessamos bem necesarios.

Como alimento não nos tem a agua faltado, em boa hora o digamos, posto escassa algumas vezes e sempre ruim; mas como elemento de saude ella tem sido fatal ao povo pela sua má qualidade.

Sua insufficiencia vae se tornando bem sensível com o crescimento rapido da população, visto serem os mesmos os poços que a fornecem e estes já amesquinados pelo desalmado desmatamento das montanhas visinhas.

Grande parte das molestias que afligem a população da capital é devido ao uso da agua de má qualidade, ordinariamente, e quando acontece

perdurar uma secca como a actual muito mais notavel se torna o mal.

Excusado é repetir os mil argumentos em favor da necessidade de abastecer a cidade de agua corrente: estão na consciencia de todos e são pela maioria intuitivos.

Assim, nos limitamos hoje a chamar a atenção dos poderes publicos para tão urgente e indispensavel empreza.⁵⁰⁰

Dois dias após a primeira publicação, o(s) redator(es) do jornal voltaram mais uma vez ao assunto. Da mesma maneira, a crítica recaiu sobre os governantes e administradores municipais, e desta vez, nem a iniciativa privada foi poupada. Dizia-se:

[...] já foi até objecto de lei e cremos que há até concessão de privilegios. Mas, porque nada se tem feito praticamente? Será obra tão monstruosamente grande que desanime qualquer empreza?

Será empreza tão pouco lucrativa que não anime algum patriotismo? Será cousa de tão pequena importancia que não valla a pena de se cuidar n'isso? Pois que! Fez-se Alfandega, Policia, comprou-se Assembléa, Thesouraria Provincial, fez-se Theatro, abriu-se ruas, arrampou-se, macadamisou-se. Fez-se mausoléus na Praça, estendeu-se linhas de Bonds, para tudo se achou emprezarios e dinheiro, - e só não houve quem quizesse ao menos estudar a questão de trazer agua corrente para abastecimento da capital! [...]

Temos visto, em Tijucas, em São Miguel, na Enseada de Brito, na Laguna por exemplo, obras que não são menos difficeis, algumas até mais importantes do que a de que tratamos e mais, foram planejadas e executadas por um só individuo com seus recursos persoaes. Decididamente ainda não cahiu em graça o abastecimento d'agua corrente na capital.⁵⁰¹

⁵⁰⁰ Agua potavel, *A Regeneração*, Desterro, Domingo 15 de Julho de 1883. Anno XV. n. 55, p. 2.

⁵⁰¹ Agua potavel, *A Regeneração*, Desterro, Quarta-feira 18 de Julho de 1883. Anno XV. n. 57, p. 2.

Como podemos observar nas publicações acima, ao final do século já era muito sentida, em Desterro, a necessidade de um sistema “moderno”⁵⁰² de abastecimento e distribuição de água aos seus habitantes, em que se aplicassem novas técnicas organizativas e da engenharia hidráulica disponíveis na época. O agravamento de uma demanda já existente ao longo de todo o período estudado, tanto no plano quantitativo como no qualitativo, portanto, se torna evidente a partir das fontes analisadas. Reclamava-se pela falta dos recursos técnicos e financeiros que permitissem ampliar a oferta e a qualidade do líquido, não obstante algumas tentativas, empreendidas pelo poder provincial, de facultar a quem melhor propusesse a construção de um sistema de abastecimento de água para a capital.

Em 28 de março de 1887, o periódico “Conservador”, anunciou em sua seção de editais que, em virtude de ordem do presidente da província, contida no ofício de 18 do mês de janeiro, mandou o “Illm. Sr. Inspector fazer publico que fica prorrogado até o dia 23 de Julho do corrente anno, o recebimento n’esta repartição de propostas para o abastecimento d’água potavel a esta Capital por meio de canalisação da vertente ou vertentes que forem mais convenientes”, em conformidade com a Lei n. 1123 de 13 de setembro de 1886. Ao fim do prazo estipulado, contudo, o noticiário do mesmo periódico comunicou que “nenhuma proposta foi apresentada para tal mister”.⁵⁰³

Francisco José da Rocha mencionou, em seu relatório de 1887, que mandou pôr em concorrência, em Desterro e na Corte, o serviço de canalização e abastecimento de águas potáveis. Contudo, apesar de prorrogado por mais seis meses o prazo, não se apresentou, ao término deste, proposta alguma. Justificou que tal desinteresse se devia a grande distância dos mananciais até a cidade, onerando, em função da grande quantidade de tubulações necessárias, o desenvolvimento de tal empresa. Afirmou também, o presidente da província, que a maior dificuldade estava em determinar quais os mananciais deveriam fornecer o líquido, e na impossibilidade da pequena população de arcar com as despesas que exigiria um encanamento de vertentes mais afastadas.⁵⁰⁴

⁵⁰² Noção desenvolvida por MATÉS-BARCO, J. M., em *La conquista del agua. Historia económica del abastecimiento urbano*. Jaén: Universidad de Jaén, 1999.

⁵⁰³ Noticiário, *Conservador*, Desterro, Segunda-feira 25 de Julho de 1887. Anno IV. n. 154, p. 2.

⁵⁰⁴ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina na 2ª Sessão de sua 26ª Legislatura, pelo Presidente, Francisco José da Rocha, em

Foi somente na primeira década do século XX que se operaram mudanças significativas no quadro do abastecimento hídrico da, então, cidade de Florianópolis. Em 30 de agosto de 1907, no governo de Gustavo Richard, foi publicada a Lei n.º 737, a qual versava sobre novas definições acerca das contratações por parte do estado com relação aos serviços de água, luz e esgotos para a capital. Complementando a referida Lei, em 2 de dezembro de 1907, foi lavrado o Termo de Acordo entre o governo do estado, representado pelo seu Procurador Fiscal, e a Superintendência Municipal da Capital, para a transferência, ao estado, dos serviços de iluminação elétrica, estabelecimento de uma rede de esgotos, bem como de canalização e abastecimento de água potável. Deste modo, ficou consignado que enquanto esses serviços não fossem inaugurados, as remoções de matérias fecais e de águas servidas, bem como a iluminação da cidade, continuariam a serem feitas pela municipalidade. O acordo estabelecido através do termo duraria até que fossem contratados os serviços com a empresa ou companhia que propusesse executá-los.⁵⁰⁵

Depois de concluídos os estudos para a implantação dos serviços, expediram-se os editais com longos prazos para a apresentação de propostas dos concorrentes. Após o encerramento do prazo da concorrência pública e das prorrogações, a firma dos engenheiros Edward Simmonds & Adriano Saldanha apresentou uma proposta para o serviço de abastecimento de água potável. Esta consistia no aproveitamento dos mananciais do morro da Lagoa e do Itacorubi, pela importância de 1:100\$000 em apólices da dívida pública do estado. Esta proposta, depois de algumas modificações, foi aprovada e reduzida a um Termo de Contrato, assinado em 10 de março de 1909.⁵⁰⁶

O primeiro sistema completo de abastecimento de água em Florianópolis, que também se constituiu como primeiro do Estado de Santa Catarina, teve suas obras iniciadas em junho de 1909, utilizando o Córrego Ana D'Avila, no bairro do Itacorubi, e o Córrego da Lagoa da Conceição como fontes de captação. Em 10 de maio de 1910 este sistema foi inaugurado, tendo sido realizado pela empresa privada Simmonds & Saldanha, a qual, como dito, havia vencido a concorrência pública para a

11 de Outubro de 1887. Rio de Janeiro, Typ. União de A.M. Coelho da Rocha & C., 1888.

⁵⁰⁵ SILVA, Dalton da. *Os esgotos sanitários de Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 1989. p. 70.

⁵⁰⁶ Ibidem, p. 75.

concessão deste serviço, muito embora não tivessem havido outros proponentes para tal empreendimento.

Nesta data, três obras principais foram concluídas: a construção das represas dos respectivos mananciais, o assentamento da adutora de doze polegadas e a construção do reservatório de 3.000.000 litros, situado no Morro do Antão a 6.050 metros da captação. Destaca-se o fato de que, pouco mais de uma década depois, o sistema já era considerado insuficiente, tendo de ser reforçado pela captação das águas do Rio Tavares, através de uma adutora de oito polegadas e com 10.600m de extensão.⁵⁰⁷

Assim como considera Nilo Diniz, o empreendimento instaurava uma nova relação com a água para os habitantes da cidade, abrindo um campo de possibilidades à exploração do recurso. Até então o líquido era gratuito, estando sujeito aos diferentes modos de obtenção desenvolvidos por seus usuários. Aqueles que podiam pagar pelo serviço, optavam por receber água em suas casas, e como vimos, haviam também aqueles que possuíam poços em seus quintais, ou possuíam uma relação amistosa com o dono de um. Com a implantação do primeiro sistema de abastecimento, todavia, um valor pecuniário passou a recair sobre a água, dando força ao processo de transformação deste recurso em mercadoria.⁵⁰⁸

De igual maneira, a transferência dos custos de instalação da infraestrutura de abastecimento de água potável a empreendedores privados, por meio de concessões indica uma escolha política da gestão pública na partilha social do líquido, à exemplo do ocorrido nas cidades da Província do Ceará, e em outras do Brasil. Assim como em Aracati, o exclusivismo da *Ceará Water Company* em Fortaleza, resultou no fechamento de aguadas públicas, cacimbas e chafarizes, limitando a atuação dos aguadeiros nesta cidade.⁵⁰⁹

“Em 1950 a água foi instalada na aldeia de Brantes, nos confins da Provence e do Dauphiné; até então isto fora ignorado por todos os planos de urbanização.”⁵¹⁰ Como observou Daniel Roche para a aldeia francesa, também em Desterro a chegada da água encanada nas casas mudou rapidamente a vida de todos, aliviando um fardo multissecular.

⁵⁰⁷ RAMOS, Átila Alcides. *Memórias do Saneamento Desterrense*. Florianópolis: Ed. da CASAN, 1986. p. 34.

⁵⁰⁸ DINIZ, José Nilo B. Abastecimento de água no Brasil setentrional: a gestão hídrica em Aracati (século XIX). *Água y Territorio*, Universidad de Jaén, Espanha, n. 11, p. 19, jan/jun 2018.

⁵⁰⁹ DINIZ, José Nilo, op. cit., p. 20.

⁵¹⁰ ROCHE, Daniel, op. cit., p. 183.

Para toda uma geração, o progresso rompia com a parcimônia, ao mesmo tempo em que a antiga cultura ditava uma herança de últimas desconfianças, mobilizadas contra o excesso de um consumo agora ilimitado.

Os meios de abastecimento de água apenas eram suscetíveis de serem aumentados e aprimorados se a pressão das necessidades impusesse a busca de novas soluções. Em Desterro, foi preciso mais de um século para que estas aparecessem na dinâmica urbana e no contexto de uma mudança profunda de mentalidade: o serviço das águas passando de uma concepção privilegiada para a dimensão da apropriação coletiva, com a finalidade do controle social, sanitário e econômico. De forma definitiva, a rede líquida deixaria a cargo dos humanos o cuidado de se desenvolver, sem que estes tivessem de se lembrar que a água presente em toda parte foi uma das suas condições de existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Florianópolis é uma cidade reconhecida pela beleza de suas diversas praias e atividades de lazer. A identidade do florianopolitano parece ser evidenciada por sua relação com o mar e a pesca, e a rica cultura material e imaterial relacionada a essa atividade. Mas, dificilmente nos lembramos do que a historiadora Denise Sant'Anna chama de paisagem social intimamente relacionada às águas potáveis e ao abastecimento hídrico da capital catarinense, bem como da relação desta população com este recurso natural.

Nas últimas décadas os procedimentos adotados no desenvolvimento urbano, industrial e agrícola causaram, e certamente não apenas em nosso Estado, imensos problemas de degradação e de comprometimento dos recursos hídricos. Essas questões estão vinculadas aos mecanismos e padrões culturais da sociedade. Os rios encontram-se poluídos e assoreados e a água está minguando. Na Capital, interrupções no fornecimento de água a vários pontos da cidade são bastante frequentes – sobretudo na temporada de verão, quando o número de habitantes aumenta em função do turismo – de modo que a falta do líquido, ou o serviço de água de má qualidade, provoca inúmeros transtornos à população da Região Metropolitana de Florianópolis.

Ao mesmo tempo, a memória sobre as antigas características e usos da água, no passado, também se dilui. Esquecemos que os córregos, as fontes e suas nascentes, cariocas e poços, fizeram parte de nosso meio, inseriram-se em nosso cotidiano e são protagonistas de nossa história. Refletir sobre as relações que nossa comunidade, o Estado ou o setor econômico mantiveram com a natureza é um caminho para repensar atitudes e sobretudo, para a compreensão das dificuldades encontradas no presente.

Muito em razão das transformações operadas na paisagem pela industrialização e urbanização e da submissão dos recursos hídricos aos novos e diferentes usos, homens e mulheres, na cidade, afastam-se cada vez mais da água enquanto elemento que tem movimento e ritmos naturais. A memória a respeito dos córregos urbanos, das bicas de água, da fauna e da flora associada a esse meio, desaparece com o passar dos anos. As ruas são construídas sobre riachos e córregos canalizados, as avenidas se estendem ao largo dos rios maiores. As bicas naturais se escondem atrás de canos que levam suas águas às caixas de distribuição.

A água potável em Florianópolis precisou ser trazida cada vez mais de longe, deixando de ser concebida enquanto recurso local, e passando a fazer parte de uma política estadual. Hoje, sob uma mudança

de concepção, é vista e sentida pela população mais como um problema do que algo constitutivo de sua história. Ao longo do século XX, cada vez mais a água foi sendo identificada com saneamento, energia, esgoto, indústria, irrigação, alagamentos e inundações. Todavia nos esquecemos dos usos que remetem ao passado.

Ao longo deste trabalho, investigamos algumas das formas de ordenação, provimento e apropriação das águas potáveis em Desterro no século XIX. Buscamos analisar, sob a ótica da história ambiental, as relações estabelecidas entre os habitantes de Desterro face ao abastecimento hídrico da cidade, observando como os diversos agentes sociais apreendiam, utilizavam, e procuravam normatizar os usos deste bem natural.

Procuramos demonstrar, igualmente, como a autoridade do governo municipal, a Câmara de Desterro, agiu normatizando, edificando, limpando e realizando a manutenção de equipamentos e do espaço urbano relacionados ao suprimento de água potável. Analisar o fornecimento de água potável para a área central da cidade, através das despesas inventariadas pela Câmara, nos permitiu visualizar que apesar das despesas gerais apresentarem um movimento de crescimento ao longo do século XIX em Desterro, este não foi acompanhado em igual proporção pelas despesas com o abastecimento.

Esta contabilidade, por vezes, podia representar uma administração que gastava muito pouco com seus cidadãos, e que optava pela segurança fiscal em detrimento do investimento em bens públicos, em obras que aprimorassem a qualidade de vida de seus habitantes, a exemplo do abastecimento de água e saneamento. Investigar a trajetória desses investimentos, portanto, nos revelou importantes elementos diretamente relacionados a dinâmica da gestão das águas na cidade. O que, por sua vez, nos levou a reconhecer as dificuldades enfrentadas e a carência deste serviço em Desterro ao longo do século XIX, alvo de constantes e recorrentes reclamações por parte da população.

Ao apresentarmos a estrutura ordenadora das águas, a análise de documentos normativos, como os Códigos de Posturas Municipais, nos permitiu reconhecer e compreender a legislação elaborada, de forma recorrente, a respeito da captação, tratamento, armazenamento, distribuição e uso das águas urbanas. Todavia, pudemos perceber que as Posturas podiam indicar tanto as tentativas de controle, domesticação e ordenamento dos usos das águas, quanto os desvios destes usos. Deste modo, vimos que a reedição e ampliação destes regulamentos de âmbito municipal podem ser consideradas como indícios das maneiras contrárias com que eram praticadas.

Ao procurarmos compreender como a água se tornava disponível para a população da cidade, pudemos observar as inúmeras questões diretamente relacionadas ao acesso e à qualidade deste recurso em Desterro no oitocentos, bem como os problemas advindos da má conservação das fontes e/ou cariocas, alvos constantes de críticas e reclamações por parte da população aos órgãos responsáveis. Ficaram evidenciados também, em meio à reflexão sobre o abastecimento e os desafios para organizá-lo, os conflitos sociais advindos das dificuldades encontradas nos serviços de abastecimento de água utilizados pela população, nas disputas pela utilização das poucas e mal conservadas fontes que havia.

É importante destacar, no entanto, que ao propor uma leitura histórica a respeito do abastecimento de água em Desterro no século XIX, a fim de analisar como este recurso fundamental se tornava disponível para o consumo da população na cidade, não se optou por fazer uma história da destruição das fontes de água e da poluição dos rios, – embora isso seja sinalizado em alguns momentos – onde práticas humanas estariam sempre em oposição à natureza. Buscou-se, portanto, atentar para relação dos sujeitos com o mundo natural que os circundava, e, sobretudo, para os usos do recurso natural hídrico, considerando o lugar e o papel que o meio ambiente ocupa nas transformações sociais determinadas historicamente.

Deste modo, vale ressaltar, que não se pretendeu trazer uma abordagem do ser humano unicamente como elemento destruidor da natureza, nem se utilizar da ultrapassada concepção de oposição entre humanidade e natureza, “na qual, o homem, para criar a cultura, afaste-se do meio natural, usando os seus recursos como uma espécie de armazém”⁵¹¹. A presente abordagem historiográfica, sem deixar de considerar uma realidade de mau uso do recurso hídrico, buscou observar os demais aspectos das condições históricas do uso e do gerenciamento deste recurso natural em Desterro, evidenciando tradições culturais, sociabilidades, conflitos, gestos e sensibilidades, entre outras questões relacionadas ao tema.

Na busca por tratar dos problemas concretos da sociedade florianopolitana, e dos antecedentes históricos de tais problemas, encontramos, em escala menor, os significados teóricos para uma história ambiental no Brasil. Como sustenta Martinez, tal abordagem permite a compreensão das relações sociais que orientaram os usos, as apropriações

⁵¹¹ DUARTE, Regina Horta, op. cit., p. 150.

e representações dos recursos naturais. Ao propor uma nova visão do passado, o da relação dos humanos com a natureza, a história ambiental, portanto, nos ajuda também a evidenciar uma visão crítica do presente.⁵¹²

Ao buscarmos uma relação entre os aspectos materiais e culturais relativos ao abastecimento hídrico em Desterro, é possível observarmos o quanto esses devem ser compreendidos de maneira indissociável, de modo que há determinados comportamentos e práticas que podem ser percebidos numa duração mais longa, a exemplo do recorte temporal escolhido. Podemos, dessa maneira, também considerar a importância da dinâmica espacial na experiência histórica, uma vez que as relações sociais se espacializam transformando a natureza.

A partir desta análise, portanto, podemos compreender como as relações sociais se conectam ao meio ambiente, transformando-o. E por outro lado, perceber que relações sociais também espacializam questões mais sutis, sejam elas de poder, de relações de gênero, relações de exploração de trabalho, e de conflitos entre os próprios estratos de uma sociedade.

Por fim, cabe evidenciarmos que a gestão das águas em Desterro se colocava na trama das relações sociais e alimentava os debates políticos, assim como as discussões científicas. Seu consumo, a modificação do seu papel e de suas utilizações também estavam no centro das políticas urbanas. Entretanto, as preocupações para fornecer e garantir os volumes necessários para todos os usos, para construir e manter os equipamentos da produção e da distribuição, eram inseparáveis de movimentos mais sutis, como as variações na fronteira entre o privado e o público, a ascensão das ideologias médicas e higienistas e a mudança reveladora dos limites da tolerância coletiva quanto ao “são” e o “malsão”.

Reconhecemos, ainda, que do mesmo modo que a trajetória das águas e de seu fornecimento à população instigou o início desta pesquisa, também nos mostrou a importância de estabelecermos limites. Sabemos da impossibilidade de conhecer todos os caminhos e percursos das águas, bem como da dificuldade de seguir os vestígios deixados por esta atividade urbana nos documentos pesquisados. De igual maneira, não colocamos um ponto final no universo das apropriações das águas urbanas em Desterro/Florianópolis, mas sobretudo esperamos que esta discussão lance luz às diversas possibilidades e questões suscitadas por este tema.

⁵¹² MARTINEZ, Paulo Henrique, 2006, op. cit., p. 19.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Conceição M. Rocha de. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura no século XIX*. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2010.

ALMEIDA, Gilmar Machado de. *A domesticação da água: os acessos e os usos da água na cidade do Rio de Janeiro entre 1850 a 1889*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2010.

ANTIGA Câmara Municipal. In: Prefeitura Municipal de Florianópolis (Website). Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/turismo/index.php?cms=antiga+camara+municipal>. Acesso em: 21 maio 2018.

ARAÚJO, Hermetes R. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, São Paulo, 1989.

BARRETO, Neila M. S. *Bicas, fontes, chafarizes: caixa d'água velha e a água de beber no espaço urbano de Cuiabá – 1790-1886*. Cuiabá: Carlini&Caniato Editorial, 2015.

BATISTELLA; BARCELLOS; GONDIM (et. al.). *O território e o processo saúde-doença*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/pdtsp/index.php?s_livro_id=6&area_id=2&capitulo_id=13&autor_id=&sub_capitulo_id=14&arquivo=ver_conteudo_2 Acesso em: 30 mar. 2018.

BLUTEAU, Raphael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 2: L - Z)*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Acervo digital da Biblioteca Brasileira. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>. Acesso em: 23 ago. 2018.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Volume 1. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CABRAL, Dilma. *Regimento das Câmaras Municipais*. Arquivo Nacional. MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira, 29 maio 2014. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/420-regimento-das-camaras-municipais>. Acesso em: 21 fev. 2018.

CABRAL, Diogo de C. Águas passadas: sociedade e natureza no Rio de Janeiro oitocentista. *Ra'eGa UFPR*, Curitiba, v. 23, p. 159-190, 2011.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. v. 1. Notícia. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p. 17.

CAMARGO, Angélica R. *Câmaras Municipais*. Arquivo Nacional. MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira, 23 maio 2013. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/141-camaras-municipais>. Acesso em: 21 fev. 2018.

CARDOSO, Paulino de Jesus F. *Negros em Desterro: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*. Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008.

CARUSO, Mariléa M. L. *O desmatamento na Ilha de Santa Catarina: de 1500 aos dias atuais*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

CASA de Câmara e Cadeia de Florianópolis tem novo prazo de entrega: julho de 2018. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 04 maio 2018. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/casa-de-camara-e-cadeia-de-florianopolis-tem-novo-prazo-de-entrega-julho-de-2018>. Acesso em: 21 maio 2018.

CASA de Câmara e Cadeia deve passar por reforma de R\$ 4,5 milhões. *G1 Santa Catarina*, Florianópolis, 29 jul. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/07/casa-de-camara-e-cadeia-deve-passar-por-reforma-de-r-45-milhoes.html>. Acesso em 21 maio 2018.

CESCO, Susana. *Floresta, agricultura e cidade: transformações ambientais e sociais na Ilha de Santa Catarina no século XIX*. Tese

(Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. Mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 5, jan-abr 1995.

CHEREM, Rosângela M. *Caminhos para muitos possíveis*. Desterro no final do Império. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

CORDEIRO, Lorena de P. *Uma História Ambiental dos mananciais da Serra do Mar: o abastecimento de água para Curitiba (1870-1929)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2008.

CORREA, Dora Shellard. História Ambiental e Paisagem. *HALAC*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, set. 2012 – fev. 2013.

COSTA, Wilma P. O Império do Brasil: dimensões de um enigma. *Almanack braziliense*, São Paulo, n. 1, maio 2005.

CRUZ, Olga. *A Ilha de Santa Catarina e o continente próximo: um estudo de geomorfologia costeira*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

DE BARROS, Sílvia Maria. *Memória, História e Formação da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Centro Legislativo Municipal, 2008. (6 volumes).

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A invenção do Cotidiano*. As artes de fazer. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998.

DE LOS RIOS, Adolfo Filho Morales. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

DE SOUZA, Williams Andrade. *Administração, normatização e civilidade: a Câmara Municipal do Recife e o governo da cidade (1829-1849)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.

DIAS, Maria Odila L. da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DINIZ, José Nilo B. Abastecimento de água no Brasil setentrional: a gestão hídrica em Aracati (século XIX). *Agua y Territorio*, Universidad de Jaén, Espanha, n. 11, p. 10-21, jan/jun 2018.

DOS REIS, Sara R. P. *A Casa de Câmara e Cadeia da antiga vila de Nossa Senhora do Desterro: sua história*. Florianópolis: Papa Livro, 2008.

DRUMMOND, José Augusto. História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.

DUARTE, Regina Horta. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. *Luso-Brazilian Review*, Wisconsin, v. 41, n. 2, p. 144-161, 2005.

ENTREGA da reforma da Casa de Câmara e Cadeia é adiada mais uma vez. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 03 set. 2018. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/entrega-da-reforma-da-casa-de-camara-e-cadeia-e-adiada-mais-uma-vez>. Acesso em 04 set. 2018.

EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil; ou Diário de uma visita à terra do cacauero e da Palmeira*. Com um apêndice. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

FRIAS, Renato Coimbra. *Abastecimento de água no Rio de Janeiro joanino: uma Geografia do passado*. 76p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

FUSTEL DE COULANGES, Numa-Denis. *A cidade antiga*. 2. ed. São Paulo: M. Claret, 2007. 421 p.

GARCIA, Carla Laner. *Emanações perniciosas, moralidade corrosiva: os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro (1831-1864)*. 164 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GARCÍA-BELLIDO, Javier. Ildefonso Cerdà y el nacimiento de la Urbanística: la primera propuesta disciplinar de su estructura profunda. Barcelona, *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. IV, n. 61, abr. 2000. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-61.htm>. Acesso em: 13 ago. 2017.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.

HANLEY, Anne G.; LOPES, Luciana S. Municipal Plenty, Municipal Poverty, and Brazilian Economic Development, 1836-1850. *Latin America Research Review*, v. 52, n. 3, pp. 361-377, 2017.

HARO, Martin Afonso Palma de (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC/ Lunardelli, 1990.

HÜBENER, Laura Machado. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistemático do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88835_v2.pdf. Acesso em: 28 ago. 2017.

LIMA, Débora. *Ilha de Santa Catarina: desenvolvimento humano e meio ambiente*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil*. Pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. O abastecimento de água: vida cotidiana e desigualdade social. In: MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: Editora Senac SP, 2007.

MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1980. p. 14-15.

MATÉS-BARCO, J. M., em *La conquista del agua*. Historia económica del abastecimiento urbano. Jaén: Universidad de Jaén, 1999.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. *Biografias*. 2018. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/>. Acesso em: 17 jul. 2018.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

OLIVEIRA, Adriane Stoll de. *A codificação do Direito*. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 60, 1 nov. 2002. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/3549/a-codificacao-do-direito>. Acesso em: 21 fev. 2018.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. Assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia M. F. (Orgs.). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

_____. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro, 1831-1889*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

PEREIRA, Nereu do Vale. *A modernização em Florianópolis*. Florianópolis: Lunardelli, 1974. p. 44.

PINHAL, Paulo. *Dicionário de terminologias arquitetônicas*, 2009. Disponível em: <http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/>. Acesso em: 21 maio 2018.

PITERMAN, Ana; GRECO, Rosângela Maria. A Água: seus caminhos e descaminhos entre os povos. *Revista APS*, v. 8, n. 2, p. 151-164, jul. /dez. 2005.

RAMOS, Átila Alcides. *Memórias do Saneamento Desterrense*. Florianópolis: Ed. da CASAN, 1986.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da Evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: USP, 1968.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODRIGUEZ, Evelyn A. La red social del abasto urbano: aguadores y fiadores en Zacatecas, México (siglo XIX). *Agua y Territorio*. Universidad de Jaén, España, n. 9, p. 11-21, enero/junio 2017.

_____. Presentación. Dossier. La organización social del abastecimiento urbano de agua: los aguadores. *Agua y Territorio*. Universidad de Jaén, España, n. 9, p. 8-10, enero/junio 2017.

ROSSI, Daiane S.; WEBER, Beatriz T. Legislação imperial e câmaras municipais: saúde e a higiene (Santa Maria/ RS), século XIX). *Dimensões*, v. 34, 2015.

RÜCKERT, Fabiano Q. Os médicos e a higiene pública na imprensa do Rio Grande do Sul: entre a teoria dos miasmas e a teoria da transmissão hídrica das doenças. *História Unicap*, Recife, v.1, n.1, jan./jun. 2014.

SÁ, Tânia Regina B. T. Códigos de posturas municipais como instrumentos normativos da produção de novas lógicas territoriais: estudo de caso do centro histórico de Salvador. *Percurso*, Curitiba, v. 1, n. 11, 2011.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2007.

_____. O corpo na cidade das águas: São Paulo (1840-1910). *Projeto História*. São Paulo, v 25, p. 99-114, dez. 2002.

_____. Vida e morte dos chafarizes na cidade de São Paulo. *Revista do Arquivo Histórico Municipal*, São Paulo, v. 203, n. 1, p. 81-90, 2004.

SANTA RITTA, José de. *A água do Rio: Do Carioca ao Guandu: a história do abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Synergia, 2009.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. A arte de governar, vigiar e disciplinar na província do Rio Grande de São Pedro: o poder da câmara municipal da vila de Nossa Senhora do Rio Pardo e dos juízes almotacés nas primeiras décadas do século XIX. *História: Debates e Tendências*, v. 14., n. 1, jan./jun. 2014.

SCHMIDT, L.; DELICADO A. Alterações climáticas na opinião pública. In: SCHMIDT, L.; DELICADO, A. (Orgs.). *Ambiente, Alterações Climáticas, Alimentação e Energia*. Portugal no Contexto Europeu. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2014.

SILVA, Dalton da. *Os esgotos sanitários de Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.

SOUZA, Juliana Teixeira. *A autoridade municipal na Corte Imperial: enfrentamentos e negociações na regulação do comércio de gêneros (1840-1889)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e

Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SWYNGEDOUW, Erik; BOVARNICK, Andrew. *La crisis del abastecimiento de agua em la Ciudad de Guayaquil*. Quito: ILDIS, 1994.

TEDESCHI, Denise M. R. *Águas urbanas: as formas de apropriação das águas nas Minas (Século XVIII)*. São Paulo: Alameda, 2014.

VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010.

VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ZUCCONI, Guido. *A cidade do século XIX*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FONTES

ALMEIDA, João Ribeiro de. Ensaio sobre a salubridade, estatística e patologia sobre a Ilha de Santa Catarina e em particular da cidade do Desterro, 1864. Acervo do setor de Obras Raras da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina.

BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil de 1824, art. 167 e 169. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 21 fev. 2018.

BRASIL. Lei de 12 de agosto de 1834, Ato Adicional à Constituição do Império do Brasil, art. 1º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828, sobre o regimento das Câmaras Municipais do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm. Acesso em: 26 jan. 2018.

Coleção de Leis da Província de Santa Catarina (1841-1847). Código de Posturas. Lei nº 222, de 10 de maio de 1845. p. 212. In: ASSEMBLEIA Legislativa do Estado de Santa Catarina. Divisão de Documentação. *De Desterro à Florianópolis: o Legislativo catarinense resgatando a história da cidade (1836/2005)*. Florianópolis: Assemb. Legisl., Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos, 2005.

Decretos e Resoluções (1888-1889). Código de Posturas da Câmara Municipal da Capital. Decreto nº 49, de 22 de outubro de 1888. In: ASSEMBLEIA Legislativa do Estado de Santa Catarina. Divisão de Documentação. *De Desterro à Florianópolis: o Legislativo catarinense resgatando a história da cidade (1836/2005)*. Florianópolis: Assemb. Legisl., Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos, 2005.

Recenseamento do Brazil em 1872, volume Santa Catharina. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em 27 ago. 2017.

Relatos de Viajantes

KRUSENSTERN, Adam Johann von, 1811. In: HARO, Martin Afonso Palma de (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC/ Lunardelli, 1990.

LISIANSKY, Urey, 1814. In: HARO, Martin Afonso Palma de (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC/ Lunardelli, 1990.

LESSON, René Primevère, 1838. In: HARO, Martin Afonso Palma de (Org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC/ Lunardelli, 1990.

Falas e Relatórios de Presidente da Província

Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina, o Marechal de Campo Antero José Ferreira de Brito, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma provincia na abertura da sua sessão ordinaria, em o 1.o de Março de 1845. Cidade do Desterro, Typ. Provincial, 1845.

Falla que o Exm. 3.º Vice-Presidente da Província de Santa Catharina, o Dr. Severo Amorim do Valle, dirigio á Assembleia Legislativa Provincial no acto d'abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de Março 1849. Cidade do Desterro, Typ. Provincial, 1849.

Relatorio com que o Excelentissimo Snr. Doutor Antonio Pereira Pinto, entregou a Presidencia da Província de Santa Catharina ao Exm. Snr. Doutor Severo Amorim do Valle. Terceiro Vice-Presidente della. Palacio do Governo de Santa Catharina, em 30 de Novembro de 1849. Cidade do Desterro, Typographia Provincial, 1849.

Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina, o Dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial, no acto d'abertura da sua Sessão Ordinaria em o 1.o de Março de 1850. Desterro, Typ. Catharinense de Emilio Grain, 1850.

Relatorio do Presidente da Província de Santa Catharina, João José Coutinho, em 19 de Abril de 1854. Typ. Catharinense, 1854.

Relatorio do Presidente da Província de Santa Catharina, João José Coutinho. em 1.o de Março de 1855, Typ. Catharinense, 1855.

Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina Dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto d'abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de Março de 1856. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1856.

Relatorio do Presidente da Província de Santa Catharina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1a sessão da 10a legislatura. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil, 1860.

Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina na 2ª Sessão de sua 26ª Legislatura, pelo Presidente, Francisco

José da Rocha, em 11 de Outubro de 1887. Rio de Janeiro, Typ. União de A.M. Coelho da Rocha & C., 1888.

Livros-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal de Desterro

Livro-Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1829-1835. nº 61; 1835-1843. nº 306; 1842-1847. nº 92; 1847-1848. nº 104; 1849-1850. nº 308; 1850-1851. nº 114; 1852-1853. nº 130; 1853-1854. nº 131; 1854-1855. nº 139; 1855-1856. nº 140; 1856-1857. nº 145; 1857-1858. nº 146; 1858-1859. nº 151; 1859-1860. nº 156; 1860-1861. nº 157; 1861-1862. nº 166; 1862-1863. nº 167; 1863-1864. nº 170; 1864-1865. nº 175; 1865-1866. nº 176; 1866-1867. nº 182; 1867-1868. nº 183; 1868-1869. nº 187; 1870-1871. nº 200; 1871-1872. nº 204; 1872-1873. nº 207; 1873-1874. nº 210; 1874-1875. nº 213; 1875-1876. nº 214; 1876-1877. nº 222; 1877-1878. nº 223; 1878-1879. nº 234; 1879-1880. nº 239; 1880-1881. nº 242; 1881-1882. nº 246; 1884-1885. nº 256; 1885-1886. nº 259; 1886-1887. nº 262; 1888. nº 265; 1889. nº 268. Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

Periódicos

Camara Municipal, *O Conciliador Catharinense*, Desterro, Sabbado, 28 de Julho de 1849. Anno I. n. 24, p. 2.

Camara Municipal, *O Conciliador Catharinense*, Desterro, Quarta feira, 1.º de Agosto de 1849. Anno I. n. 25, p. 3.

Parte Official, *O Conciliador Catharinense*, Desterro, Quarta-feira, 14 de Novembro de 1849. Anno I. n. 53, p. 1.

Parte Official, *O Conciliador Catharinense*, Desterro, Sabbado, 17 de Novembro de 1849. Anno I. n. 56, p. 1-3.

Variedades, *O Novo Íris*, Desterro, Sabbado, 19 de Janeiro de 1850. Anno I. n. 74, p. 2-3.

Annuncios, *O Novo Íris*, Desterro, Terça Feira, 11 de Março de 1851. Anno I. n. 102, p. 4.

Publicações a pedido, *O Argos*, primeiro anno, n. 74, sexta-feira 19 de Setembro de 1856, p. 3.

Annuncios, *O Mensageiro*, Desterro, Domingo, 22 de Março de 1857. Anno II. n. 153, p. 4.

Publicações a pedido, *O Argos*, segundo anno, n. 228, terça-feira 29 de Dezembro de 1857, p. 2.

Annuncios, *Cruzeiro do Sul*, Desterro, Domingo 6 de Fevereiro de 1859. Anno I. n. 93, p. 4.

Annuncios, *Cruzeiro do Sul*, Desterro, Domingo, 25 de Setembro de 1859. Anno II. n. 148, p. 4.

Annuncios, *O Cruzeiro*, Desterro, Quinta-feira, 30 de Agosto de 1860. Anno I. n. 50, p. 4.

Annuncios, *O Progressista*, Desterro, Sexta-feira, 28 de Dezembro de 1860. Anno I. n. 44, p. 4.

Assembléa Provincial, *O Mercantil*, Desterro, Quarta-feira, 11 de Abril de 1861. Anno I. n. 31, p. 2.

Sêca, *O Despertador*, Desterro, Sexta-feira, 6 de Novembro de 1863. Anno I. n. 85, p. 2.

Annuncios, *O Mercantil*, Desterro, Quinta-feira, 3 de Março de 1864. Anno IV. n. 321, p. 4.

Ensaio, *O Despertador*, Desterro, Terça-feira 11 de Outubro de 1864. Anno II. n. 179, p. 3.

Filtros para agoa, *O Despertador*, Desterro, Terça-feira, 27 de Dezembro de 1864. Anno II. n. 204, p. 4.

O Despertador, *O Despertador*, Desterro, Terça-feira 9 de Janeiro de 1866. Anno IV. n. 312, p. 4.

Annuncios, *O Mercantil*, Desterro, Quinta-feira 15 de Fevereiro de 1866. Anno VI. n. 510, p. 4.

Falta d'água, *O Mercantil*, Desterro, Quinta-feira 15 de Fevereiro de 1866. Anno VI. n. 510, p. 3.

Assembléa Legislativa Provincial, *O Mercantil*, Desterro, Sabbado 17 de Março de 1866. Anno VI. n. 517, p. 3.

Annuncios, *O Mercantil*, Desterro, Quinta-feira 28 de Outubro de 1866. Anno VI. n. 574, p. 4.

Annuncios, *O Despertador*, Desterro, Sexta-feira 7 de Dezembro de 1866. Anno IV. n. 406, p. 4.

Á pedido, *O Despertador*, Desterro, Terça-feira 16 de Abril de 1867. Anno V. n. 442, p. 3.

Annuncios, *O Mercantil*, Desterro, Quinta-feira 30 de Abril de 1868. Anno VIII. n. 728, p. 4.

Annuncios, *O Mercantil*, Desterro, Domingo 26 de Julho de 1868. Anno VIII. n. 753, p. 4.

Annuncios, *O Despertador*, Desterro, Sabbado 1 de Maio de 1869. Anno VII. n. 653, p. 4.

Annuncios, *A Regeneração*, Desterro, Quarta-feira 22 de Dezembro de 1869. Anno II. n. 133, p. 4.

Secção Inedictorial, *O Conciliador*, Desterro, Quinta-feira 20 de Fevereiro de 1873. Anno I. n. 31, p. 3.

Annuncios, *A Regeneração*, Desterro, Domingo 17 de Agosto de 1873. Anno V. n. 502, p. 3

Ineditoriaes, *Opinião Catharinense*, Desterro, Quinta-feira 18 de Março de 1875. Anno I. n. 21, p. 2-3.

Annuncios, *Opinião Catharinense*, Desterro, Quinta-feira 29 de Abril de 1875. Anno I. n. 27, p. 4.

Transcripções, *O Despertador*, Desterro, Terça-feira 27 de Fevereiro de 1877. Anno XV. n. 1.463, p. 4.

Águas potáveis, *O Despertador*, Desterro, Sexta-feira 24 de Maio de 1878. Anno XVI. n. 1.590, p. 4.

Anúncios, *O Despertador*, Desterro, Sexta-feira 12 de Julho de 1878. Anno XVI. n. 1.602, p. 4.

Publicação a pedido, *O Despertador*, Desterro, Terça-feira 27 de Agosto de 1878. Anno XVI. n. 1.615, p. 4.

Água potável, *A Regeneração*, Desterro, Domingo 15 de Julho de 1883. Anno XV. n. 55, p. 2.

Água potável, *A Regeneração*, Desterro, Quarta-feira 18 de Julho de 1883. Anno XV. n. 57, p. 2.

Água, *O Despertador*, Desterro, Quarta-feira 23 de Janeiro de 1884. Anno XXII. n. 2.167, p. 1.

Edições, *A Regeneração*, Desterro, Quinta-feira 3 de Abril de 1884. Anno XVI. n. 77, p. 3.

Quem não conhecer o sr. fiscal..., *Regeneração*, Desterro, Quarta-feira 1 de Abril de 1885. Anno XVII. n. 65, p. 2.

Greve de aguadeiros, *O Despertador*, Desterro, Sábado 20 de Junho de 1885. Anno XXIII. n. 2.310, p. 3.

Publicações a pedido, *Conservador*, Desterro, Quinta-feira 9 de Julho de 1885. Anno II. n. 149, p. 2.

Anúncios, *Regeneração*, Desterro, Domingo 16 de Maio de 1886. Anno XVIII. n. 106, p. 3.

Publicações a pedido, *Regeneração*, Desterro, Quinta-feira 30 de Setembro de 1886. Anno XVIII. n. 215, p. 2.

Noticiário, *Conservador*, Desterro, Segunda-feira 25 de Julho de 1887. Anno IV. n. 154, p. 2.

Camara Municipal, *Regeneração*, Desterro, Sabbado 9 de Março de 1889. Anno XXI n. 53, p. 3.

Ofícios

Ofício de Anacleto José Pereira da Silva, para Miguel de Souza Mello Alvim, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 16 fev. 1830, p. 4. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Ofício de Marcos Antônio da Silva Mafra, Presidente da Câmara Municipal do Desterro, para Feliciano Nunes Pires, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 10 jan. 1833, p. 17. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Ofício de Marcos Antônio da Silva Mafra, Presidente da Câmara Municipal do Desterro, para Feliciano Nunes Pires, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 16 jan. 1835, p. 3. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Ofício de Jacinto M. Lourenço, para João Carlos Pardal, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 22 dez. 1837, p. 252. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Registro de ofício de João Carlos Pardal, Presidente da Província, para Câmara Municipal de Desterro. Desterro, 23 dez. 1837, p. 56. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Ofício de Miguel Joaquim do Livramento, para o Brigadeiro João Carlos Pardal, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 7 ago. 1838, p. 58. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Registro de ofício de João Carlos Pardal, Presidente da Província, para Câmara Municipal de Desterro. Desterro, 9 ago. 1838, p. 65. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Ofício de Luiz de Souza Medeiros para João Carlos Pardal, Presidente da Província de Santa Cat. Desterro, 22 jan. 1839. Ofícios Presp. Cam M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Ofício de Miguel Joaquim do Livramento para o Brigadeiro João Carlos Pardal, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 26 jan. 1839, p. 8-9. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Registro de ofício de João Carlos Pardal, Presidente da Província, para Câmara Municipal de Desterro. Desterro, 28 jan. 1839, p. 6v. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Ofício de Miguel Joaquim do Livramento, para o Marechal Francisco José de Souza Soares de Andrea, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 23 nov. 1839, p. 41. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Ofício de Francisco Duarte Silva, para o Marechal Antero José Ferreira de Brito, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 11 jan. 1843, p. 4. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Ofício de Francisco Duarte Silva, para o Marechal Antero José Ferreira de Brito, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 25 fev. 1843, p. 15-18. Ofícios Presp. Cam M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Ofício de Francisco Duarte Silva, para o Marechal Antero José Ferreira de Brito, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 6 set. 1843, p. 84. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Registro de ofício de Antero José Ferreira de Brito, Presidente da Província, para Câmara Municipal de Desterro. Desterro, 9 set. 1843, p. 6v. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Ofício de Amaro José Pereira, para o Marechal Antero José Ferreira de Brito, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 25 jan. 1844, p. 281. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Registro de ofício de Antero José Ferreira de Brito, Presidente da Província, para Câmara Municipal de Desterro. Desterro, 30 jan. 1844, p. 02. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Ofício de Manoel José de Oliveira, para Carlos Augusto Ferraz de Abreu, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 22 jan. 1869, p. 6. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Registro de ofício de João Cezario dos Santos, Secretário da Presidência da Província, para Câmara Municipal de Desterro. Desterro, 25 jan. 1869, p. 50. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Ofício de Miguel de Souza Lobo, Presidente da Câmara, para o Exmo. Sr. Dr. Ignácio Accioli de Almeida, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 1 mar. 1873, p. 04-04v. Ofícios Presp. Cam M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Ofício de Júlio Melchior Trompowsky, Presidente da Câmara, para Alfredo d'Escagnolle Taunay, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 12 jul. 1876, p. 45-48. Ofícios Presp. Cam M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Ofício de Antonio Geraldo de S. Aguiar, Capitão do Est. Maior 1.^a Classe, encarregado das obras militares, para Francisco José da Rocha, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 20 set. 1886, p. 55-62. Correspondências dos Eng. para Pres. Prov. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Ofício de Antonio Geraldo de S. Aguiar, Capitão do Est. Maior 1.^a Classe, encarregado das obras militares, para Francisco José da Rocha, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 9 nov. 1886, p. 92-99. Correspondências dos Eng. para Pres. Prov. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Registro de ofício da Presidência da Província, para Câmara Municipal de Desterro. Desterro, 06 abr. 1887, p. 129. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Ofício de Urbano Coelho Gouvêa, encarregado das obras militares, para Francisco José da Rocha, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 12 abr. 1887, p. 26-26v. Correspondências dos Eng. para Pres. Prov. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Ofício de Elyseu Guilherme da Silva, Presidente da Câmara Municipal do Desterro, para Francisco José da Rocha, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 27 abr. 1887, p. 34-34v. Ofícios Presp. Cam. M. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Ofício de Urbano Coelho Gouvêa, encarregado das obras militares, para Francisco José da Rocha, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 23 maio 1887, p. 106. Correspondências dos Eng. para Pres. Prov. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

Ofício de Urbano Coelho Gouvêa, encarregado das obras militares, para Francisco José da Rocha, Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 29 set. 1887, p. 231-231v. Correspondências dos Eng. para Pres. Prov. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APSC.

APÊNDICE A – Nomenclaturas das fontes públicas de Desterro, século XIX

Fonte Pública	Nomenclaturas
Fonte de Ramos	Fonte da Carioca Fonte do Largo do Senado Fonte no Largo do Coronel Fagundes Carioca de Ramos Fonte da Rua do Senado
Fonte da Palhoça	Carioca da Figueira Fonte/Carioca do Largo da Palhoça Carioca da Rua 28 de Setembro Carioca da Rua da Palhoça
Fonte do Campo do Manejo	Fonte do Largo/Praça do General Ozorio

Fonte: LAGO, Antonio Florencio P. do; SCHLAPPAL, Carlos Othon. *Planta topographica da cidade do Desterro*. Rio de Janeiro, RJ: Arch. Militar, 1879. Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>. Acesso: 31 ago. 2018; VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010; Parte Oficial, *O Conciliador Catharinense*, Desterro, Sabbado, 17 de Novembro de 1849. Anno I. n. 56, p. 1-3.

APÊNDICE B – Obras conjugadas à rede de abastecimento das águas (1829-1889)

Ano Financeiro	Tipo de Despesa	Valor (Réis)
1830	Conserto da ponte na LeSa, obra da Carióca, e conserto da praça da Cid ^e .	42\$530
	Conserto da Praça desta Cid ^e ; e obra da Carióca.	22\$390
1831	Despesa com as ruas, e nova Carióca da Figr. ^a .	11\$540
1832	Pagou a Manoel Vieira da C. ^a do q. se lhe devia do Conserto da Fonte do Campo do Manejo, e ponte da rua do passeio em 1828.	55\$520
1840-1841	Orsam. ^{tos} de 2 pontes no Cam. ^o do estreito, reparos da Carióca do Largo do Senado, e [?] da rua do Gov. ^{or} .	3\$600
1844-1845	Reparo da Ponte da rua do Senado, do telhado da casa do sino da Cadêa, e da bomba da fonte da rua da Carioca.	30\$600
1860-1861	Despesa feita em o mez de Agosto p. p. com faxinas, em ruas, fontes e largos.	39\$000
1861-1862	Que pagou a Eugenio Berrier, g. ^{da} da Praça do mercado, importancia de despesa feita com o concerto do poço e dos lampeoes, bem como com luzes, o mez de Ag. ^{to} p. p.	39\$000
1862-1863	Despesa feita com a faxina, concerto da bomba da carióca, e trabalho de brocar pedras.	40\$420

1863-1864	Despesa feita com a faxina e limpeza das ruas, bem como com o concerto de uma torneira da fonte do campo do manejo.	20\$000
	Despesa feita com a faxina e concerto das bombas da carioca e ruas da cid.e.	37\$800
1864-1865	Reparos feitos na ponte do Cortume, bomba da carioca e ferramenta e jornaes dos trabalhadores em diversos reparos de ruas e rio da Fonte grande desta cid.ª.	40\$860
	Import.ª paga ao guarda do mercado Eugenio Berrier pª verba =Eventual= com luzes e limpeza do mercado e concerto da bomba do poço do m.ª mercado.	22\$360
1865-1866	Aterros e concertos de ruas e couro pª a bomba da carioca.	47\$700
	Despesas feitas com os reparos e colocação da bomba na Carioca, e reparo da ponte do Cortume.	62\$500
	Jornal aos presos da faxina da cid.e, carradas de barro, e areia, 150 estacas pª estacada do rio da fonte gr.de, carradas de pedra pª calçada da cadêa, solla pª concerto da bomba da carioca, 2 foices.	73\$840
	Faxina de 6 presos, aterro em diferentes ruas da cidade e limpeza diária no mercado durante o mez de Março p. p., concerto da rua q. vae pª o morro e valas, 2 chapas de ferro pª a porta da Carioca.	167\$860

1866-1867	Ferías dos presos no trabalho da faxina, 1 caza e cano da Carioca, concerto da ponte do cortume, aterro na rua do príncipe, digo da Princeza e Principe, cerca de rippas na rua do Brito.	237\$230
	Faxina aos presos, p. ^{lo} concerto de ferramenta, concerto na bomba da carioca, e aterro na rua do Principe.	107\$640
	Despeza feita no mez de janeiro p. p. com faxina, numeração das casas, aterro em diversas ruas da Cidade, concerto na Carioca e 6 enchadas de ferro.	150\$950
	Com a factura da fonte, tanque aterro e melhoramento do largo da rua da Imperatriz no lugar denominado Cortume.	346\$360
1867-1868	Aterro das ruas da Cid.e, concerto da bomba da Carioca, e despesas miúdas.	52\$000
	De resto da conta de despeza feita com aterro nas ruas e Praça desta Cid.e, dobradica e pregos p. ^a porta da Carioca.	15\$002
	Concerto da bomba da Carioca, aterro no lugar da Alfandega, 2 dias de jornal a um preto M.el no tapam.to do arco da Alf. ^a , concerto nas comuas e 2 nas [?].	94\$960
	Despeza da bomba da carioca, vassouras, 12 dias de jornal, 259 carradas d'areia no lugar da ixtincta Alf. ^a .	57\$720
1876-1877	A diversos trabalhadores, importancia de seus jornaes na semana de 3 á 8 do corrente mês, na limpeza das praias da	30\$000

	rua do Principe e da Praia de Fora, córrego do Largo do Coronel Fagundes e concerto da rua do Brito.	
1877-1878	Pagou a Polycarpo Furtado, imp. de 5 ½ dias de serviço na limpeza dos rios e fontes.	6\$600
	Pagou a Polycarpo Furtado, imp. de 3 dias de serviço na limpeza das praias e fontes.	3\$600
	Pagou a Joaq.m Machado Vieira, imp. de 5 dias de serviço na limpeza dos rios e fontes publicas.	6\$000
	Importancia por saldo da quantia que se lhe estava a dever (325.160) pelo serviço que fez com sua carroça na remoção de lixo das praias, fontes e ruas da Capital.	125\$160
	Pagou a Polycarpo Furtado, imp. de quatro dias de serviço na limpeza dos rios e fontes publicas.	4\$800
1879-1880	Pagou a Jeremias Martins e outros, imp. de seus jornaes na semana de 25 a 30 do corrente, na limpeza das praias, ruas e fontes publicas.	25\$100
	Pagou a Jeremias José Martins e outros, imp. de seus jornaes na semana de 1 a 6 do corr. na limpeza das ruas, rios e fontes da cidade.	25\$100
	Pagou ao mesmo Jeremias e outros, imp. de seus jornaes na semana de 7 a 13 do corrente na limpeza das ruas, rios e fontes da cidade.	21\$500

1879-1880		
	Pagou ao mesmo Jeremias José Martins e outros, imp. de seus jornaes na semana de 14 a 20 do corrente na limpeza dos rios e fontes da cidade.	25\$100
	Pagou ao mesmo Jeremias José Martins e outros, imp. de seus jornaes na semana de 21 a 27 do corrente na limpeza dos rios, fontes da cidade.	25\$100
	Pagou a Jeremias José Martins e outros, imp. de seus jornaes na semana de 28 do pasSado até hoje, na limpeza das praias, fontes.	23\$900
	Pagou a Jeremias José Martins e outros, imp. de seus jornaes na semana de 5 á 11 do corrente na limpeza de praias, fontes.	25\$100
	Pagou a Jeremias José Martins e outros, imp. de seus jornaes na semana de 12 á 18 do corrente na limpeza das praias; fontes.	25\$100
	Pagou a Jeremias José Martins e outros, imp. da feria aos trabalhadores, na semana de 26 de Outubro ultimo á 1.º do corrente, na limpeza das praias; fontes.	21\$500
	Pagou a Jeremias José Martins, imp. de seus jornaes na semana de 9 á 15 do corrente na limpeza das praias, fontes.	25\$100
	Pagou a Jeremias José Martins e outros, imp. de seus jornaes e de outros, na semana de 2 á 8 do corrente na limpeza dos rios, fontes.	25\$100

Pagou a Jeremias José Martins, imp. de seus jornaes e de outros na semana de 16 á 22 do corr. na limpeza dos rios, fontes.	25\$100	
Pagou a Eduardo Salles, imp. de 70 ½ dias de serviço de sua carroça na limpeza das praias, rios, fontes.	211\$500	
Pagou a Jeremias José Martins, imp. de seus jornaes e de outros na semana de 30 do pasSado á 6 do corrente na limpeza das praias, fontes, rios.	25\$100	
Pagou a Clemente Fran.co Barboza, imp.ª de seus jornaes na semana de 7 á 20 do corrente no conserto das Cariocas, e pago a um broqueiro para arrebentar pedras no rio do “José Jacques”.	124\$000	
Imp.ª da feria dos trabalhadores na Carioca do Largo do General Ozorio e no concerto da rua de José Jacques.	62\$000	
Imp.ª da feria dos trabalhadores na semana de 5 a 10 do corrente, no concerto da Carioca do Largo do General Ozorio e concerto da rua do José Jacques.	62\$000	
Imp. de seus jornaes de 11 a 17 do corrente, na limpeza dos rios, fontes.	16\$700	
Pagou a Jeremias José Martins e outros, imp.ª de seus jornaes na semana de 15 á 21 do corrente, na limpeza das praias, rios e fontes.	17\$900	

	Pagou a Jeremias José Martins, imp. ^a de seus jornaes de 20 á 26 do corrente na limpeza das ruas, praias e fontes.	27\$500
	Pagou a Jeremias de Lima, imp. ^a de seus jornaes de 20 á 26 do corrente na limpeza das ruas, praias e fontes.	24\$000
	Pagou a Jeremias José Martins, imp. ^a de seus jornaes de 27 do pasSado á 3 do corrente na limpeza das praias, rios e fontes.	27\$500
1880-1881	Pagou a Thomaz Antonio Pacheco e outros, imp. da feria dos trabalhadores na semana de 1 a 7 do corrente, na limpesa das praias, fontes.	50\$300
	Pagou a Thomaz Antonio Pacheco e outros, imp. da de seus jornaes na semana de 8 a 14 do corrente, na limpesa das praias, fontes.	50\$300
1880-1881	Pagou a Thomas Antonio Pacheco e outros, imp. de seus jornaes na semana de 16 a 21 do corrente, na limpesa das praias, fontes.	43\$100
	Pagou a Antonio Moreira da Silva e outros, imp. de seus jornaes na semana de 15 a 21 do corrente, na limpesa das ruas, fontes.	34\$800
	Pagou a Thomas Antonio Pacheco e outros, imp. de seus jornaes na semana de 23 a 28 do corrente, na limpesa das praias, fontes.	43\$100
	Pagou a Thomas Antonio Pacheco e outros, imp. de seus jornaes na semana	23\$300

	de 6 a 11 do corrente, na limpeza das praias, fontes.	
	Pagou a Thomas José Martins e outros, imp. de seus jornaes na semana de 13 a 18 do corrente, na limpeza das ruas, fontes.	22\$700
	Pagou a Romulado Alves Pereira, imp. de seus jornaes e de outros na semana de 13 a 21 do corrente, na limpeza das ruas, fontes.	25\$200
	Pagou a Romulado Alves Pereira, imp. de seus jornaes e de outros na semana de 18 a 23 do corrente, na limpeza das ruas, fontes.	17\$400
	Pagou a Jeremias Jose Martins e outros, imp. de seus jornaes na semana de 18 a 23 do corrente, na limpeza das ruas, fontes.	29\$900
	Pagou a Jeremias Jose Martins e outros, imp. ^a de seus jornaes de 6 a 12 do corrente, na limpeza das ruas, fontes.	17\$900
1881-1882	Pagou a Domingos Ferreira d' Almeida e outros, imp. de seus jornaes, de 1 á 7 do corrente, na limpeza das praias, rios, fontes.	6\$000
	Pagou a Manoel Anceto, imp. de seus jornaes, de 5 á 11 do corrente na limpeza das praias, fontes.	6\$000
	Pagou a Manoel Anceto, imp. de seus jornaes de 27 de fevr. ate hoje, na limpeza das praias, fontes.	6\$000

	Pagou a Manoel Anceto, imp. de seus jornaes de 6 a 11 do corrente na limpeza das ruas, fontes.	5\$000
	Pagou a Bemvindo Antonio Franco, imp. de seus jornaes de 20 a 24 do corrente na limpeza das ruas, fontes.	3\$500
1885-1886	Pagou a Hyppolito e outros, imp. ^a de seus jornaes na limpeza das ruas, praias, fontes.	28\$400
Total		3.299\$442

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Livro Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1829-1835. n° 61; 1835-1843. n° 306; 1842-1847. n° 92; 1860-1861. n° 157; 1861-1862. n° 166; 1862-1863. n° 167; 1863-1864. n° 170; 1864-1865. n° 175; 1865-1866. n° 176; 1866-1867. n° 182; 1867-1868. n° 183; 1876-1877. n° 222; 1877-1878. n° 223; 1879-1880. n° 239; 1880-1881. n° 242; 1881 1882. n° 246; 1885-1886. n° 259.

APÊNDICE C – Superávits e saldos nulos nas contas da Câmara (1829-1889)

Ano	Saldos nulos	Ano	Saldos Positivos
1829	--	1830	44\$675,00
1852-1853	--	1831	151\$686,00
1853-1854	--	1832	194\$366,00
1854-1855	--	1833	556\$305,00
1855-1856	--	1834	694\$953,00
1856-1857	--	1835	259\$252,00
1857-1858	--	1836	19\$524,00
1858-1859	--	1837-1838	1:388\$279,00
1859-1860	--	1838-1839	801,00
1860-1861	--	1839-1840	12,00
1861-1862	--	1840-1841	57,00
1862-1863	--	1841-1842	26,00
1863-1864	--	1842-1843	614,00
1864-1865	--	1843-1844	97,00
1865-1866	--	1844-1845	28,00
1866-1867	--	1845-1846	68,00
1867-1868	--	1846-1847	14,00
		1849-1850	15\$815,00
		1850-1851	1\$658,00
		1868-1869	25\$266,00
		1870-1871	702\$645,00
		1871-1872	54\$838,00
		1872-1873	58\$099,00
		1873-1874	1:961\$733,00
		1874-1875	65\$950,00
		1875-1876	21\$476,00
		1876-1877	28\$486,00
		1877-1878	1:051\$732,00
		1878-1879	1:348\$029,00
		1879-1880	380\$424,00
		1880-1881	112\$669,00
		1881-1882	13\$282,00
		1884-1885	185\$593,00
		1885-1886	20\$565,00
		1886-1887	211\$471,00

		1888	2:262\$060,00
		1889	1:420\$254,00
Saldo total acumulado			13:252\$802

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Livro Caixa: Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1829-1835. n° 61; 1835-1843. n° 306; 1842-1847. n° 92; 1847-1848. n° 104; 1849-1850. n° 308; 1850-1851. n° 114; 1852-1853. n° 130; 1853-1854. n° 131; 1854-1855. n° 139; 1855-1856. n° 140; 1856-1857. n° 145; 1857-1858. n° 146; 1858-1859. n° 151; 1859-1860. n° 156; 1860-1861. n° 157; 1861-1862. n° 166; 1862-1863. n° 167; 1863-1864. n° 170; 1864-1865. n° 175; 1865-1866. n° 176; 1866-1867. n° 182; 1867-1868. n° 183; 1868-1869. n° 187; 1870-1871. n° 200; 1871-1872. n° 204; 1872-1873. n° 207; 1873-1874. n° 210; 1874-1875. n° 213; 1875-1876. n° 214; 1876-1877. n° 222; 1877-1878. n° 223; 1878-1879. n° 234; 1879-1880. n° 239; 1880-1881. n° 242; 1881-1882. n° 246; 1884-1885. n° 256; 1885-1886. n° 259; 1886-1887. n° 262; 1888. n° 265; 1889. n° 268. Não foram encontrados os livros-caixa dos anos financeiros de 1848-1849, 1851-1852, 1869-1870, 1882-1883, 1883-1884 e 2º semestre de 1887. Não foram contabilizados os saldos do ano financeiro de 1847-1848, em virtude da falta do valor de receita.